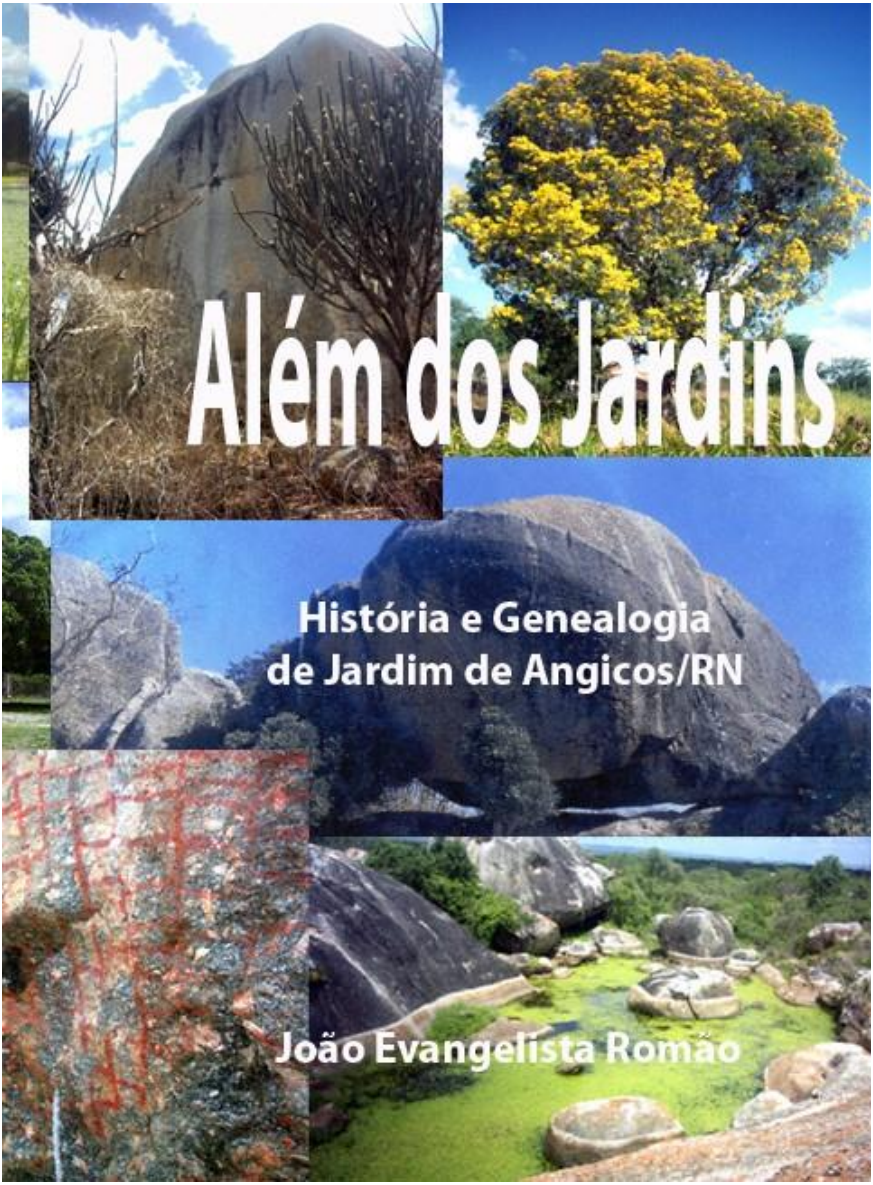

Além dos Jardins
História e Genealogia
de Jardim de Angicos/RN
João Evangelista Romão

Versão digital/2015

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: George Igor de Lima
Digitação: João Evangelista Romão

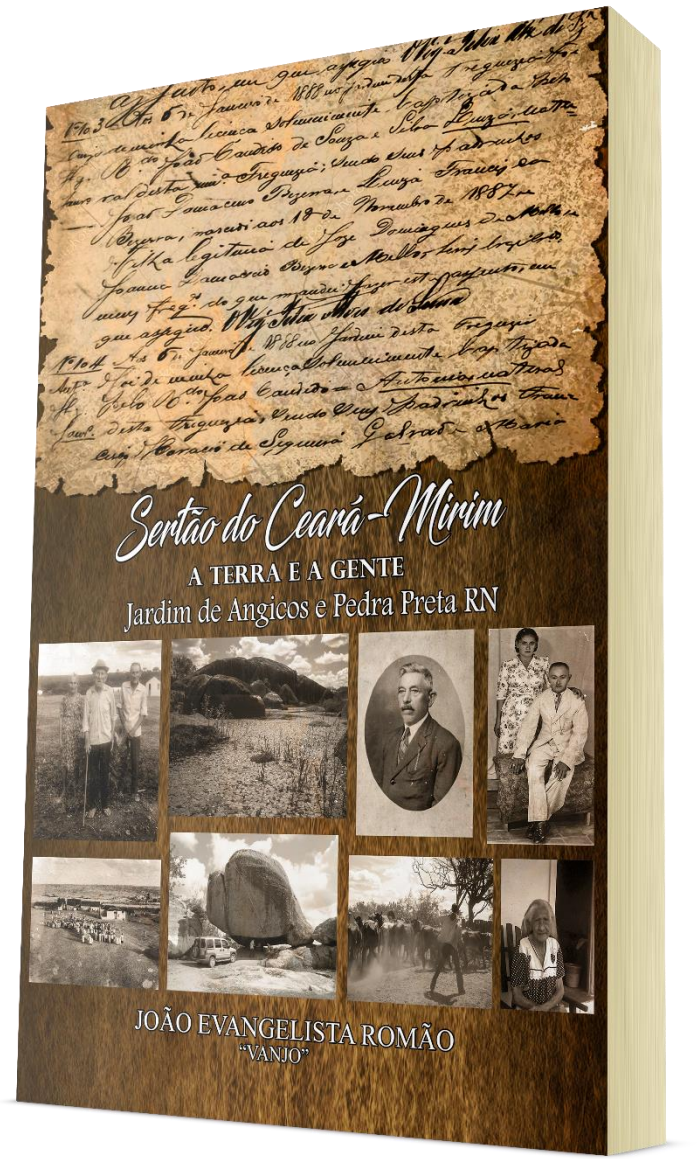
By Copyright: João Evangelista Romão
Jardim de Angicos - RN, Brazil, junho de 2015
E-mail: evangelistaromao@gmail.com
Proibida a reprodução ou a distribuição sem autorização do autor.

NOTA [Leia isso antes]

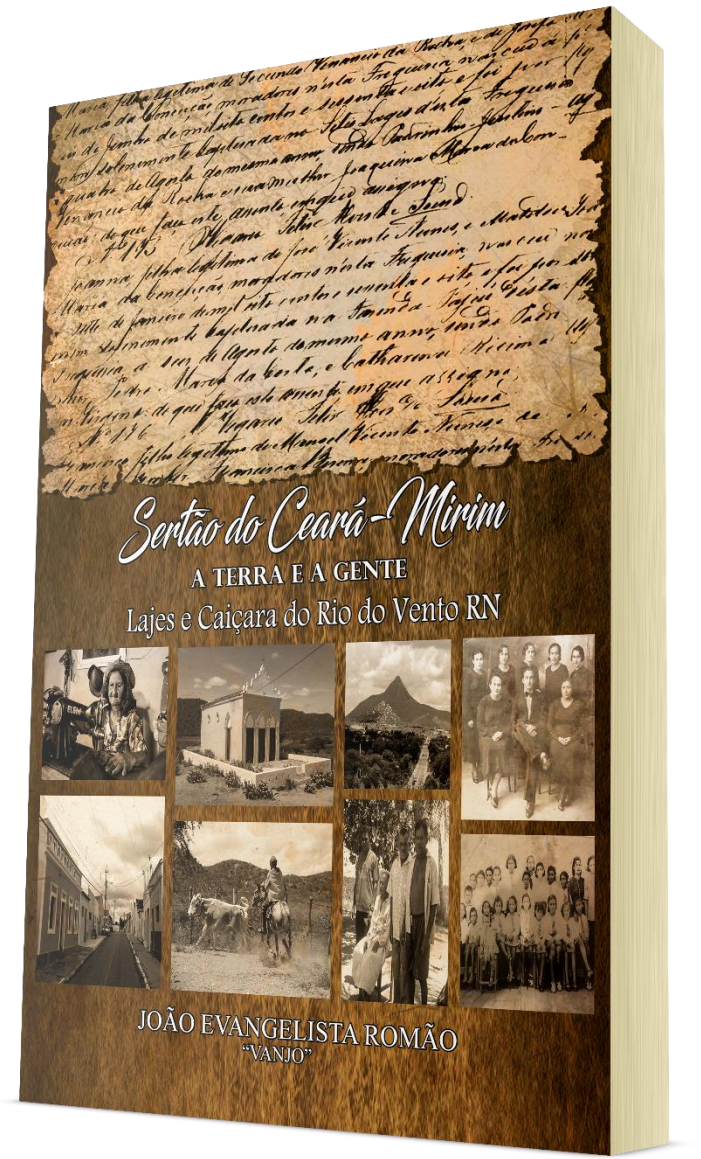
1. Este livro foi concluído em 2006 e não estar atualizado. O autor colhendo e atualizando informações para futuramente publicar outros livros sobre a história e a genealogia regional.

2. Ao ler sobre sua família, observe se há algum equívoco, ausência de informações importante que deveria ser acrescentadas. Nos escreva apontando atualizações ou acrescentando dados para ser acrescido futuramente. Envie os arquivos e fotos através do e-mail acima.

PRÓXIMAS OBRAS DO AUTOR



PRÓXIMAS OBRAS DO AUTOR



3. Resgate do passado

Tácito Costa
Jornalista - Editor da Revista Preá

Admirável sob todos os aspectos esta obra do escritor João Evangelista Romão. Para mim se constituiu numa grande surpresa. Quando o autor me pediu para fazer o prefácio, não imaginava o porte da obra. "Além dos Jardins – História e Genealogia de Jardim de Angicos" é livro de fôlego e já nasce com um lugar de destaque na bibliografia norte-rio-grandense. É daqueles livros que praticamente esgotam o tema abordado e por isso mesmo ganham contornos de obra definitiva.

Além do levantamento minucioso e aprofundado da história do município, "Além dos Jardins" ainda traz uma relevante iconografia, que certamente provocará uma agradável nostalgia nos moradores mais antigos de Jardim de Angicos.

Como todo bom historiador, João Evangelista sabe que a história precisa ser contada de forma contextualizada, e por isso mesmo, tratou de situar a história de Jardim de Angicos num contexto mais amplo, colocando o leitor a par de uma sucinta visão sobre a colonização do Rio Grande do Norte.

Um capítulo muito interessante e importantíssimo para o resgate e manutenção da memória do município é o que aborda a genealogia das famílias que habitaram a região de Angicos - freguesia de São José dos Angicos - do século XVIII até a atualidade. Isso exigiu um dedicado e paciente trabalho de pesquisa, mas os resultados mostram que valeu a pena. Muitos do que ainda moram em Jardim de Angicos vão identificar e relembrar os personagens focalizados.

Conhecendo de muito perto – depois de 20 anos de exercício de jornalismo cultural, 12 dos quais trabalhando na Fundação José Augusto, órgão cultural do Governo do Estado – as dificuldades dos

artistas e escritores para produzirem suas obras, não posso deixar de me congratular com o autor, que enfrentou todos os obstáculos para escrever este livro.

Com a obstinação e o idealismo próprios dos que acreditam que não vieram a terra a passeio ou para um piquenique, mas sim para deixar sua marca, é que se construiu esta obra que você tem em mãos. Este é mais um exemplo de que na área da cultura as coisas são difíceis, os obstáculos parecem intransponíveis, mas nada supera a vontade de fazer. E fazer bem feito é possível. Esse livro é a prova cabal disto. Um exemplo que fica para as gerações presentes e futuras.

APRESENTAÇÃO 6
OCUPAÇAO COLONIZADORA NO RIO GRANDE 8
AS SESMARIAS 17
BASES DA MUNICIPALIZAÇAO DO RIO GRANDE DO NORTE 19
OS POVOADORES DE JARDIM 20
O MUNICÍPIO JARDIM DE ANGICOS 36
POVOAÇÕES POR JARDIM DE ANGICOS NO FIM DO SÉCULO XIX 37
O CEMITÉRIO 52
A IGREJA 55
O ESCRAVO 61
O TELÉGRAFO 63
A ESCOLA 65
A INTENDÊNCIA JARDINENSE 74
O JUDICIÁRIO 78
A ENCHENTE 84
A TRANSFERÊNCIA 86
O NOVO JARDIM 93
O MUNICÍPIO 95
A CIDADE 101
AS COMUNIDADES JARDINENSE 109
- **FAZENDA CONCEIÇÃO E MALHADINHA** 112
- **FAZENDA NOVA E FAVELA** 117
- **RETIRO E PEDRA DO NAVIO** 122
- **UMARÍ DA SOMBRA E JUREMA** 125
- **BALBINOS** 129
- **JARDIM E TRIUNFO DA UNIÃO** 132
- **CURURU, BARRA E PRIMAVERA** 140
- **SÃO TOMÉ, BOAGUA E MILHÃ** 143
- **MALACACHETA E ZÉ DE ARAUJO** 149
- **LOGRADOURO, RAMADA E CARDOSO** 154
- **GÓIS E NOVA DESCOBERTA** 157
- **CATOLÉ, SERRINHA DE BAIXO, DE CIMA E CERCANIAS** 160

ADMINISTRAÇÕES 163
CÂMARA MUNICIPAL 175
ASPECTOS NATURAIS E PRÉ-HISTÓRIA JARDIM-ANGICANENSE 182
POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL 194
INSÍGNIAS 202
EVOLUÇÃO POLÍTICA 203
GENEALOGIA JARDINENSE 207
- **BEZERRA E CÂMARA** 214
- **BEZERRA E MELO** 246
- **LIMA E NOBRE** 278
- **PAIVA E OUTRAS FAMÍLIAS** 293
- **TEIXEIRA DE VASCONCELOS E BILRO** 337

APRESENTAÇÃO

Além dos Jardins é o resultado de minuciosa pesquisa sobre o antigo e o novo município de Jardim de Angicos, enfocando desde a sua colonização, povoadores, a genealogia, aspectos naturais, pré-história, potencial econômico, turístico e cultural, abrangendo também a história do estado do Rio Grande do Norte. Enfoca principalmente o território da bacia sertaneja do rio Ceará-Mirim, região intermediaria do agreste com o sertão, que a partir do último quartel do século XVII fora estrategicamente utilizada como base para a expansão e conquista colonizadora do sertão. As expedições de combate ao indígena, os colonizadores, às levas de gado, os retirantes, fizeram dessas terras o seu caminho e descobriram nela o seu lugar. Correspondente a mais de 4.320 Km^2 distribuída por 72 km de oeste a leste e 60 km de norte a sul, em outubro de 1890 essa extensão territorial foi emancipado com o nome Jardim. O Jardim de Angicos.

Nada mais que vagos relatos compunham a história dessa bela região, berço dos municípios de Angicos, Jardim de Angicos, Lajes, Caiçara do Rio do Vento, Pedra Preta, Jandaíra, Fernando Pedrosa, Pedro Avelino, Afonso Bezerra, parte do de João Câmara, Bento Fernandes e São Tomé. Pouco mais de três anos de pesquisas resultaram neste trabalho que vem enaltecê-la.

Em Além dos Jardins podemos viajar conhecendo essa terra, essa gente, descobrindo seus valores e potenciais. Nele não há só os fatos e suas conseqüências, ao mesmo tempo em que são avaliados com sugestões que procuram desvendar o melhor caminho para o nosso desenvolvimento.

No capítulo sobre a HISTÓRIA há resumo do desenvolvimento das civilizações, do comercio e da expansão do Velho ao Novo Mundo, fundamentos da ocupação colonizadora no Rio Grande do Norte e às bases de sua municipalização. Localização, topônimo e requerentes das datas doadas no sertão do Ceará-Mirim, o Distrito Policial do Jardim e Bom Fim, as emancipações de Jardim de Angicos, suas fazendas e sítios com seus antigos e atuais proprietários, construção do cemitério em 1869, da Igreja em 1873 e

1895, o escravo, o Telégrafo, as escolas, a Intendência, o Judiciário, a enchente, a transferência. O novo Jardim, o Município, a Cidade, as comunidades jardinense, as administrações, a Câmara Municipal, aspectos naturais e pré-história, potencial turístico e cultural, insígnias e evolução política.

Em GENEALOGIA é enfocada a maioria das famílias que habitaram a região de Angicos - freguesia de São José dos Angicos - do século XVIII até a atualidade. São apresentadas através de personagens que habitam no município de Jardim de Angicos/RN, chegando as suas ramificações pelo o Rio Grande do Norte e os diferentes Estados da Federação. Entre elas estão: Rocha Bezerra, Damasceno Bezerra, Pinheiro de Freitas, Pinheiro Teixeira, Teixeira de Vasconcelos, Teixeira de Souza, Soriano de Sousa, Raposo da Câmara, Rebouças de Oliveira Câmara, Machado da Câmara, Machado de Azevedo, Pinto da Câmara, Nobre Barreto, Guilherme Caldas, Lopes Viegas, Cardoso Batalha, Felix Barbosa, Moura Barbosa, Soares Bilro, Paiva Rocha, Dias de Melo, Fernandes de Macedo, Fernandes de Morais, Azevedo Costa, Alves da Cruz, Melo Formiga, Ferreira Pires, Alves de Souza, Vieira de Melo, Ferreira Nobre, Fonseca e Silva, Pereira Campos, Melo, Andrade, Trindade, Gomes, Romero, Pereira, Ataliba, Ananias, Souza, Lima, Ferreira, Costa, Felipe, Brito, Baracho, Aciole, Fonseca, Aguiar, Oliveira, Braz, Varela, Carvalho, Pio, Carlos, Romão, Maurício, Pedro, Monteiro, Borges, Araújo, Guimarães, Nascimento, Correia, Formiga, Saguim, todas com ramificações entre diversas.

É fundamentado em pesquisas de casamentos realizados no período entre 1844 a 1898, nas freguesias de São José dos Angicos, Macau, Santana do Matos, Açu e Extremoz, como também da contemporaneidade, quase duzentas fotos de famílias e de acontecimentos da região. Também há a Biografia de Alzira Soriano, Câmara Filho, Monsenhor João da Mata e outros personagens, filhos de Jardim de Angicos. Conheça as maravilhas de Jardim de Angicos, no sertão oriental potiguar.

OCUPAÇAO COLONIZADORA NO RIO GRANDE

O “descobrimento” do Brasil é narrado por diversos escritores por várias versões, entre elas, de que o objetivo dos portugueses era o domínio comercial das Índias contornando o continente africano, e que na viagem correntezas submarinhas os desviaram para o novo continente, sendo essa adotada como verdadeira e repassado no dia a dia aos nossos estudantes. Pairam dúvidas que antes de Cabral houvesse outros descobridores.

Para alguns não houve o acaso no descobrimento da terra que, mais tarde, chamaram-na de Brasil. É o caso do mestre Câmara Cascudo, saudoso escritor norte-rio-grandense, que embasado em vasta documentação por ele pesquisada, no “O Livro das Velhas Figuras”, Volume VI, pagina 63, descreve:

Não há nada mais resistente do que uma mentira histórica. Não houve acaso no descobrimento do Brasil nem às correntes submarinhas trouxeram Pedro Álvares Cabral às alturas de dezenove graus, depois do equinocial. Há uma documentação irresponsável. Abundante. Completa. Todos os dias, lemos a conversa das correntes marinha e o acaso.

Entre documentos da época, anotações em diários e cartas, como na segunda *Lettera* do cosmógrafo italiano Américo Vespúcio, nascido em Florença, dá conta de que em 1499, sob o comando de Alonso de Hojeda, navegaram pela costa brasileira. Relata*:*

...Os dias eram iguais à noite, porque arribamos em 27 de junho, quando o sol está perto do tropico de Câncer. Esta terra atravessada por rios grandíssimos, estava toda alagada, e de começo não vimos gente. Surgimos com nossos navios e arriamos os batéis, nos quais fomos à terra que, como dissemos, era sulcada por grandíssimos rios que a inundava. Tentamos em muitos pontos desembarcar, mas, apesar das muitas diligências as copiosas águas fluviais não nos permitiram chegar que não tivesse encharcado; mas por esses rios adiante vimos muito sinais de ser a região habitada. Visto como não podemos entrar nela, acordamos de tornar aos navios e abordá-la noutro ponto; levantamos as âncoras e viajamos entre o levante e o sueste pela costa adiante, que assim corria e por espaços de 40 léguas tentamos muitas vezes desembarcar, mais foi tempo perdido...

Segundo Cascudo, Varnhagen identifica a região descrita como à compreendida no delta do rio Açu ou Piranhas, no Rio Grande do Norte. Sem exame aos dados citados, acreditando que o

exposto naquele documento seria o delta do Açu, foram escritos livros e artigos afirmando que Américo Vespúcio teria subido as águas daquele rio e na região fundado feitorias. Na pagina 64, do mesmo livro, Cascudo contesta o acontecido e expõe a prova grifada, e afirma:

Não há a mais longínqua prova, por mais tênue, dessa aventura do navegador florentino... E mais adiante concluiu: *Não vamos falar que o veneziano felicíssimo (tão feliz que deu nome a um continente tendo merecimento contestado e contestável) haja visto as águas do rio Açu, na plenitude de uma cheia, de barreira a barreira.*

As primeiras notícias oficiais sobre a posse do Rio Grande do Norte estão relatadas na II Lettera de Américo Vespúcio, escrita em 04 de setembro de 1504, destinada a Pietro Soderini. Nela estão narradas as principais ocorrências da chegada ao litoral do Rio Grande (não se usa do Norte), ocorrida aos sete dias do mês de agosto de 1501. Informa que uma expedição de reconhecimento à Terra de Vera Cruz, composta por três caravelas, comandada pelo capitão-mor André Gonçalves, que em 14 de maio daquele ano partiu de Lisboa, via as Ilhas Canárias, e pela costa africana aportaram no litoral Potiguar. À viagem se passaram 64 dias, e no local do desembarque implantaram um marco dando posse das terras para Portugal, este ficando conhecido como o Marco de Touros. Ele expõe:

...Enfim, a 17 de agosto prove a Deus mostrar-nos nova terra, a meia légua da qual surgimos, e deitamos fora os batéis para ver se era habitada por gente e de que qualidade. Achamos, com efeito, a terra populosa e habitada por uma nação pior que feras, como ouvirá, e V. Magnificência entenderá que ao princípio não vimos ninguém; mas concluímos que havia homens por muitos sinais que observamos. Tomamos posse do País em nome deste sereníssimo Rei de Portugal...

Naquele documento, a data 17 de agosto de 1501 é contestada por alguns interpretes, sendo aceito o dia 07 como o de chegada oficial ao nosso litoral. No mesmo é relatado que a expedição permaneceu aqui por uma semana colhendo fatos ocorridos nessa terra, dentre eles, que no dia 13 daquele corrente houve atos de canibalismo praticados pelos nativos, devorando um indivíduo

daquela missão, sendo presenciado pelos demais e, anteriormente, ocorrera com mais dois que desapareceram ao adentrarem na mata para reconhecimento. Na última ocorrência, por conseqüência, houve conflitos entre os expedicionários e aqueles nativos.

O dito canibalismo retratado pelos portugueses em 1501, praticado por estes nativos, ou o titulo: *uma nação pior que feras,* não ocorrem no contato de Pedro Álvares Cabral, segundo se observa nos relatos de Caminha, nem na convivência com os franceses, por quase cem anos, no litoral do Rio Grande do Norte. Quanto aos franceses, alguns chegaram a se casar com índias Potiguar, sem que houvesse comprovação desse costume. Com os holandeses não foram diferente, foram grandes parceiros. Nunca foi comprovado haver tribos de canibais nesta terra. Seria uma forma justificadora para a destruição desse povo nos séculos seguintes? Há quem diga que o canibalismo indígena era praticado em rituais, só e somente com alguns inimigos que eles capturavam e não como prática comum.

Olavo de Medeiros Filho anotou em "Aconteceu na Capitania do Rio Grande" que naquele período, neste litoral, havia índios do grupo Tremembé ou Teremembé, Taramambé, que, segundo ele, habitavam o litoral nordestino do cabo de São Roque ao rio Gurupí no Pará, dando ele a entender que estes eram antropófagos.

Depois dos contatos iniciais no Brasil, os portugueses afastaram-se dessas terras, não por motivos dos fatos anotados por Américo Vespúcio sobre o Rio Grande do Norte e sim pela pouca capacidade comercial que, para eles, essa terra oferecia. Como mercadores entediam que os habitantes da "nova terra" não compravam e só produziam o necessário para sua subsistência. Conseqüentemente outras nações da Europa, como os franceses, vieram para essas terras explorar as riquezas nela existente, sobretudo o Pau-brasil. Eles aliaram-se aos nativos praticando o escambo e explorando-os como mão-de-obra na extração de madeira e outras riquezas. Essa convivência perdurou por diversos anos, se

tornando o principal entrave para que o colonizador português tomasse "posse" das terras do Rio Grande do Norte.

Percebendo que perdia espaço e domínio sobre a terra brasileira, trinta anos mais tarde, Portugal envia a primeira expedição colonizadora comandada por Martim Afonso de Souza, objetivando expulsar os franceses e montar um sistema de defesa dando início a colonização.

No período compreendido entre 1534 e 1536, Portugal implanta um sistema de Capitanias Hereditárias, com 15 lotes distribuídos à nobreza e a pequena burguesia, no total de 12 donatários. Em 1535, as terras do Rio Grande, Ceará, Piauí e parte do Maranhão, até o meridiano de Tordesilhas, foram doados a João de Barros, o qual tinha como sócios Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade. Juntos após diversas incursões e conflitos com esses nativos, aliados aos franceses, não conseguiram fixar posse na terra Potiguar. Fracassado esse sistema, D. João III cria o de Governo Geral, e manda para o Brasil, em 1549, Tomé de Souza, seu primeiro governador.

Portugal e suas colônias, inclusive o Brasil, em 1580 passam ao domínio Espanhol, período que durou até 1640. Em fins do século XVI, o Rei Felipe II da Espanha envia ao sétimo Governador do Brasil, Dom Francisco de Souza, por Carta Régia emitidas a 09 de novembro de 1596 e em 15 de maço do ano seguinte, decretando expulsar os franceses, construir um forte e fundar uma cidade no litoral do Rio Grande.

Em cumprimento foi enviada uma expedição composta por sete navios e cinco caravelões, sob o comando do capitão-mor da Capitania de Pernambuco Manoel Mascarenhas Homem, o capitão-mor da de Paraíba Feliciano Coelho, em que participou, também, Jerônimo de Albuquerque que permaneceu na capitania. Após lutas, recuos e avanços expulsaram os franceses do local e a 06 de janeiro de 1598 iniciaram a construção de um forte, inicialmente em madeira, denominando-o de Fortaleza dos Reis Magos. No ano seguinte, a 25 de dezembro, fundaram ali a cidade do Natal. Em 1633

aquela fortaleza foi atacada pelos holandeses, resistindo por alguns dias sendo dominada e tomada no dia 12 de dezembro daquele ano. Estalados, os holandeses permaneceram até 1654, quando foram expulsos.

Com a conquista portuguesa e a fundação da cidade do Natal, se iniciou a corrida colonizadora da Capitania do Rio Grande do Norte, fragmentando suas terras em datas de sesmarias entregues aos portugueses que se aventuravam nelas à busca de riquezas. A primeira data das terras Potiguar foi concedida, a 09 de janeiro de 1600, ao capitão João Rodrigues Colaço, ficando a margem esquerda do rio Potengí: *numa água a que chamam da Papuna*, como relata aquela carta de sesmaria. As terras mediam 2.500 braças de fundos por 2.000 de largura e se estendiam de Santo Antonio do Potengí até a cidade de São Gonçalo do Amarante, no atual município de São Gonçalo. Neste mesmo ano, os padres da Companhia de Jesus obtiveram terras nas ribeiras de Pitimbu e Jundiaí. No ano seguinte João Lostão Navarro recebe terras na barra do rio Trairí, aonde implanta um porto de pescaria.

Nessa corrida inicial, recebem terras: Gregório Pinheiro, no rio Simbaúba; Gaspar Rabelo, no rio Guaraú, desaguadouro da lagoa de Extremoz; Gaspar Gonçalves Rocha, na barra do rio Curimataú para o norte; Diogo Dias Rocha, no mesmo rio pelo sul. Em 1602, na barra do Ceará-Mirim recebia terras Afonso Álvares e no rio Conaputumeri, atualmente Porto Mirim, Gregório Gonçalves. No ano seguinte João Soromenho recebia na barra do Pirangí. Novamente, em 1604, Gregório Pinheiro recebia terras no vale do rio Cururu-Açu. No mesmo ano o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque doou aos seus filhos Matias e Antonio 5.000 braças de terra em quadra na ribeira do Cunhaú, onde surgiu o famoso Engenho Cunhaú, (hoje no município de Canguaretama), período em que Francisco Tatu recebia uma parte pelo rio Pirangí acima e Gaspar Rabelo se instalava com um porto de pescaria nas terras entre o rio Ceará-Mirim: *Na ponta que descobre a fortaleza*, hoje praia de Santa Rita, no município Extremoz.

Em 1614 já eram cento e oitenta e cinco datas de sesmarias entregues gratuitamente com objetivo de povoar essa capitania, registradas no Auto de Repartições das Terras do Rio Grande. Naquele período as várzeas do Ceará-Mirim, Potengí e Jundiaí já estavam ocupadas com plantações de cereais e mandioca, alguns gados e cavalares, porém os colonos não avançavam além da faixa litorânea, razão da resistência indígena em defesa de seu lugar. Esses sinais de resistência no litoral indicavam o que estavam por vir no interior dessa capitania.

O Brasil era para o português a extensão territorial de Portugal e "como donos" tinham por objetivos fazer dele o que bem entendesse. Quando chegaram nessas terras já havia o milho, a mandioca, o algodão, e evidentemente, muita riqueza vegetal e mineral. No entanto, ocupavam-na queimando plantações e aldeias, aprisionavam e matavam o índio, tomando conta de tudo o que ao nativo pertenciam. Nessa covardia passaram mais de cem anos na terra Potiguar, dizimando quase toda a população nela existente. Roubavam, matavam e escravizavam em nome do povoamento de uma terra que, por si só, já era bem povoada, enquanto se tornavam senhores de tudo.

Os franceses que aqui chegaram e permaneceram por quase um século, tinham o nativo como seu parceiro, também acontecendo durante o domínio holandês. Sendo que os franceses tinham-nos como auxiliares na exploração das riquezas naturais desta terra, enquanto os holandeses utilizavam-nos para proteção e defesa durante a sua estadia na capitania. Já os portugueses tinham por objetivo tomar as suas terras, explorar, escravizar, dizimá-los. Na realidade, a maioria das atrocidades praticadas durante a colonização é ocultada nos livros didáticos, sendo à maioria apenas reprodução do que se interessava difundir durante o período colonial e monárquico, se ocultando a verdade. Tanto os franceses quanto os holandeses são tratados como invasores. No entanto, quem de fato não invadiu o Brasil? O extermínio de nações, o escravismo, a devastação, nada se justifica em defasa de quaisquer que seja o seu objetivo.

A expansão da colonização no litoral Potiguar e das capitanias de Pernambuco e Paraíba empurrou esses nativos para o sertão. Quando os holandeses tomaram essa capitania do domínio português, em 1633, os índios se aliam a eles e iniciam as retaliações contra esses lusitanos, entre outros, dizimando mais de sessenta que ofereciam resistência, refugiados no Engenho Ferreiro Torto, hoje no município de Macaíba.

De então, os índios desceram da região sertaneja para guarnecerem nas defesas dos holandeses, formando frentes de ataques em diversas partes, contra os focos desses colonos, esperançosos de que com isso eles não voltariam mais a sua pátria. Em 26 de janeiro de 1654, os holandeses rendiam-se em Recife/PE e o seu governo no Rio Grande do Norte já não oferecia mais resistência.

O novo domínio português se inicia. A guerra com os batavos deixara as benfeitorias na colônia praticamente destruídas. Antonio Vaz Gondim, então capitão-mor do Rio Grande do Norte, conseguiu trazer cento e cinqüenta portugueses para reconstruir e repovoar essa capitania. Pelas terras litorâneas e demandando os principais rios, o colonizador chega ao sertão. Lá servira de palco à grande guerra pela sobrevivência indígena.

Moradores das capitanias da Paraíba, Pernambuco e os que resistiram na do Rio Grande do Norte recomeçam a ocupar as terras no litoral. Em 1666, João Fernandes Vieira pediu terras para o sertão, dez léguas do Taipu pelo rio Ceará-Mirim acima e pelo litoral de Touros, impenetráveis até então. Em 1678, Domingos Alves da Guerra, Jerônimo Sánchez da Silva, Lourenço de Faria Leitão, Jerônimo da Rocha, Gonçalo e José Leitão Arnoso, Antonio Lopes Leitão e Izabel da Rocha pediam terras no alto sertão:

...No sertão onde habita os gentios bravos, ainda que seja com riscos de pessoa e fazenda, cinco léguas de comprido por cinco de largo ao longo do rio Upanema para cada um...

As terras foram pedidas ao Governador-Geral Roque da Costa Barreto, que respondeu:

Vinte e cinco léguas quadradas a cada um; e a todos oito, duzentas, que não é possível possam povoar; pois nestas eras, nem se vive nem se procria tantos como nas de Adão e Noé.

E ofereceu três de comprido por uma de Largo, doada em 26 de fevereiro de 1680. Em 1676, Manoel Gonçalo Diniz chega a várzeas do rio Acauã e Currais Novos. Em 1679, na região de Pau dos Ferros, Luís de Souza Furna, Antonio, Pedro e Lopo de Albuquerque Câmara, seguido por Antonio da Rocha Pita. No Açu, em 1687, Manoel de Abreu Soares fundara o Arraial de Santa Margarida, aonde havia outros colonos espalhados pela aquela várzea. Grande parte dessas terras caiu em comisso, por conseqüências dos conflitos na região, medição ou confirmação.

O avanço dominante para o sertão fez com que o nativo se refugiasse na região do Açu. Acuados vendo o colono invadir suas terras, matando e destruindo tudo, submetendo suas famílias a submissão, sem ter onde morar ou caçar, eles passaram a atacar os curais e as plantações dos colonos, como defesa natural, e para a sua própria sobrevivência. Amedrontados, se sentindo prejudicados, os colonos imploravam socorro ao capitão-mor da capitania. Agravou-se cada vez mais a partir de 1682, provocando a grande guerra que durou de 1687 até 1697, ficando conhecida como a Guerra do Gentio Bárbaro, ou do Tapuia.

Naquele período, ações expedicionárias de combate ao índio eram mobilizadas para aquela ribeira, e de lá, formavam-se frentes de repressão travando-se sangrentas batalhas. A resistência indígena era tal que em 17 de junho de 1687, o Governador Geral, na Bahia, recomenda ao capitão-mor de Pernambuco que socorresse a capitania do Rio Grande do Norte com todo poderio bélico de que pudesse. O esforço desta capitania sortia pouco efeito. O Tapuia havia resistido às expedições do capitão-mor Manoel Soares de Abreu, a do coronel Antonio de Albuquerque Câmara e outras tantas anteriores. As constantes derrotas, o abandono de algumas sesmarias por colonos, só restava pedir socorro à capitania de São Vicente, atual Estado de São Paulo, de onde a larga experiência de seus

bandeirantes, expedicionários vitoriosos na caça do negro fugitivo e no apresamento indígena, poderia ser a solução.

São Vicente envia o "socorro". Com a chegada dos expedicionários paulistas na região do rio Piranhas ou Açu se iniciam uma devastadora carnificina contra o povo nativo deste sertão. Domingos Jorge Velho chegou queimando as aldeias e degolando toda a nação nelas existente. Seu primeiro confronto durou quatro dias e quatro noites, até faltar munição, ficando à expedição imobilizada a espera de socorro, acuados naquela região.

A ajuda local não produzia efeitos, quando se recorre à outra expedição, esta comandada pelo paulista nascido em Santos, Manoel Álvares de Morais Navarro que chega massacrando índios no vale do Ceará-Mirim e dali ruma ao do Açu para socorrer Jorge, encontrando-o com apenas cinco homens branco, o resto, os que não morreram, tinham desertado. Substituído, Jorge segue para combater no Quilombo dos Palmares e Navarro toma seu lugar continuando aquele serviço macabro e destruidor que no início do século XVIII ainda havia resquícios de luta.

Liquidado quase toda aquela nação, se inicia a definitiva ocupação sertaneja. Alguns nativos que escaparam se refugiavam nas serras, vagando, escondendo-se do berro das armas de fogo dos senhores das terras, aonde antes viviam livremente. Geralmente as mulheres Tapuia eram capturadas "a casco de cavalo" e "domesticadas" a serviço dos latifundiários do sertão. Enquanto parte dos homens que foram presos o Rei de Portugal, por Carta Régia de 09 de janeiro de 1714, manda que todos os Tapuia de sete anos acima fossem remetidos para serem vendidos no Rio de Janeiro.

Não bastante pela humilhação e destruição causada pelo "homem civilizado", constatamos em algumas cartas de datas de sesmarias relatos denunciando os esconderijos do nosso bravo homem do sertão, aonde amedrontados procuravam sobreviver. É o caso da petição da sesmaria do padre Manoel de Jesus Borges:

...Ele suplicante tem noticia serta de alguns esconderijos e velhacoutos do gentio Tapuya Canindé da nação Janduim, aonde se escondem coando se lhes

faz guerra e se livram das nossas armas, os cujos esconderijos ficam nos supés das serras e nas chans dellas de hua a outra banda que fica nas nascenças e cabeceiras dos rios Tacima, Jacu, Pituaçu, Acoam...

Trecho original daquela carta de sesmaria concedida em 13 de julho de 1706, terras no sertão da região Borborema Potiguar. Este padre foi um dos participantes do Terço dos Paulistas – Expedições de Combate ao Índio - comandada por Manoel Álvares de Morais Navarro, e posteriormente foi ele missionário da Aldeia de Mipibu.

Os conflitos após a "limpeza" da raça nativa, passaram a ocorrer entre os próprios colonos em suas demarcações de terras, prevalecendo o poderio econômico, a influencia com autoridades, a fama; a lei do mais forte, a base da tocaia, aonde as cercas eram à força do chumbo. Num desses episódios onde o grande sempre leva vantagem, é observada na permissão, por Carta Régia de 1701, concedida ao coronel Antonio da Rocha Pita, grande sesmeiro baiano, para expulsar com os seus quarenta vaqueiros, os moradores de terras da ribeira do Açu, aonde ele pretendia fundar suas fazendas. Esses conflitos continuavam entre as famílias, e principalmente por aqueles que quando descobria terras produtivas procuravam usurpar do de menor poder aquisitivo.

AS SESMARIAS

Regiões incultas e despovoadas que os reis de Portugal ou os capitães-mores que governavam as capitanias concediam as pessoas de merecimentos e serviços, para nelas tratar da agricultura ou situar seus gados. A sesmaria, mais conhecida como data de terra, se media por léguas. Cada légua correspondia a 3.000 braças ou 6.300m. No sertão esses latifúndios eram adquiridos para acomodar o gado do colonizador; ou seja, para criar, retirando-os das lavouras do litoral, principalmente de canas-de-açúcar. Nos primeiros anos de 1700, século da expansão da povoação para o sertão, a maioria dos requerentes de datas, as pediam por ouvir dizer que em tal lugar havia terras devolutas, enquanto permaneciam nos vales úmidos, em seus engenhos, ali iniciados, e mandavam para o sertão o corajoso vaqueiro.

Em fins do século XVII, com as terras praticamente ocupadas, o Senado da Câmara de Natal, em 02 de julho de 1689, informava a D. Pedro II, Rei de Portugal:

...Nos limites desta Capitania se tem descoberto mais de trezentas léguas de terras pela costa do mar, e para o sertão, todas estas mais capazes para criar gado e fazer outras muitas lavouras; todas estão sem ter nenhuma, e demais disto há uma grande confusão nas demarcações e domínio, de que resultam duvidas nesses sertões...

O povoador pedia terras demasiadamente, por pura ambição, concedidas na forma que jamais poderiam ser controladas. Em 1607 os padres Jesuítas mandavam em quatorze léguas de sesmarias solitárias. O Governador João Fernandes Vieira, obteve em 1666, uma sesmaria na ribeira do Ceará-Mirim, da região do Taipu até o porto de Touros, com dez léguas de costa e outras tantas para o sertão. O vigário de Goianinha, padre José Vieira Afonso, possuía em 1754 cento e quarenta e quatro quilômetros de terras sem a mínima utilização. Entre as providências tomadas para amenizar estes desmandos, a data de sesmaria foi reduzida a uma taxa de terra com três léguas de comprimento por uma de largura, por Carta Régia de 07 de dezembro de 1698.

Mesmo assim, pela dificuldade do cruzamento de informação, não era fácil disciplinar essas concessões. Determinava a Carta Régia, que nestes limites, os possuidores das terras tinham um prazo de um ano para requerer confirmação ao Rei, demarcar e povoar dentro de cinco anos sob pena de comisso. Em algumas áreas as datas eram pedidas e concedidas a mais de um colono, no mesmo local, provocando desavença e vez por outra não se efetivando a ocupação dentro do prazo legal. Assim as terras caiam em comisso e a pena seria a perda daquela área para outro.

BASES DA MUNICIPALIZAÇAO DO RIO GRANDE DO NORTE

As sesmarias administradas pelos padres Jesuítas, ou os de outras ordens, tinham por objetivo principal, aldear e catequizar o índio. Delas surgiu às bases para a municipalização do Rio Grande

do Norte, excetuando-se o município do Natal que foi criado em 25 de dezembro de 1599, abrangendo toda a Capitania.

Subordinado a administração do Governo Geral na Bahia, o território riograndense passou em 1701 para a jurisdição da capitania de Pernambuco, e só pela revolução de 1817 foi conseguida a sua autonomia. Naquele período o Rei de Portugal D. José I, por influência do Conde de Oleiras, Sebastião José de Carvalho, então primeiro ministro português e depois Marquês de Pombal, em 1755, expulsa os Jesuítas do Brasil, dissolve aquela forma administrativa e transforma as aldeias em vilas sedes municipais, com autonomia local e governos eleitos pelos "cidadãos".

Cascudo anotou em "Nomes da Terra" que nas Instruções Oficiais de implantação destes territórios, recomendava-se:

Denominareis com os nomes dos lugares e vilas destes Reinos, que bem vos parecer, sem atenção aos bárbaros que tem actulmente.

Desta forma surgiram nossos primitivos municípios, como o da vila de Extremoz e o da vila Nova de Arês em 1760, todos no agreste Potiguar. No ano seguinte é criado o primeiro município sertanejo, o da vila de Portalegre. No ano de 1762 é a vez do município e vila de São José do Rio Grande do Norte, hoje São José de Mipibu. Ainda naquele século, em 1769, foi criado o da vila Flor, e quase vinte anos depôs foram criados o da vila Nova do Príncipe, atual Caicó, e o da vila Nova da Princesa, atual Açu, todos em 1788. Com a autonomia administrativa em 1817, o Rio Grande do Norte deixa de ser capitania, governada por capitão-mores, e passa a Província administrada por presidentes e depois por governadores. Com essa independência e a implantação do império no Brasil, retomam-se a sua organização política e as novas emancipações. No primeiro ano da República que a transforma em estado, é criado Jardim de Angicos proveniente do território Açu/Angicos.

OS POVOADORES DE JARDIM

Em fins do século XVII corre a notícia da "dominação" do Tapuia pelos paulistas, na região sertaneja. Imediatamente,

colonizadores adentram pelos rios e chegam ao sertão, aonde poucos tinham resistido à batalha e permanecido ali. Os principais acessos para o interior central da então capitania do Rio Grande era pelos rios Potengí e Ceará-Mirim, por onde em suas margens haviam veredas usadas pelos nativos em suas andanças e que serviu, também, para o trafego das expedições que os destruíram. Demandando aqueles caminhos chegam aqui os precursores do nosso povoamento. Estala-se trazendo seu gado, seu escravo, seu vaqueiro, plantam roçados, constrói sua casa inicialmente em taipa, refazendo-a exuberante em tijolos e telhas feitos das barrancas dos rios, e ao derredor, em locais estratégicos, construíam a dos seus serviçais, geralmente de taipa. Vizinho ou conjugado à casa grande construíam o armazém para mantimentos e fornecimento a alguns trabalhadores livres que pagavam com a safra ou com o trabalho.

Geralmente o provimento desses armazéns era efetivado por pouco mais de quatro viagens anuais, ao agreste Potiguar ou ao brejo paraibano, para buscar produtos derivados da cana-de-açúcar e outros mantimentos, como também ao litoral de Macau para buscar o sal e peixe salgado. Já a sua produtividade de cereais era estocada para o consumo e as carnes produzidas ali mesmo de bovino, a miunças, aves e caças.

O meio de transporte desse homem era o cavalo ou o burro-mulo, a comunicação era o recado ou cartas que demoravam dias na longa e solitária viagem na imensidão daquelas terras inóspitas. Um bacamarte e a faca peixeira eram suas armas, o cão-de-caça era o seu companheiro inseparável rumo à descoberta de sua terra escolhidas nas ribeiras. Água, a bóia, munição, um ou mais companheiros, demandavam os rios e riachos, subiam e desciam serras, localizavam "suas" vertentes, batizando tudo e o que estavam ao alcance da vista. Preocupavam-se com as fontes dágua, sua riqueza maior, aonde pudessem sobreviver seus animais e melhor formar seu povoado.

Delimitava a sua posse "a olho" entre as distantes elevações, centralizando o controle das águas, retratavam-na tudo em uma carta e a remetia suplicando aos capitães-mores que governavam as

capitanias e através de confirmação Real tornar-se-ia dono daquele território e conseqüentemente do seu arraial, onde mandava e desmandava.

O sertão foi basicamente povoado por vaqueiros que permaneciam nas terras cuidando do gado vindo da região litorânea. Alguns historiadores fazem referências de que a entrada de gado para o sertão se deu, quase que exclusivamente, pela região do Seridó, entrando pela Paraíba, acompanhando os rios Piranhas e Mossoró, trazidos do norte da Bahia. Todavia, bem antes, o Rio Grande do Norte alimentava as capitanias da Paraíba e Pernambuco com gados levados do Rio Grande. Em 1638, durante o domínio holandês, Maurício de Nassau e o Supremo Conselho referiam-se assim sobre o Rio Grande do Norte:

...Os moradores se preocupam principalmente com a criação do gado que ali existia com abundância: a guerra a reduziu muito e fê-lo selvagem, mas trata-se de amansá-lo com toda a diligência e de levá-lo aos currais. O Rio Grande do Norte está dando muito gado que é conduzido para a Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, onde serve quer para corte, quer para trabalharem nos currais e engenhos...

Naquele período o gado dessa Capitania estava no agreste Potiguar, nas áreas de plantações, acompanhando o lento desenvolvimento para o sertão. Em 1654, com a expulsão dos holandeses, quando o capitão-mor Antonio Vaz Gondim passou a governar essa capitania, permanecendo até 1677, trouxe cento e cinqüenta colonos para ajudá-lo reestruturar as bases da administração e repovoá-la. Na década seguinte, os índios havia morto neste sertão mais de vinte mil cabeças de gado, provocando o abandono de terras por vários colonos. No litoral ele pouco foi afetado, se não para pagar e abastecer de carnes as expedições de caça ao índio.

Claramente, o gado chegou ao sertão da capitania subindo do litoral pelas várzeas de seus principais rios: Curimataú, Jacu, Trairí, Potengí e, principalmente, pelo Ceará-Mirim. Naquele período a ocupação sertaneja estava travada; tanto na Paraíba quanto no Rio Grande, tardando a entrada desse gado pelo rio Piranhas. Logo

depois dos conflitos, nos primeiros anos do século XVIII, o gado começa a ser fixado definitivamente no sertão, creio, maiormente por estes rios do agreste. Nos primeiros anos de 1700, o coronel Antonio da Rocha Bezerra mantinha um curral no sertão do Ceará-Mirim – atualmente território municipal de Jardim de Angicos – a aproximadamente 100 km do litoral, exclusivamente para recuperar e recambiar seus gados e de outros para diversas partes do sertão.

Os rios Ceará-Mirim e Potengí foram os principais caminhos para as levas de gado e da expansão do povoamento litorâneo para o sertão central Potiguar. A partir de 1706, as terras ribeirinhas do Ceará-Mirim chegando à barra do Cururu, e acima, mais ou menos distantes de dezessete léguas da foz deste principal, foram logo ocupadas com gado e vaqueiro. Os primeiros sinais deixados da predominância povoadora nesta terra foram relatados em 1712 e 1716 por Estevão Velho de Melo e o reverendo Antonio Amado, onde retratam algumas sesmarias que não foram povoadas de imediato, e outras que seus povoadores deixaram sinais de ocupação e as abandonou, seguramente por conseqüência dos confrontos que houvera.

As primeiras tentativas de ocupação na região ocorreram em julho de 1666, quando o governador João Fernandes Vieira requer, na região de Taipu, dez léguas de sertão acima na ribeira do Ceará-Mirim. Com tanta terra, e tão pouca gente para desbravar, seus serviçais pouco avançaram na região, tomada por conflitos e estripulia do gentio. E, em 1682, quando os irmãos Paulo e José Coelho de Souza, moradores no Pernambuco, tentavam chegar acima do Cabugí, "*pelo rio Salgado e onde está a chamada serra do Cabugí"*.

Na época das entradas definitivas para o sertão, quase todas as terras pedidas nessa região tinham como referencial acima ou abaixo da barra de deságua do Cururu. Diversos pedidos foram feitos, quase ao mesmo tempo, gerando desordem nas posses e nas futuras demarcações. O Cururu fica a meia légua (três quilômetros) da cidade de Jardim de Angicos e é o mesmo rio que chamamos "da

Barra", ou "da Primavera". Nele, acima, há uma confluência à direita formando o rio do Vento e pela esquerda o Quintimproá, que é o mesmo que chamam de Bela Vista.

Referem-se os primeiros registros encontrados nos livros de sesmarias, pós-guerra, que em 1709, **Manoel Rodrigues Coelho** possuía três léguas de terras no Taipu pelo rio Ceará-Mirim acima. No ano seguinte, seu irmão **Francisco Rodrigues Coelho** e **Maurício Brochado Ribeiro** requeriam a data de Nº 85, concedida em 10 de fevereiro de 1710:

...No rio Ceará-Mirim começando na paragem de Manoel Rodrigues, correndo pelo dito rio acima, há terras devolutas até a barra do Cururu e porque os suplicantes as querem povoar.

No mesmo ano, o ajudante **Bento Fernandes de Almeida** e o alferes **Antonio Martins do Vale**, **Rosa Maria** e **Maria Nogueira**, pediam terras nas mesmas imediações. Datas Nº 87 de 05 fevereiro de 1710, e a de Nº 89 de 12 do mesmo mês e ano:

...No rio Cururu, começando da barra no rio Ceará-Mirim correndo para acima por uma e outra parte do rio em diante tem terras devolutas e desaproveitadas aonde elas suplicantes requerem por data de sesmarias seis léguas de terras de comprido, correndo da barra do rio Cururu para cima com meia légua de cada banda do rio de largo na forma referida...

No mesmo período, Manoel Rodrigues Coelho e seu irmão Francisco requeriam as terras acima da barra do Cururu, percorrendo pelo lugar Rio do Vento e o Olho Dágua da Gameleira, com três léguas para cada um. Ao oeste dali, **Sebastião de Sousa** e sua filha **Francisca de Souza**, requeriam a data Nº 77 em 23 de outubro de 1709, terras do Cabugí para banda do Cururu. Naquele período já estavam pedidas às terras das várzeas dos principais rios e os domínios espalhando-se além deles. Mesmo assim, naquela primeira década do século XVIII poucos conseguiram se fixar nessas terras, por medo dos conflitos indígenas e pela falta de confirmação como foi o caso de Sebastião de Souza.

Na segunda década é efetivada essa povoação, quando **Estevão Velho de Melo**, em 22 de fevereiro de 1712, requer terras

no rio Ceará-Mirim, afirmando já haver domínio do coronel Antonio da Rocha Bezerra. No contexto de sua petição ele registra a existências de uma caiçara, significativo de curral na língua ruralista da época, dando a entender que seria a primeira construção que permaneceu no território jardinense, daquelas da década inicial de ocupação. Narra à carta de data Nº 116 de Estevam de Melo, terras concedidas em 22 de fevereiro de 1712:

...Ele suplicante tem seus gados nesta capitania em terras de que pagara arrendamento e não tenha terras propícias e porque tenha noticias que pelo rio Seara mirim (Ceará-Mirim) há terras donde pudesse trazer os ditos seus gados, as quais estão devolutas e desaproveitadas e as quer povoar três léguas de terras pelo dito rio Ceará-Mirim, na parte donde o ***coronel Antonio da Rocha Bezerra*** *fez sua caiçara, pela parte do norte, légua e meia pelo rio acima e outra légua e meia por ele abaixo fazendo na dita caiçara pião, em cima das ditas três léguas de comprido e uma de largo, meia para cada banda do rio, com todos os pastos e mais logradouros para o seu desfruto...*

Ainda em seu teor se constata que a caiçara do coronel Antonio Bezerra ficava no rio Ceará-Mirim, em uma légua por mais ou menos da barra do Cururu, dando a entender que seria nas imediações, atual, entre Jardim e Umarí, origem de boa parte deste território. Já em 1739 essa mesma sesmaria pertencia ao ajudante **Manoel Gomes da Silveira**. Correndo dos limites da meia légua – na barra do riacho Malacacheta – para oeste, pelas terras que abrange a cidade de Jardim de Angicos, Balbinos, Umarí, Pedra do Navio, Fazenda Nova, Salgadinho, Estribarias e adjacências chegando a Serra da Maniçoba, que deu topônimo a essa sesmaria, onde se limitava completando as três léguas. Esse segundo proprietário é citado na carta de data do Tenente Cardoso. Em julho de 1742, Manoel Gomes requeria terra no rio Salgado, acima do Taipu. Na carta de Estevão, se observa, também, que as suas terras ficavam no lugar pedido anteriormente por Rosa Maria e Maria Nogueira.

Outra parte de terra é requerida no mesmo local, confirmada em 09 de agosto de 1716, data de Nº 134, ao reverendo padre **Antonio Amado e Manoel Lopes Homem**, onde esclarecem ser ambos sacerdote do Habito de São Pedro. Descreve a carta:

...Eles suplicantes têm seus gados e mais criações e não tenham terras donde os acomodar e criar e porque no rio Cururu há terras devolutas e desaproveitadas que ninguém as foram povoar, as quais foram dadas no ano de setecentos e seis a ***Rosa Maria*** *e* ***Maria Nogueira*** *e, portanto, não povoaram dentro do tempo da lei. No de setecentos e dez, aos Alferes* ***Antonio Martins do Vale****, já defunto, e a* ***Bento Fernandes de Almeida*** *e estas ditas terras se acham sem povoação até o presente. Portanto pedem a vosso senhor capitão-mor lhes faça mercê conceder em nome de vossa Majestade que Deus guarde, três léguas de terras de comprido e uma de largura na dita paragem do Cururu, pegando do poço chamado pela língua do gentio Canto dos Paus, acima. Em 1711, foram dadas por nova data as tornaram a pedir as sobras à senhorita* ***Rosa*** *e dona* ***Maria*** *e não consta que até o presente nem um nem outros as povoassem e a todos tem passado o tempo da Lei...*

Neste relato se nota a quantidade de peticionários e a desordem de local. Todos na barra do Cururu, sem muita definição a que rumo tomar: se pelo o Cururu ou pelo o Ceará-Mirim. Assim, nas duas décadas iniciais daquele século, o povoamento foi efetivado percorrendo pela data da Boágua ou Boa Água, requerida por Francisco Rodrigues Coelho, em 1709, terras pelo rio Ceará-Mirim seguindo o do Cururu, por meia légua de cada lado, perfazendo a meia légua oeste nas divisas da atual cidade de Jardim de Angicos.

Acima do limite de Francisco Rodrigues, seu irmão Manoel, situou terras indo até a Serra da Gameleira e a data do Olho D´água daquela serra. A Maniçoba do coronel Antonio da Rocha Bezerra, requerida em 1712 por Estevão Velho de Melo, confinante leste com a data da Boágua, se estendia para oeste, pelo Ceará-Mirim, chegando à serra da Maniçoba. Essa primeira etapa de ocupação se conclui com a aquisição da data da Malacacheta, pedida pelos padres da Companhia de Jesus: Antonio Amado e Manoel Lopes Homem, oferecida pelo riacho da Malacacheta. Acredito que essa última data tenha sido concedida com uma légua em quadra, ficando ao norte da Maniçoba e ao oeste da Boágua, com o objetivo de acomodar o gado dos Jesuítas e atrair os nativos, que ali se refugiava, para cuidar desse gado.

Suas divisas territoriais ainda conservam esse formato quadrangulado. Depois a Malacacheta pertenceu à família Morais

Navarro, entre eles o arrematador de dízimo do "Gado do Vento" **Manoel Álvares de Morais Navarro**. O seu pai, o sargento-mor dos Tapuias da Aldeia do Guagirú, **José de Morais Navarro**, provavelmente o antecedeu neste domínio.

Manoel Navarro era sobrinho do de mesmo nome, àquele capitão-mor do Terço dos Paulistas, expedicionário que combateu o gentio Tapuia. O que foi proprietário destas terras nasceu em 1739, filho do sargento-mor José de Morais Navarro, irmão de Manoel, e de dona Francisca Bezerra da Silva, proprietários do Engenho Ferreiro Torto em Macaíba, e aqui mantinham seus gados e alguns vaqueiros. Nesta região, estrategicamente, os Jesuítas mantiam um curral para juntar seus dízimos, em gado.

Na primeira década da ocupação ainda havia agitação indígena nesta região. Em 1712 Domingos de Morais Navarro, filho do capitão-mor Manoel, pleiteando ser governador da Capitânia do Rio Grande, relatava haver perseguido índios nessas bandas e lavado até o sítio Taipu.

A região da Malacacheta e da Maniçoba, aonde deu forma a maior parte do território do atual Jardim de Angicos, na época das ocupações, era conhecida como o Sertão do Ceará-Mirim, por alusão ao rio, ou, o Sertão das Maniçobas, topônimo a uma vegetação facilmente encontrada nos pés das serras e serrotes da região, espécie da família das euforbiáceas, *manihot glaziovii, d*a mesma família da mandioca. Essa região serviu de reduto para esconderijos de Tapuia e negros que fugiam da servidão, e juntos se abrigavam escondendo-se ao norte do rio e da estrada que ia para a ribeira do Açu, atualmente conhecida como o Cardoso.

Fixado a ocupação na ribeira do Ceará-Mirim, durante aquele século a povoação foi se estendendo naturalmente aos seus afluentes, distribuídas de forma regular, como passou a se retratar nas cartas de datas, dando melhor clareza a sua localização territorial:

...No riacho novo que deságua no rio Cururu e, no rio do Vento que deságua no mesmo rio, nove léguas de cumprido por uma de largo, meia para cada banda do dito rio, três para cada um, pegando três léguas do dito rio acima

*o qual sítio tenha rematado **José Pinheiro Teixeira**, em praça e as outras três léguas pelo dito rio do Vento, acima, meia légua para cada banda, pegando das testadas dos providos do rio Cururu e os do rio Ceará-Mirim, e as outras três léguas pela falada Serra do Pica-pau, acima da parte do Potengí entre o olho dágua do sargento–mor **Antonio Rodrigues Santiago...***.

Informações colhidas da carta de data e sesmaria do tenente-coronel **Manoel Pinheiro Teixeira, Maria da Conceição de Oliveira e Bernardo Pinheiro Teixeira**, concedida em 23 de agosto de 1734. Em 1709, ao oeste dali, Sebastião de Sousa e a sua filha Francisca haviam pedido terras que não foram confirmadas. Em 1735, **José Luís de Souza** requereu confirmação das mesmas terras pedidas por seu pai, Sebastião de Souza. Relata a carta:

...Pegando nos serrotes que estão após o Cabugí para banda do sul, corre um riacho passando entre dois serrotes, a qual terra que ele suplicante pede a Vossa Senhoria que seja servido conceder as ditas três léguas de terra de cumprido e uma de largura, começando a medir dos ditos serrotes para banda do Cururu, correndo ao nascente no riacho que corre entre os serrotes...

Em 02 de agosto de 1749, **Manoel Pinheiro Teixeira** compra terras num riacho que o gentio chama Riacho do Sapo que deságua no Cururu. É Cachoeira do Sapo, divisas dos municípios Caiçara do Rio do Vento com Riachuelo:

*...Pela escritura junta consta haver o suplicante comprado ao **capitão Manoel Rodrigues Coelho** e a sua mulher **Inês Barbosa**, uma parte de terras que possuíam por data e sesmaria no lugar rio do Vento e o Olho Dágua da Gameleira, cuja data haver pedido o dito vendedor junto ao seu irmão Francisco Rodrigues Coelho, com seis léguas, três para cada um, obrigando-se no que se achou pelo dito vendedor povoado e não confirmou e se passar depôs da dita povoação para a Capitania do Ceará...*

Em 23 de janeiro de 1764, ao sul e oeste dali, o **ajudante Pedro Moreira de Azevedo** e **capitão João Alves Maciel** requeria terras no rio Quintimproá:

...Eles têm seus gados vacuns e cavalares e não têm terras a onde os possa acomodar e porque entre o rio Ceará-Mirim e o rio Potengí se acha um riacho o que chamam de Quintimproá e nas cabeceiras deste que se acha por detrás da serra que sobe para fazenda a que chamam Santa Rosa há o dito poço acima enchendo pelo riacho acima distante de trinta braças, fazem dois riachos, um da parte da mão esquerda, pequeno, e outro da mão direita maior. Subindo à

cima se acha uma pedra grande e outras três mais pequenas em cima do lugar do dito poço, para baixo, tem um serrote que entre a ponta do rio faz uma cachoeira que por esta acima não passa animal algum e desta passa a terra confrontada. São sobras da que se concederam ao capitão-mor ***Baltazar da Rocha Bezerra*** *no mesmo rio Quintimproá-choyó, pertence ao reverendo padre licenciado* ***Theodósio da Rocha****, no qual dito poço confrontado querem os suplicantes fazer um pião e dali pegarem com duas léguas para cima e uma para baixo de comprimento com uma de largura, meia para cada banda...*

Em 04 de janeiro de 1792, **Antonio Rodrigues da Silveira** recebeu uma légua de terra em quadra, com meia para cada banda do rio Ceará-Mirim, pela estrada que ia para o Açu:

...Ele suplicante tem seus gados vacuns e cavalares e não tem terras que possa criar e acomodar e porque na ***estrada*** *que dela se vai para o Açu, pelo rio Ceará-Mirim acima e a parte direita dela entre terras da Maniçoba de vários possuidores e as de José Teixeira da Silva o que chamam os Tanques, nas cabeceiras de uma e de outra parte há terras devolutas e desaproveitadas aonde pode o suplicante acomodar com três léguas de comprido e uma de largura fazendo pião em uma lagoa a que dormem as garças a qual lagoa existe dois serrotes um maior e outro menor, pelo inverno quando chove se passa para cima de uma pedra ou tanque para cuja lagoa entram os gados por dois boqueirões a beber...*

O coronel **Francisco da Costa de Vasconcelos, Manoel Machado de Azevedo** e **Pedro Coutinho de Matos**, em 22 de julho de 1793, receberam terras pela Serra do Bom Fim:

...Eles descobriram ao pé da serra que há entre duas ribeiras do Potengí e Ceará-Mirim, até o presente sem nome de alguém, intitulada um olho dágua que até o presente nunca foi pedido por pessoa alguma, que deságua para a ribeira do Potengí com vários outros olhos dágua, ficando a dita serra e o olho dágua principal do Bom Fim, onde entestam a ribeira do Ceará-Mirim, no qual olho dágua quer eles haver por data e sesmaria três léguas de terras de comprido e uma de largura, ou légua e meia em quadra na forma do lugar mudando para onde melhor possa lhe fazer em razão das águas e pastos...

José Luís Pereira, morando no Boqueirão (ou São Luís), em 1794 requeria sobras de seu sítio:

...Por que nas ilhargas do seu Sítio Boqueirão na ribeira do Ceará-Mirim há terras devolutas e desaproveitadas que nelas o suplicante que haver por data e sesmaria de três léguas de comprido por uma de largo, ou légua e meia em quadra, pegando das testadas do mesmo sítio do Boqueirão que é do suplicante,

pela parte do sul começando na Serra Corcunda entre terras da data do rio do Vento...

A maioria dessas concessões de terras anteriormente anotadas, exceto a Malacacheta e, claro, as que se conglomeravam ao longo do Ceará-Mirim, localizam-se na porção meridional do antigo território jardinense, tendo como base essa Ribeira. Foram terras que lhes eram favoráveis às águas de rios, riachos e olhos d´água, formadora das povoações que permaneceram nos municípios São Tomé, Lajes, Caiçara do Rio do Vento e parte de Pedra Preta. A população, porém, se iniciava e permanecia na ribeira destes principais, desenvolvendo os maiores aglomerados habitacionais e que aos poucos se estendia pelos pés-das-serras, acompanhando os baixios, aproveitando as correntezas dos riachos e pequenas fontes d´água. Atualmente grande parte dessas terras ainda é controlada como fazendas, guardando os resquícios históricos desse povoador.

Diversamente oposta às águas, a região ao norte que servia principalmente para solta de gado, teve sua povoação iniciada por volta de 1739, com os curais do tenente Antonio Cardoso Batalha, que deu origem ao topônimo à comunidade do Cardoso. O tenente fixou-se numa área pedregosa nas cabeceiras dos riachos Malacacheta e Milhã rumando para a banda do mar, privilegiado pelas pequenas lagoas do local e os "itaretamas", ou tanques, ali existentes. As sobras existentes ao oeste da data do Cardoso, José Teixeira da Silva pediu uma das partes em 1785 e Antonio Rodrigues da Silveira recebeu outra parte em 1792, ali vizinho, pela estrada que vai para o Açu.

Antes, em 1736, Rodrigues Alves Correia (e não Rodrigues Alves Carneiro) já possuía terra pelo rio da Pedra Preta, o riacho Pajeú. Rumando para as praias do norte, José Gonçalves de Souza, Luís Teixeira do Nascimento e José Gonçalves receberam terras em 1768. A última posse documentada na região ocorreu em 1814, pedida por Jacinto Lopes dos Reis, pelo nascente, atualmente terras municipais de João Câmara. A data do Cardoso, requerida por **Antonio Cardoso Batalha**, em 23 de dezembro de 1739, descreve:

...Porque entre terras da parte do sul chamadas a Maniçoba e a Malacacheta da Companhia de Jesus, da parte do leste, há terras devolutas em que se pode acomodar o suplicante com três léguas de comprido e uma de largo que fica detrás das serras das cabeceiras do riacho Milhã e dentro há lagoas e outras lagoinhas e em uma delas faz poço e são rodeadas de uns pés de cajazeiras e dois de carnaúbas, em as quais fica o poço dágua...

A data dos Tanques, requerida por **José Teixeira da Silva** em 05 de fevereiro de 1785, descreve:

*...Ele tem gados e bens para poder situar terras de que necessita e porque tem notícias de terras livres e desaproveitadas no rio Ceará-Mirim no **Sertão das Maniçobas** e pretende por sesmaria três léguas de terras de comprido por uma de largura fazendo pião nos tanques para a parte do sul até entestar com a data da Maniçoba ou **Umarí** e **Pedra do Navio** e para parte do norte até onde poder, enchendo-se de uma e outra parte com a largura de uma légua, meia dos tanques para nascente e outra meia para o poente...*

A data requerida por **Rodrigues Alves Correia**, em outubro de 1736, descreve:

...Ele suplicante tem seus gados vacuns e cavalares e porque estão do suplicante à nascente devoluta umas terras. Estas, pelo rio da pedra preta acima e para nelas poder criar as ditas criações, quer haver uma data de terras de três léguas de comprido e uma de largo, começando dos testados da data do coronel Lourenço de Araújo pelo rio acima sobras das ilhargas pertencentes ao dito coronel Araújo. Data da Pedra Preta...

As sobras ao norte e oeste da Pedra Preta e da Maniçoba, em 05 de setembro de 1768, foram pedidas por **Luís Teixeira do Nascimento**, **José Gonçalves** e **José Gonçalves de Souza**:

...Terras entre a Praia das Salinas e o rio Ceará-Mirim, defronte ao sítio chamado As Maniçobas...

Jacinto Lopes dos Reis em 23 de novembro de 1814 requer a data do Torreão, terra aonde se desenvolveu parte do município de João Câmara. Correndo para banda da Serra Verde e Riacho Seco, as terras pertenciam ao seu sogro José Vieira de Melo, assim ele relatava:

...No riacho do Torreão ribeira do Ceará-Mirim há terras desaproveitadas que algum tempo foi pedida e não foi povoada que o suplicante necessita dela para criar e plantar, conforme sua capacidade requer por data três

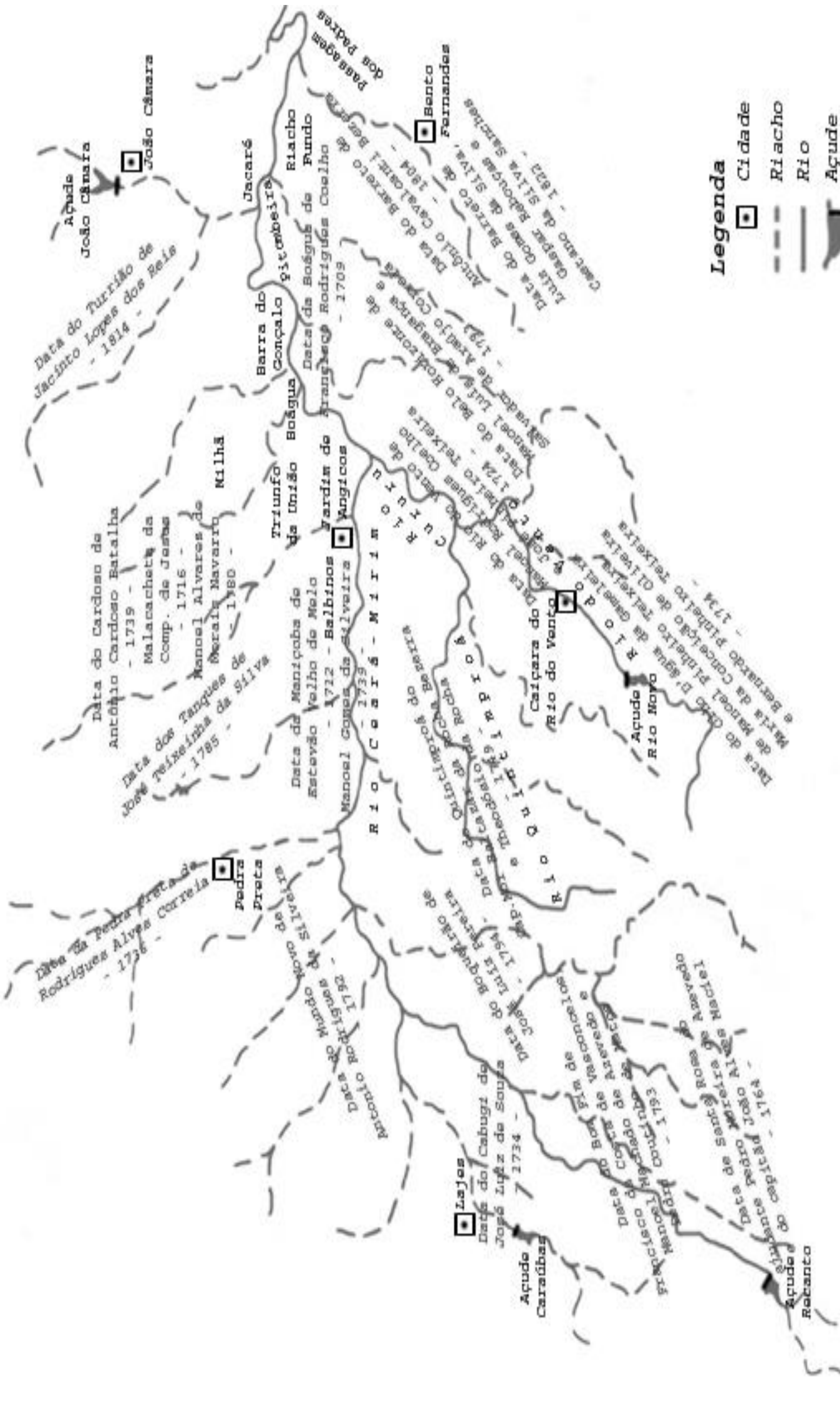
léguas de comprido fazendo pião na Serra do Torreão com légua e meia para a parte do norte e outra légua e meia para parte do sul, e uma légua de largura do dito riacho para a parte do nascente, onde se acha o suplicante, até entestar com o sogro dele suplicante, José Vieira de Melo...

Um documento que retrata a situação da povoação deste território, em fins do século XVIII, é a carta de sesmaria que requer as terras de sobras que se localizam na fronteira oriental do atual Jardim de Angicos e parte no de Bento Fernandes, em 19 de julho de 1793, obtida por **Manoel Muniz de Bragança e Salvador de Araújo Correia**, informando haver vários sítios vizinhos à barra do Cururu:

*...Eles têm seus gados vacuns e cavalares e não têm terras próprias para criarem e porque na terra do **Sítio Cururu do capitão Antonio José Santo,** na parte do nascente para um riacho acima chamado **Tanque do Felix** há terras devolutas e desaproveitadas que nunca foram pedidas nem povoadas, portanto quer haver por titulo de data e sesmaria três léguas de terras de comprimento por uma de largura ou légua e meia em quadra no dito riacho, pegando do próprio lugar do Tanque do Felix que fica ao pé de um serrote que de cima do qual se descobrem todos os **mais lugares vizinhos**, de parte que lhes fique de dentro do lugar do xiquexique onde são terras de sobras do **Sítio da Boa Água** e do **Sítio do capitão Manoel Soares**...*

Em fins do século XVIII, esses latifúndios já estavam subdivididos e distribuídos entre herdeiros ou parentes e partes vendidas. Por diversos anos, nas adjacências dessas datas, permaneceram terras devolutas, apossadas por pessoas da própria região que nunca se legalizaram com o Governo. Elas ocorriam acima dos limites das datas dos rios e nas testadas de outras, ocorrendo pela irregularidade natural de rios por onde corria as meia légua das datas.

Neste território, as sobras ocorreram nos lindes da Milhã, Serrinha de Cima, Catolé, Cabeço Vermelho, Arisco do Sotero, Amarelão, Angélica e Malhadinha, sendo que as duas últimas ainda estão como terra Nacional.



Localização das Datas de Sesmarias concedidas no Sertão do Ceará-Mirim

O DISTRITO POLICIAL DO JARDIM E BOM FIM

Em fins do século XVIII e início do seguinte, estes latifúndios tinham se transformados em diversos sítios e fazendas, já bem desenvolvidas para a época. Entre eles, na ribeira sertaneja do Ceará-Mirim, acima da barra do riacho Milhã, na data da Boágua, limítrofe das freguesias de Extremoz e Açu, havia o sítio Jardim, distante a uma légua oeste daquela barra. Jardim era o principal sítio na data da Maniçoba, aquela sesmaria que em 1700 pertencia ao coronel Antonio da Rocha Bezerra e em 1712 houvera Estevão Velho de Melo, seguido por Manoel Gomes da Silveira nos idos da década de 1730.

Por aquele sítio atravessava a estrada que ligava o agreste, pelo rio Ceará-Mirim, ao sertão e, também, outra que do litoral das salinas (Macau) se chegava a Paraíba e Pernambuco. Essas estradas, como o rio, ofereceram importantes subsídios para o desenvolvimento do sítio que daria nome ao município que estava por nascer.

A maioria dos proprietários de terras e moradores no "Sertão do Ceará-Mirim" tinham ascendência na freguesia de Extremoz. Essa aproximação íntima, como também pelas novas fusões matrimoniais entre essas famílias, facilitava a agregação delas em locais que lhe favorecessem a água e serviços. Além da água disponível no rio, o sítio Jardim se destacava pela junção das estradas que favoreceu em seu adensamento populacional. Como tinha com Extremoz (Ceará-Mirim em 1855) maior relacionamento e por ficar mais próximo, quando Angicos foi emancipado em 1833, os moradores desta região não desejavam a ele pertencer. A região rebelada abrangia toda área da Serra do Lombo pra cá, até a do Bom Fim, ao sul. Mais tarde todo esse território foi unificado como um distrito policial.

A instituição da Guarda Nacional por lei de 18 de agosto de 1831, como organização permanente objetivando defender a constituição, a liberdade, a independência e a integração da nação brasileira, após a independência e da constituição imperial de 1824,

foi o primeiro passo para a organização Nacional através de suas províncias, principalmente nas unidades municipais, atribuindo-lhes organização territorial e forças oficiais. A lei geral de 07 de outubro de 1833 determinava a criação de guardas municipais em cada distrito, com efetivo e renumeração fixadas pelas suas câmaras, havendo a necessidade de se organizar neles as suas delegacias e seus distritos de polícia.

Quando Angicos foi criado em 11 de abril de 1833, desmembrado do território do Açu, houvera problemas entre ele e a povoação de Santana do Matos, a qual não queria a este pertencer. Esse impasse fez-lo suprimir em 28 de março de 1835, voltando para o município de onde se originou. Pela Lei Nº 09 de 13 de outubro de 1836, Angicos recupera sua autonomia. Essa Lei restaura Angicos e criar município de Santana do Matos, designando os limites de cada uma deles. A Lei Provincial Nº 28 de março de 1834 obrigava aos novos municípios, que no prazo de quatro anos, construísse uma casa para cadeia, a da câmara e a de patrimônio. Em 1838, Angicos não tinha ainda cumprido essas obrigações.

Alguns historiadores afirmam que a Lei Nº 09 de outubro de 1836, também criava o Distrito Policial de Jardim. Ela apenas restaura o município de Angicos e criar o de Santana do Matos, designando os limites de cada uma deles, como esclarece o parágrafo anterior. O único documento que trata sobre esse assunto é a Lei Municipal Nº 941 de 21 de março de 1885, quando Angicos dividiu em três o seu Distrito de Paz: Angicos com os limites da Subdelegacia; Jardim com os limites da Subdelegacia de Jardim e Bom Fim; e Gaspar Lopes, hoje Pedro Avelino, com os limites da Subdelegacia, mesmo assim foi revogada no ano seguinte pela lei de Nº 963 de 22 de abril. Se há outro documento não o encontrei.

Serra do Lombo, Passagem Comprida, Trapeá, Várzea de Bois, Alagoinhas, Mulungú até Barra do Bom Fim; toda essa região, em 1836 deu seu primeiro sinal de organização territorial, no que resultaria, mais tarde, na sua emancipação. No ano em que foi restaurado Angicos, os moradores dessas fazendas e sítios reuniram-

se em um abaixo assinado e remeteu-a como representação a Câmara da vila de Extremoz informando:

...Os quais, pertencendo ao município, e Freguesia de Angicos, pela sua divisão feita em 13 de outubro de 1836, alegam ser do município e Freguesia de Extremoz, a que desejam pertencer...

Durante os anos que se seguiram, teve Angicos ainda outro contratempo: Sua sede é transferida para Macau pela resolução Nº 158 de 02 de outubro de 1847, no ano seguinte à resolução Nº 186 de 25 de outubro transfere todo seu território para Macau. A paz chega em 27 de junho de 1850, quando pela resolução Nº 219 é alcançada a sua autonomia municipal.

O MUNICÍPIO JARDIM DE ANGICOS

A região de abrangência do distrito do Jardim e Bom Fim ocupavam toda a área oriental do município de Angicos. Quando da emancipação em outubro de 1890, Jardim de Angicos possuía uma área de 4.320 Km^2 distribuída por 72 km de oeste a leste e 60 km de norte a sul. Seu limite leste mantido conforme a resolução Nº 219 de 27 de junho de 1850, quando Macau devolveu o território de Angicos, descrevia:

...Nos limites orientais, se partiam da Barra do Milhã, no rio Ceará-Mirim, pela fazenda denominada Cobra de Veado, inclusive, e dali, pela Fazenda Caiçara, inclusive, até a Serra do Bom Fim, ou Fuzis, no limite sul; para o norte, da Barra do Milhã para a Serra Verde...

Com o fim do Regime Imperial ocorrido em 15 de novembro de 1889 e a implantação do Republicano, no ano seguinte foram criados sete municípios, entre eles, em 04 de outubro de 1890, pelo decreto Nº 55 do então governador provisório Dr. Pedro Velho o do Jardim, conforme transcrição original e completa do citado decreto:

O Primeiro Vice Governador do Estado, usando de suas atribuições que lhe confere o decreto Nº 07 de 20 de novembro de 1889, decreta:

Art. 1º Fica nesta data criado um município, desmembrado de Angicos, compreendendo os dois distritos policiais do Jardim e Bom Fim, com sede na povoação do Jardim, que é elevada a categoria de vila, e dará nome ao município.

Art. 2º O município criado por este decreto terá como limites os mesmos dos dois distritos policiais acima ditos, incluindo o território que demora a ocidente de uma linha que, partindo da barra do Milhã, siga na direção sul norte passando pela serra do Torreão, em demanda das fronteiras meridionais do município de Touros.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrários.

O secretario de governo o faça imprimir, publicar e correr.

Casa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 04 de outubro de 1890.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Naquele ano o município de Angicos estava sob a direção do coronel José Rufino da Costa Pinheiro, então Presidente Intendente, que teve a função de instalar e demarcar os limites do novo município, e como auxiliar o capitão Secundo Venâncio da Rocha. Como o decreto 55 já estabelecia os limites orientais, as demais limitações fixadas, iniciando pelo limite sul, foram:

Da fazenda Santa Rosa, para os massapês do Trapeá, ou Feijão, seguindo o divisou das águas, dali, ao Cabugizinho da Arara, e em rumo norte, pelo divisou das águas até a fazenda Cabugí e dali a Serra Verde.

Em linha reta, passando pela Serra do Lombo, alcançava o ponto mais alto da Serra Verde convergindo com o limite Oriental. Estes limites sofreram modificações quando foram criados os municípios de São Tomé em 1928 e o de Baixa Verde em 1929, atual João Câmara, quando já havia sido mudada a sede de Jardim de Angicos para Lajes. Outras modificações vieram ocorrer em início da década de 1960, quando foram desmembrados os municípios de Caiçara do Rio do Vento, Pedra Preta, Jandaíra e, novamente, Jardim de Angicos com sua antiga sede.

POVOAÇÕES POR JARDIM DE ANGICOS NO FIM DO SÉCULO XIX

No sertão as primeiras habitações foram edificadas em “correria”. Ou seja, construídas ao longo das margens de estradas e rios, sem o planejamento de ruas, em fila única, com casas espaças entre si formando fazendas e sítios, quase sempre compostos por

casa-sede, um armazém e uma ou mais casas para morador. Com o desenvolvimento populacional do século XIX, no território do distrito Jardim formou-se diversos sítios e fazendas com essa caracterização, ainda encontradas e preservadas nos antigos agrupamentos habitacionais desta região. Entre as principais e mais antigas áreas povoadas, sem cronologia de época, começando pelo oeste estavam:

Lajes, no começo do século XX, segundo Nestor Lima, *fazenda de criação de Francisco Pedro Gomes de Melo e que tinha sido fundada por José Antonio Xavier e seu irmão Francisco Padre*. Ainda afirma que diz a tradição que o primeiro habitante foi Manoel Fernandes, morando próximo ao Serrote do Cabaço, situada ao sul da atual cidade.

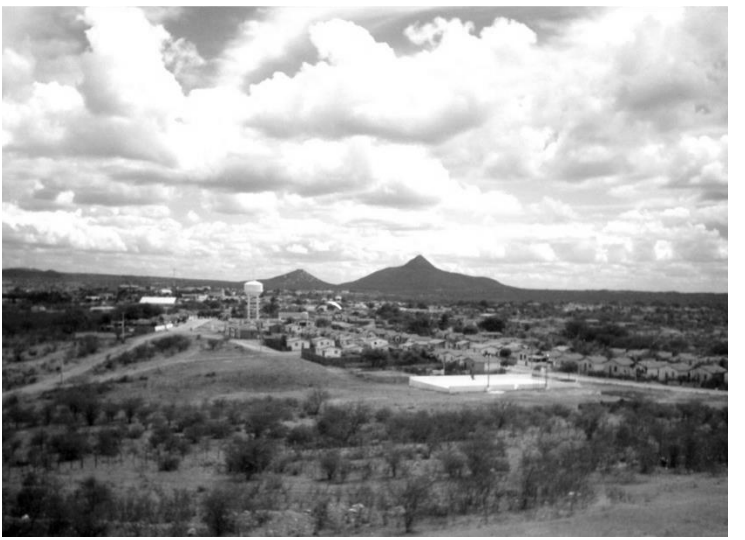
Não devemos nos basear por informações de que os primeiros habitantes desta região tenha chegado durante o século XIX. A ocupação colonizadora do sertão foi durante o século XVIII, e nessa região já havia habitantes em fins do século anterior, por ser uma área intermediária entre o agreste, já com seus cem anos de povoação, e o sertão. A origem do lugar é datada de 1709, quando Sebastião de Sousa e sua filha Francisca pediam uma data de sesmaria com seis léguas, pegando do Cabugí, para banda do Cururu.

O Cururu é o afluente maior do rio Ceará-Mirim, recebendo este primitivo nome a partir da barra de deságua do rio do Vento e do Quintimproá, este último conhecido, também, como Ponta de Serra ou Bela Vista. Posteriormente, em 1735, José Luís de Sousa, filho de Sebastião, já habitante naquelas terras, pediu e obteve as mesmas, coisa que não ocorreu na primeira petição. Assim descreve a sua carta de data e sesmaria:

...Pegando nos serrotes que estão após o Cabugí para banda do sul corre um riacho passando entre dois serrotes, três léguas de terra de cumprido e uma de largura começando a medir dos ditos serrotes para banda do Cururu correndo ao nascente no riacho que corre entre os serrotes...

Na primeira metade do século XIX, Manoel Fernandes da Rocha e Francisco Pedro Gomes de Melo eram contemporâneos.

Manoel era casado com Matildes Luduvina da Conceição, e entre 1850 até 1875 seus filhos já estavam casados, ocorridos principalmente no sítio Lajes, entre os quais: Antonio Fernandes da Rocha, Inácio Fernandes da Rocha, Benjamim Fernandes da Rocha, este casado no sítio Boa Vista, Martinho Fernandes da Rocha, Rosa Maria do Espírito Santo, Maria Francisca da Conceição, Joana Maria da Conceição, Maria Francisca da Conceição que casou no sítio Mulungú, Maria da Conceição de Jesus e Matildes Maria da Conceição, ambas casadas no sítio Pajeú.



Vista parcial da Cidade de Lajes/RN, em 2005, ao fundo o Cabugí.

Havia também Crispiniano Fernandes da Rocha. Francisco Pedro Gomes de Melo era casado com Vicência Maria da Conceição e em outubro de 1873, se casava seu filho Francisco Pedro Gomes de Melo com Antônia Régia das Virgens, e em 1875 Bonifácio Gomes de Melo, entre outros.

O primeiro do Nome era filho de Pedro Gomes de Melo e Maria Francisca da Conceição, já falecidos em 1855. Em 1894, ano em que ocorreu a inundação na vila do Jardim, alguns de seus descendentes continuavam morando no sítio Lajes, quando ali só havia quatro casas e foi iniciada a construção de uma capela. No

período, nas fazendas e sítios das cercanias, a descendência Gomes e Melo estavam germinadas por toda parte.

Lajes é o antigo município Jardim de Angicos, por transferência da sede em janeiro de 1915. Em 1962, de Lajes foram desmembrados quatro municípios: Caiçara do Rio do Vento, Jandaíra, Pedra Preta e restaurado o de Jardim de Angicos, apenas com 6% de seu antigo território. Antes, em 1929, cedeu uma faixa de terra abaixo da barra do Milhã para Baixa Verde, João Câmara, hoje. Naquele espaço, Cauaçu era a povoação mais antiga, ali existente desde início do século XIX, quando Jacinto Lopes dos Reis requereu ali sua data, desenvolvida no antigo Jardim de Angicos. Em 1928 quando São Tomé foi emancipado, Lajes também cedeu de seu território uma parte ao sul. É a atual sede do município e possui área territorial de 668,6 Km^2 e uma população de 9.399, sendo 7.970 na zona urbana, conforme o Censo 2000, do IBGE.

As informações levantadas a seguir, relacionada aos atuais proprietários de fazendas e sítio do município de Lajes é tido como base o mês e junho de 2005, com informações cedidas pela Secretaria de Agricultura daquele município. Ali permaneceram os antigos núcleos povoados:

Bom Fim, terra com rastro do homem branco desde o início do século XVIII. Chegaram naquela região serrana subindo pelo rio Cururu e Potengí. Em 1793 Francisco da Costa de Vasconcelos, Manoel Machado de Azevedo e Pedro Coutinho de Matos eram possuidores de terras na Serra do Bom Fim e nos arredores. Em 1817, o capitão Manoel José Trigueiro, português, e o padre Manoel Morais Pereira Leitão, refugiaram-se ali por inconveniências políticas naquele ano. Em 1838 ali havia uma capela. A região da Serra do Bom Fim era unificada como distrito policial com sede no Jardim. No século XX, a fazenda Bom Fim pertenceu a Raul Pereira (Raul Capitão) e é atualmente de seu filho Eurico Capitão (Eurico Pereira);

Barreiras foi fazenda de Joaquim Fernandes da Rocha. Está subdividido em sítios e entre seus proprietários estão Francisco Moisés da Costa e Geraldo Fernandes;

Carnaúbas foi fazenda de Manoel Correia dos Anjos e posteriormente de Secundo Venâncio da Rocha. Manoel Correia casou-se na Matriz de Angicos, em 1872, com Izabel Maria do Ó, e Secundo Venâncio em Lajes, agosto de 1861, com Josefa Maria da Conceição. É subdividida entre José Lula da Silva, Herdeiros de José Nunes, Francisco Marciano de Abreu, José Paixão de Oliveira Filho, José Cosme Marciano e outros;

Morada Nova foi de Francisco Pedro de Melo Neto, Felix Pedro de Melo. É uma propriedade com 464,6 hectares pertencente a José Antonio Duda da Rocha;

Mulungú foi de José Barbosa de Abreu. Ele era casado com Francisca Xavier da Trindade, vários filhos seus se casaram na região, entre os quais José Barbosa de Abreu Junior, ocorrido no Mulungú em agosto de 1857, com Leonor Francisca da Trindade. Está subdividida em fazendas que pertencem ao Dr. José Domingues de Carvalho Neto, José Adauto Pereira, Francisco Lopes Medeiros e a Joaquim Agripino de Albuquerque;

Alagoinha foi de Manoel Francisco de Albuquerque. É uma parte de José Domingues de Carvalho Neto, Francisco Salviano Sabino, José Domingos de Albuquerque e outros;

Alívio foi do Major Pedro de Oliveira Correia. É uma fazenda bem estruturada com 3.056 hectares pertencente ao Dr. José Maria Cunha Melo, grande criador de ovino e caprino, como é tradição nesta região. Naquelas imediações em 1792 Antonio Rodrigues da Silveira conseguiu uma data com uma légua em quadra: *Na estrada que dela se vai para o Açu, pelo rio Ceará-Mirim acima e a parte direita dela entre terras da Maniçoba de vários possuidores e as de José Teixeira da Silva o que chamam os Tanques, com meia para cada banda do rio Ceará-Mirim*. São terras acima da

data da Maniçoba, estendendo-se pela fazenda Alegria, Picos Pretos e cercanias;

Juazeiro, na Serra do Feiticeiro, foi de Julião Marques de Lima, como também a fazenda Boa Vista. Julião era casado com Maria Francisca dos Prazeres e em julho de 1855, em Lajes, se casava Antonio Marques de Lima, filho seu, com Maria Francisca de Jesus, e entre outros, em janeiro de 1869, na fazenda Boa Vista, Ana Francisca de Jesus se casava com Benjamim Fernandes da Rocha, filho de Manoel Fernandes da Rocha e de Matildes Luduvina da Conceição. É de Luís Vitor e Gonzaga Estevão;

Jurema foi de Benjamim Fernandes da Rocha e depois de Antonio Magro. É do Dr. Lúcio Oliveira e uma parte de Juviano Martins;

Boa Vista foi de Julião Marques de Lima, Manoel Francisco de Arruda. É uma prospera comunidade e entre os possuidores das terras está Lourival de Lima;

Dois Irmãos foi de José Vicente, Manoel Francisco, Cícero Patrício dos Santos. É de Dulce Costa e sua filha Paula Tatiane dos Santos;

Conceição dos Patrícios foi do Major Fabrício Gomes Pedrosa, Antonio Patrício dos Santos. É do Dr. Domingues de Carvalho Neto, Severino Canindé da Rocha e Manoel Abel da Rocha;

São Joaquim foi de José Soares de Vasconcelos. Uma parte com 414 hectares é do Dr. José Domingues de Carvalho Neto;

Olho Dágua Verde, pelo rio Quintimproá, foi de Jacinto Lopes, Felix da Cruz e é de Margarida Pereira Maciel;

Vereda do Meio foi de Antonio Freire, capitão João Pedro de Albuquerque, Francisco Gonzaga Galvão, Cledenor Pereira de Araújo. É do Dr. Ivo Barreto de Medeiros com 403 hectares;

Amarante foi de Sérvulo Pires Galvão Neto. É de Sebastião Madruga;

Santo Antonio foi do capitão Manoel Leopoldo Raposo da Câmara, José Nestor de Gouveia. Uma parte com 820 hectares é de Abílio de Arruda e outra de Francisco Barbosa Filho, com 541,90;

Santa Bárbara foi de João Cirino de Melo e é uma parte de Eridan Nunes de Araújo com 375 e outra de José Augusto dos Santos com 129,40 hectares;

Picos Pretos foi de José Felix de Melo, Sinfrônio Moura do Vale. José Felix de Melo casou-se no sítio Conceição, em julho de 1860, com Maria Francisca da Trindade, filha de Alexandre Francisco Maciel de Abreu e Joaquina Francisca da Trindade. Ele era viúvo de Belmira Francisca Xavier, e filho de Felix Francisco de Melo e de Maria Izabel da Silva. É uma parte de Pedro Juventino Alves com 127, 80 hectares, e outra com 116,10 de José Justino Pereira;

Alegria foi do capitão Felipe Bezerra, Miguel Ferreira de Lima e é dos herdeiros de Francisco Canindé dos Santos;

Ramada do Alívio foi de José Barbosa de Abreu, Manoel Francisco de Albuquerque. É atualmente conhecida por Ramada e tem 1.300 hectares pertencentes ao Sr. Oziel Benedito de Almeida. Uma parte com 310 hectares está em negociação para vender ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal;

Santa Apolônia foi do coronel Afonso Saraiva, Plínio Saraiva e é de Ulisses Barbalho;

Ameixa de Cima foi do capitão Manoel Leopoldo Raposo da Câmara, Joaquim Ferreira Junior, e é de Sávio Henrique de Sousa com 1.600 hectares;

Riacho do Tapuia, por ele abaixo, formava diversas fazendas sendo de Aureliano Moura, Francisco Leonardo, Antonio Machado e Antonio Telmo da Rocha Barros, entre outros. Uma parte é dos herdeiros de Antônio Justino Pereira;

Pedra Vermelha de Baixo foi de José Cirino de Melo, Manoel Francisco de Arruda e é de Oziel Benedito de Almeida;

Olho D´água foi de Dona Lucinéia Maria da Conceição e é de Margarida Pereira Maciel;

Palestina foi do Dr. Otávio de Gouveia Varela, pelo rio Quintimproá, é de Luís Valentim Bezerra;

Ponta de Serra foi de José dos Santos, Agapito da Costa, Alfredo Varela. Está dividida em três partes: uma de José Vito, outra de Luís Valentim, e a uma com 4.526,2 hectares, pelo lado de Caiçara, se denomina Santa Catarina e pertence ao Dr. Armando Camilo de Araújo, irmão de Sinval Araújo. Esse nome, segundo Miguel Basílio (Miguel Pinto dos Santos) foi uma homenagem a sua bisavó que, também, é a do atual proprietário.

Caiçara do Rio do Vento é uma região que teve origem por volta de 1710, quando os irmãos Manoel e Francisco Rodrigues Coelho pediram terras na testada da data da Boágua em que corria até a serra da Gameleira. Em 02 de agosto de 1749, Manoel Pinheiro Teixeira requereu parte da data do Rio do Vento que pertencia ao seu avô Manoel Rodrigues Coelho. As terras desciam pelo riacho do Sapo, confinando com a do seu tio José Pinheiro Teixeira que as tinha desde 1734, no rio do Vento, e as do seu irmão Bernardo Pinheiro Teixeira, dali acima. Assim requerida:

...Pela escritura junta consta haver o suplicante comprado ao capitão Manoel Rodrigues Coelho e a sua mulher Inês Barbosa, uma parte de terras que possuíam por data e sesmaria no lugar Rio do Vento e o Olho D´água da Gameleira, cuja data haver pedido o dito vendedor junto ao seu irmão Francisco Rodrigues Coelho, com seis léguas, três para cada um...

O sítio Caiçara do Rio do Vento, por volta de 1850, pertencia a Manoel Ferreira Pires. É sede do município de mesmo nome, com território de 281,5 Km^2 e população de 2.867, sendo 945 na área urbana, conforme o Censo 2000, do IBGE. Das antigas fazendas que permaneceram neste município, estão pelo rio quintimproá:

Santa Catarina foi de D. Maria Carmelita de Sá Leitão Cabral. É divisão de Ponta de Serra do Dr. Armando Camilo de Araújo. Com 4.526,2 hectares, seu topônimo, segundo Miguel

Basílio (Miguel Pinto dos Santos), foi uma homenagem a sua bisavó Catarina que também é a do atual proprietário;

Boqueirão e **São Luís**, José Luís Pereira recebia em 1794 as sobras de seu sítio Boqueirão que se estendia até a Serra Corcunda entre terras da data do rio do Vento.

No século seguinte Boqueirão pertenceu a Luís Soares e posteriormente a Manoel Antunes de Souza (Baé). Baé era pai de Itamar de Sousa, esposo de dona Ivonilde Soriano, filha de Luíza Alzira Teixeira Soriano, primeira mulher eleita prefeita na América Latina. Até início deste século XXI, pertenceu a Cláudio Ranieri e foi vendida a um Grupo de criadores de avestruzes;

Jaramataia pertenceu ao coronel Manoel Varela do Nascimento, o Barão do Ceará-Mirim, e ao seu neto Júlio Mário de Gouveia Varela. É de Humberto Pessoa, empresário no ramo de eventos, possuidor do parque de vaquejadas Otaviano Pessoa e a casa de show Terreira da Vila em Macaíba/RN;

Santa Maria foi de Paulo Varela e é dos herdeiros do Dr. Laércio Bezerra;

Bela Vista foi de Alexandre Felipe, José Firmino Bezerra da Câmara e uma das partes é dos herdeiros de Manoel Sinfrônio Bezerra. Na outra se formou a comunidade de mesmo nome, de vários possuidores, entre eles os irmãos Manoel e Luís Correia. São terras na divisa intermunicipal de Jardim e Caiçara.

Descendo para leste no primitivo Quintimproá-choyó, de *qui-nquiê-poá-xoró*, significando enxurrada, torrencial, mais próximo, subtendendo-se às povoações, topônimo cariri, segundo interpreta Câmara Cascudo em “Nomes da Terra”, estão duas fazendas: São Domingos e Os Angicos.

São Domingos foi do padre João Coelho e dos herdeiros de José Firmino Bezerra da Câmara. É sediada naquela divisa e com a maior parte das terras no território de Jardim de Angicos e uma parte

se estende no de Caiçara do Rio do Vento. É dos herdeiros de Sebastião Francisco Bezerra, mais conhecido por Sebastião Inácio.

Angicos ou Os Angicos que foi do Major Luís Ferreira Nobre Pelinca e de José Firmino Bezerra da Câmara, está localizada como a anterior. Pertence aos herdeiros de Sebastião Inácio Bezerra, entre eles seu neto Stênio, filho de Sinval Araújo.

Pedra Preta foi um território de pastoreio que Rodrigues Alves Correia recebeu como sesmaria em 1736, pelo riacho Pajeú acima. Em 1792 Antonio Rodrigues da Silveira recebeu uma légua em quadra, buscando o rio Ceará-Mirim, permanecendo nesta área uma pequena parte como a da fazenda Trapeá, às margens do Ceará-Mirim. Em meados do século XIX, a fazenda Pedra Preta pertencia ao capitão José Venâncio da Costa Alecrim e no seguinte foi de Manoel Antunes de Souza (Baé). É a sede do atual município de mesmo nome, com área de 276,5 Km^2. Na sua área urbana mora 748 habitantes e em todo o município 2.847, conforme Censo 2000 do IBGE. Das mais antigas fazendas que permaneceram em seu território estão:

Trapeá fazia extremo oeste da sesmaria da Maniçoba. Naquelas imediações as terras devolutas que ainda havia em 1792 foram pedidas por Antonio Rodrigues da Silveira, com uma légua em quadra, ao norte dali. No século seguinte pertenceu a João Freire e a Marcos Aurélio de Sá. É fazenda de Janilson Fontoura Justino;

Salgadinho fazia parte da sesmaria da Maniçoba. Pertenceu ao capitão Dionísio Soares, Alfredo Pessoa de Melo e Ângelo Pessoa. É fazenda dos herdeiros de Manoel Sabino Xavier, tendo como responsável o Sr. Fernando Sabino. Uma pequena parte pertence a Severino Gomes e outra a José Silvestre;

Estribarias foi fazenda de Inácio Matias, Francisco Antonio de Medeiros e Antonio de Medeiros, filho deste Francisco. É subdividido entre Miguel Pinto dos Santos, o conhecido Miguel Basílio, e herdeiros de José Bonifácio, José dos Santos e Francisco das Chagas Câmara (Chico França);

Maniçoba foi data de Estevão Velho de Melo em 1712 e que em 1739 pertencia a Manoel Gomes da Silveira, com três léguas de comprido e uma de largura, meia para cada banda do rio Ceará-Mirim. Começava no limite leste da área urbana da cidade de Jardim de Angicos, completando as três léguas nas divisas da fazenda Trapeá de Janilson Fontoura. Na segunda metade do século seguinte, já subdividido entre diversos, a fazenda que herdou o topônimo daquela data pertenceu ao capitão Manoel Francisco Bezerra. Em agosto de 1935 Manoel Teixeira de Vasconcelos, o Nezinho Vitô, comprou a "Maniçoba" aos herdeiros do coronel Antonio de Carvalho e Sousa, negociação feita com o Dr. Juiz Manoel Carvalho e Sousa e sua esposa Maria Emília de Carvalho e o Dr. Tácito Bittencurt de Carvalho, engenheiro agrônomo, todos residentes no Rio de Janeiro. Pertence a Miguel Basílio e seu filho José dos Santos, conhecido por Zé Basílio, ficando no limite de Pedra Preta com Jardim de Angicos, entestando na fazenda Conceição;

Baixa do Angico foi de José Ferreira Passos e posteriormente do coronel José Soares Bilro (coronel Zé Bilro). É uma comunidade com aproximadamente 30 residências onde predomina a família Ferreira Xavier;

Tanques foi data de sesmaria concedida em 1785 a José Teixeira da Silva. No século seguinte pertenceu a seu descendente Luís Teixeira e, anos depois, a firma J. Câmara & Irmãos. É um prolongamento da fazenda Ramada e Solidade, em Jardim de Angicos;

São Pedro foi parte da sesmaria de José Teixeira da Silva e que no século seguinte pertenceu ao Major Ângelo Varela Santiago e a firma J. Câmara & Irmãos. Por último foi de Abreu Imóveis e é uma agrovila com pouco mais de 150 famílias, incluindo as fazendas São Vicente, que pertenceu a Manoel Vitorino, Antonio Telmo da Rocha Barros, e Canto Cumprido de José Ferreira da Costa e de Antonio Telmo da Rocha Barros;

Pajeú a fazia parte da data de sesmaria de Rodrigues Alves Correia, em 1736. No século seguinte pertenceu a João Damasceno

Bezerra e posteriormente ao seu filho, o coronel Francisco Damasceno Bezerra. É fazenda de Antonio Pinto e filhos, entre eles Josemarques;

Boca de Picada foi de Severino Alves Bila, é de Nelson Paiva. Também faz parte do loteamento da Agrovila São Pedro;

Olho D´água do Capim foi citado por Nestor Lima, quando enumerava as povoações remanescentes do antigo Jardim de Angicos e assim referiu-se: *Seis légoas ao norte do Jardim, onde se podem abastecer muitas criações.* Em fins do século XIX e início do seguinte, pertencia ao coronel João Damasceno Bezerra. É uma comunidade com aproximadamente trinta residências, no município de Pedra Preta e divisa com Jandaíra.

Em 20 de agosto de 2005 visitei meu amigo Sinval Araújo, dono de parte das terras da fazenda Bela Vista. A Bela Vista fica às margens do rio Quintimproá, o Quintimproá-choyó, topônimo cariri que significa enxurrada, torrencial, e que fazia parte de terras que foi adquirida pelo capitão-mor Baltazar da Rocha Bezerra, na primeira metade do século XVIII, e que em 1764 pertencia ao padre licenciado Theodósio da Rocha Bezerra.

Ali conheci Arnou Vital de Araújo, nascido na fazenda Firmamento no município de Lajes/RN. Arnou me deu a honra de conhecer origem toponímica daquele Olho D´água. Contou que em 1887, o Sr. Manoel Cruz de Lima, caçador, morador praquelas bandas, junto com outros que costumavam passar dias nas caçadas, naquele ano levaram os apetrechos em jumentos e acampavam ali próximo. O experiente caçador Manoel da Cruz viu que as rolinhas: aves columbiformes, sentavam freqüentemente junto a um pé de capim, espécie de gramíneas. Curioso, ele arranca aquele vegetal fazendo marejar água, surgindo o Olho D´água do Capim. Hoje é um razoável poço d´água, como se referiu o mestre Nestor.

Arnou firmava a conversa baseada em bate-papo que tinha, quando criança, com o senhor José Miranda, seu conterrâneo, falecido em meados dos anos de 1980, aos 101 anos de idade.

Conclui afirmando que Manoel Cruz é o bisavô de outro Manoel da Cruz, “Manoel dos Gatos”, um conhecido seu, apelidado em alusão ao tipo de felino que ele costumava caçar, da mesma forma que seu avô.

Ainda no município de Pedra Preta se destacava, no século XIX, as fazendas **Mororó** que foi de Dona Honorina de Souza Barros e que é de Nelson Paiva;

São José que foi do capitão Manoel Antonio Soares da Câmara, Manoel Antunes de Souza e é, também, de Nelson Paiva;

Belém foi de Sebastião Cavaco e de Manoel Belina. Faz parte das terras de Nelson Paiva;

Água Azul foi de Sebastião Cavaco e de Abel da Rocha Barros e é de Clóves Alves da Cruz;

Camaleão-Cotó foi do capitão João Damasceno Bezerra, herdada por seu filho Manoel Damasceno Bezerra. Também faz parte das terras de Nelson Paiva e dos herdeiros de Alceno Pimentel Damasceno;

Capoeira foi do capitão João Damasceno Bezerra e de seu filho Manoel Damasceno Bezerra. É dos herdeiros de Osvaldo Santiago da Câmara;

Boa Esperança foi do capitão João Damasceno Bezerra e de seu filho Francisco Damasceno Bezerra. É dos herdeiros de Ari Pacheco;

São João foi de José da Silva e é dos herdeiros de Júlio Otaviano de Melo;

Mundo Novo foi de José Pinto da Câmara, João Matias de Araújo e é uma parte de Ebert Dantas, uma de Aroldo e irmãos, e a outra do Dr. Múcio, onde mora Francisco Canindé Câmara, com raízes em Jardim de Angicos, nos Raposo da Câmara e Damasceno Bezerra;

Baixa do Bezerro foi de Joaquim da Costa Alecrim, irmão de José Venâncio da Costa Alecrim, e posteriormente de José e Francisco da Costa Alecrim, como também pertenceu a Ari Pacheco, a Ari Pacheco Junior e pertence a Ari Pacheco Neto.

Dos antigos domínios do território jardinense, também merece destaque a fazenda **Cauaçu**. Desenvolvida nas proximidades da Serra do Torreão, por muito tempo foi terras devolutas, habitadas por índios e alguns negros fugitivos do trabalho forçado da cana-de-açúcar e que perto dali se juntaram aos outros que permaneceram após a guerra contra o Tapuia. Em dezembro de 1814, Jacinto Lopes dos Reis requer as terras daquelas vizinhanças do Torreão até entestar com o Riacho seco de seu sogro José Vieira de Melo, ambos moradores no porto de Touros.

Em fins daquele século Cauaçu pertencera a Manoel Varela Santiago, no início do seguinte, uma parte da propriedade pertenceu a Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara, filho de José Rebouças de Oliveira Câmara, vindo de terras do sítio Umarí e fazenda União em Jardim de Angicos, sendo antes morador da vila do Jardim. Chegou para morar com sua família por volta de 1904, e entre seus filhos trouxe Joaquim Câmara Filho que em Goiânia-GO fundou a Rede de Comunicações Anhangüera, com ramificações no estado do Tocantins. Cauaçu é propriedade de diversos e está situada ao oeste da cidade de João Câmara, naquele município.

Todas essas comunidades foram enumeradas por Nestor Lima em “Municípios do Rio Grande do Norte”, anos após a transferência da sede municipal da vila de Jardim de Angicos para a vila de Lajes. Seria as principais e mais antigas aglomerações populacionais que atravessaram do século XVIII para o seguinte. Eram 103 as fazendas e sítio formando comunidades espalhadas ao longo das ribeiras do Ceará-Mirim, Quintimproá, Caiçara, Salgado, Mundo Novo, Malhadinha, Trapeá, Alagoinha, Vidéu, Tapuia, Pedra Vermelha, Salgadinho, Cachoeirinha. Nela também ele incluiu:

Olho Dágua das Vertentes então de Antonio Miguel Campos;

Tabuleirinho então de Manoel Januário Cabral;

Várzea de Bois, antiga Matança de Boi, topônimo por ser ali eliminados os bois bravios que não acompanhava o rebanho. Era de Dionísio Vieira;

Passagem Cumprida fora de Leonardo Bezerra e naquela época era do major Pedro de Oliveira Correia;

Livre-me Deus do padre Bartolomeu Fagundes;

Barra do Girau de Manoel Belo;

Poço do Valentim de José Teixeira;

Capoeira do coronel João Damasceno Bezerra e naquela época, década de 1920, pertencia a seu filho Francisco Damasceno Bezerra;

São João de Cima de dona Leocádia e na época pertencia a José Pedro de Melo, avó de Zé Bebé, morador em Jardim de Angicos;

Ipueira da Ema de Sinfrônio Moura do Vale;

Pedra Vermelha de Cima, próxima a cidade de Lajes, foi de José de Melo Formiga, bisavô de dona Nadege, casada com Olinto Machado da Câmara, moradores em Fazenda Nova, Jardim de Angicos/RN;

Oiticica de Antonio Magro;

Olho Dágua do Teixeira de José Francisco da Silva Canhoto;

Serra Corcunda ou **Santa Izabel** do Barão do Ceará Mirim, o coronel Manoel Varela;

Santo Antonio, na Serra do Feiticeiro, de Antonio Victor;

Riachão de Felix da Cruz;

Vaca Morta ou **Livramento** de Manoel Francisco de Arruda e;

Serra do Lombo do coronel João Damasceno Bezerra. Pertence a diversos, formam comunidades atualmente em território dos municípios citados. Na listagem desses núcleos populacionais, Nestor Lima citava estes donos como fundadores, mas, em pesquisas mais aprofundadas são encontrados nomes que antecederam aqueles por ele indicados.

Naquela anotação há algumas das fazendas que permaneceu no território jardinense, atualmente comunidades bem desenvolvidas na ribeira do Ceará-Mirim. Delas tratarei com maiores esclarecimentos, oportunamente.

O CEMITÉRIO

Na segunda metade do século XIX, com toda região bastante habitada, os influentes senhores das fazendas e sítios daqui passaram a se organizar procurando resolver às essenciais necessidades deste vasto território. Nas povoações mais desenvolvidas Igreja e cemitério eram o básico imediato, no nosso caso não fora diferente. Sepultados nas igrejas, no solo sagrado, os mortos era conduzidos para povoações distantes, levando dias até o local.

Em 1869 na Fazenda Conceição do coronel José Francisco Bezerra, reuniram-se para debater sobre a construção de um cemitério, além daquele coronel, os senhores: Capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha, José Rebouças de Oliveira Câmara, Pedro José de Melo, capitão José Venâncio da Costa Alecrim, capitão Manoel Francisco Bezerra, Francisco Soares Bilro, Gonçalo José Teixeira da Silva, José Francisco Soares Bilro, João Florêncio de Oliveira Câmara, Francisco Teixeira de Vasconcelos, Antonio José Bezerra e o Tenente João Damasceno Bezerra.

O local escolhido por eles para a construção foi à margem esquerda do rio Ceará-Mirim, no cruzamento das estradas do sítio Jardim, nas terras do capitão Manoel Vicente de Paiva. Os senhores presentes à reunião doaram o material necessário para a construção, enquanto o capitão Manoel Vicente, então dono do sítio Jardim, doou o terreno e parte da mão-de-obra que era composta por escravos. O

terreno foi doado em nome de São João Batista de quem aquele capitão era devoto, dando nome ao Cemitério, conseqüência do padroeiro local. No ano seguinte o cemitério estava pronto. No pátio, na parte mais elevada, ergueram um Cruzeiro que o chamaram de Santa Cruz.

A Santa Cruz, edificada em 1870, próximo ao antigo cemitério, antigo pátio da igreja.

No local realizou-se uma missa inaugural, celebrada pelo padre Joaquim, *completamente cego,* como afirma Nestor Lima em "município do Rio Grande do Norte".

Uma enchente no rio Ceará-Mirim em 06 de abril de 1894 destruiu completamente o cemitério, que, no mesmo ano, foi transferido para uma elevação ao norte, por mais ou menos 800 metros distantes daquele, nas proximidades da fazenda União, na época, propriedade de José Rebouças de Oliveira Câmara, então presidente da Intendência do Jardim. José Câmara doou as terras e com doações pecuniárias dos moradores reconstruíram-no, desta vez com mão-de-obra livre.

Cemitério São João Batista, na cidade de Jardim de Angicos/RN, construído em 1895.

Centenário, ainda não houve ampliação no cemitério da cidade. Os túmulos antigos não têm identificação, nele não possui arborização e estruturação para funcionar adequadamente. Na zona rural do município existem mais dois cemitérios: Um na fazenda Milhã, construído em 1935, pela família Soares Bilro, o outro construído na década de 1950, na comunidade Nova Descoberta. Este último foi construído ao lado de um juazeiro, aonde foi morto um ourives (vendedor de artefatos em ouro e prata).

A IGREJA

A fé do homem sertanejo era alicerçada nas celebrações de terços, principalmente nos meses marianos, e nos freqüentes casamentos onde os senhores das fazendas e sítios traziam o padre para realizar a missa com aquela finalidade. Também havia as novenas nos dias santificados, contudo, em lugares diferentes e distantes. Logo que foi construído o cemitério, o capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha procura implantar no seu sítio um templo para orações. Solicitou ao Bispo de Olinda Dom Frei Vital, que em

1873 concedeu a licença para construir uma Capela dedicada ao Santo São João Batista.

Em 1874 já estava concluída a construção da igreja, sob a direção do capitão Manoel Vicente e Gonçalo Teixeira da Silva que também fizeram doação patrimonial, auxiliada pela comunidade. A Capela ficava nas terras doadas, pelo capitão, para a construção do antigo cemitério, na margem do rio, sendo ampliadas para cem braças de frente por outras tantas de fundos em 1894, quando foram abaladas suas estruturas pela enchente do seis de abril, ano que se inicia a construção da nova Igreja, ao norte da anterior, parte alta da vila. Dois anos depois ela estava pronta na forma que se encontra atualmente, *com 33 palmos de frente e 130 de fundos*, conforme afirma Nestor Lima na obra citada. No seu interior ostentam grandes vultos, entre eles, os de São João Batista e de São Sebastião.

Quando da construção, em fins de 1894, houve divergências para qual sentido ficaria a frente da igreja: se para o poente ou para o sul. A vila do Jardim se formou à margem do rio Ceará-Mirim ao sul da nova construção, para onde alguns queriam que ficasse voltada, mas, prevaleceu a outra opinião.

Em 1903, sob os cuidados do padre João Borges de Sales, D. Adauto Aurélio, 1º Bispo da Paraíba visitou esta capela. A visita do Bispo tinha como objetivo elevar a capela à freguesia, então subordinada a de São José dos Angicos, não se concretizando. Com a transferência da sede do município em 1914 para a recém criada vila de Lajes, lá se constrói uma nova igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, iniciada no ano seguinte e em 1916 já se realizava celebrações. Em 08 de dezembro de 1921, a Capela de Lajes passou à sede de Freguesia, permanecendo a de Jardim em sua subordinação até hoje.

Igreja São João Batista, na cidade de Jardim de Angicos/RN. Década de 1960.

Durante os mais de 130 anos da fundação da Capela de São João Batista de Jardim de Angicos estiveram como capelães: Cônego Antonio Eustáquio, Padre Saturnino de Jesus Bezerra, João Borges de Sales, Joaquim Honório da Silveira, Pedro Paulino Duarte da Silva, Lúcio Gambarra e o padre João Soares Bilro, este filho desta terra, todos de 1873 até 1914.

O padre João Soares Bilro nasceu na fazenda Boágua em 1868, filho de Francisco José Soares e Tereza Maria da Cunha. Na mesma fazenda, em 07 de janeiro de 1873, por viuvez, seu pai se casara com Tereza Maria de Jesus, viúva de Raimundo José de Oliveira. O Padre João Bilro faleceu aos 11 dias do mês de fevereiro de 1926, numa quinta-feira, na cidade de Currais Novos/RN, com 26 anos de sacerdócio. Foi vigário em Angicos, Jardim de Angicos e Acari, todas no Rio Grande do Norte, estando sepultado nesta última.

O padre Saturnino era natural de Piató/PB, mandado pelo Bispo de Olinda em 1882 exercer o ministério paroquial no Rio Grande do Norte. Foi vigário em anos diversos nas Paróquias de Arêz, Ceará-Mirim e Touros, vindo por varias vezes celebrar missas em Jardim. Já cansado e doente foi nomeado capelão de Jardim de

Angicos, aonde veio morar. Foi bem recebido pela comunidade. Dias depôs, o vigário adquire o vício alcoólico e aos poucos perdia o respeito da comunidade. Perdendo a confiança da população houve revolta contra sua permanência aqui. Sentia-se pressionado e humilhado. Já para falecer ele pede: *Quando eu morrer enterre meus restos mortais na porta central da Igreja para que o povo de Jardim passe por cima, como forma de remir os meus pecados*.

O padre Saturnino de Jesus Bezerra faleceu em 31 de maio de 1895, sendo cumprido o seu desejo, onde se encontra seus restos mortais na nova igreja. As divergências por parte de pessoas da comunidade, chegaram ao ponto de alguns não mais entrarem na igreja pela porta central, depois do padre ali enterrado. Ele é homenageado com nome de rua desta cidade.

Depois da transferência da sede municipal para Lajes, no período antes da criação de sua freguesia em dezembro de 1921, vieram celebrar na capela São João Batista em Jardim de Angicos os padres: Julho Alves Bezerra, Fortunato Areia Leitão. De então continuaram vindo de Lages, sede de suas funções: Padre Antonio Vicente da Costa, encarregado 08/12/1921 a 12/02/1922; Padre Ulisses Maranhão, vigário de 12/02/1922 a 19/02/1928; Padre Bianor Aranha, vigário interino ou substituto de maio a junho de 1925; Padre Luís Carlos Guimarães Vanderley, encarregado de 19/02/1928 a 09/04/1928; Antonio Brilhante de Alencar, encarregado de 09/04/1928 até 07/06/1928; Padre Antonio Anacleto Brandão Oliveira, encarregado de 01/07/1928 até 27/01/1929; Padre Antonio Brilhante de Alencar, novamente, vigário de 27/01/1931 a 20/01/1931; Padre Luís Teixeira de Araújo, encarregado de 23/01/1931 a 03/01/1932; Padre Luís Carlos Guimarães Vanderley, segunda vez, vigário de 14/02/1932 a 12/02/1936; Padre Esmerino Gomes da Silva, encarregado de 06/03/1936 a 15/08/1936; Padre Vicente Freitas, encarregado em 15/08/1936 a 15/08/1936; Padre José Biesinger, vigário de 01/01/1937 a 07/01/1939; Padre Antonio de Melo Chacon, vigário de 12/01/1939 a 18/01/1942; Padre Ramiro Varela, vigário de 11/01/1942 a 19/06/1943.

Doação de um dormitório ao padre Vicente, pela comunidade de Jardim de Angicos, entregue da cidade de Lajes/RN. Entre os Jardinenses presentes estão: Deusdete Teixeira de Vasconcelos (1), Iêdo Santino Bezerra (2), Paulo Amaro de Lima (3), Francinete Lima (4), Terezinha de Jesus Bezerra (Telinha) (5), Diomar Guilherme Caldas (6), Ulda Guilherme (7), Diomar Junior (8), José Francisco de Melo (Zé Bebé) (9) e o Padre Vicente (10).

Padre Ramiro e irmãos, em fins da década de 1920 foram possuidores da fazenda Logradouro em Jardim de Angicos/RN. Padre Severino Bezerra, vigário de 24/06/1943 a 21/01/1949; padre Alexandrino Suassuna de Alencar, vigário de 23/01/1949 a 20/06/1949; Padre Vicente Freitas, novamente, vigário de 21/06/1949 a 30/03/1950; Padre Raimundo Gomes Barbosa, vigário de 18/06/1950/ a 13/02/1953; Vicente de Paula da Costa de Vasconcelos, vigário de 15/02/1953 a 14/007/1992.

Padre Vicente foi quem mais tempo permaneceu na Paróquia de Lajes, muito identificado com a comunidade de Jardim de Angicos. Padre Edílson Soares Nobre, vigário de 19/07/1992 a 23/03/1998; Padre Antonio Gomes da Silva, vigário de 28/03/1998 a 31/07/2000; seu sucessor é o Padre Ailson Bezerra do Nascimento, vigário. Padre Ailson completou cinco anos na Comunidade Paroquial de Lajes em agosto de 2005.

Novas igrejas foram construídas no município de Jardim de Angicos do fim do século XX e início do seguinte. Na década de 1980 foi edificada uma na comunidade de Serrinha de Cima Baixo, dedicada a São José; em 2000 foi à vez da comunidade de Fazenda Nova, consagrada ao Coração de Jesus. No ano de 2005 foi construída uma bela capela na comunidade de Serrinha de Cima, sendo o segundo maior do município, erguido em homenagem a Nossa Senhora de Fátima. Já no final do mesmo ano, a comunidade de Nova Descoberta também construiu sua capela em devoção a nossa Senhora das Graças. E na comunidade de Zé de Araújo foi iniciada uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora de Fátima.

Em 18 de junho de 2005, na Semana Missionária das festividades do Padroeiro desta cidade, São João Batista, tivemos a honra de receber o Arcebispo Metropolitano de Natal D. Matias Patrício de Macedo, em visita pastoral. D. Matias esteve acompanhado pelo Padre Ailson do Nascimento, pároco em Lajes, e do Diácono Lenilson S. das Chagas, da Paróquia de São Gonçalo do Amarante. Lenilson foi ordenado presbítero em 12 de outubro e foi nomeado vigário coadjutor do monsenhor Monteiro em Santana do Matos.

Na mesma Semana aos 24 do mês, ao lado direito da Capela São João Batista, nesta cidade, foi fincado “O Marco das Santas Missões Populares”, confeccionado em madeira, medindo seis metros de altura em forma de cruz. Foi plantado no local pelo pedreiro Sebastião Renato de Lima e doado pelo professor Everson de Almeida Alves.

Everson nasceu na cidade de Cruzeta/RN, em 28 de junho de 1962, filho de Geraldo Alves do Santos e Edite Irene de Almeida Alves, naturais daquele município. Funcionário da CAERN, Everson foi transferido em 24 de novembro de 1988 para desempenhar a função de responsável pelo abastecimento dágua de Jardim de Angicos, onde passou a morar. Ingressou no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor de Ensino Fundamental, via concurso público realizado em 1997. Em 2002 formou-se em física,

licenciado pela Universidade Potiguar, habilitando-se a lecionar no Ensino Fundamental e Médio, funções que ocupa neste município.

Casou-se com a jardim-angicanense Francisca Áurea de Lima com quem teve um filho, herdeiro de seu nome. Sua esposa Aurinha é filha de Rivaldo Ferreira de Lima (Rivaldo Zumba) e de dona Francisca Felipe de Lima, nascidos no Arraial dos Balbinos, neste município. No ano da Chantadura do Marco das Santas Missões Populares, Everson Filho contava com 04 primaveras, já demonstrando ser muito inteligente e atencioso. Certamente será um grande homem, como o seu pai.

Na Comunidade Paroquial de Jardim de Angicos há 06 pastorais. São elas e seus coordenadores: Dízimo com Francisca Felipa de Lima (Mariquinha); Ministros da Eucaristia com Maria Pereira de Melo; Catequese com Carmelita Carmem de Lima e Everson de Almeida Alves; Juventude com Célia Maria de Brito; Liturgia e Batismo com Luís Eduardo Silva e Maria de Lourdes Lima Neta.

Em 1990 em Jardim de Angicos nascia mais um caminho espiritual: é fundada a Igreja Evangélica Assembléia de Deus. A primeira coluna formadora desta Igreja foi à conversão da senhora Maria Aparecida da Silva, nascida nesta cidade (então povoação pertencente a Lajes) em 21 de agosto de 1934, filha do senhor Eduardo Daniel da Costa e Severina da Costa. Fundada pelo Pastor José Bezerra, convertendo e reunindo fieis em sua residência, em 1992 o Templo já estava construído nas imediações do Cemitério São João Batista, à Rua Projetada S/N. Naquele ano o Pastor Zé Bezerra foi substituído pelo Pastor Francisco de Assis Bezerra. Regularmente, com média de dois em dois anos é renovada a chefia desta igreja. Em seus quinze anos de existência passaram pela Assembléia de Deus de Jardim de Angicos, os pastores: José Bezerra, Francisco de Assis, Reginaldo, Elizeu, Lucio, Antonio, Marcos e em maço de 2005 estava na direção o Pastor Givanaldo.

O ESCRAVO

O colonizador chegando nessa região trouxe com sigo suas criações (boi, cabra, cavalo, etc.). Naquela época os negros eram considerados pelos povoadores como sua criação, portanto eram ferrados a fogo com a marca de seu dono como se fossem animais. Trazidos do continente Africano e vendido nos portos da Bahia e Pernambuco como mercadorias, os negros eram comprados pelos latifundiários do litoral do Rio Grande e escravizados na lavoura da cana-de-açúcar, e posteriormente enviados para desbravar as terras sertanejas.

Na jurisdição do distrito Jardim e Bom Fim havia vários senhores de escravos. Alguns donos de engenhos do vale do Ceará-Mirim e do Potengí, que aqui tinham terras basicamente para criar gado no inverno, para onde traziam alguns escravos que permaneciam nas fazendas. Na segunda metade do século XIX, os escravos estavam concentrados nas fazendas: Triunfo da União de José Rebouças de Oliveira Câmara, seguida por seu filho Manoel Rebouças de Oliveira Câmara; no Jardim do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha; na Barra do Cururu do coronel José Ribeiro Dantas; no Umarí de Manoel Francisco Bezerra; na Conceição do coronel José Francisco Bezerra; no Logradouro do coronel Manoel Varela do Nascimento (o Barão do Ceará-Mirim); em Várzea de Boi de Luís Teixeira de Vasconcelos; no Pajeú do coronel João Damasceno Bezerra; na Pedra Preta do capitão José Venâncio da Costa Alecrim e outros.

Os movimentos abolicionistas no município de Angicos atingem os seus objetivos no final de março de 1888. Como parte integrante daquele território, em 1º de abril do mesmo ano o distrito jardinense também formava a sua Comissão de Libertação dos Escravos, composta pelos Capitães: João Damasceno Bezerra, Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, Manoel Vicente de Paiva Rocha e Manoel Francisco Bezerra. Fato publicado na Libertadora, Boletim Nº 07 de 01 de abril de 1888, aonde se afirmava já ser livre a Povoação de Jardim.

A libertação dos escravos não significava a sua independência. Foram “libertados”, mas não receberam nenhuma indenização; se quer um pedacinho de terra para reconstruir suas vidas. Esses homens e mulheres que tanto contribuíram para o desenvolvimento econômico daqueles senhores e do Brasil passaram a encher as periferias dos arruados ou perambulavam mendigando o pão a troco de pequenos serviços nas fazendas dos mesmos que os mantiveram como cativos.

Quando havia a oportunidade de um escravo se casar ou se batizar recebia apenas um nome, que seja José, Galdino, Luíza e mais nada, sem identificação familiar, só informando ser propriedade do coronel fulano de tal. A partir daí formavam suas famílias que continuavam sendo descriminadas, mesmo depôs da dita libertação, jogadas a exclusão econômica e social.

Os negros ainda enfrentam a descriminação que atravessa séculos. Ela permanece em algumas pessoas que se consideram branca e, por cima, crer que a cor é sua virtude, fruto de bondade e sabedoria, esquecendo-se que a evolução do homem não está na cor, nem na riqueza, e sim no seu caráter, nas suas boas atitudes, no respeito aos idosos, às crianças, ao meio ambiente, a vida. Todavia, somos resultado do negro, do índio, do branco, ninguém foge disso, nem mesmo “esses evoluídos”.

O TELÉGRAFO

O Correio Oficial surgiu no século XVIII, por Ordem Régia de 26 de fevereiro de 1798. O caminheiro, como se chamava o primeiro transportador de correspondias, era exercido por índios que conheciam os caminhos e atalhos para mais rápido chegar às Capitanias. O regulamento que mandava criar em todas as capitanias uma administração do Correio é de 05 de marco de 1829. No Ceará, já havia desde 01 de maio de 1812, com base na Lei Régia anterior.

O caminho vindo da Capitania do Ceará, inevitavelmente, passava pelo sítio Jardim, pela estrada que nela passando pelo Açu chegaria a Natal. Em 1865 havia 05 linhas no Rio Grande do Norte:

Natal a Pernambuco, Natal a Touros, Natal a Jardim do Seridó, Jardim do Seridó a Pau dos Ferros, Pau dos Ferros a Imperatriz (hoje Martins). O Correio para Jardim do Seridó partia de Natal com os seguintes Postos e distancias: Natal para São Gonçalo se percorria três léguas, dali para Ceará-Mirim quatro léguas, dali para Angicos trinta e nove Léguas, dali para Açu oito léguas, dali para Acari vinte e cinco léguas e do Acari para Jardim do Seridó oito léguas. Assim fazendo corrupios, corriam pelas províncias a cavalo ou a pé, levando e trazendo informações para colonos e governos, no engatinhar das nossas comunicações.

O Telégrafo do Rio Grande do Norte foi inaugurado em 04 de agosto de 1878. Em seu registro inaugural, naquela data, descreve: *Inaugurou-se aqui esse grande melhoramento, verdadeira maravilha do século XIX*. O aparecimento de comunicação por códigos elétricos foi à porta parra o desenvolvimento. Ele não substituía o entregador da correspondência, apenas encurtava o caminho, agilizando a comunicação entre os postos que se seguiram.

No ano de 1881 é implantado o Telégrafo no município de Angicos e um posto no distrito do Jardim. Aqui funcionou por vários anos num prédio na Rua Jardim, que está dividida com três denominações, enfrente a Praça Aristóteles Lima, atualmente, e início da Rua coronel Victor Teixeira. Já como “Os Correios” funcionou até fins da década de 1990 na Travessa Marcolino Paiva, aquela que parte da Rua coronel Victor Teixeira em destino da Praça da Matriz. Mudou-se dali para a residência de sua funcionaria Vera Lúcia Bezerra e em 2003 foi transferido para um prédio alugado ao Sr. Evilásio Lima Teixeira, onde funciona adequadamente.

Com a implantação do posto telegráfico, algumas famílias passaram a desempenhar as funções daquela instituição. O telegrafista, o condutor de malas, o guarda fio, eram funções da modernidade, cargos público ocupados por aqueles de maior prestígio, indicados pelos coronéis que mandavam na política daquele distrito, então no município de Angicos. Essa instituição teve grandes transformações até no nome. As informações

disponíveis sobre as famílias que nele ocuparam cargos são poucas. Claramente eram funções de caráter político hereditário. Da contemporaneidade das famílias do século XX para a atualidade, passaram pelo Correio: Francisco Nobre, Maria Nobre, Quitéria Matias de Melo, Edgar Nobre, Severino "Guarda", Diomar Guilherme Caldas, João Batista Guilherme, João Pedro, João Batista Pedro, Vera Lúcia Bezerra Câmara, esta última permanece a 30 anos na chefia de "Os Correios", já informatizado e conveniado com o Bradesco atendendo funções diversas.

Dona Vera Lucia Bezerra Câmara.

A ESCOLA

A educação escolar no tempo da formação dos sítios e fazendas nesta região era inexistente. Os filhos dos colonos e vaqueiros para aprender as primeiras letras eram ensinados pelos pais, que raramente sabiam contar e formar poucas palavras, ou ensinado por algum da povoação que dominava melhor. O ensino oficial era inexistente. O primeiro movimento para se obter uma cadeira de ensino pública na capitania foi através do Senado da Câmara de Natal em 26 de Janeiro 1728, em carta enviada a D. João V, solicitando construir um "Hospício" em Natal, para ensinar gramática aos filhos de moradores que quisessem seguir a careira de padre.

Em 1731 é criada a primeira cadeira de ensino. Deficitária, sem professores, em 1772 por Ordem Régia é criado o imposto do *subsidio literário*, cobrado de gado que fosse abatido. Assim em março de 1793 é instituída uma cadeira de primeiras letras, também em Natal. Em 15 de agosto de 1827 se institui o ensino primário no Brasil. Entre os professores desta nova fase, naquela cidade estava o padre João Carlos de Souza Caldas, tio de Alfredo Guilherme de Souza Caldas, o patriarca da família Caldas em Jardim de Angicos.

Em Jardim a evolução educacional teve início pela Lei Municipal Nº 920 de 1884, quando Angicos criava neste distrito uma cadeira feminina que passou a funcionar no ano seguinte. Seguramente já existia a de instrução masculina que antecediam as de ensino feminino. Em 1913 funcionava o Externato Francisco Cascudo em Jardim de Angicos, já emancipado, sob a direção de Murilo Aranha. Em 1920 teve escola subvencionada que passou a escola rudimentar em 1923, no Governo de Antonio José de Melo e Souza, dirigida por vários anos por dona Helena Galvão Barbosa. Com a transferência de sede para Lajes, o lugar ficou ao desleixo concentrando tudo na nova sede.

Na vila a Escola funcionou em diversos locais cedidos na rua velha, na atual capitão Manoel Vicente. Na década de 1930 foi transferida para um prédio em que por vários anos funcionou uma bolandeira de descaroçar algodão, movida a vapor, de propriedade do ex-prefeito Paulo Teixeira de Vasconcelos. Com o falecimento de seu pai em 1935, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, em sua memória a Escola recebeu seu nome em 1952.

Inauguração da Escola Isolada Coronel Miguel Teixeira, no início da década de 1952. Os participantes sentados são: Ivonilde Soriano de Souza, seu tio e prefeito em Lajes, Paulo Teixeira de Vasconcelos, sua mãe Luíza Alzira Teixeira Soriano, sua avó Margarida Teixeira e sua tia Otacília Teixeira Gomes. Entre os em pé estão Manoel Antunes de Souza (Baé), ao lado da então futura nora Ivanilde; o de braços cruzados era o então governador do Estado Sívio Piza Pedrosa; por traz Benedito Machado Azevedo da Costa; e Jerônimo Gomes da Costa, o baixinho de terno branco, no canto esquerdo, casado com Otacília.

Como antes, ali funcionava em sala única. Ao lado daquele prédio havia uma casa para o professor ou seu diretor, que em 1978 foi incorporada a ele, ampliando-o para duas salas de aulas, quando estava sob a direção de Lucia Maria de Melo Morais. No ano 1997 na direção de Maria Consuelo de Vasconcelos houve nova ampliação incluindo mais uma sala, cozinha, banheiros e área de serviços, até então inexistentes, salvo um banheiro que havia na parte externa da escola. Sob a mesma direção em 2000 teve outra ampliação para mais duais salas de aulas, recreio coberto, palco e mudança dos banheiros. Nela permaneceu se ensinando até a quarta serie, atual primeiro e segundo ciclos. Em 1980 teve a complementação nominal pra Escola Estadual coronel Miguel Teixeira. Na década seguinte, em 1994, o antigo segundo grau cientifico foi implantado, iniciando apenas com o "primeiro ano". No ano subsequente funcionou o

"primeiro e segundo ano" e em 1996 passa a funcionar definitivamente o 2^{0} graus, ou ensino médio atual.

Em 1996 sofre mais uma alteração no nome, agora Escola Estadual de 1^{0} e 2^{0} Graus Coronel Miguel Teixeira. Em 2000, passou para Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Coronel Miguel Teixeira. Nela permanece o ensino de primeiro e seguindo ciclo básico, o antigo primário, durante o dia, e à noite o ensino médio. Em 2005 foram matriculados 224 alunos, distribuídos 62 para o Primeiro Ciclo, 57 para o Segundo Ciclo e 105 para o Ensino Médio.

Escola Estadual Coronel Miguel Teixeira.

Estiveram sob a direção dessa Escola, os professores: Terezinha de Jesus Bezerra, Lucia Maria de Melo Morais, Edson Pinto dos Santos, Joana Darque de Lima, Lúcia Maria de Melo Morais, Maria Consuelo de Vasconcelos. O preenchimento desses cargos se dava por nomeação. Para o ano letivo de 2006 haveria eleição para a nova direção. Não havendo candidatos permaneceu a professora Consuelo.

Coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos.

29/04/1860 – 18/03/1936

Na década de 1930 o ensino no Estado tomou novos rumos, com as “Escolas Isoladas” sendo criadas em todos os municípios depois de 1940. Na comunidade de Fazenda Nova, então no território de Itaretama (Lajes), em 1950 foi construída a primeira Escola Isolada da zona rural, hoje em Jardim de Angicos. No ano seguinte passou a funcionar tendo como professora a senhora Nadege Ferreira Mendes, vindo daquela cidade. Ela foi nomeada para o cargo de Professor Primário Classe A-2, pela Portaria 116 de 21 de fevereiro de 1951, amparada pelo Art. 15 do Estatuto do Magistério Público Estadual, do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. Naquela função ganharia Cr$ 400,00 por mês, conforme expresso na citada Portaria.

Dona Nadege nasceu na fazenda Pedra Vermelha de Cima, ao norte de Lajes, filha de Antonio Ferreira Mendes e Genésia Ferreira de Souza. Sua mãe era filha de Francisca Bezerra da Conceição, filha de José de Melo Formiga, dono da fazenda onde ela nasceu. A politicagem injuriosa e diminuidora que, vez por outra, norteia os caminhos de nossa terra fez com que, cinco anos depois, ela ficasse sem o seu emprego. Casou-se com Olinto Machado da Câmara, com quem vive naquela terra que o destino lhe impôs a viver. Nunca conseguiu de volta o que mais gostava de fazer.

Olinto Machado e dona Nadege, em 1955, com 31 e 25 anos de idade respectivamente.

Escola Estadual Alzira Soriano, comunidade Fazenda Nova, em Jardim de Angicos/RN.

Com a criação deste município foram implantadas novas escolas. A Lei Municipal Nº. 06, sancionada em 1º de abril de 1964, pelo então prefeito João Mendes da Fonseca criou as seguintes escolas com as seguintes denominações e localizações:

José Avelino de Souza, no Catolé; Dr. Henrique Castriciano de Sousa, na Serrinha; Zeferino Bezerra, na Fazenda São Domingos; Diomedes Ataliba, no São Tomé; Professor Pedro Nobre, na Fazenda Zé de Araújo; Aristóteles Lima, na sede do município e Amaro Francisco de Lima na Fazenda Jardim dos Balbinos, atual Balbinos.

No mesmo mês pela Lei Nº. 08 é criado a Escola Municipal de Malhadinha com a denominação de Monsenhor João da Matha Paiva. Neste mesmo ano algumas dessas escolas tiveram ratificações em suas denominações e nas localizações pela Lei municipal Nº. 11 de 31 de julho de 1964, período em que o município contava com doze escolas de ensino primário. A Lei confirmava:

José Avelino de Sousa, Catolé; Dr. Henrique Castriciano de Sousa, Serrinha; Zeferino Bezerra, fazenda São Domingos; Diomedes Ataliba, São Tomé; Professor Francisco Nobre, Zé de Araújo; Aristóteles Lima, sede do município; Vivaldo Pereira, fazenda Conceição; coronel José Bilro, fazenda Boágua; João Soares Bilro, Milhã; Antonio Telmo da Rocha Barros, fazenda Favela e na Malhadinha Monsenhor João da Matha Paiva. Em novembro a Lei Nº. 13 cria a Escola Municipal Victor Teixeira de Vasconcelos na Fazenda Umarí. A Lei Nº. 37/67 cria a Escola da Fazenda Barra denominada Dr. Soriano Filho. E a de Nº. 52/70 cria as Escolas do Cardoso, Riacho da Negra e Logradouro. Boa parte dessas escolas se encontra fora de funcionamento.

Como forma de reconhecimento e lembrança a algumas personalidades jardinense e esquecimento de outras, é pela Lei Nº. 62/72, dada novas denominações as Escolas do município:

A da Milhã passa para Marcolino Paiva, e alterada pelo Projeto de Lei Nº. 03/2003 para Manoel Paiva, não funciona; a do Cardoso para Professora Maria Augusta de Lima, escola inexiste atualmente; a da Serrinha para Mescíedes Bandeira, atualmente é a João Bonifácio; a da Conceição para Manoel Augusto de Lima, o prédio foi demolido e não mais existe; e a da Favela para Salvador Dias de Melo, não funciona. Em 1977 pela Lei Nº. 94 foi criada a Escola Municipal Venâncio Bezerra na Serrinha, funcionou como

Escola Estadual até 2004, está ociosa como escola, servindo para beneficiar castanhas. A Lei de Nº. 141/86 cria uma Escola na Fazenda São José com a denominação "Dona Coração", inexistente.

Como forma de organização educacional do município foi criada pela Lei Nº. 111 e sancionada em 21 de 05 de 1980 o Órgão Municipal de Educação e Cultura. Anteriormente chamado de Serviço de Educação e Cultura oficializado pela Lei Nº. 34/66, e foi evoluído à atual Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria de Educação no primeiro semestre de 2005 estava sob a direção do ex-vereador Antonio Lisboa de Lima, que a politicagem dominante daquele ano o exonerou. Veraneide Aciole da Silva, o substituiu.

Nas escolas das comunidades se ensinavam somente o básico, "primeiro ao quarto ano", em turno único e um só professor. Na zona rural ainda permanece o mesmo método de ensino, sendo divididos em duas turmas "1º e 2º ciclos", mas com um único turno e um só professor. Até meados da década de 1980 ocorria o mesmo na própria cidade. Do fim dos anos 70 até meados da década seguinte o ensino de primeiro grau, atual ensino básico, era concluído no município vizinho de João Câmara, transportando-se os alunos em caminhões aberto. No ano 2005 a escola José Augusto, na Fazenda Nova, acresceu os professores e as series, sendo nela ensinado até a 6º. Neste ano na Escola José Bonifácio, na Serrinha, foi implantada a complementação do ensino fundamental, que é até a 8º serie atual.

Como o desenvolvimento do ensino municipal, foi instituída aos 02 de março de 1983 a Escola Municipal Prefeito Francisco Barbosa da Câmara, passando a funcionar com a 5ª serie instalado em salas da Escola coronel Miguel Teixeira, em horários disponíveis à noite. No ano 1984, nas mesmas salas e horários funcionaram a 5ª e 6ª série, no ano seguinte funcionou da mesma forma a 5ª, 6ª e 7ª série. A partir do ano de 1987 o prédio da Escola Prefeito Francisco Barbosa da Câmara foi concluído passando pra lá todo o "ginasial", complementação do antigo 1º grau, o atual ensino fundamental, ali lecionado. Em 2005 foram matriculados 323 alunos, distribuídos 144 para a 5ª série, 67 para a 6ª, 49 para a 7ª e 63 na 8ª série.

Durante seus 22 anos de fundação foram diretores na Escola Prefeito Francisco Barbosa da Câmara: Paulo Machado da Costa, Maria Consuelo de Vasconcelos, Maria Filomena de Lima, Veraneide Aciole da Silva, Francisco Dheon de Lima, Maria de Fátima Teixeira de Carvalho, Francisco de Assis Rocha. Veraneide Aciole da Silva iniciou como diretora no ano de 2005 e no segundo semestre foi substituída por Francisca Maria de Melo Bezerra, quando é nomeada Secretária Municipal.

Atualmente Jardim de Angicos dispõe de ensino adequado, possuindo no seu quadro de docentes mais de dez professores com formatura em 3º grau e vários outros com o magistério, distribuídos em oito estabelecimentos de ensino do município e do Estado, incorporando próximo de 800 alunos anos em média.

Com a instituição do FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento ao Ensino Fundamental), especialmente para o ensino fundamental, as escolas tiveram certa disponibilidade de recursos e melhoria no ensino. O Caixa Escolar, Dinheiro na Escola, Merenda Escolar, Transporte Escolar, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Desenvolvimento Solidário, são exemplos de programas que procuram erradicar o analfabetismo no País. Novos programas estão sendo preparados pelo Governo Federal para 2006, como o FUNDEB abrangendo todo às faixas da educação.

Semana Pedagógica, de 22 a 25 de outubro de 1991, participação da maioria dos docentes de ensino básico, daquela época, de Jardim de Angicos/RN. Em pé: Preto de Fazenda Nova, Marilúcia de Umburanas, José Romana de Jardim de Angicos, Dona Ellem, esposa de Dr. Junior, Joana Darque de Jardim, Salete de João Câmara, Lourdes Nascimento de Serrinha de Cima, Lúcia Melo professora do Estado em Jardim de Angicos, Maria Aciole professora do Estado em Jardim de Angicos, Maria de Fátima Câmara de Carvalho funcionaria da Educação, Maria Consuelo professora do Estado e diretora do Colégio Miguel Teixeira, Maria Conceição Lima de Jardim de Angicos, Maria das Graças Bezerra do Catolé, Sebastiana de Souza professora aposentada do Estado. Sentados: Pádua de Lima de Jardim de Angicos, Mônica Melo funcionaria da Educação, Antonieta de João Câmara, Rosa Caldas do Riacho da Negra, Diassis de Nova Descoberta, Margarida Lucas de Serrinha de Cima, Vera Lúcia Braz idem, Luís Eduardo Silva de Primavera, Márcia Ananias de Malhadinha, Márcia Braz de Serrinha de Cima e Ivaneide de João Câmara. Ellen, Salete, Antonieta e Ivaneide, são funcionárias do IV NURE, atual DIRED, da cidade de João Câmara.

Convêm lembrar alguns professores precursores no ensino desta terra, os que iniciaram como funcionários públicos e outros por dedicação ao ensino gratificado em suas comunidades. A mais antiga professora desta terra que consegui identificar em minhas pesquisas foi Juliana Gervásia Bezerra, esposa de Manoel Dionísio Bezerra, casada em 1875 e falecida em 1899. Seu esposo era filho do capitão Manoel Francisco Bezerra (1816 – 1893) e Francisca Barbosa da

Câmara, e ela de Francisco José Bezerra e Rita Maria Bezerra, pais e sogros moradores na fazenda Umarí, aonde ela lecionava. Alguns dos que sucederam Juliana Gervásia Bezerra, já no século XX foram:

Murilo Aranha, Elena Galvão Barbosa, Maria Augusta de Lima, Elza Nobre, Ericina Bandeira, Eunice Fernandes Pires, Pedro Nobre, Amélia Bilro, Joana Fernandes, Guiomar Firmino, Guiomar Matos, Maria Teixeira, João Firmino, José Augusto Raposo da Câmara, Maria Cunha, Nadege Ferreira, Éster Câmara, Maria das Flores Silva, Sebastiana de Souza Bezerra, Lúcia Maria Melo Morais, Terezinha de Jesus Bezerra, Margarida de Freitas, Terezinha Cavalcante Bezerra, Leodete Bezerra, Maria Aparecida Braz, Maria Salete Braz, Diva Maria Bilro, Geralda Osmídia de Lima Bezerra, Francisca Francinete de Lima (Titica), Maria Consuelo de Vasconcelos, Maria de Lourdes Bezerra, Hilda Maria Caldas, Maria dos Impossíveis Rocha Rodrigues, Maria Lindalva Horácio, Joana Darque de Lima, Francisco Sales de Melo, Célio Marcelino de Lima.

A INTENDÊNCIA JARDINENSE

As Intendências municipais foram conselhos deliberativos instituídos pelo decreto N^{0} 09 de 18 de janeiro de 1890 que dissolveu as Câmaras Municipais, dando ao presidente deste conselho à chefia do poder executivo e da polícia municipal. Esta forma de governo antecedeu as prefeituras, e seus chefes, os prefeitos. Criado a 04 de outubro de 1890, em 22 de novembro do mesmo ano, com muita festa, foi empoçando a primeira Intendência de Jardim de Angicos. A casa grande que pertenceu ao capitão Manoel Vicente, deixada como herança para a sua filha Quitéria, casada com Vitô Teixeira, foi cedida para funcionar como sede daquele conselho. É a mesma aonde funcionou a prefeitura em 1963 e 64. Este prédio está localizado na esquina da Rua Capitão Manoel Vicente e a Travessa Francisco Nobre, em frente a Praça Aristóteles Lima. O primeiro presidente intendente deste município foi José Rebouças de Oliveira Câmara (ver em genealogia), por nomeação, que tomou posse e com ele os demais membros: coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, Manoel José de Melo Formiga, Francisco Soares de Paiva Rocha e

Joaquim Teixeira de Melo. Com a instalação municipal, no ano seguinte teve a eleição para os cargos do conselho. De 1890 até 1914, foram presidentes nesta intendência:

Antiga Casa da Intendência, já centenária em 1890, e Sede da Prefeitura em 1963.

José Rebouças de Oliveira Câmara de 1890 a 1891; Francisco Soares de Paiva Rocha em 1891; José Rebouças de Oliveira Câmara reassume de 1892 a 1895; Joaquim Teixeira de Melo de 1896 a 1898; Miguel Teixeira de Vasconcelos de 1899 a 1901; Miguel Teixeira de Vasconcelos, reeleito permanecendo de 1902 a 1904; José Francisco Soares Bilro de 1905 a 1907; Francisco Damasceno Bezerra de 1908 a 1910; Francisco Damasceno Bezerra, reeleito, permanece de 1911 a 1913. Neste período se elege novamente Miguel Teixeira de Vasconcelos, quando assume e é transferida a sede do município para Lajes. Assume em 1915 até 1916 e é eleito novamente para outro mandato de 1923 a 1925.

Depôs da transferência foram intendentes e prefeitos em Lajes: O coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos de 03 de janeiro de 1915 a 03 de janeiro de 1917; Felix Teixeira de Melo, como prefeito eleito assume em 03 de janeiro de 1917 permanecendo até 03 de

janeiro de 1920, seguido por Juventino Mendes de Araújo que permaneceu até 03 de janeiro de 1923, sendo eleito o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos e substituído pelo seu vice Manoel Januário Cabral que permaneceu no cargo de prefeito até 14 de agosto de 1925. No seu primeiro ano de mandato a vila de Lajes é elevada à cidade em 03 de dezembro. Seu substituto foi Ulisses Vale que permaneceu até 01 de janeiro de 1929.

Neste período havia os movimentos feministas no Brasil, quando as mulheres procuravam o seu lugar de cidadã. Foi quando em 1928, numa reunião política na Fazenda Primavera, residência do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, onde se fazia presente o governador do Estado Juvenal Lamartine e a líder feminista Bertha Lutz, debateram essa questão. No ano seguinte, anterior ao da eleição, Bertha Lutz lembra-se de Alzira, filha do coronel, como a luz feminista para o Estado e afirma ao Governador Lamartine: *É certamente a mulher que procuramos. Vamos lançá-la candidata e teremos a primeira mulher eleita prefeita do Brasil.*

Luíza Alzira Teixeira Soriano foi eleita e assumiu em 01 de Janeiro de 1929 e em 25 de dezembro de 1930 é deposta do cargo, por reflexo da revolução de 03 de outubro daquele ano, quando Getulio Vargas por decreto dissolve as Câmaras Municipais e é nomeado novo administrador para cada município. No entanto, por nomeação, ocupa provisoriamente Adauto de Sá Leitão e logo por nova nomeação assume Ubaldino Batista permanecendo até 31 de julho de 1931. No mesmo ano assume como Presidente Intendente Felix Teixeira de Melo permanecendo até 27 de agosto de 1932.

Neste ano de 1932, na povoação do Jardim, a menos de duzentos metros da barra de deságua do riacho Jardim é construído um açude público para abastecimento dágua local, antes seria em cacimbas escavadas no rio. No mesmo ano José da Silva é nomeação prefeito permanecendo até 27 de março de 1933. Todo o período entre o mandato de Alzira Soriano e o de José da Silva, foi de turbulências revolucionárias, alternados pela revolução de 1930 e 1932. Em março de 1933 é empossado Felix Teixeira de Melo,

substituindo José da Silva, e permaneceu até 20 de março de 1934, quando assume Genésio Teixeira da Silva ficando até 1935.

Alzira Soriano e seu irmão Paulo Teixeira de Vasconcelos.

Da povoação de Jardim, Aristóteles Lima é eleito prefeito substituindo Genésio Teixeira. Durante seu mandato, em 28 de novembro 1937, ele faleceu de febre tifóide; epidemia que assolava a população da época, assumindo em seu lugar o vice-prefeito Severino Moura do Vale, concluindo aquele mandato de 10 de dezembro de 1937 até 21 de janeiro de 1938. Neste ano por força do decreto Nº 603, do Interventor Federal no Estado, Rafael Fernandes Gurjão, que fixava as divisões territoriais do Estado, e que vigoraria sem alteração de 01 de janeiro de 1939 até 31 de dezembro de 1943, é elevada a antiga sede do Jardim a distrito de Lajes. Período em que assume, por nomeação, Francisco de Oliveira Cabral, iniciando em 21 de janeiro de 1938 e permanecendo até 18 de abril de 1945.

No período entre 1942 e 1943, na planície por mais ou menos 1,5 km do então distrito Jardim foi construído um Campo de Aviação da Aeronáutica Brasileira, subsidiado pelos Estados Unidos da

América, para servir como ponto de apoio estratégico dos aliados à Segunda Guerra Mundial. É o único da região.

Em 30 de dezembro de 1943 é mudado o nome de Lajes para *Itaretama* permanecendo até 11 de dezembro de1953. Itaretama seria na língua geral do gentio, região de pedras, de lajes, do Tupi *ita-retama*. Em 18 de abril de 1945, assume o prefeito eleito Francisco Amâncio Pereira, permanecendo até 19 de novembro do mesmo ano. No período que se seguiu até janeiro do ano seguinte, não tive disponibilidade de informações de quem assumiu a prefeitura de lajes. No ano de 1946 assume em 16 de janeiro, o prefeito João Batista Fernandes, nomeado, permanecendo até 25 de fevereiro do mesmo ano, substituído por Francisco Amâncio Pereira, eleito com mandato até 31 de janeiro de 1948, período em que o país retoma o rumo da redemocratização.

Naquela data assume Paulo Teixeira de Vasconcelos, irmão de Alzira Soriano, eleito permanecendo até 30 de março de 1953. Com o fim do mandato de Paulo Teixeira, assume Francisco de Oliveira Cabral permanecendo até 1958, quando assume João Militão Martins que permanece até 31 de março de 1963, tendo como seu vice-prefeito Diomar Guilherme Caldas. Neste período houve a restauração do município Jardim de Angicos. Uma nova historia.

O JUDICIÁRIO

Jardim era distrito judiciário de Ceará-Mirim. Com a municipalização em outubro 1890, no mesmo mês, foi instituída nova comarca com sede na vila de Angicos, incluindo na sua composição Jardim. O decreto N^{0} 63 que originou a Comarca descrevia, conforme original:

Art. 1^{0} Ficam desmembrados os termos de Touros, Santa Cruz, Angicos e Jardim, das comarcas de Ceará-Mirim, Potengí e Santana do Matos, cada uma das duas primeiras uma nova comarca com a denominação que tem os respectivos municípios e os outros dois últimos outra comarca denominada de Angicos com sede na vila do mesmo nome.

Art. 2^{0} Revogam-se as disposições em contrários.

O secretario do governo o faça imprimir publicar e correr.

Casa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em 20 de outubro de 1890.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Naquela época o coronelismo atingia o seu apogeu, quando seus interesses eram buscados pela força, sobre quaisquer custas, conseguindo aqueles de maior conhecimento e prestígio no Estado, modificando ou atrapalhando o que não o interessava. Logo que correm as noticias, vem as providencias ao contrario: É cassado o decreto 63, pelo de Nº 81 de 24 de novembro do mesmo ano. No mês seguinte um novo decreto revoga o anterior. O Decreto Nº 84 de 27 de dezembro de 1890, descrevia:

Considerando que não é procedente o motivo alegado no decreto Nº 81 de 24 de novembro último, pelo qual foi cassado o de Nº 63 de outubro deste ano, que desmembrava os termos de Touros, Santa Cruz, Angicos e Jardim, das comarcas de Ceará-Mirim, Potengí e Santana do Matos, formando cada um dos dois primeiros uma nova comarca com a denominação que tem os respectivos municípios e os dois últimos, outra comarca denominada Angicos com sede na vila do mesmo nome; considerando o grau de desenvolvimento e prosperidade da que tem atingido os referidos municípios, já pela sua crescida população, já pelo seu comercio e industria; considerando que privam os seus habitantes que tão almejado engrandecimento, demorando a ação da justiça, é enfraquecer o regime republicano em seus municípios, decreta:

Art. 1º fica revogado o decreto Nº 81 de 24 de novembro de 1890, ficando em inteiro vigor o de Nº 63 de 20 de outubro do mesmo ano.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Em 09 de junho de 1892 foi constituída a Organização Judiciária do Estado e não foi mantida esta comarca. Jardim passou a pertencer, consecutivamente, as comarcas de Macau, Ceará-Mirim, Santa Cruz, e novamente a Ceará-Mirim que permaneceu até 1927, quando é criada a comarca de Lajes. No período em que o município Jardim de Angicos era termo da Comarca de Ceará-Mirim, foi destacado para este, em 1912, o Juiz Dr. Silvério Soares de Souza, no mesmo ano ele foi substituído por Dr. Thomaz Soriano de Souza Filho que se casara com Luíza Alzira Teixeira de Vasconcelos, filha

do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos. Quando em 1929, já viúva, foi eleita prefeita do município sendo a primeira mulher eleita prefeita da América Latina. Em 1913 o Dr. Soriano é substituído pelo Dr. Vicente Lemos Filho que permaneceu até 1916, já com o município sediado em Lajes.

Dr. Juiz Thomaz Soriano de Souza Filho.

Anterior a criação deste município, subordinado a comarca do Ceará-Mirim, existia o Cartório do Jardim. Naquele tempo os cartórios serviam basicamente como arma para dá lisura às pretensões dos coronéis, permanecendo no comando familiar e político deles. Quando uma determinada família subia ao poder a outra perdia seus postos.

O primeiro tabelião a ocupar o Cartório de Jardim de Angicos foi Manoel Baracho de Oliveira Câmara, sobrinho do Intendente José Rebouças de Oliveira Câmara. Manoel casou-se no Umarí em 1885, aos 25, com Belina Emília de Souza. Manoel Baracho de Oliveira Câmara foi substituído por Lourenço da Costa Alecrim, descendente do coronel José Venâncio da Costa Alecrim, latifundiário no riacho Pajeú e Fazenda Pedra Preta, no atual município desse nome. Lourenço da Costa antecedeu a José Augusto Raposo da Câmara. José Augusto, natural do Ceará-Mirim, na década de 1890 vai morar na Fazenda Nova aonde se casa em 28 de janeiro de 1898 com Maria Francisca Bezerra de Melo, filha de Boaventura Dias de Melo e Felismina Francisca Bezerra. Pedro

Nobre de Almeida foi seu sucessor. Pedro Nobre de Almeida veio de Santana do Matos, assumiu a chefia do cartório e foi casado com Luíza, Lulu como era conhecida, descendente da família Machado de Azevedo Costa. Foi substituído por José Sinfrônio Moura do Vale que permaneceu na vila de Lajes para onde foi transferido aquele cartório.

No alvoroço da construção da estrada de ferro na região, por volta de 1912, algumas famílias se estalam no município de Jardim de Angicos. Naquele período vieram da Serra Talhada-PE, montar comercio e morar na povoação de Lajes, onde ia passar a estrada, os irmãos Moura do Vale: Sinfrônio, Aureliano e José. Sinfrônio em conversa com o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, consegue a promessa para seu irmão José ocupar a chefia do cartório jardinense, caso o coronel se elegesse na eleição que se avizinhava, em troca de seu apoio. Neste período o presidente da Intendência era o capitão Francisco Damasceno Bezerra, filho do coronel João Damasceno Bezerra. O Cartório estava sob a direção de Pedro Nobre, mas, o coronel ganha a eleição e cumpre o prometido passando-o para o Sr. José Procópio Moura do Vale que passou a morar em Jardim até o final de dezembro de 1914, quando se transfere para Lajes junto com a Administração Municipal. A partir daí aquele cartório como o município recebe um novo “batismo”.

Quando foi criado a Comarca de Lages em 1927, passou a funcionar como seu termo o Cartório Único de Jardim de Angicos, passando a ocupar o cargo de Oficial do Registro Civil e Tabelião a senhora Maria Augusta de Lima.

Maria Augusta de Lima, em 1936, tabeliã e professora em Jardim de Angicos/RN.

Da década de 1970 até 1996 quando deixa de funcionar este Cartório, passaram por ele os seguintes Tabeliães e Substitutos, na ordem: Maria Araújo de Souza, Rosa Maria Teixeira do Vale Moura, José Edson Martins. Em 1981 Maria de Fátima Melo assume o cargo de Substituto, alternando como titular na vacância de alguns que lhe antecedeu. Em 1996 ela foi à última a desempenhar as funções cartoriais do Cartório de Jardim de Angicos. No final daquela década o Cartório Único de Jardim de Angicos foi transferido para a Comarca de João Câmara, onde permanece.

Criado o município, em 1892, pela lei Nº 11 de 09 de junho, a Subdelegacia de Policia de Jardim Angicos é elevada a categoria de sede, ao mesmo tempo em que é criado em para sua jurisdição duas subdelegacias: uma em Cauaçu, neste território, e a outra em Gaspar Lopes, atual município de Pedro Avelino, então no território de Angicos.

A casa da Delegacia em Jardim funcionou por vários anos em prédios diferentes. Entre eles um que havia, antes da enchente, nas imediações onde está situada a casa de Paulo de Lima e dona Antonia. Aquela casa não tem nada haver com o antigo prédio que foi demolido após 1894. Também funcionou num prédio que foi de

Manoel Bandeira de Melo onde é a casa dos herdeiros de João Batista Guilherme, conhecido por João Pastor. Por diversos anos até a década de 1980, a Delegacia funcionou na casa em frente à de João Pastor, então de propriedade do coronel José Soares Bilro, hoje propriedade do Estado, abandonada em ruínas.

Em fins dos anos de 1990 não havia local para funcionar e a partir de 2001 a Delegacia passa para uma casa alugada pela Prefeitura Municipal, no lado oeste da Praça Alzira Soriano, de propriedade de José Pedro Neto, onde funciona inadequadamente. Dos delegados, José Tertuliano de Sousa foi quem morou e deixou aqui sua descendência.

Delegado José Tertuliano de Souza.

Desde a segunda década do século XX, José Tertuliano morava no sítio Ligeiro, comunidade nas cercanias e a norte de Zé de Araújo e Malacacheta, anos depois, passou a ocupar por vários anos o cargo de delegado deste município. Com ascendência no Ceará-Mirim/RN e casado com Regina Leite de Oliveira, aqui construiu sua família e deixou vasta descendência. Ele é pai de Luís de Sousa e avô de dona Sebastiana de Sousa, esposa de Canindé de Bebeu, destacados no capítulo sobre genealogia.

A ENCHENTE

As construções habitacionais iniciais no sítio Jardim foram implantadas à margem esquerda do rio Ceará-Mirim. No início, no

fluxo desse rio havia uma curva acentuada para a esquerda acima das residências, antes delas curvava-se ligeiramente pra o oposto, quase tipo "S". Essa naturalidade do rio tinha a proteção, em suas barrancas, do emaranhado das raízes dos mufumbos, das caraíbas, das juremas, das macambiras, dos marmeleiros, e de outras espécies nativas. Os desmatamentos das várzeas para exploração de roçados e a retirada de madeira das caraíbas para construções, se fez desaparecer essa proteção e conseqüentemente havendo maior despejo de água ao longo do seu leito. No espaço abaixo da curva, foi construído o cemitério em 1869, ficando a igreja na parte alta do terreno e ao derredor algumas casas.

A terra doada pelo capitão Manoel Vicente para construir o cemitério e a igreja, percorria o perímetro esquerdo do rio por cem braças. Ali houve sessões para se construir novas habitações, principalmente as de alguns ex-escravos que não tinham onde morar. Outros que chegavam ao povoado e não dispunham de terra se valiam também das de São João Batista, sendo que a maioria das residências existente, várias delas centenárias, era de famílias tradicionais entrelaçadas entre si formando a vila.

Os principais laços eram formados pelas famílias do capitão Manoel Vicente, Manoel Bandeira de Melo, Francisco Teixeira de Vasconcelos, Gonçalo Teixeira, os irmãos Francisco e José Bilro, Cipriano José de Lima, José Rebouças de Oliveira Câmara, coronel Francisco José Bezerra, coronel João Damasceno Bezerra, José Pedro de Melo entre outras. Quando Jardim teve sua emancipação em 1890, na vila havia aproximadamente 40 construções entre residências e comércios.

Nesta região há uma credulidade de que nas "eras de quatro" é ano chovedor, ano bom, como dizem os mais velhos. Em abril de 1894, as chuvas naquele mês chegaram com força. Aos seis dias daquele mês chove durante todo dia e da tardinha pra noite chega uma grande enchente arrastando tudo à frente.

A correnteza rompe o terreno que não tinha mais a proteção natural, desfazendo a curva e mudando o curso do rio tomando o

lugar do cemitério, destruindo-o completamente. Junto com o cemitério foram danificadas 21 casas e, também, as estruturas da igreja, permanecendo intacta a Santa Cruz. No mesmo ano foram recuperadas as casas que ficavam mais afastadas, na passagem da estrada, na "rua velha".

Rua Jardim, à volta de 1920, em que fica "os locais", área inundada em 1894.

Outras das proximidades da ocorrência foram reconstruídas em áreas mais afastadas. Foi o caso da do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, filho do capitão Francisco Teixeira de Vasconcelos. Com a nova doação do terreno para construir a nova igreja, no mesmo ano, foram cedidas pequenas glebas de terra onde algumas famílias pobres construíram suas casinhas em taipa, acima da nova igreja. Pelo lado leste dela, o coronel Miguel Teixeira construiu a sua, na qual em 1896 nasceu a sua filha Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos, que em 1929 foi eleita prefeita de Lajes/RN, conhecida por Alzira Soriano, aonde hoje se encontra guardado o seu acervo cultural.

A Igreja e a casa do Coronel Miguel Teixeira, nos idos de 1920, construídas em 1895.

A TRANSFERÊNCIA

No século XX o progresso começava a entrar nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, com as construções das estradas de ferro. No início da segunda década chega às imediações de Jardim de Angicos. Logo, alguns senhores de gado e de terras que percorria pelo rio Ceará-Mirim, neste município, obstruem aquele desenvolvimento: não aceitaram que a linha férrea atravessasse suas terras pra não matar seus gados.

Em diálogo que tive em 2004 com dona Maria do Carmo Teixeira, filha do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, e viúva do ex-prefeito João Mendes da Fonseca, perguntei sobre fatos concorrentes que resultaram em não se querer que pela vila atravessasse aquela estrada. Respondeu sem outras palavras: *Algumas pessoas culpam meu pai de não ter aceitado passar a estrada de ferro na vila do Jardim. A culpa não foi dele, ele não resolvia as coisas só.*

Esclareceu que em 1911, o Senador Tavares de Lira mandara um telegrama para o seu pai informando que o trajeto da estrada de ferro percorreria as terras jardinense, passando pela vila. Apareceram os contras. Fez ele uma reunião com seus correligionários e o argumento posto era que o maquinista não respeitava o gado, havendo grande matança por onde passava o trem. Nisso tinha que haver resposta de consentimento ou não. Salta-se um furioso e diz: *Se responder autorizando a passagem desse trem nas minhas terras passo pra oposição e você perde a eleição.*

Então sobre pressão, em 1912 a estrada passa na fazenda Cardoso do Dr. Mescíedes Bandeira, a mais de 15 km dali, ficando a vila isolada do progresso.

Naquela época em todo território de Jardim de Angicos havia apenas 275 eleitores. Estes eleitores seriam os donos das fazendas e os homens que sabiam pelo menos "ferrar o nome": nem as mulheres nem os analfabetos tinham esse direito. Esses votos eram controlados por estes senhores que os mantinham como arma para defesa do seu interesse imediato. Então gritava mais alto quem controlava o maior número, que fazia a diferença. Portanto, a politicagem proveniente das mentes atrofiadas dos que não enxergava além do nariz, impôs a extenuação desta terra que ainda padece por esse isolamento.

O ocorrido naquele seis de abril de 1894 ficou marcado na memória do povo jardinense como resultante do declínio deste município, perpetuado em livros e nos relatos do povo do lugar. Imagine! A transferência de sede ocorreu após vinte anos daquela enchente. Mistificar aquele episódio como justificador foi à forma encontrada pra ocultar o fator preponderante e os culpados pelo infortúnio municipal: É muita "ingenuidade" culpá-la.

Para se ter uma idéia, os sítios e fazendas do então município jardinense e arredores, no início do século XX, serviam essencialmente para o cultivo do algodão e a criação do gado. Nelas se concentravam como moradores, exclusivamente, além do dono ou capataz, uma pequena parte da mão-de-obra empregada para atender

na lida com as criações, como o vaqueiro; quando não era tocado por força familiar. Nelas não havia habitações que se justificasse a elevação a novas vilas, nem tampouco a cidade.

Exemplo disso é que em 1910, quando a estrada férrea chegou a Matas, no município de Taipu, onde atualmente está situada a cidade de João Câmara, não havia nada além do que indicava seu nome. No local da construção da estação ferroviária, o engenheiro Antonio Proença montou o canteiro de obras, em um vagão de trem, onde não havia casas, salvo numa fazenda conhecida por "Assunção" em aproximadamente 3 km dali. Portanto, Iniciada de um vagão, logo se transforma em um arruado que em 1929 passa a sede municipal de Baixa Verde, hoje, João Câmara. Frutos da passagem da ferrovia.

Estação Ferroviária de Jardim de Angicos/RN, na fazenda Cardoso. Foi demolida.

Os trilhos em 1912 passam no Cardoso a mais de 15 km da vila do Jardim, por onde percorreu desviando aquela serra e em 1913 chegam à Fazenda Pedra Preta. Logo provoca um pequeno adensamento populacional por pessoas que procuravam está nas proximidades do que encurtava as distâncias. Dali segue

contornando as serras e em julho de 1914, a locomotiva chega soltando fumaça e trazendo o progresso para Lajes. Ali permaneceu como final de linha até início da década de 1930, onde de maneira inevitável havia movimentação de muita gente, e consequentemente de comércio.

Subitamente a povoação de Lajes se desenvolve. Em Angicos esse transporte chega em 1933. Com a ferrovia a fazenda Lajes vencia o imobilismo, chegaram novos moradores, implantam comércio, desenvolve. As cargas de algodão que antes se transportava em costas de tropas de burros-mulos para vender no São Gonçalo e Macaíba, agora iam "pras Lajes". Lá já haviam se instalado compradores, e igualmente na Baixa Verde.

Chega novembro, a sede de Jardim de Angicos já conhecia o peso do isolamento, alguns moradores da vila desmancham suas casas ou venderam e se mudam para Lajes e outros para o arruado da Baixa Verde, enquanto os administradores tramavam a mudança da sede do município, requerendo-a ao Governo do Estado. Começavam a enxergar o desacerto que impuseram a Jardim. Findava o mês e chega a notícia que a 25 de novembro, daquele ano de 1914, é aprovado a Lei Estadual Nº 360 que transferia a sede jardinense para a povoação de Lajes.

A tão comentada enchente daquele seis de abril destruiu 21 casas na vila de Jardim e cercanias que foram refeitas, enquanto que, naquele ano, em Lajes só havia quatro casas e foi iniciada a construção de uma capela. Neste "fim de agreste" existia a maior concentração de sítios e fazendas de gado e de produção de algodão da região, com várias bolandeiras beneficiando e escoando a produção para o litoral. Havia feira e coletoria de imposto do Estado e toda estrutura de um município da época, como Florânia e Currais Novos, todos criados no mesmo ano de Jardim de Angicos.

Neste sertão, mesmo não chovendo no mês de dezembro de fazer enchente no rio, vinte anos depois daquela de 1894, no sentido contrário das águas, no caminho vizinho daquele leito ressequido é transportada à estrutura administrativa para 50 km ao oeste de Jardim

de Angicos. Conforme autorizava a Lei 360 que descreve em todo seu texto:

Faço saber que o congresso decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica transferida a sede do município de Jardim de Angicos para a povoação de Lajes, que é elevada a categoria de vila.

Art. 2º Revogam as disposições em contrario.

Palácio do Governo do Rio Grande do Norte, em Natal, 25 de novembro de 1914, 26º ano da Republica.

Joaquim Ferreira Chaves

Hemetério Fernandes R. de Melo.

Por força daquela Lei, em 1º de janeiro de 1915 é implantada a Intendência na vila de Lajes sob a presidência do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, sem a eliminação do nome Jardim de Angicos. Como concluiu Câmara Cascudo em "Nomes da Terra":

A Lei 360 não cogitava na denominação do município novo. Subentendeu-se Lajes, e Lajes ficou.

Entretanto, aquela lei não criou um município novo. Apenas transferiu a sua sede para mesma área territorial. Deste modo, a história dessa terra com mais de três séculos de povoação foi riscada, esquecida, apagado, ocultada. Aqui se originou Jardim de Angicos (Lajes) que em 04 de outubro de 2005 completara 115 anos de emancipação. Essa é a história!

Entorpecido, sem norte, quando o jornalista e escritor Rômulo C. Wanderley, numa visita que fez a parentes na fazenda Milhã dos Bilros, na década de 1950, em seu artigo "A Nota da Manhã" da Tribuna do Norte, escreveu o seguinte sobre Jardim de Angicos, intitulado **Viajando num vale aprasivel**:

Há pouco mais de um mês conclui a leitura do "Vale aprasivel", de Louis Bromfield, livro no qual, o vigoroso escritor norte americano, recentemente falecido, descreve as excelências de uma fazenda que ele restaurou, ao regressar da Europa, onde viveu por alguns anos.

Foi às belezas naturais da terra descrita por Bromfield que me vieram á lembrança quando, há poucos dias, andei por varias fazendas do município de

Lajes. Passando por Santa Izabel, rumamos para a Milhã, atravessando terras férteis, banhadas pelo rio Quintimproá e Ceará-Mirim.

Nesse passeio, tive o prazer de conhecer de perto alguns recantos que já conhecia por ouvir dizer. Estivemos (éramos seis ou oito companheiros), na vila de Jardim de Angicos, onde pude ver que as cidades, como as pessoas, há esplendor e decadência. Jardim de Angicos foi vila prospera e falada.

Depois vendo Lajes crescer da noite para o dia, porque era "ponta de linha". E Jardim entrou em declínio, apesar dos esforços do coronel Miguel Teixeira, chefe prestigiado do tempo de Pedro Velho e de outros políticos da Republica Velha.

Casa do Coronel Vitô Teixeira, no Umarí da Sombra.

Estivemos na fazenda de Nezinho Teixeira, filho de Victor Teixeira, a quem os parentes chamavam tio Vitô e de cuja fortuna se contavam lendas. Enriquecera criando bodes e cabras. O seu rebanho era de muitas centenas de caprinos. Quando vendia bodes, era em quantidade, como vende uma boiada. Do leite das cabras fazia queijo. E vendendo os animais e os produtos amealhara fortes cabedais, que faziam inveja a gregos e troianos.

Num dos aposentos da sua casa, hoje ocupada pelo seu filho Nezinho, vimos o velho cofre, que no seu tempo se chamava "burra". E que o major Isaias Marques, apontando-o, nessa nossa visita, dizia-nos como se ainda estivéssemos no tempo de tio Vitô.

__Osso aí está entupido de dinheiro...

Neste “vale” brotou às raízes de Nilton Navarro, Câmara Filho, Alzira Soriano, João da Matha Paiva, e tantas outras famílias que fugiram, não dessa terra, mas da inópia do emprego, das chuvas, do desenvolvimento. Não diferente com a de Manoel Teixeira de Vasconcelos, o popular Nezinho Vitô: Gelsa e Geralda, hoje morando na cidade de João Câmara, Geralda com descendência e Gelsa solteira.

Nezinho nascera em 1892 na fazenda Umarí da Sombra, propriedade de seus pais, o coronel Victor Teixeira de Vasconcelos e Inácia Quitéria de Paiva, filha do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha. “Vitô” era irmão do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, filhos de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda Maria de Oliveira.

Quando Rômulo passou naquela fazenda, a família Teixeira de Vasconcelos havia ali a mais de cem anos. Por herança a fazenda chega aos irmãos Nezinho e Maria Augusta, que deixaram para seus descendentes: Gelsa e Geralda Teixeira de Vasconcelos, Leônidas e Otavio Teixeira de Carvalho, os dois últimos são os herdeiros de Maria Augusta, já falecidos.

Gelsa e Geralda venderam a parte das terras que herdaram aonde era à sede da fazenda. Parte daquelas terras ainda é controlada por herdeiros de Otavio: Otavio Jr., Carvalhinho, Francisco Lourenço de Carvalho Neto, Ivanosca e Laíse Teixeira de Carvalho, enquanto com o falecimento de Ivanilsom, também filho de Otavio, sua parte ficou para seus filhos: Adailton, Agenor Neto e Adriana Câmara de Carvalho. Os herdeiros de Leônidas ainda possuem sua parte naquelas terras, juntamente com a sua mãe Maria do Socorro, entre eles: Carlos, Tânia e Paulo. Só este último mora no torrão jardinense.

O NOVO JARDIM

Passam-se quarenta e oito anos. O então deputado Ramiro Pereira, nos últimos daqueles, tentou por duas vezes criar o município de Jardim de Angicos. A primeira é rejeitada pelo então

governador Dinarte Mariz. Liderados pelo deputado Ramiro Pereira, Maria do Carmo Teixeira da Fonseca, seu esposo João Mendes da Fonseca e Diomar Guilherme Caldas, então vice-prefeito em Lajes, tomaram frente a esta aspiração. Nascia o desejo do povo jardinense de voltar a sua emancipação política. Ramiro prometera se eleito fosse apresentar novamente o projeto, com o apoio de Aluízio Alves, candidato a Governador do Estado, juntos seria certa a sanção.

Em Jardim só apareceram apenas seis votos em nome de Ramiro, mesmo assim cumpriu o prometido. E em 08 de maio de 1962 é aprovada a Lei Nº 2.755 que restituiu esse município, agora com apenas 6% da sua antiga área territorial. O Ofício Nº 017/1962, do Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa, que enviou a Lei 2.755 de criação do município de Jardim de Angicos para a sanção do Governador Aluízio Alves, protocolado sob o Nº 29 Fls. 54, com processo de Nº 1607 em data de entrada de 08 de maio de 1962, conforme documento oficial, encontrado no Arquivo Público deste Estado, descreve:

Senhor Governador

Tenho a subida honra de remeter em anexo, para os efeitos constitucionais, o projeto de lei que cria o município de Jardim de Angicos, desmembrado de Lajes. Originário do projeto Nº 019/62, Assembléia, aprovado, afinal, na reunião ordinária de hoje.

A proposição em apreço é uma iniciativa do Sr. Deputado Ramiro Pereira.

Valho-me do ensejo para renovar a vossa excelência às expressões de minha alta estima e maior consideração, encarecendo providencias no sentido de serem devolvidos à secretária desta casa os altos do dito processo Nº 019/62 aqui também anexo.

Monsenhor Walfredo Gurgel

Presidente e Vice-Governador.

A Lei 2.755 descreve:

O governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Faço Saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o município de Jardim de Angicos, desmembrado, todo o seu território, do de Lajes, tendo por sede a vila de igual nome, que passará ao predicado de cidade e termo judiciário da comarca de lajes.

Art. 2º São os seguintes os atuais limites do novo município:

Com o município de Lajes:

A partir do ponto de trijunção dos municípios de Lajes, Barreto e São Paulo do Potengí, no lugar denominado "Lagoa" da propriedade "Primavera", dos herdeiros de Miguel Teixeira; segue aos rumos sul e oeste, obedecendo à linha divisória intermunicipal de Lajes e João Câmara, nas proximidades da propriedade "Cabeço Vermelho" da massa falida de João Câmara, Indústria e Comercio S/A, que se exclui;

Com o município de João Câmara:

A começar da propriedade "Cabeço Vermelho", da massa falida de João Câmara, Indústria e Comercio S/A, que se exclui, segue em linha reta, rumo leste, observando a linha intermunicipal de Lajes e João Câmara até atingir o ponto de trijunção dos municípios de Lajes João Câmara e Barreto, na fazenda "Milhã" da família Bilro, que se inclui;

Com o município de Barreto:

Da fazenda "Milha", da família Bilro, que se inclui, segue pela atual linha de limites de Barreto com Lajes, Barreto com São Paulo do Potengí, ponto inicial dos limites descritos neste artigo.

Art. 3º O município de Jardim de Angicos será instalado a 1º de janeiro de 1963, cabendo a administração a um prefeito livre nomeado do governador do Estado, até que se realize a eleição para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes da instalação do novo município, fica o poder executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, o crédito especial de Cr$ 300.000.00 (trezentos mil cruzeiros), constituindo recurso, para tanto, o excesso de arrecadação verificado no mesmo ano.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palácio "Amaro Cavalcante", em Natal, 27 de abril de 1962, 73º da Republica.

Monsenhor Walfredo Gurgel

Vice-Governador e Presidente.

Criado, Jardim de Angicos só foi instalado três meses depois da data prevista por lei, tempo em que Diomar Guilherme esperava terminar a sua gestão de vice-prefeito, em Lajes, para instalar o município e tomar posse como prefeito nomeado, não ocorrendo por ser ele funcionário dos Correios e não poderia, por lei, acumular os cargos.

Na casa grande que deu lugar a antiga Intendência jardinense, na atual travessa Francisco Nobre, em 03 de março de 1963 foi instalado a sede municipal sob a direção de Ulda Guilherme Caldas, esposa de Diomar, nomeada em seu lugar. Os primeiros atos da gestão da prefeita Ulda Guilherme só foram confirmados em decretos de 1º de abril de 1963, quando se decorriam quase um mês de sua administração. Permaneceu até 31 de janeiro de 1964, substituída por João Mendes da Fonseca, constitucionalmente eleito. No mesmo ano João Mendes construiu o edifício sede da prefeitura.

O MUNICÍPIO

Criado pela Lei Estadual 2.755 de 1962, com menos de 6% do seu antigo território, Jardim de Angicos permaneceu sediado no lugar da antiga sede, herdando a poção oriental do município de Lajes de onde foi desmembrado. Seu território se estende da divisa oriental da Microrregião de Angicos, na região Central Potiguar, com a da Baixa Verde, no Agreste deste estado, estando com sua sede localizada a 5º 39’ 13’’ de latitude sul e 35º 58’ 08’’ de longitude norte.

Localização do município de Jardim de Angicos

O município possui área de 245,3 km^2 e, conforme o Censo do IBGE de 2000, uma população de 2.670 pessoas ocupando 634 domicílios, sendo 1.394 homens e 1.276 mulheres. Destas moram na zona urbana apenas 544 em 138 domicílios e no campo 2.126 em 496. Na eleição de 2004, contava com 2.419 eleitores. Limita-se pelo leste com o município João Câmara, partindo do Cabeço Vermelho ao norte, segue numa linha reta para o sul até a barra do Milhã. Ali faz trijunção com Bento Fernandes (antigo Barreto) no rio Ceará-Mirim e segue dividindo com ele pelo leito acima até as proximidades da barra do Cururu.

Outra reta, dividindo com o mesmo município, é seguido para o sul terminando na lagoa do Felix, aonde faz trijunção com o município de Caiçara do Rio do Vento. Dali faz ângulo para o sudoeste até o rio do Vento, de onde se inclina numa reta para oeste chegando acima da Fazenda São Domingos, tombando para noroeste, indo a Serra da Maniçoba perfazendo todo limite sul com Caiçara do Rio do Vento. Daquele local, na Serra, é formado eixo de partida territorial destes municípios desmembrados de Lajes, este permanecendo pelo Oeste. Com o município de Pedra Preta se

completa os limites jardinense, seguindo em linha reta até confinar com o ponto de partida no Cabeço Vermelho, formando-se um triangulo nos limites de Jandaíra e João Câmara.

Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN.

Em seu território há 532 propriedades rurais, com áreas inferiores a quatro mil hectares. Formam mais de 60 pequenas e médias comunidades, algumas já desconhecidas de nome por estarem praticamente desabitadas. Na porção meridional essas comunidades, em sua maioria, são fazendas de criar e plantar restritas a poucos moradores e vaqueiros ou meeiros de seus proprietários, havendo por ali a menor concentração populacional. Seguindo para oeste, pela margem direita do Ceará-Mirim e várzea do Cururu, há as comunidades e fazendas: Umburanas, São Pedro, Primavera, Pastorador, Lajinha, Lagoa do Felix, Paraguai, Barra, São Domingos, São Salvador, Maniçoba, Favela, Umarí e Fazenda Nova II, sendo as duas últimas as maiores povoações daquela porção.

O maior desenvolvimento populacional de comunidades se deu ao norte, principalmente margeando o rio Ceará-Mirim, pela margem esquerda, seguindo a velha estrada que do sertão do Açu se

encontrava o litoral leste. Percorrendo do oeste para leste está a Conceição, a Fazenda Nova que é a maior, São Sebastião, Retiro, Pedra do Navio, Umarí da Sombra, Arraial dos Balbinos que é um próspero arruado ao oeste da cidade, quase um bairro. Deste, seguimento passa pela cidade de Jardim de Angicos, São Paulo e chega a São Tomé que é a maior comunidade no limite oriental deste território, e abaixo dali chega a Boágua e Ubaeira, na barra do Milhã, limites de João Câmara e Bento Fernandes.

Espalhadas pelas margens dos riachos, afluentes deste rio, estão: Malhadinha, Baixa do Pereiro, Jurema, Triunfo, Baixa da Inês, Facheiro, São Paulo, Arisco do Campo ou de Cima, Arisco de Baixo, Paraíso, Milhã dos Bilros, Milhã dos Paiva, São Luiz, Zé de Araújo, São Joaquim, Sítio Novo, Malacacheta, Logradouro, Ligeiro, Pinheiro, Soledade, Tanques, Santa Maria, Ramada, Santo Antonio, Riacho da Negra, Taboleirinho, Cardoso, Cachoeira, Boa Vista, Boa Esperança, Bom Jardim, Suçuarana, Pitombeira, Lagoa, São João, São Francisco, Catolé, Serrinha de Cima, Serrinha de Baixo, Bom Destino, Alto Campo, Carrasco, Conceição da Serrinha, Livramento e Cabeço Vermelho. Alguns destes sítios ou fazendas foram apenas roçados, restando suas casas em ruínas que desapareceram juntamente com a produção do algodão, em fins dos anos de 1970, sendo outros abandonados anteriores a este período, por desprovimento de água.

No censo agropecuário do IBGE de 1970 havia em Jardim de angicos 294 propriedades, passando no de 1980 para 488. No decorrer dos cinco anos seguintes houve um decréscimo de estabelecimentos rurais, ocorrido por compras de terras de herdeiros aglutinando, novamente, as mesmas terras. Em 1985 eram 340 propriedades e no de 1996 formavam 532 ocupado pouco mais de dois mil e duzentas pessoas. A aquisição de terras por associações de agricultores, formadas no município para estes fins, certamente aumentou a quantidade das propriedades que estimo em torno de 600 unidades.

Jardim de Angicos é um município carente economicamente. No campo, a produção é baseada na agricultura de subsistência e na pequena criação, desfavoráveis pela desestruturação de reservatórios hídricos, falta de chuvas e recursos de capital. Essa produção é tocada rudimentarmente, sem uma assistência técnica adequada e, também, sem planejamento estrutural. Conseqüentemente, resultando em baixa produtividade e grande dependência do homem local.

Em pleno século XXI, meados da primeira década, até então, não há um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável para o município, nem há interesse do poder público para tal, ficando nosso homem do campo a mercê da sorte, esperando só pela chuva escassa e irregular. Vivem dessa agricultura e de pequenas aposentadorias rurais pouco mais de quinhentas famílias, produzindo o feijão, o milho e pouco algodão, havendo maior concentração na região de Serrinha, perto de duzentas famílias que produzem, também, o caju e a mandioca. Na Comunidade de Fazenda Nova e cercanias, essa mão-de-obra agrícola está chegando a oitenta famílias que complementam sua produção nas “miunças” caprina e ovina.

Seguindo pela várzea abaixo há a comunidade dos Balbinos aonde se concentra poucas famílias agricultoras, chegando a aproximadamente quarenta. Na cidade a agricultura é complementar, com pouco menos de setenta famílias. Alguns desses agricultores trabalham em pequenas glebas de terras adquiridas nas cercanias, concentradas na mão de poucos. No mesmo sentido e condições das ribeirinhas, concentra-se as famílias agricultoras da região de São Tomé em aproximadamente sessenta.

Na várzea do Ceará-Mirim estão as melhores terras do município, onde os agricultores não produzem quase nada, além da lavoura de subsistência. As terras estão tomadas por algarobeiras, ocupando áreas que deveria haver cajueiros, mangueiras, coqueiros e outras frutíferas que pudesse complementar a renda dessas famílias. Pelas terras salitradas do riacho Milhã, concentra-se pouco mais de vinte famílias. Pelo riacho da Malacacheta se agrupam por

volta de quarenta, sendo que ali "as várzeas" de massapê, como na Fazenda Nova, são as principais terras do município.

O rebanho ovino e caprino em todo o município chega a aproximadamente cinco mil cabeças e o de bovino possui menos de dois mil e quinhentas, variando pra menos em anos de seca, com as menores concentrações na comunidade da Serrinha, por falta dágua local, aonde a maior parte dos moradores possuem o animal basicamente para carregar sua água de beber. Neste município não há indústria ou estruturação comercial, salvo pequenos comércios de mercadoria básica de consumo imediato. A principal fonte de renda está nos repasses das verbas Públicas como o FPM, Fundo de Participação dos Municípios, ou esporadicamente o IPTU e ISS. Estes recursos são variáveis chegando à casa dos duzentos mil Reais ao mês. Insignificante para um município com tanta deficiência, principalmente na área do emprego e renda.

A primeira organização social agrícola deste município foi a Cooperativo Agro Pecuária de Jardim de Angicos Ltda., fundada em 1º de julho de 1956. Constituída por base no Decreto Federal 22.239 de 19 de dezembro de 1932, e Lei 581 de 1º de agosto de 1938, restaurado pela a de 19 de dezembro de 1945 sob Nº 8.401, apresentava a seguinte composição na data de sua fundação: João Mendes da Fonseca, Ramiro Pereira da Silva, Ranulfo Fernandes de Macedo, Diomar Guilherme Caldas, Venâncio Bezerra, Luís de Freitas Bezerra, Pedro Machado da Câmara, Carlos Dias de Melo, Manoel Dias de Melo, Apolônio Soares Bilro, Luís Bilro, João Teixeira Bilro, João Bandeira Sobrinho, Sebastião Francisco Bezerra, Francisco Teixeira Pinto, Francisco Salviano, Osvaldo de Vasconcelos Lisboa, Luís da Mata Teixeira, Manoel Ribeiro de Lima, João Bilro Sobrinho, João Batista de Lima, Manoel Câmara, João Câmara Bezerra, Maria Augusta da Câmara, José Segundo Filho, José Teixeira Filho, Joaquim Pinto Filho, Joaquim Amaro de Lima, Luís Pinto, Edgar Simite, João Militão Martins, Luís Ataliba de Lima, Francisco Nobre Barreto, João Pastor de Lima, Luís Tertuliano de Sousa, Nilo Tertuliano de Sousa, Antonio Ferreira de

Lima, João Bonifácio da Silva, Paulo Francisco de Albuquerque e José Maria dos Santos.

No ato, foi aclamado para a presidência o deputado Estadual Ramiro Pereira da Silva que convidou João Mendes da Fonseca para secretariar aquela Assembléia. O Conselho administrativo ficou formado por Diomar Guilherme Caldas, como presidente, Ranulfo Fernandes de Macedo, na gerência, e João Mendes da Fonseca como secretário. Aquela entidade desempenhou um papel importantíssimo no desenvolvimento agrícola deste município. Na década de 1990, sob a direção de Pedro Alves Neto e Francisco Gerson de Paiva deixou de funcionar. Na década de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim de Angicos foi fundado por iniciativa de Paulo Bento Filho, atualmente permanece em funcionamento sob a direção de Francisco de Assis Sousa.

A CIDADE

Elevada pela Lei Nº. 2.755 de 08 de maio de 1962, a mesma que instituiu o município, Jardim de Angicos é neste início do século XXI uma das pequenas cidades do semi-árido Potiguar. Está localizada a 5º 39’ 13’’ de latitude sul e 35º 58’ 08’’ de longitude norte e distante a pouco mais 100 km oeste da capital do estado, Natal. Ainda sem estrada asfaltada, os acessos à cidade para quem vem pela capital do estado são pela BR 406, ficando a 24 km ao sudoeste da cidade de João Câmara, e pela BR 304 a 14 km ao norte de Cachoeira do Sapo, no município de Riachuelo.

Teve seu desenvolvimento populacional em meados do século XIX, quando o então sítio Jardim pertencia ao capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha e foi nele construído um cemitério, iniciado em meados de 1869 e concluído no ano seguinte.

Logo em 1873 foi erguida uma capela em terras doadas pelo mesmo capitão, ao Santo São João Batista. Nelas aos poucos foram se aglomerando novos moradores por concessão da paróquia, então freguesia da São José dos Angicos.

Jardim desenvolveu-se à margem esquerda do rio Ceará-Mirim, atualmente limite sul de seu perímetro urbano. Ali não existe mais a capelinha nem o cemitério. Poucos são os vestígios do que a água devastou na enchente do seis de abril de 1894. Apenas "os testemunhos" das terras outrora de São João sobrevivem ao tempo. Alguns daqueles marcos servem, atualmente, para destingir o limite sul da cidade.

A Santa Cruz ou Cruzeiro do Cristo Redentor é a herança de quando se edificou o cemitério, a mais de 135 anos, conservando-se como referência próxima ao local da antiga capela. Na ribanceira do rio existe um exuberante tamarineiro que dá sinal de onde ela foi construída. Aquele já é descendente de outro que alguns retirantes que viajavam da então capitania do Ceará e ali descansavam da fatigante viagem, o esqueceu sendo plantado ao norte do atual, a pouco mais de vinte metros.

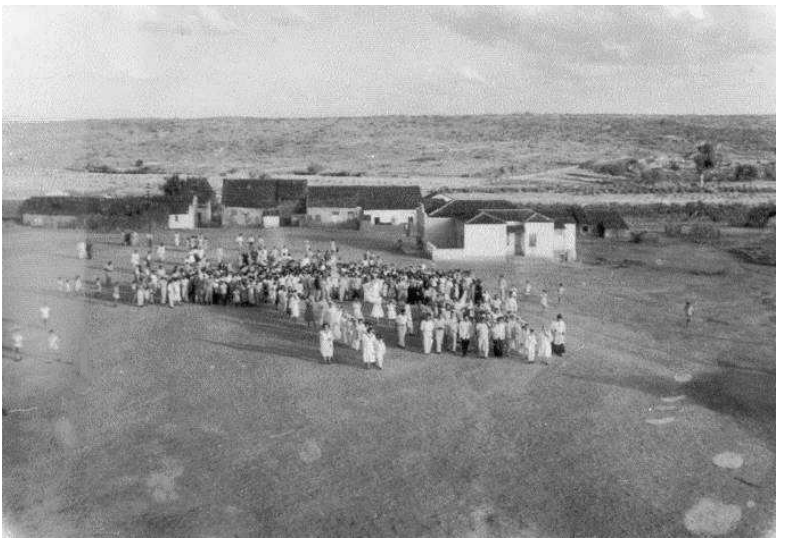
Quando na década de 1970 aquela árvore centenária foi destruída. Adiante há uma praça, ladeada de poucas casas, construída na mesma década em homenagem ao jardinense Aristóteles Lima (01/03/1900-28/11/1937), falecido quando prefeito do município de Lajes. Ali estão às reminiscências jardinense, as mesmas estradas sem progresso, os mesmos destinos de outrora, a antiga vila com seus casarões destelhados e outros modificados, agora ladrilhada e arborizada.

Nas "Ruas" de baixo, com residências caracterizadas por "correria", perfiladas pelo lado norte, com construções centenárias, e ao sul uma fileira de "locais" e um mercado. Os locais são as casas de comércio, postas à frente das moradias. E as Ruas?

Numa única alameda, com pouco mais de trezentos metros, há quatro denominações: Rua Cel. Victor Teixeira de Vasconcelos ao poente, no centro a Praça Aristóteles Lima e a Rua capitão Manoel Vicente, e ao leste a Rua Alfredo Guilherme, formando a antiga Rua Jardim, a antiga vila. Contudo, naquele perímetro, ainda há três currais: um é resquício da antiga Intendência, e os outros, conjugados, pertencem a particulares, além de que, na Rua Cel.

Victor Teixeira há a entrada para um parque de vaquejadas e na Alfredo Guilherme há dois amplos terrenos baldios.

Quando da restauração municipal, a zona urbana resumia-se a pouco menos de quarenta habitações, incluindo os locais de comercio, restritas a este local. As residências circunvizinhas eram tidas como zona rural. A zona próxima à cidade ou Zona Suburbana, criada em meados da década de 1960, se estendia pela parte alta, com casas espalhadas aleatoriamente acima da Travessa Jardim ou "Largo das Pedras", e para o norte vizinho a Igreja, formando um semicírculo.



A Vila do Jardim vista da torre da igreja, em uma procissão ao Padroeiro São João Batista, em junho de 1957, comandada por Alzira Soriano.

Como dito, na parte alta da vila, além da igreja havia a casa do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, onde está guardado o acervo cultura de sua filha Alzira Soriano. Da igreja abaixo, para o sul, Benedito Machado Azevedo da Costa construiu sua casa, comprada em 1959 por Manoel Ribeiro.

Nela mora a mais de 20 anos seu filho Severino Ribeiro (Seu Tatias). Afastado para o lado oeste havia as casas de Joaquim

Francilino e a de João Batista de Lima, “pretinho” como era conhecido. Mais adiante, completando a forma de “U” estava o descaroçador de algodão da família Vasconcelos, que na década de 1930 deu lugar ao Colégio Miguel Teixeira. Acima da Igreja, pelo norte, havia a casa de Francisco Lourenço, e uma fileira de casas de taipa.

Das casas da antiga vila, foram demolidas a de Joaquim Francilino e a de Francisco Lourenço, assim como uma que pertencia à senhora que chamavam “Salú”, retirada para alargar a Travessa Francisco Nobre. Aquelas em taipa deram lugar a outras em alvenaria, onde se formou a Rua José Inácio Bezerra.

Vista atual da área da antiga Vila.

De vida basicamente rural, estacionada no tempo, isolada e na escuridão, nos anos de 1960, após a sua ascensão à cidade e a implantação de um motor a diesel, gerador de eletricidade, teve início a uma lenta aglomeração de novas residências. Em 1966 uma Lei Municipal de Nº. 30 de 14 de abril regulava o horário de funcionamento daquele motor, que se ligava para geração da iluminação às 17h30min. e se apagavam as luzes as 22h00min. Na década seguinte, em abril de 1974, a eletrificação permanente chega e daí seu maior impulso habitacional estendendo-se para o sentido norte, o auto da igreja.

Em abril de 1964, a Lei Municipal Nº. 07, sancionada pelo então prefeito João Mendes da Fonseca, em 07 do mesmo mês, dava nome às ruas e praças de Jardim de Angicos. Em seu artigo 1º descreve:

As ruas e praças desta cidade passarão as denominações seguintes: a) ***Rua capitão Manoel Vicente****, a que parte depois do prédio da atual Prefeitura Municipal, até o prédio da Cadeia Pública; b)* ***Rua Alfredo Guilherme****, partindo depois do prédio acima até o Alto da Bolívia; c)* ***Praça Aristóteles Lima****, onde está localizado o Cruzeiro do Cristo Redentor; d)* ***Praça Alzira Soriano****, a que está localizada o prédio da escola Isolada Cel. Miguel Teixeira; e)* ***Travessa Francisco Nobre****, a que vai da parte lateral do prédio atual da Prefeitura até a entrada da Praça Alzira Soriano; f)* ***Praça da Matriz****, a que se forma em frente à igreja desta cidade; g)* ***Rua José Inácio Bezerra****, partindo de onde termina a praça da Matriz, seguindo em direção a estrada do Cardoso; h)* ***Rua Coronel Victor Teixeira****, partindo depois dos prédios dos Correios e Telégrafos, em direção à estrada para o Umarí.*

No censo do IBGE de 1970 se contava justo quarenta domicílios residenciais na área urbana ocupados por 216 pessoas. Na década seguinte, houve um acréscimo de outros 20 para o censo de 1980, ocupados por 276 pessoas, sendo 142 homens e 134 mulheres. Este aumento de domicílio ocorreu praticamente no terreno que pertencia à igreja, servido para aqueles que não possuíam terras ali, quase sempre os que trabalhavam e moravam nas cercanias e que procuravam o desfruto da eletricidade. Em 14 de dezembro de 1966, a Lei Municipal de Nº. 34 regulava a delimitação de zonas do perímetro de localização da cidade. Sancionada pelo então prefeito Paulo Amaro de Lima, a mesma descrevia em seu artigo 1º, § único e letra I:

A Área Urbana da cidade fica compreendida a que se inicia pela Rua capitão Manoel Vicente, partindo da Travessa Jardim em direção ao poente até a travessa Marcolino Paiva, rumando daí em direção ao norte até a Praça Alzira Soriano e Praça da Matriz, tomando deste ponto em direção ao nascente até a casa residencial dos herdeiros de Miguel Teixeira de Vasconcelos, seguindo em direção ao sul até a Travessa Jardim, ponto de partida.

A mesma lei criava uma área intermediária na periferia da zona urbana, a Zona Suburbana, com distanciamento médio de cem metros entre a zona urbana e a rural, formando um cinturão. Outra

lei, esta sob Nº. 103/79, sancionada em outubro também por Paulo Amaro de Lima, atualiza expandindo a área urbana que passava a aglutinar aquela criada como suburbana. Seu Artigo 1º descreve:

Tem como ponto inicial e final a cerca no final da Rua Cel. José Inácio Bezerra – Rua Cel. José Inácio Bezerra até a última casa da rua Cel. José Inácio Bezerra, inclusive – última casa da Rua José Inácio Bezerra, em linha reta, até o final da travessa Marcolino Paiva – Travessa Marcolino Paiva em linha reta até os fundos da última casa da Rua Alfredo Guilherme, inclusive – Rua Alfredo Guilherme em linha reta até o rio Ceará-Mirim – Rio Ceará-Mirim acima, margem esquerda, até aproximadamente 100 metros do Cruzeiro, situado na Praça Aristóteles Lima – Praça Aristóteles Lima, em linha reta até a estrada de Fazenda Nova – Estrada para Fazenda Nova em linha reta, até a cerca no final da rua Cel. José Inácio Bezerra.

No início da década de 80, a Prefeitura doa um terreno a COHAB/RN - Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, medindo 1,8625 hectares para a construção de um conjunto habitacional, com prazo de dois anos para conclusão da obra. Em 21 de maio de 1988 a Lei Municipal Nº. 110, denominava as ruas do "Conjunto da COHAB/RN" assim mencionadas:

I) Rua São João; II) Rua Padre Saturnino de Jesus Bezerra; II) Rua Gilberto Belarmino Nunes; IV) Rua Professora Maria Augusta de Lima; V) Rua Construtor João Batista de Lima; VI) Rua Benedito Machado.

A Rua Construtor João Batista de Lima não existe, na pratica. Conhecido por Pretinho, foi ele um grande pedreiro, inventor e artesão deste município. Ele merecia mais do que um nome de rua, mesmo assim foi subtraída essa homenagem. A área daquele conjunto habitacional permaneceu como zona rural até a sanção, pelo então prefeito Paulo Amaro de Lima, da Lei Nº. 168 de 1º de fevereiro de 1990, que designava para a cidade de Jardim de Angicos uma única área denominada "Zona Urbana", a qual em seu Art. 1º, § 1º, assim descrito:

O perímetro urbano inicia-se no Marco I, encravado a margem da estrada de Jardim para Cardoso. Daí segue em direção ao Marco II, com 92° de azimute e 340m, alocado nas proximidades da residência do Sr. Humberto Bartolomeu, inclusive. Daí com azimute de 149° e 878m, encontra-se o Marco III, alocado ao lado esquerdo da casa do Sr. João Pastor Guilherme, inclusive. Daí

com azimute de 180° e 360m, encontra-se o marco IV, alocado na margem esquerda do Rio Ceará-Mirim. Daí com azimute de 250 e 760m, encontra-se o Marco V, alocado a margem esquerda do Rio Ceará-Mirim. Daí com azimute de 348° e 756m, encontra-se o Marco VI, alocado ao lado da casa do Sr. Francisco Venâncio, inclusive. Daí com azimute 9° e 350m, encontra-se o Marco I, ponto inicial da descriminação.

Nos anos oitenta a cidade teve um aumento habitacional de mais de 100%, motivado por novas construções e a inclusão do conjunto da COHAB na área urbana, confirmado pelo censo de 1991, totalizando 131 domicílios ocupados por 546 pessoas. Quase todas as construções na área urbana do município, como notamos, foram em posses cedidas pela Igreja ou Prefeitura. Com poucas exceções, ainda hoje a maioria das construções são em terrenos do município. Nos anos 90 o professor da UFRN, Dr. João Eudes Paiva dos Santos, natural do Ceará-Mirim e morador na capital deste Estado, possuidor de uma parte de terra no Umarí e outra ao oeste desta cidade, fez doação de pequenas glebas de terra em que serviram para novas construções habitacionais e comerciais.

Rua anexa ao Conjunto Ranulfo Fernandes de Macedo.

Naquele período, também ali próximo, a Prefeitura fez novas residências em terrenos de sua propriedade, doadas aos moradores. Nele, ao norte, com quarenta e cinco residências populares foi construído o Conjunto Prefeito Ranulfo Fernandes de Macedo. É naquela direção que a cidade vagarosamente se desenvolve, estendendo para as adjacências do cemitério público.

Uma nova Lei Municipal, sancionada pela senhora prefeita Carmelita Carmem de Lima, em 05 de fevereiro de 1999, altera a de Nº. 168/90, delimitando a sua Zona Urbana. Essa de Nº. 06/99 relata em seu Art. 1º, Parágrafo Primeiro:

O perímetro urbano inicia-se no marco I, encravado ao lado esquerdo da residência do Sr. Francisco de Assis. Daí segue em direção ao marco II, encravado ao lado esquerdo do cemitério São João Batista. Daí segue em direção ao marco III, encravado ao lado da residência do Sr. João Pastor Guilherme. Daí com azimute de 180° e 360m, encontra-se o marco IV, alocado na margem esquerda do rio Ceará-Mirim. Daí com azimute de 250° e 760m, encontra-se o marco V, alocado a margem esquerda do rio Ceará-Mirim. Daí com azimute de 358° e 756m, encontra-se o marco VI, alocado nos fundos da casa de propriedade do Sr. Francisco Fernandes de Macedo. Daí com azimute de 9° e 350m, encontra-se o marco I, ponto inicial.

Apesar da confirmação pela Lei 06/99, que inclui todos os conjuntos e as residências a norte da cidade como zona urbana, no censo de 2000 só apresentou 138 domicílios ocupados com 544 pessoas. Esse pequeno progresso na cidade, conforme aquele censo se deu pela não observação aos novos limites impostos por essa Lei, ou pela falta de clareza em sua redação. Na realidade a residência do Sr. Francisco de Assis, mais conhecido por "Chico Dunga", fica na última casa do conjunto Ranulfo Fernandes, na época a última residência a norte da cidade, ponto inicial da citada lei.

O marco I alocado pela de Nº. 168/90 ficava bem ao sul, à margem da estrada para Cardoso, seu ponto inicial e final. Portanto, pontos divergentes. Com a construção daquele conjunto, também se acessa a estrada do Cardoso pela esquina do Sr. Chico Dunga, nisso ficando vaga a Inclusão do conjunto Ranulfo Fernandes em suas alocações finais. Sendo que na última lei se empregou o azimute estabelecido na anterior, fechando o enunciado com "*o de 9° e 350m*", que de fato seria necessário um azimute a oeste e outro a norte fechando com aquela última residência.

Essas distorções causam prejuízos à evolução desta cidade. Muitas vezes por falta de atenção ou negligência mesmo. Boa parte das ruas periféricas desta cidade continua sem identificação, sem

nome. No sexto ano do século XXI, a cidade de Jardim de Angicos é formada por 28 quarteirões com 273 residências, 27 pontos comerciais, 35 terrenos baldios e 64 outros tipos de imóveis, aonde se estabelecem mais de mil e duzentas pessoas. Dispõe de pequena estrutura básica duma pequena cidade. Possui água tratada e servida pela CAERN, Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte, com ramais para algumas comunidades, oriunda da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no município de Açu, chegando nela através de um ramal do Adutor Sertão Central Cabugí, inaugurado em 1998.

É bem atendida por eletricidade, implantada nos anos de 1970, servida pela COSERN, estatal comprada pelo Grupo Iberdrola que em 2004 passou ao Grupo Neoenergia. Na comunicação há Os Correios conveniados com o Bradesco, telefones residenciais implantado em 2000, substituindo um posto existente desde 1981 e também há orelhões ou telefones públicos. Há também o Caixa Aqui, posto da Caixa Econômica Federal. Possui uma Unidade de Saúde construída nos anos 60, como Posto de Saúde, para atendimento a pequenas urgências médicas. Está "sendo" reformado desde 2001 para se transformar numa Unidade Mista de Saúde, mas ainda não foi concluído, nem equipado para tal, até então fins de 2005. É bem servida em calçamentos e arborização. Possui pequeno comercio, desestruturado para atender aos visitantes: não possuindo postos de gasolina, feira, pousadas, restaurantes e transporte adequado. Entretanto Jardim de Angicos possui um grande potencial para se explorar economicamente, principalmente na área turística.

AS COMUNIDADES JARDINENSE

Pela estrada que percorrendo o rio Ceará-Mirim se chegava ao Açu, passavam as grande levas de gado e gente para ocupar a região Sertão Central Potiguar. Em sua extensão foram se situando sítios e fazendas de criar, inclusive as que permaneceram no território jardinense. No século XVII, em 1666, houve a tentativa de ocupar o sertão partindo do Taipu, "*com dez léguas para o sertão",* terra doada ao militar do Conselho da Guerra e governador João

Fernandes Vieira. Em 1682, os irmãos Paulo e José Coelho de Souza, moradores no Pernambuco, tentavam chegar acima do Cabugí, "*pelo rio Salgado e onde está a chamada serra do Cabugí"*. Essas terras caíram em comisso, ou seja, não foram povoadas, demarcadas e confirmadas no tempo da Lei, que seria de cinco anos. No século seguinte, o colonizador as ocupava definitivamente. Chegaram à barra do Cururu nos primeiros anos de 1700, expandindo-se pelos dois rios acima.

Na primeira década da ocupação definitiva do sertão, pelo rio Ceará-Mirim acima, e nas imediações do rio Cururu, o ajudante Bento Fernandes de Almeida, o alferes Antonio Martins do Vale, Rosa Maria e Maria Nogueira pediam terras: "*da barra do rio Cururu pelo rio Ceará-Mirim correndo para acima por uma e outra parte do rio, seis léguas de terras de comprido correndo da barra do rio Cururu para cima com meia légua de cada banda do rio de largo".* Não permaneceram, deixaram apenas os sinais: "*Poço Canto dos Paus de Rosa e Maria; a Caiçara do coronel Antonio da Rocha Bezerra".*

Assim as cartas de sesmarias denunciavam os resquícios de currais de gado. Em 1712 por carta de Estevão Velho de Melo, as terras onde ocupava o coronel Antonio da Rocha Bezerra foram definitivamente pedias e ocupadas: "*As quais estão devolutas e desaproveitadas e as quer povoar três léguas de terras pelo dito rio Ceará-Mirim na parte donde o coronel Antonio da Rocha Bezerra fez sua caiçara".* Caiçara era curral.

Notamos, porém, que todas as terras pedidas no período citado corriam da barra e pelo rio Cururu. Os motivos são óbvios, dali pelo rio Ceará-Mirim era domínio do coronel Antonio Bezerra. Ele, em 1737 possuía terras no Açu: "*no olho d´água, poço do Jurupari".* Naquele ano também possuía terras no sertão de Portalegre: "*Serra Barriguda, na ribeira do Apodí".* Ali surgiu a Povoação da Barriguda, Barriguda da Imperatriz (Martins), João Pessoa, hoje cidade de Alexandria. Em 1756, nesta região de Angicos, o coronel Antonio Bezerra possuía 18 km de terras. Em

1712, as terras da ribeira do Ceará-Mirim passaram a pertencer a Estevão Velho de Melo e em 1739 já eram de Manoel Gomes da Silveira.

Essa data começava aonde terminava a meia légua da data da Boágua de Francisco Rodrigues Coelho, ou seja, onde se formou a sede do sítio Jardim, atual limite leste da cidade de Jardim de Angicos. No final daquele século os principais possuidores destas terras eram os Capitães Antonio José Santos, no sítio Cururu, e Manoel Soares, no Jardim. Essas informações são encontradas na carta de data e sesmaria de Manoel Muniz de Bragança e Salvador de Araújo Correia, de 19 de julho de 1793.

Alguns escritores denominaram de Caiçara, as terras aonde se formou a sede do Jardim. Entretanto, nos relatos oficiais de cartas de sesmarias se encontra a topônimo de data da Maniçoba. Genericamente, essa área se chamava o Sertão das Maniçobas ou o Sertão do Ceará-Mirim, como ficou conhecido a Região. Com a nova criação de Jardim de Angicos, ficaram em seu território apenas 60%, em média, daquela sesmaria, com meia légua para cada lado do rio Ceará-Mirim e os seguintes limites: a data da Boágua ao leste, ao norte a da Malacacheta da Companhia de Jesus e a dos Tanques de José Teixeira da Silva, a partir da Pedra do Navio. Ao sul fazia limites com a data do Quintimproá do capitão-mor Baltazar da Rocha Bezerra.

Nela se desenvolveram as seguintes fazendas e sítios, agora comunidades jardinense: Conceição, Fazenda Nova, São Sebastião, parte de Malhadinha, Retiro, Favela ou Boa Esperança, Pedra do Navio, Jurema, Umarí da Sombra, Balbinos e Jardim. Todas, exceto Balbinos e são Sebastião, foram anotadas por Nestor Lima, em sua relação de sítios e fazendas originários do antigo Jardim, em meados da década de 1920, quando já o chamavam de Lajes.

FAZENDA CONCEIÇÃO E MALHADINHA

Segundo Nestor Lima a Fazenda Conceição foi fundado por Felix Rodrigues e a Malhadinha pelo coronel José Francisco Bezerra.

A fazenda Conceição, na primeira metade do século XIX, pertencia ao capitão Felipe Rodrigues da Costa, casado com dona Maria Francisca da Conceição. Ali construíram numerosa família disseminada por boa parte do território jardinense. Após 1860 até 1873 aquela propriedade pertenceu a seu genro, o coronel José Francisco Bezerra que com o seu falecimento, naquele último ano, passou para o controle do capitão Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, quando ele se casou com Francisca Brasilina Bezerra, filha do coronel, e neta de Felipe Rodrigues. Outro irmão de Manoel Câmara, Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara que se casou com Inêz Emidia Bezerra, filha do coronel José Francisco, também possuiu herança da Conceição, assim como outros.

Dona Francisca Bezerra faleceu em meados da década de 1880, e em 1877 Manoel Câmara se casava com sua cunhada Maria Cândida Bezerra. No início do século seguinte, Manoel Câmara possuía além daquela propriedade, a fazenda Triunfo da União, vizinha a vila do Jardim, parte de herança deixada pelo seu pai José Rebouças de Oliveira Câmara. Em 1911, morando no povoado de Lajes, como tutor de seus filhos Luís de França e Luís Gonzaga, vendia por cento e cinqüenta mil reis, quatro partes de terras deles no Salgadinho, fazenda acima da Conceição, cercada e com uma casa de taipa, compradas pelo coronel José Soares Bilro.As terras eles houveram por herança de sua mãe Felipa Floriza Pereira Brito, a terceira e última companheira de Manoel. Naquele período as terras extremavam-se pelo poente com terras de José Zacarias e de Teotônio Maciel de Abreu, pelo nascente com terras de José Grilo e Manoel Dias de Melo, todas pelo sul e norte, meia para cada banda do rio Ceará-Mirim.

Não confundir Manoel Dias de Melo com o de mesmo nome que foi prefeito em Jardim de Angicos. Este era filho de Boaventura Dias de Melo e Felismina Damasceno Bezerra, e irmão do pai do

prefeito Manoel Dias, Salvador Dias de Melo. Nasceu na Fazenda Nova em 22 de outubro de 1878, e foi batizado em 1º de janeiro de 1879, sendo seus padrinhos Joaquim Vitorino Ferreira Nobre e sua tia Luíza Augusta Damasceno Bezerra. Ele e alguns irmãos foram morar no estado do Pará e nunca mais mandaram noticias. Vindo a passeio, Manoel Dias comprou aquelas terras ali vizinho, no Salgadinho, deixando aos cuidados de seu irmão Luís Carneiro de Melo. São as mesmas terras aonde mora, neste início do século XXI, Francisco Machado (Chico de Etelvino), filho de Etelvino Machado.

Manoel Dias de Melo (Maneco), tio do prefeito Manoel Dias de Melo.

Na Conceição, desde meados do século XIX, havia uma bolandeira de descaroçar algodão, tocado por escravos. O algodão beneficiado era transportado em lotes de burros-mulos para comercializar em Macaíba e Guarapes, principalmente no Guarapes com Fabrício Gomes Pedroza.

Fabrício Pedroza (1809–1872) era pernambucano de Nazaré, grande comerciante da época, instalado ali desde 1847, com o seu falecimento os negócios passa ao comando de seu filho de mesmo nome. Seu neto nascido no Guarapes, filho do macaibense Fabrício

Gomes Pedroza (1856–1925), Fernando Gomes Pedroza (1886-1936) deu ao Estado do Rio Grande do Norte amplo incentivo ao cultivo algodoeiro, juntamente com o norte americano Edward Charles Green. Iniciaram na segunda década do século XX, desenvolvendo campos de experimentos na região do Mato Grande, principalmente no Riacho Seco e Serra Verde. A luta com o algodão; plantas do gênero *Gossypium*, que da espécie a mais cultivada é o *Gossypium herbaceum*, é introduzido na região o "Sea Island", o algodão Mocó, seguido pelo "Upland", o nosso conhecido algodão Verdão. O mocó foi o mais cultivado no território jardinense.

Casa Sede da Fazenda Conceição.

Sediada na divisa de Jardim de Angicos com Pedra Preta, a margem esquerda do rio Ceará-Mirim e a direita da estrada velha que demandava para o Açu, ali ainda ostenta a antiga casa sede conjugada com a que abrigava a bolandeira e a senzala. Ela serviu de local para celebrações de missas e casamento de diversas pessoas da região e, também, para reuniões políticas no tempo do coronel José Francisco Bezerra, entre as quais a de 1869, realizada para decidir sobre a construção do primeiro cemitério na região, o de Jardim.

No início do século XX a Conceição pertenceu a João da Matha Paiva, pai de Monsenhor Matha. Quando pertencia a Manoel Câmara, ali foi vaqueiro e gerente Vicente Ferreira da Costa

Machado. Ele se casou três vezes, formando numerosa família. De seu trabalho herdou uma pequena parte da fazenda, com 80 braças, deixada para seus filhos. José Machado, um dos filhos de Vicente, em meados da década de 1940 comprou aquela propriedade a João da Matha, quando ele já tinha doado, também, uma pequena parte dela ao seu vaqueiro Maximiano Alves da Cruz. José faleceu solteiro em outubro de 1948, deixando-a como herança para suas irmãs: Luíza, Francisca e Ana. Luíza, a mais velha, que já possuía uma parte de terra ali ao nascente, herança do seu pai, comprou juntamente com seu filho Gratulino as partes de Francisca e Nana, como era conhecida dona Ana Machado, unificando as terras. José Machado, também possuía ali vizinho, uma pequena parte da herança de seu pai e outra no Umarí, por ele comparada. As terras do Umarí ficaram para os outros irmãos.

Em junho de 1947 Joaquim Rogério de Carvalho e sua mulher Izabel Ubaldina de Lima, moradores na fazenda Salgadinho, vendiam uma parte de terra na Conceição por C$ 4.000,00, ao senhor Pedro Machado da Câmara, um dos irmãos de José. A terra tinha 200 braças de Largura por uma légua, meia para cada banda do rio. Limitava-se ao sul com terras do rio Quintimproá, ao leste com terras da Fazenda Nova, ao norte com terras da Malhadinha e ao oeste com terras de dona Rosa Maximiano Alves da Cruz. A parte que foi dos Aves da Cruz, pertencem a família de Simião Nascimento, genro de Maximiano e Rosa, e uma pequena faixa a Francisco Batista de Melo, também genro daquele casal.

A que foi de Pedro Machado pertence à família de Olinto Machado, um de seus filhos, onde ele mora. Gratulino Augusto, aos seus 84 anos completados em 16 de novembro de 2005, neto de Vicente Machado e filho de Luíza e do carioca Manoel Augusto de Lima, permanece morando ali numa pequena parte, ao nascente da sede. Hoje a Fazenda Conceição possui 452 braças de largura por uma légua, meia para cada banda do rio. Pertence a Manoel Agnelo Bandeira Lima, filho de Gratulino, e é gerenciada por Francisco Cosme Câmara.

Na porção ao leste, divisas com Fazenda Nova, onde mora Olinto Machado, se desenvolveu a comunidade de mesmo nome. Ali moram, também, as famílias de Paulo Ferreira, Augusto de Melo, Francisco Ferreira Lopes, a de Nazareno Xavier falecido em novembro de 2005, Maria Amélia e João Ferreira Lopes. Algumas delas são possuidoras de pequenos lotes de terra que fazia parte da antiga fazenda.

Ao norte da Conceição e da Fazenda Nova está a propriedade da Malhadinha. Em 05 de fevereiro de 1785 José Teixeira da Silva pediu e conseguiu as terras ali a entestar com a Maniçoba. Assim descrevia a sua carta de data e sesmaria:

...Porque tem notícias de terras livres e desaproveitadas no rio Ceará-Mirim no Sertão das Maniçobas e pretende por sesmaria três léguas de terras de comprido por uma de largura fazendo pião nos Tanques para a parte do sul até entestar com a data da Maniçoba ou Umarí e Pedra do Navio e para parte do norte até onde poder, enchendo-se de uma e outra parte com a largura de uma légua, meia dos tanques para nascente e outra meia para o poente...

Apesar de José Teixeira ter conseguido o domínio daquelas terras, basicamente para solta de gado, nos dias atuais ainda permanece uma boa faixa como terra Nacional. Estão localizadas descendo da Malhadinha para leste, pelo limite da meia légua norte do rio, com menos de meia légua de largura e aproximadamente uma de extensão, até as divisas leste com a Malacacheta, essas terras então “devolutas”, ocupadas sem domínio oficial. Como essas sobras não comportavam a três léguas requeridas por José Teixeira, suas medições ficaram ao oeste pelo riacho “dos Tanques” ou Malhadinha.

A extensão desta data fazia parte das terras de Felipe Rodrigues da Costa, sogro do coronel José Francisco Bezerra, que então se estendia até a fazenda Ramada, divisas com o município Pedra Preta.

Pelo oeste da Malhadinha há a continuação do divisor municipal com Pedra Preta. Seu topônimo é herança dos vaqueiros, quando iam pegar o gado nas malhadas e malhadinhas formadas

pelas terras de massapê e salitradas, ao longo do riacho de mesmo nome e ao redor da elevação Alto da Bela Vista, por onde o gado se acomodava para dormir ou se esquivar dos mutucas. “Vi o gado do Coroné lá na malhadinha”, informava os vaqueiros e por Malhadinha ficou.

Como fazia parte da extensão das terras da fazenda Conceição e da Fazenda Nova, servia para solta das criações aonde permaneciam aos cuidados de alguns serviçais. Parte dela foi do coronel Manoel Varela do Nascimento e de seus descendentes e depois da firma J. Câmara & Irmãos. Francisco Leocádio, Laurentino Pereira, João Brito (João Velho), Sancha Salviano, foram pequenos proprietários na Malhadinha, enquanto Luís de Freitas Bezerra detinha a maior parte das terras por onde “os Dias” são herdeiros.

Neste início do século XXI são terras de propriedade de Agnelo Bandeira, dos herdeiros de Manoel Dias de Melo, dos de seu irmão Carlos Dias de Melo, dos de João Câmara Bezerra (João Firmino), dos de José Brito, dos de José Ananias Bezerra (Zé Marujo) e dos de José Laurentino Pereira. É quase desabitada, desprovida de eletricidade e água para o consumo humano.

FAZENDA NOVA E FAVELA

Segundo Nestor Lima a Fazenda Nova foi fundada pelo Tenente José Fernandes Carrilho e a Favela por Antonio da Costa Barbalho.

José Fernando Carrilho casou em Natal em 1817 com dona Rosa Maria, filha de Luiz José Teixeira. Ele, filho de Francisco Antonio Carrilho e de dona Dionísia Romana da Costa Soares, filha do mestre de campo Francisco Machado de Oliveira Barros e de Antonia Maria Soares de Melo. Já Francisco Carrilho era filho do português de Lisboa, José Fernandes Carrilho e de dona Esperança Rodrigues. O Tenente José Carrilho foi membro da Câmara de Extremoz/RN e em 20 de outubro de 1828 recebeu uma data de terras em território da Vila de São José de Mipibu. Tinha 07 filhos:

Francisco, João, Paulino, Antonia, Ana, Braz e Dionísia Gertrudes. São os Carilhos do Ceará-Mirim. Faleceu em Natal em 07 de outubro de 1866.

Sediada à margem esquerda do rio e da velha estrada que demandava para o sertão, precisamente ao leste da Fazenda Conceição e a oeste do sítio Retiro, os antigos habitantes valeu-se do adjetivo "Nova" para identificar o seu topônimo e se destacar daqueles dois principais núcleos povoados. Nos livros de casamentos da paróquia de São José dos Angicos, em meados do século XIX, ela é grifada como Sítio Fazenda Nova.

Casa Sede da Fazenda Nova.

Essa comunidade se originou da subdivisão do sítio São Sebastião, ao leste, divisas com o Retiro e que aos poucos vem perdendo a sua identidade toponímica, atualmente pouco mencionada. Naquele período, parte de suas terras pertencia a Pedro José de Melo, natural da Freguesia de Extremoz (Ceará-Mirim) e que era casado com dona Maria Inácia da Conceição. Ele faleceu em 1873 aos 59 anos de idade deixando as terras para sua prole. Seu genro João Gualberto de Melo, casado com Maria Emilia da Conceição, em 1884, vendia uma parte daquelas terras ao senhor José Pedro Saguim. Esse José Pedro se casou em 1865, no sítio

Jardim, com Antonia Leopoldina da Silva, filha de Gonçalo José da Silva e Vicência Maria da Paixão. Joana Fernandes de Melo, viúva de José Domingos de Melo, filho de Pedro Melo, vendeu em 1924, por quinhentos mil Reis, outra parte dessas terras a Luís Cacharamba (Luís de Freitas Bezerra). Na primeira metade do século XX quase toada à área territorial de Malhadinha, Favela e o Retiro pertenciam por herança e compra ao senhor Luís de Freitas Bezerra, conhecido por "Seu Cabra" e filho do Luís Cacharamba.

Cacharamba era filho Jenesindo Xavier Pinheiro de Freitas e Francisca Damascena Bezerra, casados em 17 de fevereiro de 1886 no Jardim, quando ele tinha 47 anos e era viúvo de Joana Fernandes de Melo. Francisca Damasceno tinha 21 anos e era filha de João Damasceno Bezerra e Luíza Francisca Bezerra. Naquele casamento foi testemunha Manoel Pereira de Brito e Boaventura Dias de Melo, este ultimo seu ex-cunhado. Com dona Joana, também filha de Pedro José de Melo, ele casara em 1º de setembro de 1871, quando por testemunha estava o coronel José Francisco Bezerra e José Rebouças de Oliveira Câmara.

Seu Cabra se casou com Júlia Teixeira de Vasconcelos, viúva de Manoel Evangelista da Costa, filho de Feliciano Evangelista da Costa e Quitéria, e bisneto de Felipe Rodrigues da Costa. Júlia era filha de Vicente Teixeira de Vasconcelos. Quando Júlia faleceu, Seu Cabra se casou com Felismina, filha de Salvador Dias de Melo e Quiterinha. Comprando e herdando, Seu Cabra se tornou na primeira metade do século XX o maior proprietário das terras de Fazenda Nova. As mesmas ele vendeu aos seus cunhados Manoel e Carlos Dias de Melo, hoje sob domínio dos herdeiros.

A evolução populacional da Fazenda Nova e a aproximação com os sítios e fazendas formadas em seu entorno fê-la destacar sua topônimo como uma só comunidade. Nela mora pouco menos de 80 famílias, incluindo as cercanias, distanciando-se do aspecto de fazenda para um povoado próspero, com luz elétrica, posto de saúde, duas escolas, quadra de esporte, igreja, calcamento e telefone público. Em meados da primeira década do século XXI são

proprietários de terra na comunidade de Fazenda Nova e adjacências: José Cícero da Câmara, José Bezerra de Lima, herdeiros de José, Genesindo e Manoel de Freitas Bezerra, Júlio Teixeira, herdeiros de Valdemar e Agenor Augusto, herdeiros de Tito Dias de Melo, José Roberto Ferreira, Olinto Machado da Câmara, Manoel Dias Sobrinho, Manoel Bezerra (Manoel Ludugero), João Batista Bezerra, Maria Brito, Agnelo Bandeira e herdeiros de João Câmara Bezerra.

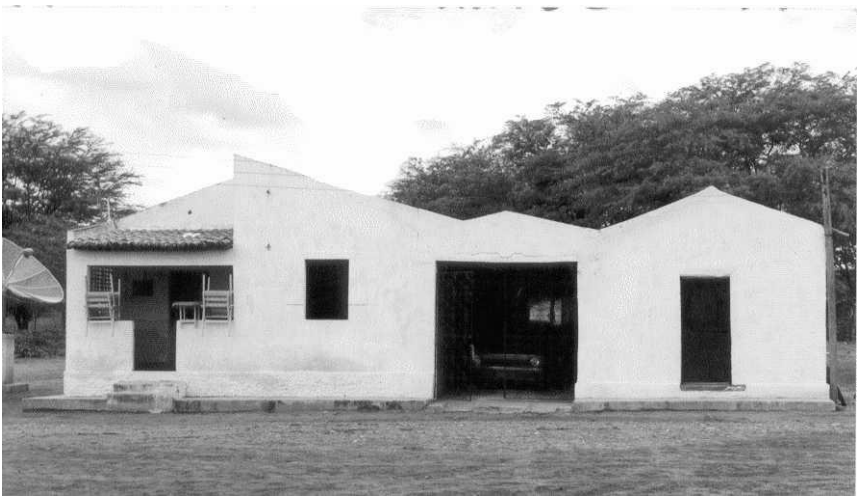
A eletrificação na comunidade foi implantada em 1983 e o posto de saúde neste mesmo período. Em meados da década 1990 chegou à telefonia fixa. Em 1950 já havia o prédio da Escola Alzira Soriano, que então se chamava Escola Isolada de Fazenda Nova. Na década de 90 foi construído o Colégio José Augusto. No período anterior já havia quadra de esporte e uma praçinha que foi demolida em 2005. No ano de 2003 foi feito um calçamento central na comunidade e dois anos antes foi construída uma capela, por esforços e contribuição da comunidade, tendo por responsável o Sr. José Demétrio Bezerra e João Batista de Freitas Bezerra.

É deficitária no abastecimento dágua tratada para o consumo humano. Possui uma associação comunitária, a ACADIFAN, que em 2004 conveniou com o PDS, Programa de Desenvolvimento Solidário, órgão ligado ao Governo do Estado, para implantar um sistema de captação e adução de água de um poço tubular e repassar para uma caixa dágua, que após dessalinizada atenderá as necessidades básicas local. O Projeto é de iniciativa do dinâmico Sr. João Batista de Freitas Bezerra, apoiado pela comunidade.

Extensão das terras que abrangia a Fazenda Nova, Malhadinha, Retiro e Conceição, o sítio Favela é parte dos desmembramentos das terras de Felipe Rodrigues da Costa e de Antonio da Costa Barbalho. Feliciano Evangelista da Costa, casado na Capela do Jardim em 09 de janeiro de 1876, com Maria Quitéria da Conceição, filho de João Evangelista da Costa, então falecido, e Ana Francisca de Souza, filha de Rivaldo Pereira de Souza e Joana Francisca de Souza, e neto de Felipe Rodrigues da Costa, dono

daquele latifúndio, e os descendentes de Pedro José de Melo e de Antonio Bastos Xavier da Silva foram os principais possuidores das terras da Favela naquele período.

Antonio Bastos se casou na Fazenda Nova em 10 de janeiro de 1875 com Tereza Maria de Jesus, ele, filho de João da Silva Bastos e Florinda Maria da Conceição, e ela de Francisco José Bezerra e Joaquina Maria da Conceição, também moradores naquela s terras. No século seguinte, Salvador Dias de Melo, neto de Pedro José de Melo e filho de Boaventura Dias de Melo, casado com Quiterinha filha de Feliciano, passou a possuí parte daquelas terras que depois foram adquiridas por Luís de Freitas Bezerra, seu genro, casado com Felismina. As mesmas terras, Seu Cabra, como Luís de Freitas era conhecido, vendeu ao seu cunhado Manoel Dias de Melo. Hoje são dos seus herdeiros.



Casa do prefeito Manoel Dias de Melo, na Favela.

A comunidade Favela se localiza a margem direita do rio Ceará-Mirim e a esquerda da estrada de acesso a Bela Vista e o rio Quintimproá. Faz divisa com Fazenda Nova pelo oeste e a leste com Umarí. Favela é topônimo a uma espécie de arbustos da família das euforbiáceas, *jatrofha phyllacantha*, comum naquelas terras de massapês.

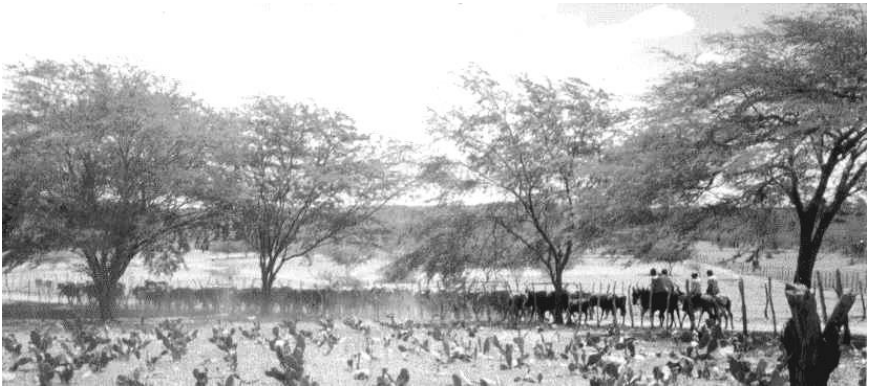
Antes, o sítio Favela era conhecido como Boa Esperança, topônimo atualmente pouco utilizado. Nela mora Francisco Canindé de Melo (Neguinho), filho de Manoel Dias de Melo, e sua mãe, Maria de Lourdes. Além destas famílias mora ali a de Francisco das Chagas da Silva (Xixico), Bevenuto Severo de Oliveira, Francisco Geovane Gomes de Oliveira e Manoel Ferreira Lopes (Manoel Batalha), todos trabalham como comodatários dos herdeiros de Manoel Dias. Ali, pelo sul, a margem da estrada para o quintimproá, mora Manoel Bezerra do Nascimento (Maninho), da família dos "Ludugero". É tida, também, como parte da comunidade de Fazenda Nova.

RETIRO E PEDRA DO NAVIO

Segundo Nestor Lima foi sítio fundado pelo coronel Manoel Varela do Nascimento, o Barão do Ceará-Mirim, e a Pedra do Navio por Manoel José de Carvalho.

Manoel Varela do Nascimento nasceu no Veríssimo, Ceará-Mirim, em 24 de dezembro de 1805, filho de Felipe Varela do Nascimento e de dona Tereza Duarte. Alferes de 2º linha, Comandante Superior da Guarda Nacional e Deputado Provincial 1868/1869, casou-se com Bernarda Varela Dantas, filha de Francisco Teixeira de Araújo e Ana Tereza da Silva. Foi o primeiro norte rio grandense a receber o título de Barão, este em 22 de julho de 1874. Faleceu em 01 de março de 1881 e a sua esposa em 16 de julho de 1890. Foi um dos maiores proprietários de terra nesta região, ficando por muitos anos ao domínio de seus descendentes.

O local herdou esse topônimo porque ali servia para que os vaqueiros do Barão juntassem seus gados, para as retiradas na época da seca, levando-os pra suas terras no Ceará-Mirim, região agreste, acontecendo o mesmo com os demais fazendeiros das adjacências.



Retirada de gado, de vaquejada na fazenda Zé de Araújo.

Além deste sítio Retiro à margem esquerda do rio Ceará-Mirim, vizinho a Fazenda Nova e Pedra do Navio, havia outro na fazenda Logradouro, extensão das terras do Barão, em local onde havia um açude no riacho Malacacheta. Como nestes latifúndios não havia cercas separando os sítios e fazendas, ali era apenas a extensão para o mesmo objetivo. As terras desta ribeira, à meia légua do rio, foram de Antonio da Costa Barbalho, José Rebouças de Oliveira Câmara e Vicente Teixeira de Vasconcelos. Ao poente do Retiro fica o sítio São Sebastião, aonde possui uma parte de terra José Cícero da Câmara, conhecido por Cícero Augusto, casado com dona Nancí Severiano, aonde mora juntamente com alguns de seus filhos e netos.

Anteriormente, Cícero Augusto morou na sede do Retiro que em fins do século XX e neste seguinte está completamente abandonada. No sítio São Sebastião que se confunde com Fazenda Nova, também mora dona Lilí, viúva de Agenor Augusto, tio de Cícero Augusto que é filho de Luís Augusto e dona Querubina Damasceno.

Divisor oeste com o Retiro, o sítio Pedra do Navio fazia parte das terras do Umarí, quando era do coronel Francisco José Bezerra, pai do coronel José Francisco Bezerra, entre outros. Em meados do século XIX as terras do Retiro, Pedra do Navio, Jurema e Marí pertenciam a José Rebouças de Oliveira Câmara, João Florêncio de

Oliveira Câmara, Francisco Teixeira de Vasconcelos, Manoel Francisco Bezerra, coronel Francisco Guedes da Fonseca, Manoel Nicácio Barbosa Tinoco, a maioria herdeiros de Francisco José Bezerra. De então, as famílias que se formava por consórcio com os Bezerra, Câmara e Vasconcelos, passaram a possuir, também, parte daquelas terras. Antonio Ananias Bezerra e João Francisco da Cunha Baracho é exemplo dessa fusão. Em 1876 no Retiro, Josefa Marcelina de Oliveira Câmara, filha de João Francisco da Cunha Baracho e de Francisca Maria de Oliveira Câmara se casou com Antonio Ananias, quando ali já morava João Baracho.

Pedra do Navio.

Numa parte ao poente da Pedra do Navio são proprietários e reside à família Carlos: Cícero e Chagas. As terras ao leste foi herança de Luís Bezerra da Câmara e Rita Ferreira da Câmara, estes conhecidos por Bisil e dona Ritinha, deixada para Francisco Ferreira, Ferrerinha como é mais conhecido. Essa parte de terra, em fins de 2004, foi comprada por um grupo de agricultores formados numa associação local denominada “Pedra do Navio”, que é presidida por José Francisco Ticó. São seus associados e proprietários: José Ticó, João Maria Soares da Silva, Manoel Carlos filho, José Eriberto Ticó,

Marcelo André da Câmara, Marco Cícero da Silva, Manoel da Graças Câmara, João Maria Brito, João Batista da Silva, Francisco Canindé dos Santos e Francisco Damião da Silva. Ali estava praticamente abandonada, com estruturação de apenas luz elétrica que passava para as comunidades ocidentais dali, lá morando apenas a família de Manelão (Manoel das Graças Câmara), irmão de Cícero Augusto, descendentes de José Augusto Raposo da Câmara e João Damasceno Bezerra.

Com aquela entidade, logo a "Pedra do Navio" tomou outro rumo, e em pouco mais de um ano foram construídas doze casas, cisternas para cada uma, um poço tubular e está previsto para o ano de 2006 a construção de um açude comunitário. Ao leste dali há uma parte de terra que foi de José Firmino Bezerra, herdada pelos seus filhos Guiomar e João Firmino. Atualmente é propriedade dos herdeiros de João Firmino: Sebastião, João Maria e Maria Helena, moradores em Natal/RN, e sob os cuidados de Sebastião Soares da Silva.

UMARÍ DA SOMBRA E JUREMA

Segundo Nestor Lima, o sítio Umarí foi fundado por Francisco José Bezerra.

O Sítio Mari ou Umarí da Sombra é topônimo aos umarís ali existente, designação genérica de duas espécies de árvores da família das icacináceas, de fruto duro e comestível. O complemento nominal é porque nelas os viajantes faziam paragem "nas sombras" para descanso da viagem e aproveitar, também, a água do rio. A Jurema, que fica em sua junção oeste e norte, é referência a uma espécie de plantas da família das leguminácea minosa, sendo a jurem – preta, ou ninosa *ostiles*, a mais difundida naquelas terras. No final do século XVIII aquelas terras pertenciam a Francisco José Bezerra, descendente do capitão-mor Baltazar da Rocha Bezerra. Entre outros filhos do coronel Francisco José Bezerra, quem mais se destacou foi o tenente coronel José Francisco Bezerra, nascido em 1808 e que em 1873 já havia falecido.

O Sítio Jurema é parte da propriedade do Umarí que desde fins do século XIX pertencia a Victor Teixeira de Vasconcelos herdada e comprada de seus irmãos, os herdeiros de Francisco Teixeira de Vasconcelos, e parte ele comprou aos seus vizinhos. Em 1891 Manoel Inácio Pereira, comprou pelo preço de 25 mil reis, uma parte daquelas terras com uma casa de telha e taipa e um curral. Elas foram heranças de Manoel Nicácio Barbosa Tinoco deixada para seus filhos. Foi vendida por seu herdeiro Luís Nicácio Barbosa Tinoco e sua esposa Maria Donatila da Câmara Tinoco. As mesmas terras em 1893 foram vendidas por Manoel Inácio e sua mulher Maria Senhorinha de Jesus, pelo mesmo valor, ao coronel Victor Teixeira de Vasconcelos. Seus limites eram:

Pelo norte com terras de Joaquim Francisco Bezerra, sul com terras do sítio São Domingos e Poço dos Cavalos, nascente com Victor Teixeira de Vasconcelos e Antonio Amâncio, e poente com terras dos Vilelas. Em 1909, Victor compra uma casa de telha e tijolo no Umarí da Sombra, a Luís de França Bezerra e Emília Bezerra, pelo preço de cem mil reis, medindo vinte e três palmos de frente.

Em 1910, Victor constituiu como procurador o Sr. Luís Fernandes, para ir à cidade de Macaíba/RN comparar uma parte de terra, no Umarí da Sombra, que pertencia a Ismael Cezar Duarte Ribeiro e a sua esposa Emília Coelho Duarte Ribeiro, as quais houveram por *dação in solitun* do tenente coronel Francisco Guedes da Fonseca. Foi comprada por duzentos mil reis, a terra assim localizada:

...Pelo norte com terras nacionais, pelo sul com o rio Ceará-Mirim, pelo nascente com terras de Florinda Maria de Oliveira, e pelo poente com terras do próprio comprador, Victor Teixeira...

Victor Teixeira de Vasconcelos nasceu no Umarí em 12/04/1858 e faleceu ali em 20/03/1843. Casou em 1890 com Inácia Quitéria de Paiva, nascida no Jardim em 12/02/1858 e falecida no Umarí em 10/05/1944, filha do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha e Ana Rosa dos Prazeres, e ele de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda Maria de Oliveira. Quando Inácia e Vitor

faleceram deixaram suas terras com seus dois filhos: Manoel Teixeira de Vasconcelos (Nezinho Vitô) com a Jurema, e Maria Augusta Teixeira de Vasconcelos com as terras que demanda para a Angélica, a leste da Jurema.

Nezinho Vitô se casou em 1916 com Marfisa Ataliba de Paula. Separou-se em 1919 e não deixaram herdeiros. Em 1924 passou a conviver com Josefa Dionísio Bezerra nascendo Geralda e Gelsa. Ao falecer deixou a Jurema para suas filhas. Tinha um filho de criação, Deusdete Teixeira de Vasconcelos, filho de Rosa Feliciano da Silva, para quem deixou outros bens. Elas venderam as terras para Mário Pinheiro da Silva, morador na cidade do Ceará-Mirim, e em 2005, pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, a Jurema foi vendida à família do Sr. Francisco Jovanês Braga, integrados em uma associação agrária denominada Santa Ediwigenes.

A parte das terras de Maria Augusta, casada com Francisco Lourenço de Carvalho, 1885 –1932, ficam ao leste da Jurema e no extremo norte onde chamam "as Angélicas", referência a uma planta arbustiva, comum naquela área pedregosa, provavelmente da família das rubiáceas, *Basanacantha spinosa*. Ali ficou para seus herdeiros: Leônidas e Otavio Teixeira de Carvalho, já falecidos. Essas terras permanecem no domínio de seus descendentes.

Dos de Otavio: Otavio Jr., Carvalhinho, Francisco Lourenço de Carvalho Neto, Ivanosca, Laíse Teixeira de Carvalho e os herdeiros de Ivanilsom, também filho de Otavio, que são Adailton, Agenor Neto e Adriana Câmara de Carvalho. A parte de Leônidas ficou para sua viúva Maria do Socorro e seus herdeiros Carlos, Tânia e Paulo, este último é o único que mora em Jardim.

Casa de Otavio Teixeira de Carvalho, no Umarí da Sombra.

Berço "primitivo" da origem Bezerra jardinense, quase todos os possuidores de terras do Umarí, as adquiriram por fincar raízes com aquela família. Os descendentes dos Bezerra permaneceram com herança pela margem direita do rio, alcançando o século XXI o seu representante maior, o Sr. Francisco Dionísio Bezerra (França Dionísio), o mais velho morador nascido em 31 de maio de 1917 naquela fazenda, filho de Luís de França Bezerra e Sebastiana de Paiva Bezerra. Ele casou-se em 1941 com Luíza Gomes Teixeira, com quem mora naquelas terras. Ali vizinhos moram Jorge Bezerra da Câmara, Antonio Anchieta Bezerra Neto (Xia), Ederson de Tácio Bezerra, todos remanescentes da mesma raiz.

Nas terras à margem esquerda do rio, correndo pela estrada velha do Açu, moram Adailton Câmara de Carvalho, Agenor Augusto Neto, descendentes de famílias com quase 200 anos no Umarí, e outras com raízes mais recentes como, as de Pedro Fabrício, os irmãos Pedro, Édison e Luís Silvestre da Rocha que em 2004 mudou-se para a margem direita do rio, para um terreno que foi de herdeiros de Venâncio Bezerra. No Umarí há alguns proprietários de terras que ali não residem como é o caso do Dr. João Eudes Paiva

dos Santos que mora em Natal, Manoel Câmara no Jardim, Clodoaldo Lima em Natal e Balbinos, Venâncio Bezerra Neto no Jardim, herdeiros de Leônidas Câmara de Carvalho e de Otavio Teixeira de Carvalho, no Jardim e em vários estados da Federação, e Arnaldo Bezerra da Câmara que mora em terras dos herdeiros de Leônidas, por quem ele foi criado.

BALBINOS

Não consta na anotação de Nestor Lima. Em sua época era extensão das terras do sítio Jardim, onde chamavam Jardim de Cima.

Em meados do século XIX, aquelas terras pertenceram ao capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha, que se estendia ao extremo ocidental do Umarí. Em meados da década de 1840, da Serra do Pereiro, região de Icó, então província do Ceará, chega e se estabelece ali num pedaço de terra, a família do senhor Cipriano José de Lima. Cipriano era casado com Rosa Maria da Conceição e ali casaram à maioria de seus filhos, entrelaçando-se na genealogia Bezerra e Paiva, conseguindo herdar as terras onde permanece a descendência Lima.

O topônimo Balbinos vem da geração de Balbina Maria das Virgens, filha de Felipe Rodrigues da Costa e de dona Maria Francisca da Conceição, então donos da Fazenda Conceição. Balbina se casou em 1855 com Manoel Cipriano de Lima, filho de Cipriano de Lima e Maria Rosa, ele como seus pais eram naturais da Serra do Pereiro, Freguesia do Icó, então província do Ceará. Manoel e Balbina foram quem mais contribuíram para o crescimento daquela comunidade. De tradição, os pais acresciam o seu nome aos de seus filhos, neste caso, porém, dona Balbina foi quem acresceu o dela a quase todos de sua Prole: Balbino ou Balbina, claro acompanhando “de Lima”.

“Os Balbinos” toma forma e topônimo quando Francisco Balbino de Lima, filho de Manoel e Balbina, acresceu a quase todos os seus dezoito filhos, o seu sobrenome herdado de sua mãe. Amaro Francisco de Lima, outro filho daquele casal, manteve a tradição do

seu avô, o velho Cipriano, destacando seu nome aos seus descendentes, assim surgindo “Os Amaros”. Contudo, prevaleceu na comunidade à origem do nome da matriarca Balbina. Na atualidade, talvez sem perceber, Antonio Lisboa de Lima, hexaneto de Balbina, acresceu o seu sobrenome “Lisboa” que não o herdou de ninguém, a sua esposa e filhos.

Casa que pertenceu a Manoel Cipriano de Lima, conjugada com as de Amaro Francisco de Lima e a de Joaquim Cipriano de Lima.

José Cipriano de Lima, filho de Cipriano José de Lima, foi um dos maiores possuidores de terras na sua comunidade, herança de sua esposa Quitéria Maria de Paiva, filha do capitão Manoel Vicente. Viúvo, ele casou-se com Rita Francisca Xavier, filha de Joaquim José Bezerra e Maria Francisca Bezerra, moradores no Mari, ampliando sua fronteira territorial para o oeste. Nelas, neste início do século XXI, com aproximadamente 170 anos de fundação, ainda é domínio territorial da descendência do velho Cipriano, conservadas pela sua sétima e oitava geração que se mantiveram, a maioria, por consangüinidade.

A comunidade Balbinos possui pouco mais de 50 residências aglomeradas num raio de menos de 1 km, se estendendo desde o oeste da cidade de Jardim de Angicos. Nela há quadra de esporte, um trecho com calçamento, água saneada desde meados da década de 1990 e eletrificação implantada na de 1980. Essa mesma extensão

leva eletrificação até a comunidade da Conceição, estremo oeste jardinense.

Em meados da primeira década de 2000, entre as famílias habitantes do Balbinos, começando pelo leste, destacamos: João Carlos da Silva casado com dona Severina, dona Marlene viúva de Francisco Batista, Maria das Mercês de Lima viúva de Manoel Ferreira de Lima (Manoel Punum), Francisco Balbino de Lima e Maria Mercia de Lima, Albino Ferreira de Lima e Maria de Fátima Lima, Luciano Fabrício e Rosa Maria de Lima, Adauto Ferreira de Lima (Titiu) e Francisca Francinete de Lima, Ramiro Fabrício de Souza e Filomena Pinto Câmara, João Batista Sobrinho (Batistinha) e Alta Lima, Francisco de Assis Lima (Chico Amaro), solteiro, Helena Felipe de Lima, viúva de Marcos Balbino de Lima, João Batista de Lima (João de Marcos) e Bernadete Costa, Francisco Teixeira de Sena e dona Helena Correia, Francisco de Assis de Lima (Assis Zeco), solteiro, Célio Marcelino de Lima e Luzia Maurício, Francisco Canindé de Lima (Chico de Rivaldo) e dona Sebastiana, João Batista de Lima (Batista de Titiu) e dona Maria de Fátima Câmara, Francisco Canindé Bezerra (Miúdo) e dona Nerialba; e também:

Manoel Marcônio de Lima (Manoel de Marcos) e dona Maria de Fátima, Manoel Amaro Filho e dona Francisca Felipe de Lima (Dona Neném), Francisca Felipe de Lima, viúva de Rivaldo Ferreira de Lima (Rivaldo Zumba), João Ferreira de Lima e dona Joana Darque Ferreira de Lima, Jorge Luís Bezerra e Creuza Maurício, Maria da Conceição Lima, Antonio Lisboa de Lima (Toinho de Rivaldo) e Francisca Fracineide Brito, Francisco Pedro Maurício e dona Maria de Lourdes, Luís Erivan Maurício e Gerlane Alves, Adauto Lourenço e dona Iracilda Lima, Valdemar Lima e dona Maria da Glória Lima, José Cosme da Costa (José Romana), professor e solteiro, Joaquim Amaro Filho e dona Maria Ferreira de Lima, Francimar Ananias dos Santos, Floriano Ananias Bezerra e dona Francisca das Chagas Bezerra, Joana Darque de Lima (Joana de Rivaldo), Manoel Felipe Sobrinho, solteiro, Francisco das Chagas Silva (Chico de João de Sancho).

JARDIM E TRIUNFO DA UNIÃO

Segundo Nestor Lima e Câmara Cascudo, *O Jardim foi sítio de plantar e criar fundado por João Paz*.

No aprofundamento das pesquisas que realizei, constata-se que desde os primeiros anos de 1700 essa área já era habitada. Na primeira década essas terras pertenceram ao coronel Antonio da Rocha Bezerra. Em 1712 era de Estevão Velho de Melo e em 1739 pertencia a Manoel Gomes da Silveira. Ali visinho, o sítio Cururu, hoje Primavera, em 1793 pertencia ao capitão Antonio José dos Santos e as terras pelo sítio São Tomé e Jardim era do capitão Manoel Soares. Em fins da década de 1840 Jardim e Triunfo da União pertenciam, respectivamente, aos capitães Manoel Vicente de Paiva Rocha e José Rebouças de Oliveira Câmara.

A Fazenda União e os Balbinos não foram anotadas na relação de Nestor Lima. Essas terras eram tidas como a extensão de Jardim. Quando Nestor visitava a vila do Jardim, as casas daquela fazenda haviam sido desmanchadas pelo então proprietário, o capitão Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, filho de José, e levado parte do material "a pescoço de boi" para a vila de Lajes, onde ele construiu e passou a morar. O motivo principal que o fez abandonar aquelas terras foi a não aceitação da passagem da linha férrea naquela vila, deixando-o indignado com o caso.

As datas Boágua, Malacacheta e Maniçoba formavam trijunção à meia légua norte do rio Ceará-Mirim. Um vasto latifúndio quase que exclusivamente para criar gado, às soltas, tratados por vaqueiros que se aventuravam nessa caatinga onde passaram a morar e criar a sua família. Havia á margem esquerda deste rio a intersecção de dois caminhos que atravessavam para a Capitania do Ceará e Paraíba. O mais antigo, a milhares de anos existente, utilizados pelos nossos nativos, que a partir do século XVII ficou conhecido por "Estrada do Açu", seguia pelo Vale do Ceará-Mirim e do Açu para o atual Estado do Ceará.

O outro, conhecido como “Estrada dos Matutos”, formado durante o século XVIII, surgiu como rota para o transporte de sal e peixe do litoral de Macau para a Paraíba e Pernambuco. Tanto numa como na outra o homem trafegava a cavalo ou a pé; não existia outro meio de transporte, tangendo o gado da “seca”, voltando com o relâmpago no sertão, comercializando sal, peixe, açúcar, cachaça, miudeza...

Nessa encruzilhada onde os matutos ou viajantes descansavam das exaustivas viagens à sombra das caraíbas, nasceu Jardim de Angicos. Nessas adjacências o coronel Antonio da Rocha Bezerra fez seu curral nos primórdios de 1700. Século e meio depois, o capitão Manoel Vicente era o senhor do Jardim.

Um cemitério, uma igreja, um Telégrafo, uma Escola e em 1890 é Vila do Jardim, município criado naquele ano e transferido, em 1814, a sede para a vila de Lajes. Cidade de Jardim de Angicos em 08 de maio de 1962.

Caraíba, florido, no perímetro urbano de Jardim de Angicos/RN.

Jardim é origem das caraíbas, espécies de plantas da família das bignoniáceas, *tabebuia caraíba,* comum nas várzeas desses rios.

Desenvolvido numa área abundante da espécie e com pequenas elevações ao redor, quando havia a floração (flores amarelas), sobretudo de outubro a dezembro, meses mais secos do sertão, individualizava o lugar dando a sua origem toponímica. Para destacar aquela aglomeração vegetal de outras comuns na várzea do rio Ceará-Mirim, os viajantes costumavam se encontrar e descansar nas sombras naquele Jardim.

Angicos é referência ao município de onde Jardim foi desmembrado em 04 de outubro de 1890. Angicos foi emancipado em 11 de abril de 1833, desmembrado do de Açu e suprimido em 28 de março de 1835, no ano seguinte a 13 de outubro, restaurado. O angico é uma arvore do gênero *Piptadenia,* família das leguminosas e subfamília mimosóidea, comum na região. Disseminado nos pés de serras e serrotes, onde a caatinga se encontra ainda preservada, o angico é encontrado facilmente. Já a caraíba, procedente das várzeas, está quase em extinção. Ela, por séculos, foi utilizada desordenadamente como madeira para as construções primitivas desses ribeirinhos, principalmente como linhas e "brabos" de suas casas.

Ainda nas casas antigas, se encontra o exagero dos "rebolos" da madeira, com até 20m de comprido. Essa insistência que ainda perdura, agora para fazer "cangas de boi" e outras artes, certamente fará desaparecer por completo essa vegetação. Alguns pés que arriam os galos ou sofre deformidade com aquela prática, simplesmente são ateada fogo, acelerando a sua destruição. Apesar disso, não há neste município lei ou iniciativa que venha proteger as caraíbas, que ainda restam no local.

O Triunfo, a União, o Jardim, nos transportam a um mundo de maravilhas paradisíacas. Deste modo o homem batizava o seu chão de sonhos e de realizações. Tudo com um por que. Essa região se caracterizava pela trijunção da Boágua, Maniçoba e Malacacheta, obrigatoriamente haveria de se formar um marco de partida. O padrão havia à meia légua oeste, norte e sul, respectivamente dessas datas, mesmo que disforme. As demarcações destes latifúndios

geravam discórdias, brigas intermináveis entre famílias ou não, dificilmente resolvidas pela placidez. Seria ali razão de uma vitória?

Na fazenda Triunfo da União, incluindo o sítio Jardim, em 24 de abril de 1855 se casou Francisco Pereira Campos e Catarina Maria da conceição, filhos, ele de Francisco Pereira Campos Junior e Ana Joaquina da Costa, e ela de Manoel Francisco Pereira Campos e Alexandrina Francisca da Conceição. Naquele ato foram testemunhas Pedro Celestino de Andrade e Casemiro Antonio Torquato. Um ano antes, foi à vez de Bernardo da Rocha Bezerra, testemunhado por Felix Rodrigues e João Rodrigues de Paiva. No Jardim, em 02 de agosto de 1857 se casou José Evangelista da Costa e Maria Francisca da Conceição, filhos, ele de Felipe Rodrigues da Costa e Maria Francisca da Conceição, e ela de Cipriano José de Lima e Rosa Maria da Conceição.

E testemunhados por João Evangelista da Costa e Manoel Cipriano de Lima. Em 24 de novembro de 1857 se casou Alexandre Teixeira de Vasconcelos e Maria Francisca de Jesus, desta freguesia, filhos, ele de Luís Teixeira de Vasconcelos, falecido, e Tereza de Jesus de Vasconcelos, e ela de Manoel Bandeira de Melo e Eugênia Maria da Conceição, falecida. Sendo testemunhas Alexandre Agapito da Cunha e Manoel Vicente de Paiva. Basicamente seriam essas e outras poucas famílias que habitavam o Jardim naquele período. Porém, Manoel Vicente de Paiva e José Rebouças de Oliveira Câmara eram os maiores possuidores daquelas terras: Manoel Vicente com o Jardim e José Câmara com a União.

Durante a primeira metade do século XX se formaram diversas empresas que compravam terras exclusivamente para produzir algodão. A firma João Câmara & Irmãos foi a que mais comprou terras neste território, como por exemplo, Logradouro, Ramada e Cabeço Vermelho. Sediado em Baixa Verde, atual cidade de João Câmara, nascia em 1917 com a razão social João Câmara & Irmão (João e Jerônimo Severiano da Câmara). Vanvão, Loló e depois Xandú, Alexandre Severiano da Câmara, completa a pluralização. Nesta corrida pela produção, saíra à frente a firma

Comercial Pedroza Tinoco & Cia. (João Juvenal Pedroza Tinoco) que entre seus bens havia a Fazenda Triunfo da União, comprada em meados da segunda década daquele século ao capitão Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, herdeiro de José Rebouças de Oliveira Câmara. Em 31 de outubro de 1918 foi comprada pelo jardinense Benedito Machado de Azevedo Costa. Na década de 1920 e na seguinte, Benedito foi por várias legislaturas membro da Intendência de Lajes.

Benedito Machado vendeu a União em 06 de novembro de 1959 ao Sr. Manoel Ribeiro de Lima, então morador e proprietário da Fazenda São José, nas proximidades de Caiçara do Rio dos Ventos. Duzentos mil cruzeiros foi o valor "no papel", oficialmente seiscentos, segundo seu Tatia (Severino Ribeiro de Lima), 73 anos em 2006, filho do comprador e morador desde 1978 da cidade de Jardim de Angicos, à Praça Alzira Soriano 57, uma das casas incluídas na compra.

Os limites em 1959 e patrimônio comercializado por Benedito Machado de Azevedo Costa e sua mulher Maria José Bezerra Machado, foram:

I) – Fazenda Triunfo da União, limitada ao norte com terras de Sebastião Francisco Bezerra (Sebastião Inácio), na Baixa da Inêz e terras devolutas do Estado apossadas por João Pinheiro e José de Cota, nas sobras das terras da Milhã; ao sul, na vila de Jardim de Angicos com terras do Patrimônio de são João Batista; ao nascente com terras de Francisco Nobre Barreto e Diomar Guilherme Caldas; e ao poente, terras de São João Batista, com o outorgante Benedito Machado da Costa e com Sebastião Francisco Bezerra e João e Francisco Sebastião da Silva, na Baixa da Inêz. Nela um açude de pedra e cal, (Barragem do Triunfo construída pelos escravos de José Rebouças de Oliveira Câmaras, em meados do século XIX); um açudeco na vila do Jardim, (por traz da casa de seu Tatia, estourou em 1994), 14 pés de coqueiros (não existe mais), raiz de algodão (inexistente), e um curral (vizinho à casa de Tatia, destruído).

Sangria da Barragem do Triunfo, em fevereiro de 2004, no riacho da Malacacheta.

II) – Pequena faixa de terra do Estado, por aforamento, vinte metros de largura, do canto da cerca da propriedade Triunfo da união, lado sul em direção ao rio Ceará-Mirim, até o meio do leito deste, com terras de dona Alzira Teixeira Soriano; ao norte, leste e oeste com próprio Benedito Machado. Essas terras foram adquiridas por Benedito à Luíza de Paiva Bilro. As terras ao leste ele vendeu a Aeronáutica, no início da década de 1940, para a construção do Campo de Pouso ou Campo de Aviação.

III) – Uma casa residencial e um armazém, na Praça da Igreja, na vila de Jardim de Angicos, construída pelo mesmo outorgante em terreno foreiro do patrimônio de São João Batista.

IV) – Três pequenas casas de telha e tijolos, e uma em má conservação, na Rua do Mercado, na referida vila, edificada em terreno do patrimônio de São João Batista, adquirida por compra a Manoel Rita, ao monsenhor João da Matha Paiva e a Alfredo Guilherme de Sousa Caldas.

As casas são situadas à Rua coronel Victor Teixeira, saída para Fazenda Nova. A da esquina com a Travessa Marcolino Paiva, Nº. 33, há 25 anos mora Francisca Bernadete Costa de Lima, viúva de Amadeu Lima; a de Nº. 24 foi de José Nazareno de Lima (Cazuza) é de Sergio Balbino de Lima, 91 anos; a outra de Nº. 28 é de Maria da Conceição Souza da Silva, morando ali há 22 anos com seus filhos e o seu esposo Luiz Leite da Silva. O Sr. Manoel Ribeiro, em meados da década de 70, construiu outra casa, ao lado sul do armazém, vizinho a casa de seu Tatia, incluído na compra, para moradia do seu genro José Henrique da Silva, casado com Maria Rosa, e no período gerente da Triunfo da União. É a Nº. 73 da Praça Alzira Soriano, há 25 é da professora Sebastiana de Souza Bezerra; seu segundo lar, preferindo o sossego da fazenda Zé de Araújo, a 4,5km dali. Essas terras foram compradas em 1979 pelos senhores Raimundo Nobre Barreto e Paulo Amaro de Lima e vendidas no ano 2000 ao Sr. Celso de Albuquerque Barreto, o atual proprietário.

O capitão Manoel Vicente deixou as terras do Jardim para seus descendentes e uma pequena área, 100 braças em quadra, para o patrimônio de São João Batista. A parte ao nascente, contornando as divisas com as terras de São João Batista, inclusive ao norte, e seguindo o divisor oeste da fazenda Triunfo da União ficou para João da Matha. Foi parte das terras de Benedito Machado. Em 1970 Benedito vendeu aquela faixa de terras que se afunilava para o norte a Ranulfo Fernandes de Macedo. Na década de 1980 Ranulfo vendeu uma parte para a Prefeitura Municipal onde foram construídos o conjunto da COHAB/RN, a caixa dágua e o escritório da CAERN. Em fins da década de 90, Nazaré Paula, esposa de Ranulfo, e filhos venderam o restante daquelas terras para Celso Barreto. Na estrema ao poente, terras que o capitão Manoel Vicente deixou para seu filho Francisco Soares de Paiva, ele vendeu a Sebastião Inácio.

Foi subdividida para seus filhos. Uma das partes que passou a pertencer a Joana Darque Bezerra e Maria Luíza Bezerra foi comprada por Severino de Souza, filho de Luís Tertuliano de Sousa e dona Maria Felix. Na década de 90, Severino de Sousa as vendeu ao Dr. Francisco Fernandes de Macedo, filho de Ranulfo e Nazaré,

onde ele havia construído uma bela casa, hoje de Paulo Amaro de Lima. Das terras, Dr. Macedo vendeu uma parte ao Dr. João Eudes Paiva dos Santos, da qual ele cedeu pequenos lotes, no perímetro oeste da zona urbana, onde foram construídos residências e prédios para comercio. Da mesma terra, na várzea do rio ao sul foi adquirida por Celso Barreto. E a outra área que corre desde o limite sul do Conjunto Ranulfo Fernandes para a Baixa da Inêz foi vendida para a Prefeitura Municipal, para que ali fosse construído aquele conjunto, aonde já havia um campo de futebol, atualmente amurado.

Da mesma propriedade, lá no limite com a Baixa da Inêz, pertence uma parte a Agrestino (Roberto Carlos de Melo). A outra área outrora também pertencente às terras de Sebastião Inácio que ele deixou para o seu filho Aluísio Câmara Bezerra, casado com Iara Bulhões Câmara Bezerra, e que pertence aos seus herdeiros, em 2003 foi vendida uma parte na margem do rio e dali para o sul ao Sr. José Fernandes de Morais e sua esposa Lucia de Melo. O restante que corre da estrada que vai para a Fazenda Nova, onde mora o Sr. João Carlos, pai de Agrestino, para o norte, nos limites com as terras de João Eudes e as da Prefeitura, indo até a Baixa da Inêz, ainda é controlada por netos de Sebastião Inácio. Já ao poente, são terras "dos Balbinos" que foram herdadas por José Cipriano de Lima casado em 04 de julho de 1871 com Quitéria Maria de Paiva, filha de Manoel Vicente. Quitéria faleceu no início do ano seguinte e José de Lima se casa no Sítio Mari, em outubro, com Rita Francisca Xavier, filha de Joaquim José Bezerra e Maria Francisca Bezerra, aumentando suas terras na comunidade Jardim de Cima.

As terras para o nascente, na data da Boágua, onde chamam de São Paulo foi de Marcolino Soares de Paiva, outro filho do capitão Manoel Vicente. É de diversos, entre os quais, herdeiros de João Batista Guilherme (João Pastor), os de Diomar Guilherme Caldas e os de Francisco Nobre Barreto.

Celso Barreto é o principal possuidor de terras nas cercanias de Jardim de Angicos. Entre as suas propriedades está Várzea Alegre, ao sul da cidade, que pertenceu a Alzira Soriano, sua tia avó;

a Fazenda Triunfo da União, ao norte, e outras pequenas glebas ao poente por ele comprada. Nas terras doadas pelo capitão Manoel Vicente ao Padroeiro São João Batista foram construídas a maioria das casas da vila, resta uma pequena faixa pela barreira do rio onde foi construído o cemitério, a igreja, e demolidas algumas casas. Ao leste daquela área que pertencia ao padroeiro há um pequeno terreno com pouco mais de um hectare, doado por Benedito Machado ao Sr. Manoel Brito.

CURURU, BARRA E PRIMAVERA

Segundo Nestor Lima, a fazenda Cururu foi fundada por José Muniz, enquanto a Barra e a Primavera pelo coronel José Ribeiro Dantas.

Nos primeiros relatos encontrados nos livros de sesmarias sobre a ocupação interiorana, pós-guerras contra o gentio Tapuia, mostram que Manoel Rodrigues Coelho em 1709 possuía três léguas de terras no Taipu, pelo rio Ceará-Mirim acima. Em 1710 seu irmão Francisco Rodrigues Coelho e Maurício Brochado Ribeiro pediam as terras até essa barra:

...No rio Ceará-Mirim começando na paragem de Manoel Rodrigues correndo pelo dito rio acima há terras devolutas até a barra do Cururu e porque os suplicantes as querem povoar...

Cururu é topônimo ao rio afluente do Ceará-Mirim, embarrando a meia légua da sede deste município. É designação genérica de sapo grande, e a Barra é referência a deságua do rio do Vento, tributário do Cururu, ficando a menos de uma légua do rio Ceará-Mirim. O Cururu era apontado rotineiramente como referência nos primeiros anos do século XVIII, pelos requerentes de datas e sesmarias de toda essa região. Praticamente extinto, tanto para o rio quanto para a fazenda que chamam de Primavera, o velho topônimo apenas deixou resquícios como o “Poço do Cururu”, possivelmente o local citado, em 1716, pelo reverendo padre Antonio Amado e Manoel Lopes Homem: *Três léguas de terras de comprido e uma de largura na dita paragem do Cururu pegando do poço chamado pela língua do gentio Canto dos Paus, acima.*

No início da ocupação colonizadora do sertão era comum o requerente mandar caseiros para suas terras, enquanto permanecia em áreas férteis, nos vales úmidos, margem de lagoas ou no litoral, vez por outra indo a elas a passeios ou temporadas. Definir categoricamente quais foram os fundadores destes sítios e fazendas é praticamente impossível, ou ponderável. A deficiência de informações, a ocultação de verdade às vezes para privilegiar nome de determinadas famílias, as contradições existentes entre escritores, esconde os verdadeiros pioneiros de nossa história. Contradições muitas vezes por falta do acesso a essas informações ou a acareação entre o informe e o documental. O mestre Nestor Lima quando enumerou os fundadores de algumas fazendas e sítios da nossa região, certamente andou nelas ouvindo moradores, idosos, vasculhou documentos, e pelo trabalho brilhante que fez historiando boa parte dos municípios Potiguar não chegou a tal profundidade, que não é fácil.

O coronel José Ribeiro Dantas, conhecido por Zumba do Timbó, coronel da Guarda Nacional, guarnição de Ceará-Mirim, senhor de engenhos como Sapé, Timbó, Trigueiro e outras propriedades, nasceu em 1839, filho de Antonio Basílio Ribeiro Dantas e Inácia da Silva Bastos, e faleceu em 1889. Segundo Nestor Lima, ele fundara a fazenda Barra e Primavera. Entretanto, antecedente a 1793, ou seja, há cinqüenta anos antes de nascer José Ribeiro Dantas, quando Manoel Muniz de Bragança e Salvador de Araújo requeriam as sobras de terras ao nascente do sítio Cururu, afirmavam: *E porque na terra do* ***Sítio Cururu do capitão José Santo***. Quando Manoel Muniz e Salvador de Araújo pediram aquelas terras já eram sobras da Boágua e do Cururu. Certamente houvera outros que antecederam o capitão José Santo, conforme as cartas de datas esclarecem desde o início de 1700.

O coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, na segunda década de 1900, comprou ao coronel Felismino do Rego Dantas Noronha e a Miguel Carrilho todas as terras que demandava da deságua do Cururu, acima e no rio do Vento. Em 1936 Miguel Teixeira de Vasconcelos falece deixado às terras parra sua prole. Sob

o comando de sua filha Alzira Soriano, foi dividida em oito partes, cada qual com trezentos hectares, e repassada por herança a cada um deles. Assim distribuídas:

Primavera que é topônimo, dado pelo coronel, à antiga sede da propriedade Cururu, motivado por nela haver um Jardim bem cuidado por suas sete filhas, mantendo-o sempre verde e florido. Ficou para Alzira Soriano. Atualmente fazenda com eletrificação e boa estrutura. É de Hercules Barbalho;

Sedes das fazendas Primavera e Lajinha.

Lajinha, porque ali há umas lajes ou tanques. Ficou para Osmídia. Posteriormente, Maria do Carmo que herdou a Viração, permutou as terras com Osmídia. Maria era esposa do ex-prefeito João Mendes da Fonseca, depois da troca passou a morar ali. Possui eletrificação e sua sede é vizinha a da Primavera. Era de Ronald Gurgel e gerenciada por Renato Hunka. Foi vendida em 2005;

Pastorador é porque no local havia onças que vinham se alimentar das "miunças" do coronel Miguel Teixeira e lá ficava sempre uma pessoa a pastorar a espera daqueles felinos. Ficou para Eliza. Era parte de Ronald que vendeu e outra de Margarida Cabral;

Paraguai é reflexão à guerra ocorrida entre Brasil e aquela nação. Conta D. Maria do Carmo que seu pai permitia que "os Mendonças" retirasse lenha e fizesse outros serviços nas suas terras. Naquele local onde permaneciam arranchados, quando lá ele

chegava estavam eles com suas foices, machados, espingardas, pareciam que estavam numa guerra. Ficou para Ilda e Inêz. Ilda é a mãe de Ilma que é a mãe de Celso Barreto e ainda conserva parte daquelas terras;

Barra é a de deságua do rio do Vento no Cururu, nas divisas deste município com aquele que herdou o nome do rio. Ficou para o ex-prefeito Paulo Teixeira de Vasconcelos, único homem daquela prole. Pertence a Vivo, onde ele implantou uma fabrica de massas alimentícias;

Viração é topônimo porque numa parte do rio do Vento, faz vento desaprumado, sem rumo, formando redemoinho, viração. Ficou para Otacília e Maria. Pertenceu a Franco e Vivo, situa-se no município de Caiçara do Rio do Vento e foi vendido a Francisco de Assis Melo, irmão do Senador Geraldo Melo.

SÃO TOMÉ, BOAGUA E MILHÃ

Segundo Nestor Lima, o sítio São Tomé foi fundado por Inácio de Góes. Já a fazenda Boágua teve por fundador Joaquim Dantas.

O São Tomé é topônimo em referencia ao santo de quem seus primitivos moradores foram devotos. Situado ao norte da deságua do Cururu e pouco mais de meia légua da cidade de Jardim de Angicos, aquelas terras são citadas na petição feita por Manoel Muniz de Bragança e Salvador de Araújo, em 1793, quando afirmavam: *Terras de sobras do Sítio da Boa Água e do Sítio do capitão Manoel Soares.*

No início do século XX José Francisco Soares Junior (o Coronel Zé Bilro) comprou parte dessas terras a Joca Sobral, do Ceará-mirim. Pertence aos seus descendentes: Joãozinho Bilro e seu filho Fernando Bilro. Outra parte pertenceu a Manoel Teixeira de Vasconcelos, Joaquim Vitorino de Andrade e está distribuído com Paulo Teixeira de Vasconcelos, sendo o maior possuidor, e pequenas glebas com José Pedro de Lima (Zé Branco), José Nascimento, José Pedro de Lima (Galego), Luíza Nascimento, Luís Vitorino, Irã Felipe e José Medeiros, a deste último se estende até a fazenda São Pedro

onde residem seus parentes Joãozinho e Déia Bilro. Ali uma pequena parte pertence ao Sr. Oliveiros e sua irmã Lindalva Horácio.

Na região de São Tomé mora atualmente pouco menos de 30 famílias, onde dispõe de água encanada de uma adução implantada no ano de 2000. Em 2005 foi feito um ramal para atender a comunidade de São Pedro, e possuem eletrificação servida pela COSERN implantada anteriormente. Há uma escola construída em início de 1990 e uma quadra de esporte. A quadra foi construída em 2005, por convênio celebrado entre o município e a Caixa Econômica, com recursos assegurados pela gestão anterior.

A Boágua faz perímetro oriental de Jardim de Angicos com Bento Fernandes, partindo da barra do riacho Milhã pelo rio Ceará-Mirim acima, até próximo à barra do Cururu, onde faz uma reta para o sul, rumo a Lagoa do Felix; e com João Câmara em outra linha reta para o norte, rumo às terras do Cabeço Vermelho. Distante por uma légua da sede municipal, possui Luz implantada em fins de 2004. O topônimo é referência à qualidade da água encontrada pelos viajantes naquele rio, na barra de deságua do riacho Milhã, local das primeiras incursões territoriais desta região. Já o milhã é uma espécie de capim da família das gramíneas, *digitaria sanguinalis*.

Na segunda metade do século XIX moravam nas terras da Boágua, os irmãos Francisco José Soares e José Francisco Soares, naturais de Goiana, província de Pernambuco. Em 07 de janeiro de 1873, na "Boa Água", Francisco se casou com Tereza Maria de Jesus, viúvo de outra de mesmo nome da família Cunha, também viúva por falecimento de Raimundo José de Oliveira. Em julho de 1871, no Umarí, se casou um de seus filhos, Antonio Francisco Soares e Maria Tertoliana de Vasconcelos, ela filha de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda Maria de Oliveira.

Em 14 de agosto de 1880, também no Umarí, se casou José Francisco Soares Junior e Caetana Maria Teixeira de Vasconcelos, irmã da esposa de Antonio, ele de José Francisco Soares e Joana Soares da Silva, já falecida. No Jardim, em 30 de julho de 1878 se casou Manoel Teixeira de Vasconcelos e Tereza Maria Soares da

Silva, ele filho de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda Maria de Oliveira, e ela de Dionísio José da Silva e Inácia Maria da Conceição. Basicamente a família Soares (Soares Bilro), associada à de Francisco Teixeira de Vasconcelos e a de Dionísio, foram os principais moradores e possuidores das terras da data da Boágua naquele período. Manoel Teixeira se instalou do outro lado do rio, nas Umburanas e os outros na Boágua e Milhã.

No início do século seguinte na Boágua havia Paulino, Antonio, João, Maria Amélia, Tereza, Joana, Maria, Luíza, Joana e José Bilro Junior (coronel Zé Bilro). Este último comprou a maior parte das terras de seus irmãos. Influente, enveredou pela carreira política chegando a presidência da Intendência de Jardim de Angicos de 1905 para 1907. Quando o coronel faleceu deixou as terras assim distribuídas aos seus filhos:

Boágua, sede da propriedade, ficou para Maria Soares Bilro, casada com seu primo Joaquim Soares Bilro. Joaquim foi membro da Intendência por vários períodos, inclusive após a transferência da sede. Quando Joaquim faleceu as terras continuou com a viúva que ao falecer deixou com seus herdeiros: José, João, Leonor, Adélia que mora em Mombaça/CE, Auristela, Helena, Odrací e Maria de Lourdes. José Bilro, o neto, comprou a maior parte das heranças, entre elas a de Adélia, Leonor, Odrací e a de João. Quando José, mais conhecido por Zé Birão, faleceu deixou para seus herdeiros. É atualmente de Joaquim Bilro Neto e a parte de sua irmã, casada com Francisco Medeiros, foi vendida em 2003 a um grupo de agricultores associados que recebeu financiamento do Governo Federal através do Banco do Nordeste do Brasil, aonde construíram suas casas.

É nessa área que fica a casa grande, no limítrofe oriental deste município, na qual Chiquinho Medeiros denominou de Ubaeira, aonde também foi de João Bilro (João Bilro do Japí), irmão Zé Birão. Nela há energia elétrica servida pela COSERN, implantada em 2004. São atuais proprietários: Gonçalo Ferreira Barbosa, João Batista Herculano Soares, Antonio Barbosa da Silva, Manoel Messias Nunes da silva, Antonio Luís Xavier de Medeiros, Gilson Firmino

da Silva, José Victor da Silva, José Sabino Freitas de Assis, Francisca Vitória da Costa, Raimundo Antonio de Araújo, José Antonio da Nóbrega, João Felix Ferreira, José Veloso da Silva, Maria Nunes Neta, Leandro Nascimento Barbosa e Francisco Airton da Câmara.

A Milhã, situada para oeste, ficou para Apolônio Soares Bilro. Ali ele morou numa casa que existia a margem direita da estrada que liga Jardim a João Câmara. Acima dali existe um cemitério edificado por seu pai em 1932. O cemitério ainda pertence à família Bilro, já as terras são de herdeiros de Maninho Barreto. Lá não possuem eletrificação, até então. As terras do São Tomé que o coronel comprou a Joca Sobral, indo até São Pedro, ficaram para Maria da Conceição e seu esposo Diomedes Ataliba. É atualmente de Joãozinho Bilro e família, com uma pequena parte da família Horácio.

As Umburanas, sediada no território municipal de Bento Fernandes, que pertenceu a Manoel Teixeira de Vasconcelos, ficou por herança para seus filhos, entre eles, Pedro Teixeira de Vasconcelos. As terras de Pedro permanecem sob o domínio de seus descendentes. Seu filho José Teixeira de Vasconcelos se casou com Milícia, filha de Pedro Machado da Câmara e Hortência Iracema da Câmara. Viúva, dona Milícia permanece naquele domínio com seus filhos Leonardo, Marilúcia, Eduardo, e Luciano que mora na cidade de João Câmara. As terras da Umburana e parte das de São Tomé pertencem a Paulo Teixeira de Vasconcelos, irmão de José. Ele e sua irmã Francisca Teixeira de Vasconcelos, carinhosamente conhecida por tia Chita, não casaram e moram ali, desfrutando das mesmas terras de seus antepassados.

Gonçalo Teixeira da Silva, contemporâneo de Manoel Teixeira de Vasconcelos, possuía uma parte de terras na Milhã de Cima, e como a maioria destes proprietários, morava na vila de Jardim e lá casou muito de seus filhos. Cícero Teixeira, um deles, era o pai de João Teixeira Sobrinho que viveu na contemporaneidade de

José Teixeira de Vasconcelos e do ilustre Paulo Teixeira de Vasconcelos.

Em 1976, João Teixeira vendeu a parte de terra na Milhã, herança que ficou de seu pai, e comprou outra nas Umburanas, ao leste das de Paulo Teixeira, que pertencia a Francisco Machado de Azevedo Costa. Quando João faleceu deixou para seus filhos que ainda a possui. Entre eles, mora na propriedade Eduardo Teixeira de Lima e sua sobrinha Marcela, casada com Leonardo Teixeira, filho de José e Milícia, e ela filha de Francisco Teixeira de Lima e Lucineide, moradores em Pereiros no município de Parazinho/RN. Joãozinho e Gracinha são os que ainda têm ligações com este município e vez por outra vista "as Umburanas". Nela possui eletrificação implantada em fins de 2004, e funciona uma escola, já na área de abrangência do São Tomé.

No riacho Milhã, correndo a meia légua oeste da data da Boágua, está a Milhã de Cima. Naquele limite, em diante, sobraram terras que não foram requeridas como datas, apossadas por diversas famílias sem o devido titulo. Distante por pouco mais de uma légua a nordeste da cidade de Jardim de Angicos, a Milhã faz divisas pelo sul com terras da data da Malacacheta, principalmente as da comunidade Zé de Araújo, e pelo oeste e parte do norte com terras da fazenda Logradouro. A outra parte ao norte faz divisas com terras, também de sobras, do Taboleirinho, Riacho da Negra e Ubaeiras. Em meados do século XIX e início do seguinte, os principais possuidores daquelas terras foram João Pinheiro da Costa, Luís Pinheiro da Costa, José Alves da Câmara, João Vicente, Dionísio Teixeira, Manoel Bezerra, Francisco Nobre da Trindade e os irmãos Henrique e Marcolino Soares de Paiva, filhos do capitão Manoel Vicente de Paiva.

As terras do major Marcolino Paiva corriam da milhã incluindo o Ligeiro e a Malacacheta, que foram vendidas a diversos. As de Henrique Paiva ficaram para seus herdeiros: Luís Gonzaga de Paiva, Francisco Soares de Paiva (Soarinho), Doca Paiva e Francisca Paiva que se casou com o prefeito Francisco Barbosa da Câmara.

Parte das terras da Milhã foi comprada por João Batista da Trindade. Em 1929, por 150 mil rés, ele comprou a parte de Cícero Batista e Rosa Amélia da Trindade. Em 1930, pelo mesmo valor, comprou as terras de José Alves da Câmara e Josefa Batista da Câmara, e também a de José Teixeira e Marfisa da Trindade. Pelo mesmo valor, em 1931, adquiriu a última parte que pertencia a Maria Rita da Trindade. Em todas as compras foi testemunhado por João Inácio de Melo e Luís Santos de Paiva, este último irmão de Luís Gonzaga de Paiva, avó de Jucelino Paiva.

Quando João Batista da Trindade faleceu deixou para seus netos: Manoel Paiva, Raimunda Paiva e João Batista de Paiva, hoje pertencente aos seus bisnetos, os irmãos Jucelino e Luís Carlos de Paiva aonde mora sua mãe, Francisca Rodrigues de Almeida Paiva.

Neste início do século XXI, são possuidores de terra na Milhã, começando pelo leste: Antonio e Sergio Faustino (José Sergio da Silva), Antonio Varela, Miguel Varela e seu genro Santino, Ednaldo Nicolau dos Santos, João Batista Araújo, Francisca Rodrigues de Paiva e seus filhos Jucelino e Luís Carlos de Paiva, herdeiros de Manoel Paiva, neto de João Batista da Trindade. Nelas ainda há Luís de Melo (Luís de França) e José Gonzaga de Paiva. Nas divisas com a fazenda Logradouro pertence a Francisco Alves Ribeiro, dono da fazenda Logradouro. As terras pelo riacho da Negra e Tabuleirinho estão Manoel Luís da Costa (Manequinho), Ivo Cavalcanti Bezerra, Genilson, Francisco Nô de Oliveira, Francisco Guilherme Caldas (Chico Bilro) e seu filho João Batista. Em fins de 2004, João e seu pai venderam as terras a um morador de Taipu/RN. Em junho de 2006 foi fundada a Associação Boa Sorte, composta de 25 agricultores, com objetivo de comprar as terras de Sergio Faustino que é próximo a 600 hectares.

Com menos de 20 residências habitadas, no início de 2005 foi implantada eletrificação em parte da Comunidade e o restante foi projetado para implantação breve, iniciada em meados de maio de 2006. O Sr. Luís Melo foi o principal batalhador para que chegasse

a primeira etapa do benefício naquela comunidade. Nela há pequenos açudes com água salobra e é dependente de água potável.

MALACACHETA E ZÉ DE ARAUJO

As comunidades pelo riacho da Malacacheta e Milhã não foram incluído na anotação de Nestor Lima.

O Reverendo padre Antonio Amado e Manoel Lopes Homem, em 09 de agosto de 1716, pedem terras do *Canto dos Paus acima* (curral abandonado). No período, porém, as terras pelo rio Ceará-Mirim e Cururu já estavam pedidas e ocupadas, com duas sesmarias: a Boágua de Francisco Rodrigues Coelho, 1710, e a Maniçoba de Estevão Velho de Melo, 1712. Acima, pelo Cururu e o rio do Vento já era posse de Manoel Rodrigues Coelho. Eles esclarecem que naquelas imediações houve vários requerimentos de terras e que ainda não haviam povoado. Naquela confusão eles ocupam as terras pelo riacho Malacacheta onde ficou conhecida por Malacacheta da Companhia de Jesus.

A criação de gado pelos padres era tocada pelos índios. Naquele período ainda havia levantes indígenas nesta região e aqui fundaram seus curais com o objetivo de aldeia-los aos seus serviços. Documentos de 1712 e 13 comprovam o ajuntamento de índios nessas terras, fatos que despertou o interesse dos padres pela área. Em 28 de julho de 1713, conforme anotado no livro 6º de registro de cartas e provisões do Senado da Câmara de Natal (1713-1720, fls. 8-v), assim exposto:

> *Porque se acham nos sertões do Ceará-Mirim alguns Tapuias, que foram da Missão da Capelinha, os quais têm feito rancho, e o estão acrescentando com Tapuias cativos, que a seus senhores fogem.*

Capela é uma comunidade no município de Ceará-Mirim e o Sertão do Ceará-Mirim é essa região onde se formou o território jardinense. Domingos de Morais Navarro que governou essa Capitania de 1728 até 1731, filho do Mestre de campo Manoel Álvares de Morais Navarro, expondo seus serviços prestados para

que pudesse ser nomeado governador, relata que em 1712 perseguiu índios desta região até o sítio Taipu.

Manoel Álvares de Morais Navarro, sobrinho do capitão de mesmo nome e mestre do Terço dos Paulistas, primo de Domingos, na segunda metade daquele século foi possuidor das terras da Malacacheta. Em 1786 ele era administrador de Cobrança dos Rendimentos do "Gado do Vento" da Ribeira do Açu. Nasceu em 1739 e faleceu solteiro em novembro de 1798. Era filho de José de Morais Navarro, Sargento-mor dos Tapuia Panacu-açu na Missão do Guagirú, Extremoz, e de dona Francisca Bezerra da Silva. Seu pai morava no seu engenho Ferreiro Torto, Macaíba, e possuía terras no Sertão do Ceará-Mirim, provavelmente as mesmas que fora de seu filho. José faleceu em 1754, e sua esposa em 1770.

A data da Malacacheta se localizada entre a data do Cardoso, do tenente Antonio Cardoso Batalha, ao norte, pedida em 1739, e a data da Maniçoba ao sul. Terras de solta para criar gado e bode. Em 1785 José Teixeira da Silva pedia terras a oeste da Malacacheta. Quando essas terras começaram a ser cercadas, provavelmente em início do século XIX, essa data ficou com uma área de aproximadamente uma légua em quadra. Em meados daquele século estava dividida em quatro partes. A área a oeste que herdara o topônimo pertencia a José Rebouças de Oliveira Câmara, grande latifundiário jardinense. No final do século ele vendeu ao Major Marcolino Soares de Paiva, filho do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha, que em 1915 vendeu por um Conto de Rés ao coronel Pedro Teixeira de Vasconcelos, quando no local havia apenas três casas: duas em taipas e outra em taipa e tijolos, todas cobertas de telhas. Também havia um açude com um pé de coqueiro.

Em 1925, o coronel Pedro Teixeira, morador no vale do Ceará-Mirim, vendeu essas terras a João Fernandes de Morais, aonde mora hoje sua descendência. Uma parte de terra que fica no divisor leste da Malacacheta pertenceu a João Lourenço, que venceu a José Avelino de Souza. Tanto um como o outro moraram ali por muitos anos. A mesma área foi vendida a Luiz de Souza, filho de José

Tertuliano de Souza, morador e dono de uma faixa de terra no riacho Ligeiro. No período, na fazenda Zé de Araújo, também havia uma pequena parte de terra de Manoel Caetano, atualmente pertencente a Seu Joca (João Fernandes de Morais, o neto).

Descendo mais ao leste é a conhecida fazenda Zé de Araújo, antigo morador e dono dali. Em fins do século XIX pertencia a Euclides Cavalcante e José Coelho, moradores do Ceará-Mirim. Lá, Manoel Sebastião da Silva foi vaqueiro de José Coelho, enquanto seu genro Luís Ataliba Bezerra foi de Euclides Cavalcante, os quais compraram aquelas terras aonde permanecem seus descendentes. Duas áreas ao leste, correndo para a extrema da fazenda Triunfo da União, pertenciam a Antonio Leonel da Silva e a Sebastião Xavier da Silva. Sebastião Xavier, pai da família "Sebastião" do Zé de Araújo, possuía a Baixa da Inêz, na extrema da União, enquanto Antonio Leonel habitava "O Facheiro", correndo para o Zé de Araújo. Francisco Leonel, filho de Antonio, em 1920, pelo preço de 150 mil rés, vendeu o Facheiro para Manoel Sebastião que deixou para seus herdeiros: Francisco de Paula da Silva, Maria da Conceição Bezerra, Maria Rosa Soares, Luís de França e Silva, Maria de Lourdes Bandeira, Geraldo Silva, João Xavier da Silva e Miguel Arcanjo Silva, tocando 22 braças para cada filho.

Nesta primeira década do século XXI, a terra de Paulo Sebastião (Francisco de Paula e Silva) está sob comando de seu filho Francisco Canindé Guilherme e Silva (Canindé de Paulo); a de Maria da Conceição Bezerra (Liquinha) permanece com seu filho Francisco Canindé Bezerra (Canindé de Bebeu); a de João Sebastião (João Xavier da Silva) continua aos seus cuidados e do seu filho Luiz Eduardo Silva. As demais foram vendidas. Francisco Canindé do Nascimento (Canindé Silva) comprou ao Sr. Ariosvaldo (Louvado), morador em Taipu/RN, as terras que foram de Major (Luís de França e Silva) e de Maria de Lourdes, que as venderam a Maria dos Impossíveis da Rocha.

No início de dezembro de 2005, Canindé vendeu essas terras a Celso Barreto; Severino de Souza, cunhado de Canindé de Bebeu,

comprou as de Maria Rosa e de Geraldo. Ele vendeu a Ricardo Roberto Silva, filho de João Sebastião e Maria das Flores Pires; a terra de "Breguela" (Miguel Arcanjo) foi comprada por Geraldo Xavier da Silva que vendeu a "Badu" (José Gomes), e ele a Celso Barreto.

Na Malacacheta que pertenceram aos herdeiros de João Fernandes de Morais, neste início do século XXI, são proprietários das terras, começando a oeste, ponto final: Pedro Alves Neto, aposentado pela Emater e natural de Martins, em negociação para vender ao Dr. José Carlos de Amorim Junior, cirurgião dentista. Não concretizado. Ali vizinho seguir as terras do meu pai Domingos Pedro Romão, Francisco Damião da Silva (Chico Bernardino), José Fernandes de Morais, Francisco Soares Gomes (Chico Pilão), Alberto Fernandes de Morais, João Fernandes de Morais, João Evangelista Romão (Vanjo), Antonio de Lisboa Câmara (Antonio Augusto), Francisco Canindé Bezerra (Chicão), Francisco Canindé do Nascimento (Canindé Silva) e Severino Ferreira.

Vaquejada em Zé de Araújo, realizada por Canindé de Bebeu e Gustavo Ribeiro.

Em Zé de Araújo, aonde foi de José Avelino, pertenceu a Luís de Sousa é de seus herdeiros: Maria Felix de Souza e filhos. Onde foi de José Coelho e Euclides Cavalcante são de Francisco Canindé

Bezerra, Maria da Conceição Bezerra e filhos e os já relacionados anteriormente. Na Baixa da Inês, a terra que foi herdada por Maria Amélia Rodrigues, filha de Sebastião Xavier da Silva, é de sua neta Francisca Rodrigues de Paiva e filhos. Ali uma pequena faixa é dos herdeiros de Francisco das Chagas Faustino (Chicó). Pelo riacho Ligeiro onde foi de José Tertuliano de Sousa pertence a Cosme de Souza (Ivamar), João Ferreira de Souza (Galego) e Manoel Damásio. Manoel Damásio em setembro de 2005 vendeu sua terra a Francisco Cosme Câmara, filho Antonio Augusto.

No Ligeiro, nas divisas das terras dos irmãos Galego e Ivamar com Francisco Cosme, a poucos metros dos fundos da residência de Joca, pela manhã do domingo 02 de outubro de 2005, caiu um ultraleve de propriedade do senhor Ubiratan Augusto de Albuquerque, quando retornava do Festival Aéreo de Mossoró/RN para Natal/RN onde morava. Faleceu ele e sua esposa Sonia Maria Uchoa de Albuquerque, provavelmente ainda no ar quando a aeronave sofreu duas explosões.

A Malacacheta é nome genérico da mica, mineral comum na região. E Zé de Araújo é nome de um antigo morador e proprietário local. Todavia, a comunidade é genericamente conhecida por Zé de Araújo. Seu ponto final fica distante de sete km para o norte da sede municipal e de três para o inicial. Possui água encanada servida pela CAERN, implantada em 1998, pela a Associação João Fernandes de Morais, quando estava sob a presidência de João Evangelista Romão (Vanjo) e com o apoio de João Eudes Paiva dos Santos.

Em janeiro de 2005 foi iniciada a implantação de eletrificação pela empresa Barbalho, concluída no início de abril do mesmo ano. Essa eletrificação foi resultado do empenho de Vanjo juntamente com o Grupo Político que ele participa. Paulo Amaro de Lima, João Eudes e os vereadores Antonio Lisboa de Lima, Maria do Socorro de Medeiros Fernandes de Macedo, Francisco de Assis Souza, João Dimas Bezerra e José Roberto Ferreira, encabeçaram um pedido, por ofício, a Governadora Vilma de Faria, respaldado pelo deputado Iberê Ferreira de Souza, formaram a força que

resultou nesse benefício. Ainda pela a associação local, sob a presidência de Francisco Canindé Bezerra Junior foi construído o "Açude Malacacheta", no riacho de mesmo nome, com capacidade para mais de 60.000m³ d´água.

LOGRADOURO, RAMADA E CARDOSO

Segundo Nestor Lima, o Logradouro foi fazenda fundada pelo Barão do Ceará-Mirim, o coronel Manoel Varela do Nascimento. A Ramada, por Felipe Rodrigues e o Cardoso por Manoel Teixeira da Silva.

O topônimo Logradouro é porque ali as terras serviam basicamente para a criação de gado aonde o coronel Manoel Varela mantinha os seus, trazidos de suas terras do vale do Ceará-Mirim. Faz divisa ao leste com as terras da Malacacheta. Nela forma "L" ao norte, a menos de 800m do riacho de mesmo nome, rumando para o nascente até as terras do sítio Ligeiro. Ali faz outro ângulo de 90º, oposto ao primeiro, rumando ao norte, perfazendo o limite leste com o dito sítio. Naquele limite, percorre pelo norte, em igual ângulo, rumando novamente para leste, já em terras que foram da Milhã, nos limites da terra de Joca (João Fernandes de Morais) e que foi de Manoel Caetano. Naquele terreno incorporado do da Milhã, o Logradouro complementa o seu limite leste, e segue até os limites do município de João Câmara, continuando a sua vasta extensão territorial de aproximadamente quatro mil hectares. Ao sul faz divisa com terras Nacional que sobram da data da Maniçoba, nas imediações do Umarí, Pedra do Navio e Malhadinha.

Lagoa do Cadeado, na fazenda Logradouro, em Jardim de Angicos/RN.

Ao norte se limite com terras dos assentamentos São José e Góis, e a maior parte com José Martins e terras da Pitombeira e Catolé. Pelo oeste faz limites com terras da Ramada de Maninha e a Soledade de Antonio Moreira. Nela se destacam os núcleos outrora habitados, “no tempo do algodão” que serviu de roçado e permanência de moradores, como o Ligeiro, Queimadas, Mirador, Retiro, Viturina e Pau-de-Leite. O Logradouro formou-se em parte das terras da Malacacheta, Tanques e do Cardoso. Entre outros possuidores houve o Doutor Virgílio Bandeira de Melo, Milcíades Bandeira de Melo, o padre Ramiro Varela, Edgar Varela, J. Câmara & Irmãos, Alexandre Severiano da Câmara, Osmundo Faria e atualmente pertence a Francisco Alves Ribeiro e filhos. Entre eles, Gustavo que foi o único que morou no Logradouro e seu pai em Extremoz.

A Ramada tem topônimo à rama aproveitável pelo gado nas primeiras chuvas, período em que ao preparar o roçado o gado era transferia “pras ramadas”. Fez parte das terras do coronel Manoel Varela do Nascimento, do Dr. Virgilio Bandeira, Milcíades Bandeira de Melo, Alfredo Teixeira de Sousa. São terras no divisor oeste

jardinense com Pedra Preta, onde moram Nelson Faria e sobrinhos. É de Francisca Teixeira de Sousa, conhecida por Maninha que casou com Francisco Paulino de Almeida, conhecido por Chico da Bomba, ex-prefeito do município de João Câmara, herdeira de Alfredo Teixeira.

Casa Sede da fazenda Cardoso, Isolada na caatinga e desabitada.

As terras da Ramada fazem parte da data "dos Tanques" pedida por José Teixeira da Silva em 1785. Na área que chamavam dos Tanques é a fazenda Soledade de Antônio Moreira. Já o Cardoso é topônimo ao Tenente Antonio Cardoso Batalha que recebeu aquela data em 1739, ali se incluía parte do Logradouro e cercanias.

Distante há 15 km da cidade, na década de 1950, ao leste dali, formou-se Nova Descoberta, comunidade à margem da estrada de ferro, ferrovia que em 1911 passava naquelas terras em busca da fazenda Lajes. A Nova Descoberta foi ocupada pelos "Mendonças", nativos da nação Paicu-Açu que viveram entre o Cardoso e a serra do Turreão. Antes de vi para Nova Descoberta faziam morada mais ao sul, na Cachoeira e Malhada Salgada, vivendo da caça e trabalhos a jornal. A fazenda Cardoso está praticamente desabitada. Pertenceu a Milcíades Bandeira de Melo, Cloves Lamartine, Martins & Irmãos.

É de José Martins, neste início do século XXI. Na área habitada pelos mendonças, eles detêm pequenas glebas destas terras.

GÓIS E NOVA DESCOBERTA

Segundo Nestor Lima o Góis pertenceu a Milton de Góis Varela e Milanês Rodrigues.

A Fazenda Góis fica a leste de Nova Descoberta, indo à divisa com terras municipais de João Câmara, e era integrante da data do Cardoso. Também pertenceram ao Dr. Virgílio Bandeira, José Procópio da Costa e seu filho Francisco de Araújo da Costa que foram os penúltimos possuidores de parte das terras que pertenceu ao Cardoso. Berré, como é conhecido José Procópio, em fins de 1950, veio de Caicó/RN trabalhar como gerente da fazenda Cardoso, então de Cloves Lamartine, e com seus esforços comprou mais de mil hectares daquelas terras. Venderam parte delas, em 2004, aos dois grupos associativos de agricultores: Góis e São José.

No Assentamento Góis, a oeste da antiga sede, são moradores e proprietários: João Batista de Lima, Jonas de Lima, João Eriberto de Lima, Luís Caetano Neto, Jailson Caetano, Francisco Braz da Silva, Luís Antonio, Luís Barbosa, Sebastião Pessoa de Lima e Francisco Gilmar de Lima. O São José, outra área vendida por Berré e Chico, ao oeste do Cardoso, nas divisas oeste com o sítio Pitombeira e Catolé, e pelo norte com Serrinha de Cima, são nele proprietários: Marcelo Silva Barbosa, Francisco Graciano da Cruz, Francisco Canindé Barbosa, Juvenal Veloso, Raimundo Nonato, Francisco Santino da Silva, José Getúlio Pereira, Francisco Canindé Ribeiro, Milton Cezar Braz, Raimundo Laércio Braz de Moura, Marcos Aureliano Silva Barbosa, Moisaniel da Costa Lima, Francisco de Assis do Nascimento, Antonio Barbosa, Severino Caetano, Antonio Jerônimo Pereira, Leônidas Braz de Moura, Francisco de Assis Barbosa Filho e Adriano Nunes do Nascimento. Nessas “novas Comunidades” foi implantada eletrificação em meados de 2005. Sua maior dificuldade é água potável para o consumo humano e animal.

Dona Sebastiana Henrique, na Nova Descoberta, com seus familiares e Vanjo (1).

Nova Descoberta, como já apresentada, é uma comunidade formada à margem da ”linha do trem” em “terras descobertas” para a construção daquela estrada. Ocupada no início da década de 1950, basicamente pelos descendentes de Francisco Felix, José Henrique, Luís Carneiro e João Henrique, todos de origem primitiva no local. Os famosos Mendonças, como são conhecidos à maioria dos moradores daquela comunidade.

Naquela comunidade estive com dona Sebastiana Henrique do Nascimento, 93 anos em 13 de abril 2006, e a sua cunhada Maria Cesária Soares aos 86. Em conversa procurando informações sobre sua origem, afirma que são originarias daqui mesmo, antigos moradores na comunidade do Amarelão, outrora território do antigo município jardinense, atualmente do de João Câmara, e também, das Cachoeiras e Malhada Salgada, estas neste território. Segundo ela, seu povo era conhecido por “Os Barbosas”, enquanto a alcunha de “Mendonça” vem da origem de seu avô Francisco Mendonça.

Francisco Mendonça chega ao Amarelão em meados do século XIX, vindo *“Dos Brejos”* como informa dona Sebastiana,

correspondendo à região de Bananeiras/PB. Chegando ali, Chico Mendonça se casa com Francisca Barbosa. Tiveram muitos filhos e entre eles teve Josefa que se casou com José Pedro, pais de dona Sebastiana e também Maria, Vicência, Francisca, Ana, Josina, João e José. Dona Sebastiana se casou com José Soares (Zé Grande), falecido em 1991 aos 84 anos, primo dela e irmão de dona Cesária, filhos de José Henrique e dona Izabel. Além deles dois havia Francisca, Maria Ferreira e Luís Soares. Os mais velhos dizem Siares, em vez de Soares.

A maioria é descendente de Tapuia da nação Panacu-Açu, que se refugiavam nesta região durante a guerra de 1687 a 1697, para se livrar das armas do colonizador. Outra parte dessas pessoas é de descendência africana, que ali juntamente com eles encontraram abrigo. Comprovamos a existência e permanência indígena na região de Jardim de Angicos, através de relatos de 28 de julho de 1713, anotado no livro 6º de registro de cartas e provisões do Senado da Câmara de Natal, 1713-1720, fls. 8-v, como relatado no capítulo sobre a comunidade de Malacacheta.

O lugar "Nova Descoberta" faz alusão, também, as mudanças periódicas que faziam pelas terras das fazendas da região, a procura de trabalho aonde improvisavam suas moradas coletivas. Eles asseguram que seus antepassados diziam que aquela região de serras servia de esconderijos de pessoas que fugiam das fazendas para não morrer, como também haver restos cadavéricos em algumas grutas por ali. Entre as quais a casa de pedra Mal Assombrada. Recordam, também, algumas mortes como a de um "ourivo" (ourives), que vendendo ouro foi assassinado debaixo de um Juazeiro, *zizyphus juazeiro,* aonde no local foi construído um cemitério. Visitei à dita "casa de pedra" em início de outubro de 2005, juntamente com George Igor de Lima, meu amigo e companheiro de aventuras, e José Wilson, "Mendonça", conhecido por Rapazinho. No local, de ossos encontramos apenas fraguimentos.

Os Mendonças são cordatos, bons amigos e admiráveis pela sua simplicidade. Vivem da caça e de serviços esporádicos nas

fazendas da região, principalmente do "corte de lenha", onde trabalham em grupo e nunca sozinhos. A principal característica deles é pela baixa estatura. São bons caçadores. Até fins da década de 1990 moravam em pequenas casas em taipa à beira da linha do trem, quando receberam casas de alvenaria e eletrificação do Governo do Estado, sob influência do Dr. João Eudes Paiva dos Santos, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e proprietário de terras na comunidade Umarí, nesta ribeira do Ceará-Mirim. A maior dificuldade da comunidade é o desprovimento de água para beber, salvo nos tanques naturais, encontrados ali nas serras vizinho.

CATOLÉ, SERRINHA DE BAIXO, DE CIMA E CERCANIAS

Não constam na relação de Nestor Lima.

Prolongamento da data do Cardoso, aquela parte de terra ficou praticamente devoluta por não haver água nem para criar, nem para sobrevivência humana. Foi ocupada na primeira metade do século XIX, por famílias que moravam e trabalhavam nas fazendas da região, principalmente no Umarí e Jardim. Algumas delas se refugiavam ali para evitar que seus filhos fossem convocados para as guerras, como por exemplo, a do Paraguai ocorrido na segunda metade do século XIX. Elas se estalavam em pequenas posses para plantar a mandioca ou pequenas lavouras de subsistência e passaram a sobreviver naqueles terrenos de pouca água e distante de tudo. Entre as famílias que habitaram a região da Serrinha estava a de Paulino Ferreira dos Santos, pai de Maria Ermínia dos Santos, mãe de Cícero de Ermínia e avó de Francisco de Assis de Sousa, o vereador Diassis; Paulino da Rocha Bezerra casado com Matildes Teixeira da Silva. Também se aventuraram naquela região: Alexandre Sabino, Francisco Soares, Valério Ferreira de Lima, Manoel de Aguiar, Francisco Simão, Manoel Braz, Pedro Martins, Miguel de Aguiar, Manoel Francisco do Nascimento, os irmãos Luís e Germano Bezerra, e Manoel e Francisco Trajano. Estes foram os precursores ocupantes da última porção ao norte daquele antigo

latifúndio jardinense, terras favoráveis para plantação de cajueiros e mandioca, apesar do desprovimento de água.

A Serrinha de Baixo fica a pouco menos de 20 km da sede do município, fazendo limites ao leste com terras do município vizinho, João Câmara. Estendem-se pelo sul divisando com Nova Descoberta, Cardoso e Góis, indo ao limite norte com Santa Luzia. Ao oeste fica a Serrinha de Cima que faz limite norte com Carrasco e Cabeço Vermelho. Dali em linha reta para o sul, faz limite oeste com o Catolé e ao sul com o assentamento São José e o sítio Pitombeira. O Catolé que fica na poção oeste daquelas terras faz confins com o município de Pedra Preta, assim como Cabeço Vermelho e São João, fazenda do padre Lucilo, ao oeste do Catolé. O catolé geograficamente é divido em dois: o Catolé, propriamente dito, e o Catolé dos Trajanos, antiga Baixa do Cardeiro.

Essas comunidades são conhecidas como a "Região de Serrinha" sendo ela bem povoada com aproximadamente duzentas famílias, possui eletrificação em quase todas as áreas, escolas e um posto de saúde. Ainda depende do abastecimento dágua através de carros-pipas. Nelas são proprietários de terras começando pelo leste de Serrinha de Baixo:

João Eudes, Carlos Antonio Alves da Cruz, José Santino, José Francisco, Joselí Araújo, este vendeu suas terras, em setembro de 2005, ao Dr. Junior (José Carlos de Amorim Junior). Também possuem Rosilda Lucia de Souza, Valdemar Câmara, Vicente Bezerra. Correndo para norte, João Bandeira, Dioleto Paulino dos Santos, Raimundo de Nuca (Raimundo Paulino, irmão de Dioleto), João Batista da Câmara (João Grande), Maria das Graças de Paiva, Raimundo de Doutor, Severino Cipriano, Genésio Cipriano, Valdomiro Fernandes da Câmara, João Alves, Cícero de Hermínia, Francisca Diva, Luís Laurindo, Manoel Braz, Manoel Alves. Retornando para o oeste, João Dimas Bezerra, Francisco Procópio de Araújo (Chico de Berre). Todos os terrenos cultiváveis, havendo outros, pouco utilizados.

São proprietários de terra na Serrinha de Cima, correndo pelo leste: José do Nascimento (Deca), Francisco Barbosa Braz (Chico de Bonifácio), os irmãos Lucas: Mirica, Louro, João e Jomar. Também, Luíza Braz, Francisca Carmelita Braz de Moura, Cicí Fernandes, Francisco de Assis Barbosa (Assis de Bonifácio), Francisco Moura (Francisco Cipriano), José Moura (José Cipriano), João Moura. Correndo para o norte, Moisaniel, Raimundo Pereira, Marcos Barbosa, Djalma Moura, Deca, Antonio Luzia, Edílson, José Ferreira, Jonas Ferreira, Geraldo Ferreira (Geraldo Lindolfo), Salomão Baracho, Martiliano Guilherme, Josiano Nazareno, Antonio Cabeludo, este na extrema municipal com João Câmara, com terras de Joscelino Molla.

Correndo para oeste para terras do Carrasco, Louro, João Moura, Nani, Severino Cipriano, Louro, Expedito Soares Victor, João Moura, Chico de Bonifácio, Antonio Cabeludo, Tomazete, Maria Lucas, Cida (José do Nascimento), Francisca Carmelita Braz de Moura. Extremo norte, no Cabeço Vermelho, para as bandas do Catolé ao sul, Luís Leopoldo de Oliveira, Francisco Leopoldo de Oliveira (Chico da Carroça), Francisco Canindé do Nascimento (Chiquinho do Leite). Já na Serrinha, o antigo Arisco, João Branco, Oscar André de Aguiar, Cicí, Francisco de Assis Braz (Chico Bico), José Luzia, Djalma Moura e João Teixeira, extrema com o Catolé.

Terrenos do Catolé, correndo de leste para oeste, Catolé dos Trajanos: Irineu, Sebastião Tavares, José Anchieta Roberto (Zé Branco) falecido em maio de 2006, Fernando Bezerra de Melo (Fernando Batista), José Trajano, Manoel Paixão, pai de Zé Branco, terras extremando com o município de Pedra Preta. Correndo para o sul, Damião Moura, os irmãos trajanos Dulce, Severino e outros. Novamente pelo leste, vizinho ao terreno de Irineu, Pedro Leopoldo de Oliveira (Bolinha de Ouro ou Pedro dos Tanques), Raimundo Braz, Edvirgenes Roberto, Francisco Roberto, Damião Laurentino, já desabando para o Catolé, Francisco Luiz Pereira de Souza (Luís Inácio), José Severiano da Silva (Zequinha Crente), França Caetano, herdeiros de Guiomar e João Câmara Bezerra (Guiomar e João Firmino), João Luís, já no Catolé dos Pintos, Francisco Balbino,

Assis Bandeira, José Nazareno (José Catolé), Maria Bezerra (Maria Viúva), França Caetano, Francisco Pinto, Hélio Teixeira, Francisco Bezerra (Chico Catolé) e José Gregório e Padre Lucilo, este no extremo oeste com Pedra Preta. Correndo para a Pitombeira, ao leste, Chico de Berre, Cícero Bertoldo, Manoel Caetano, Estelita Severiano de Souza. São estes os principais donos das terras habitadas e cultiváveis.

ADMINISTRAÇÕES

Com o fim do governo provisório de Ulda Guilherme, se inicia o de prefeitos constitucionalmente eleitos. Com a instalação de Jardim de Angicos em 03 de março de 1963, no mesmo ano houve as eleições para prefeito e vereadores, quando é eleito João Mendes da Fonseca, tornando-se o primeiro prefeito constitucional deste município.

A eleição daquele ano tinha por base dois partidos: A Arena Verde, com o candidato a prefeito João Mendes e a Arena Vermelha com o candidato a prefeito Ranulfo Fernandes de Macedo. O candidato à vice-prefeito para as duas “chapas” foi Otavio Teixeira de Carvalho, a legislação eleitoral permitia que também o vice fosse presidente da Câmara no município. A Arena Verde de João Mendes foi à vencedora com maioria de 15 votos. Assumiu em 31 de janeiro de 1964, permaneceu até 31 de janeiro de 1969, quando ele é substituído por Ranulfo Fernandes de Macedo, vencedor da eleição que se seguiu.

Salão Principal da Prefeitura: Vereador Severino Avelino de Souza (1), vereador Gratulino Augusto (2), Armando Fonseca (3), Prefeito Francisco Barbosa (4), Prefeito Ranulfo Fernandes de Macedo (5).

A administração de João Mendes teve destaque por ter construído o prédio da Prefeitura Municipal, restaurado o Mercado Público e construído diversas estradas vicinais, onde antes eram apenas caminhos ou veredas. Ranulfo recebe a prefeitura com "*dinheiro no cofre*", comentam os mais velhos. Permanece de janeiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973. O principal marco dessa administração foi à compra do primeiro transporte público para o município: uma Rural. Em janeiro de 1973 assume o prefeito Francisco Barbosa da Câmara, eleito como candidato único, permanecendo até 1975 quando veio a falecer. Ainda em seu mandato, em abril de 1974, foi implantada a eletrificação da SHESF na sede do município. Ele foi substituído por seu vice Manoel Dias de Melo que conclui o mandato até 31 de dezembro de 1977.

Paulo Amaro de Lima é eleito e assume a direção do município naquele dia, concluindo-a em 31 de janeiro de 1983. Ele foi substituído por Manoel Dias de Melo, prefeito eleito que assumiu novamente com mandato até 31 de janeiro de 1989, quando é

novamente eleito o Sr. Paulo Amaro, com mandato até 31 de dezembro de 1992.

Lideranças política de Jardim de Angicos: vice-prefeito Arnaldo Câmara Bezerra (1), vereador José de Andrade Barreto (2), prefeito Manoel Dias (3), vereador Francisco de Assis Braz (4), vereador José Anchieta Nunes Nobre (5), vereador Geraldo Xavier da Silva (6), vereador Paulo Teixeira de Vasconcelos (7), deputado e advogado Ramiro Pereira (8), vereador Raimundo Nobre Barreto (9) e prefeito Paulo Amaro de Lima (10).

Manoel Dias e Paulo Amaro foram bons amigos, assim como para o povo jardim-angicanense. No mesmo partido, um sucedia o outro na direção deste município. Deles surgiram os melhores frutos de desenvolvimento para Jardim de Angicos: escolas, postos de saúde, quadras de esportes, posto de telefonia, reconstrução do açude público, calçamentos, conjuntos habitacionais, casas populares, saneamento dágua, eletrificação rural, casas populares na zona rural, creches nas zonas rural e urbana, novos veículos, tratores e ônibus escolar, praças pública, pontes nos principais riachos da estrada que liga ao município vizinho de João Câmara e outros benefícios. Tempos em que os servidores de Jardim tinham crédito, não se falava em corte de energia de prédios público pela falta de pagamento. Os

prefeitos honravam os seus compromissos. Quase todos os servidores antigos deste município foram frutos de Manoel e Paulo.

Posse da prefeita Carmelita, ao lado do prefeito Dr. Macedo com sua esposa Socorro.

Em 1992, apoiado por Paulo Amaro, se elege Francisco Fernandes de Macedo. Dr. Macedo toma posse em fins de dezembro e permanece até 31 de dezembro de 1996. Seu mandato ficou marcado pela construção de um conjunto habitacional com 45 casas, o qual recebeu em homenagem do nome de seu pai, o ex-prefeito Ranulfo Fernandes de Macedo. Dr. Macedo foi substituído por Carmelita Carmem de Lima, como a primeira mulher eleita prefeita a ocupar o cargo no município. Teve o apoio de Dr. Macedo e de Paulo Amaro. Terminou o mandato em 1º de janeiro de 2001. Sua gestão ficou marcada pela valorização aos professores, reciclando-os e dando oportunidades para formação superior a vários deles, em convênio com a UnP (Universidade Potiguar). Realizou o 1º concurso público, atendendo 50 novos cargos e implantou o projeto de banheiro com fossas cépticas para atender todas as casas sem esse saneamento. Este último benefício saiu no início do ano 2001,

retroativo a sua gestão. Na saúde iniciou a ampliação da Unidade de Saúde, com objetivo de transformá-lo em um pequeno hospital.

Posse do prefeito Moacir Alves Guimarães, ao centro na mesa, vereadores, e do vice Paulo Amaro, em pé discursando. Sentados os vereadores Maria do Socorro, João Batista Melo, Francisco Gerson de Paiva, João Dimas Bezerra ao lado da sua esposa Terezinha, Pref. Moacir e sua esposa Joana Darque, e a Pref. Carmelita Carmem.

Para as eleições de dois mil houve divisão na escolha para o novo candidato à sucessão: Paulo Amaro ou Moacir Alves, este último findava o mandato de vice-prefeito da gestão de Carmelita. No ano 1998 Moacir, como vice, assumiu a direção do município e o povo o aprovou. No período havia dois partidos de maior representação, no mesmo sistema: o PPS (Partido Socialista Brasileiro) sob a direção de Moacir, para o qual Paulo cedeu-lhe uma parte de suas lideranças, para formá-lo, inclusive eu. Diretamente com Paulo ficou o PFL com parte dos seus liderados objetivando fazer o novo prefeito em coligação com o PPS. Dias antes das convenções é assumido um acordo entre essas lideranças para lançar Moacir Alves Guimarães, como candidato a prefeito e Paulo Amaro como seu vice. Assim eles foram aceitos e eleitos para o mandato de 1º de janeiro de 2001 a 1º de janeiro de 2005.

No primeiro ano de governo de Moacir houve vários convênios firmados com o Governo Federal, resultados de viagens que Paulo e ele fizeram a Brasília-DF. O conhecimento e influência política de Paulo, junto aos deputados e senadores, e a vontade dos dois em fazerem o máximo por Jardim de Angicos, resultou em projetos agrícola e social que foram repassados ao longo dos quatros anos daquela gestão.

O mandato de Moacir ficou marcado pela construção de uma quadra de esporte em Serrinha de Cima e reconstrução da de Fazenda Nova, calçamentos no Conjunto Ranulfo Fernandes de Macedo, Largo das Pedras e Rua Alfredo Guilherme. O calçamento também atingiu à área rural, nas comunidades Balbinos, Serrinha de Baixo e de Cima e Fazenda Nova. Na área rural, através do PRONAF Infra-estrutura foi construído um beneficiador de castanhas em Serrinha de Cima e implantada uma adução com caixa dágua para irrigação. Também foi assegurado recurso para construção do campo de futebol da cidade e uma quadra de esporte para a comunidade de São Tomé, concluídos no ano 2005. Parte destes serviços foi investigada pela Controladoria Geral da União, através de um programa de sorteios, sendo este o 6º Sorteio Público, realizado em 15 de outubro de 2003.

A averiguação resultou num relatório sob o Nº 038/2003, com pouco mais de 80 páginas, ponderando a licitude na execução destes e de outros programas sociais do município. Não significa dizer que ele defraudou o erário público. Durante seu mandato, por influência de pessoas desqualificadas houve divergência entre Paulo e ele, resultando em afastamento de aliados de seu governo. Essa discórdia lhe custou à derrota, perdeu a eleição por maioria de 156 votos validos.

Para as eleições de 2004, o povo clamava por mudança: Paulo Amaro seria à solução. Na oposição, Paulo funda com seus amigos o PSB, Partido Socialista Brasileiro, o mesmo da Governadora Vilma de Faria. O prefeito Moacir permanecia com o PPS, enquanto surge no município o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, sob o comando de Manoel Agnelo Bandeira Lima,

também oposição ao então prefeito. O que poderia acontecer? A situação esbanjava arrogância e tinha a vitória como certa, enquanto a oposição estava dividida e o povo temendo o futuro. Paulo reúne seu grupo às vésperas das convenções e trata do pleito, seria para ele desfavorável por não dispor de recursos para tocar a campanha. Até o seu salário de vice-prefeito não estava sendo pago; arma usada pelo seu adversário político para derrotá-lo. Surgiu a hipótese de coligação com Manoel Agnelo.

Mas, pelo que Paulo fez e representa para Jardim de Angicos, como gratidão, a maioria do Grupo o queria como prefeito e Agnelo para vice. Porém o povo queria qualquer formato de união, menos aquela divisão que não o favorecia. A união houve com Manoel Agnelo candidato a prefeito e Paulo Amaro no cargo de vice. No acordo Agnelo Bandeira assumiu um compromisso de apoiar Paulo Amaro ou um candidato do grupo dele para prefeito nas eleições de 2008. O povo se uniu em prol dessa coligação e foi realizada a campanha eleitoral mais bela já existente neste município: Musicas e passeatas de protestos; com respeito, levantaram o povo jardinense. Velhinhos, crianças e até aqueles que de política não gostavam ingressaram no ambiente da mudança. A oposição vence e a campanha deixa saudades.

Os jardinenses têm procurado acertar. Esperavam que nessa nova gestão, iniciada em 1º de janeiro de 2005 houvesse paz, desenvolvimento e que ninguém fosse perseguido. Seria o seu objetivo principal. Confiantes que Agnelo Bandeira por ser filho deste município; o que não ocorria com o seu antecessor, inteligente e sensível às necessidades do povo como parecia, fizesse uma boa administração. Entretanto, o voto, o domínio eleitoral e as futuras eleições foram adotados como alvos principais, contrariando o esperançado pelo povo. Aquela sensibilidade democrática, ora prometida, deu alcance a um senhorio egocêntrico que agia friamente, estabelecendo à subserviência como forma para que se provasse lealdade eleitoral a ele. Respaldado pela sombra do poder, do pode tudo, da melhor posição econômica, no primeiro semestre de sua administração já imperava o autoritarismo e o centralismo

administrativo, governado pelo nepotismo absoluto. Já tinha se desligado do grupo de Paulo Amaro e jogado “na rua” a maior parte daqueles que lhe elegeram.

Ele agia à surdina, usando à estratégia de que quem quisesse permanecer no seu governo, obrigatoriamente, tinha que deixar o partido de Paulo Amaro e se filiar ao seu. Isso sem que Paulo soubesse. A intenção era miná-lo, retirando suas bases para jogá-lo ao desprezo como fez. Quem não se filiou, ele os exonerou covardemente em 31 de agosto de 2005, entre os quais: o Secretario de Educação Antonio Lisboa de Lima, o de Agricultura João Evangelista Romão, o de Administração Francisco Gerson de Paiva. Na semana anterior, a Secretaria de Saúde Maria de Fátima Melo tinha entregado o cargo, sob pressão e por sofrer dele constantes humilhações. Várias outras pessoas que ocupava cargos de segundo escalão, que não se sujeitaram as suas injunções, também foram afastadas de suas funções ou retiradas “as gratificações”, uma de suas armas controladora de voto. O caso mais notável é o da ex-secretaria Fátima Melo, esposa de Paulo Amaro.

De secretaria, ele mandou-a ocupar as funções de servente na Secretaria de Agricultura. Não é que a ocupação lhe diminuísse, porém, tinha sido ela a mentor para que o grupo do PSB o apoiasse. Para o povo ele sempre jurou não perseguir ninguém. Essa foi à gratidão que nós não esperávamos dessa pessoa que nunca representou nada para o desenvolvimento de Jardim de Angicos. Nada mesmo. A sua historia de luta por este município inexiste. Apenas com um pouco de recursos, usados para induzir um e outro, impôs a sua candidatura e venceu; graças ao apoio gratuito do grupo de Paulo Amaro de Lima.

Isso nos leva a conclusão de que pessoas deste quilate não entram na política para desempenhar o desenvolvimento social, que é o básico esperado, e sim, para galgar o poder sobre todas as coisas. Quando o alcança passam a se utilizar de artifícios deploráveis para controlar aqueles que estão em seu mando, como se só houvesse uma vontade, uma só voz, a dele. Isso seguramente é fruto da insegurança

eleitoral e da ambição de se perpetuar no poder e se sobressair a qualquer custo como liderança maior em sua comuna, mesmo que passando por cima de pessoas. Então, por ambição, esse tipo de "administrador" passa a agir assim, forçando às pessoas a comprovar fidelidade eleitoral a ele, e adotando também a punição como via controladora do voto.

Para se justificar perante o "seu povo", este tipo senhorial procura ampliar a sua representatividade buscando famílias desprovidas de recursos, oferecendo-lhes vantagens, pequenas quantias que só fazem humilhar, em troca exclusivamente de voto e não por intenção de sanar a aquela situação. Vêm elas apenas como se fossem objetos descartáveis: passou a eleição joga fora, depois compra. Não há compromisso de desenvolvimento, não há ética. Opera estabelecendo um comercio que resulta em desfalques das contas públicas e convênios, economizados e usados, quase sempre, como moeda eleitoral. Como prova dessa troca, costumam fincar um marco no domicílio do subornado: uma bandeira da cor que lhe represente, ou pintar as paredes com suas cores, é o sinal de domínio, como se o povo fosse propriedade sua. Por conseqüência, aquela família deve passar a não reclamar de sua administração ou dele, e sim, elogiá-lo em todos os recantos sob pena de perder aquela migalha recebida, mesmo se tudo não estiver correndo certo, como de fato não corre.

Até os prédios públicos são pintados nas cores de seu partido, como se tudo lhe pertencesse. Essa é a nossa "democracia" imposta aos desprotegidos, aos que sentem fome e sede e vive "amarrados pela barriga", aos que não têm esperança ou a coragem de reagir à procura de outros rumos, se não a subserviência. Por desfeita, não vemos os representantes escolhidos por esse povo os defender. E ainda têm a coragem de abrir as sessões da Câmara Municipal "*em nome de Deus e do povo do município"*, que deveria na realidade ser "*em nome e na vontade do prefeito municipal"*.

Devemos repudiar esse modelo de governar. Formato sustentado na fragilidade da pobreza, da insuficiência de

aprendizagem, aonde as pessoas são nanipuladas e privadas de tudo. A nossa acomodação é o alimento dessa prática. Portanto não devemos acolher essa metodologia por medo à aversão destes insensatos. Esse tipo de gente deve entender que o povo não é brinquedo, nem ele está ali fazendo favor. Ele é apenas uma autoridade eventual, emprestada, amanhã será igual a um de nós, um simples cidadão, e quem sabe, rejeitado. Ninguém é líder por imposição ou pelo acaso, é fruto de amizade, trabalho e principalmente confiança. Não é a opressão, nem o poderio financeiro que derrotará os sonhos do povo jardinense. Sonhos de paz, harmonia, respeito e progresso.

Em novembro de 2005, o prefeito deste município foi denunciado de ter formado um sistema fraudulento na prefeitura, objetivando o desvio do erário público. Por este motivo foi instaurado um Inquérito Civil sob Nº. 001/2005, pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do Dr. Ivanildo Alves da Silveira, Promotor de Justiça titular da Comarca de João Câmara, com o objetivo de apurar as possíveis irregularidades praticadas por Manoel Agnelo Bandeira Lima, prefeito de Jardim de Angicos. Entre as irregularidades a averiguar estão: Aumento do seu próprio subsídio sem prévia autorização legislativa, que oficialmente seria R$ 4.684,50 conforme a Lei Municipal Nº. 05/2004, valor que vigoraria de 1º de janeiro de 2005 a dezembro de 2008, e ele reajustou passando a receber R$ 6.000,00; irregularidades em processos licitatórios, referente à venda de automóveis, ônibus e caminhão que havia na prefeitura; imissão de fraude em contracheques de "funcionários" para fins de empréstimos bancários; uso indevido de funcionários público em benefício próprio; devolução de chegues sem provisão de fundos e emitidos de forma pré-datada; nepotismo e tantos outros.

Assim vão "administrando" nosso Jardim e apregoando, por aí, ser a melhor administração já existente "*com a aprovação de mais de 90% do povo"*. Imagine!

De 1964 até 2004 contribuíram como assessores executivos nessas administrações, os secretários: Célio Marcelino de Lima, Deusdete Teixeira de Vasconcelos, Everson de Almeida Alves, Francisco de Assis Braz, Francisco Dehon de Lima, Francisco Gerson de Paiva, Francisco Sales de Melo, Geraldo Xavier da Silva, Hildeberto Bandeira de Lima, Joana D´arc Barreto Guimarães, João Batista Guilherme Caldas, João Evangelista Romão, Lucia Maria de Melo, Maria da Conceição Lisboa de Lima, Maria do Rosário de Lima, Maria Luciene de Lima, Noêmia Nalva Barreto, Paulo Amaro de Lima, Raimundo Nobre Barreto, Suely Fonseca Bezerra de Lima e Veraneide Aciole da Silva.

Na gestão iniciada em janeiro de 2005 foram assessores: João Evangelista Romão (Vanjo), na Secretaria de Agricultura. Substituído em 31 de agosto do mesmo ano, por não se filiar ao "império" do prefeito. Na mesma data assumiu Carlito Santana de Lima. Francisco Gerson de Paiva, da de Administração saiu na mesma data e pelo mesmo motivo, e seu substituto foi Paulo Roberto da Câmara. Em novembro, Paulo foi "substituído" por Ana Angélica Câmara Bezerra, sua companheira.

Antonio Lisboa de Lima, da Secretaria de Educação, saiu na mesma data, 31 de agosto, pelo mesmo motivo, quando assumiu Veraneide Aciole da Silva.Maria de Fátima Melo, ocupante do cargo na Secretaria de Saúde foi substituída, na semana anterior, pelo enfermeiro Francisco Ednaldo Fernandes de Queiroz, na semana seguinte ele foi substituído por Cataline Lourene. Em dezembro do mesmo ano a Secretaria de Saúde já estava sob a direção de Gustavo Ribeiro Alves. Hildemara Valério, esposa do prefeito, ocupava a secretaria de Assistência Social, e também foi exonerada no mês de julho, a qual foi para Natal com três filhos dele para criar e grávida no oitavo mês. Ela foi substituída por Helena Bandeira de Lima Lisboa, irmã do prefeito como os que seguem. Fernando Bandeira de Lima, na Secretaria de "Infra-estrutura" e Humiliana Bandeira de Lima na de Finanças. A mudança em Lei, referente ao nepotismo, não inibe a ambição familiar em permanecer, mesmo que "informal", no poder.

Palestra sobre sanidade animal, realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura em fevereiro de 2005, com o apoio do zootécnico Aldemir Lopes de Souza.

Em pleno século XXI, apesar dos "avanços", o cargo de secretário municipal em Jardim de Angicos é apenas figurativo. Todo o poderio administração municipal é gerido pelo nepotismo puro e irrestrito. Ninguém pode sugerir ou opinar, sob pena de está contra o "sistema" e perder "a colocação" como os que já foram exonerados.

Os **vice-prefeitos** desde a primeira eleição de Jardim de Angicos em 1963, com posse em 31 de janeiro do ano seguinte foram na ordem: Otávio Teixeira de Carvalho com mandato iniciado em 1964, substituído em 1969 por Francisco Canindé Ataliba. Em 1973 é ocupado por Manoel Dias de Melo que em meio período assume o Governo Municipal por falecimento do prefeito Francisco Barbosa, concluído em 1977. Novamente Otávio Teixeira ocupa o cargo de vice que vai até 1983, quando é assumido por Raimundo Nobre Barreto, até 1989. No mesmo ano assume Arnaldo Câmara Bezerra que permanece até 1992, sendo substituído em 1996 por Francisco Sales de Melo. Completando o século, assume Moacir Alves Guimarães. Em 2001, Paulo Amaro de Lima assume a vaga de vice-

prefeito e permanece até 2004, e novamente, assume o mesmo cargo que permanece até 2008.

Panfleto da campanha de 1977.

CÂMARA MUNICIPAL

Aos seis dias do mês de abril de 1964, às quinze horas, foi instalada a Primeira Câmara de Vereadores de Jardim de Angicos, solenemente, no Salão Principal da Prefeitura Municipal. Reunidos sob a presidência do Vice-prefeito Otavio Teixeira de Carvalho, na qualidade que lhe dava direito de presidente da Câmara, deu posse aos primeiros Vereadores deste município: Severino Avelino de Souza, Gratulino Augusto de Lima, Francisco Canindé Ataliba, Raimundo Nobre Barreto, Manoel Ataliba de Lima, Joaquim Amaro de Lima. Sebastião Francisco Bezerra 1º Vice-presidente, Manoel Dias de Melo 2º Vice-presidente, João Teixeira Bilro 1º Secretario e Paulo Teixeira de Vasconcelos 2º Secretario formavam a Mesa Diretora.

Sessão Solene da Câmara Municipal de Jardim de Angicos, realizada em 1º de setembro de 1972, Alusiva ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, presidida por Gratulino Augusto de Lima. Prefeito Francisco Barbosa da Câmara (1), Armando Fonseca Bezerra com sua filha Suely (2), vereador presidente Gratulino (3), vereador Severino Avelino de Souza (4), contador Jonas Secundo Lopes (5), vereador João Dimas Bezerra (6), vice-prefeito Otávio Teixeira de Carvalho (7), vereador Paulo Teixeira de Vasconcelos (da Umburana) (8), prefeito Paulo Amaro de Lima (9), vice-prefeito Raimundo Nobre Barreto (Pila) (10), prefeito Manoel Dias de Melo (11), vereador Deusdete Teixeira de Vasconcelos (Detinho) (12), vereador José Braz (13).

A Câmara Municipal de Jardim de Angicos obteve sua "autonomia" administrativa em 1987, iniciada pelo seu então presidente Geraldo Xavier da Silva e concluída pelo presidente seguinte, Deusdete Teixeira de Vasconcelos. Em 31 de março de 1990 foi promulgada a primeira Lei Orgânica do município. Na ocasião a Mesa Constituinte era composta pelos Assessores Jurídico e Contábil, na ordem, Aldo Torquato da Silva e João dos Santos Azevedo, e na Presidência da Casa o vereador José Anchieta Nobre. Além do presidente da Câmara eram vereadores e constituintes: Paulo Teixeira de Vasconcelos na Presidência da Constituição, Geraldo Xavier da Silva Vice-presidente, Maria Lindalva Horácio 1º Secretário, José Roberto Ferreira 2º Secretário e José Andrade Barreto, João Dimas Bezerra, Luís de Morais Ferreira, Francisco de Assis Braz, completavam a formação. No início do ano de 2005 foi atualizada aquela Lei.

Com variações de sete a nove vagas, permanecendo atualmente com esse maior numero, a Câmara Municipal de Jardim de Angicos, em sua existência desde 1964 até 2005, teve na sua composição os vereadores: Otavio Teixeira de Carvalho como presidente na função de vice-prefeito e, também como presidentes: José Anchieta Nunes Nobre, Antonio Lisboa de Lima, Deusdete Teixeira de Vasconcelos, Francisco de Assis Souza, Geraldo Xavier da Silva, João Batista de Melo, José Andrade Barreto, Noêmia Nalva Barreto, Paulo Teixeira de Vasconcelos, Raimundo Nobre Barreto, João Dimas Bezerra, Maria do Socorro Medeiros Fernandes de Macedo.

E como vereadores: Arnaldo Bezerra da Câmara, Carlos Dias de Melo, Djalma de Moura Barbosa, Dulce Bandeira de Melo, Edmóstenes Melo de Morais, Francisco Ataliba de Lima, Francisco Balbino Neto, Francisco Canindé Ataliba, Francisco de Assis Braz, Francisco Gerson de Paiva, Gratulino Augusto de Lima, João Teixeira Bilro, Joaquim Amaro de Lima, José Braz da Silva, José de Lima Barreto, José Mário Rodrigues, José Roberto Ferreira, Luís Ferreira de Morais, Luís Teixeira Bilro, Manoel Ataliba de Lima, Manoel Dias de Melo, Maria Lindalva Horácio, Sebastião Francisco Bezerra, Severino Avelino de Souza e Zélia Maria Câmara.

Para a Gestão que se iniciou em 2005, por quatro anos, houve mudança em nomes tradicionais da Casa, reelegendo-se apenas José de Lima Barreto, Francisco de Assis Souza e Francisco Gerson de Paiva. Nesta renovação voltou Edmóstenes Melo de Morais e nomes novos como Carlos Antonio Alves da Cruz, Francisco Nobre Neto, Luíza de França Nobre Neta, Maria da Conceição de Melo Ferreira e Margarida Soraya Bezerra Barreto. Pela primeira vez as mulheres tiveram forte acedência ocupando um terço das cadeiras da Câmara. Na formação da assessoria do Executivo Municipal houve o convite ao vereador Francisco Gerson de Paiva para ocupar a Secretaria de Administração.

Com a aceitação do vereador, assumiu em seu lugar o 1º suplente Carlos André Câmara Bezerra, também, um dos novos

nomes da política jardinense. Gerson Paiva voltou para a Câmara em setembro do mesmo ano, motivado por discórdia da administração atual, para sua cadeira ocupada por Carlos André. Na eleição para a presidência da Câmara foi eleito, com sete votos, o Vereador Francisco de Assis Sousa. Ele também preside o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Conselho do FUMAC, que é um conselho deliberativo, no município, do Programa Desenvolvimento Solidário, do Governo do Estado.

Em fevereiro de 2006, interessado pela vaga e influenciado por aqueles que se acham superior a tudo, Carlos André Câmara Bezerra entrou com uma denúncia contra o vereador Edmóstenes, por este haver faltado algumas reuniões da Câmara. Sem observação a legalidade da ação, foi acolhida e instaurada uma Comissão Especial de Investigação, objetivando a cassação do mandato parlamentar do mesmo. Edmóstenes seria julgado pelos seus colegas em 15 de maio do mesmo ano, com grande possibilidade de perder o mandato, por ser ele contra o sistema do prefeito. Os vereadores a favor desse sistema foram obrigados a votar pela aceitação e perda do mandato, mesmo que constrangidos, enquanto outros votavam pelo deleite de satisfazer o ego de quem "manda".

Naquele dia organizaram festa com bebidas e fogos para brindarem à derrota daquele vereador. Mas, como a lei não é a vontade deles, foi concedido pelo Juiz Dr. Alceu Cicco, da Comarca de João Câmara, uma liminar suspendendo aquela "sessão especial" que certamente cassaria injustamente aquele mandato. Humilhar e perseguir são os mecanismos empregados contra aqueles que não se submetem as imposições daqueles que se acham soberanos e intocáveis. Esse tipo de atitude deplorável, aceitável só por aqueles que se satisfaz com a derrota dos outros, só faz diminuir o progresso deste município que só tem regredido nestes últimos anos. Isso não nos lava a nada, se não a desunião, a antipatia, a rejeição, a ruína. Os senhores estão aí para outro objetivo!

Apesar da renovação da maioria dos membros na Câmara Municipal, os vereadores da legislatura anterior foram bem mais

atuantes na defesa do povo jardinense. Enfrentaram o governo municipal cobrando os salários dos servidores quando atrasava e a aplicação correta dos recursos, como também, reivindicaram ao governo estadual à implantação de eletrificação rural para este município, sendo atendidas as comunidades de Zé de Araújo e Catolé. Naquela Legislatura de 2001 para 2004, destacaram-se na luta a favor dos jardinenses, merecendo todo o nosso respeito e gratidão, os vereadores: Maria do Socorro, João Dimas, Diassis, Antonio Lisboa e José Pequeno (José Roberto Ferreira). Já na gestão subseqüente, apesar dos fatos berrantes que vêm acontecendo neste município, fatos bem piores do que os anteriores, como por exemplo, o não pagamento do consumo da energia elétrica à companhia fornecedora, acarretando em corte no atendimento aos prédios público, já com mais de ano sem o atendimento, inclusive no cemitério público da cidade.

O mais grave é que era ordenado religar os prédios fazendo "gatos", resultando em um inquérito policial para apurar os fatos; pagamentos inconstitucionais abaixo do salário mínimo, pagos com o dinheiro público para comprar a consciência do povo (voto) oferecido como "cargo" ou gratificação; atraso no pagamento de salários dos funcionários; não pagamento a fornecedores; e tantos outros. Mesmo assim, poucos tiveram a coragem de levantar a voz contra essa forma ambígua e desastrosa de administrar. Todavia, ressalvados os vereadores Gerson Paiva e Edmóstenes, que com as orientações dos advogados Dr. Herbert Orleans de Melo e Dr. Victor Teixeira de Vasconcelos, na condução de seu dever a que foram confiados, eles vêm desempenhado um brilhante serviço ao povo de Jardim de Angicos. Como também o vereador José de Lima Barreto. Parabéns. São pessoas como os senhores que este município precisa.

Neste ano de 2006, o professor passou a ser desvalorizado por este governo, principalmente aqueles que não o acompanham na "política". Foram contratadas pessoas para lecionar sem a formação exigida, alguns com o ensino médio ou o fundamental incompleto, excluindo aqueles com formação: a exigência é só "acompanha-lo". Deste modo, o ensino médio que sempre foi mantido pelo município

deixou de funcionar em junho do corrente ano, enquanto seus professores foram dispensados. Mas, “está tudo bem”, todos têm que calar. Essa é a ordem.

Pelo o que vem ocorrendo em Jardim de Angicos, nesta gestão iniciada em 2005, nos leva a conclusão de que alguns vereadores são coniventes e outros ainda não perceberam que o atual prefeito; arrogante como vem demonstrando, não quer uma Câmara com voz, ou de fato nem queria que ela existisse, para que pudesse monopolizar e fazer o que bem entendesse com o bem público, como vem fazendo, menos o que o povo espera. A esses vereadores cabe entender que estão aí para defender o bem comum, autorizar e fiscalizar a aplicação dos recursos que são destinados ao benefício do povo, e não permitir que ele seja extraviado ou usurpado por aqueles que acham ser propriedade sua, ou que pode fazer o que bem entender com o que é de uma coletividade.

Cabe a alguns compreender também que o maior poder está no legislativo; poder que tem como missão principal defender e representar diretamente o povo. Não é o executivo que está ali apenas para gerir e destinar os recursos de acordo com a prévia autorização dos senhores legisladores, apesar das destinações orçamentárias serem “preparadas” pelo executivo, com pouquíssima participação dos vereadores e a ausência absoluta da participação popular.

Em janeiro foi enviada a Lei 300/05, sancionada em 03 de fevereiro do mesmo ano, criando a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, CIP, autorizando a acrescer em média 10,75% nas contas de energia elétrica de quase todos os moradores deste município, exceto aqueles com consumo abaixo de 50KW que quase não existe, para custear os serviços de iluminação pública. Apesar da maioria das famílias deste município possuir renda *per capta* bem abaixo de 1/3 do salário mínimo, e na maioria das comunidades não haver iluminação em suas vias, nem nos postes à frente das casas, o prefeito mandou que os “seus vereadores” acatassem este “bom presente” para o povo, e eles aprovaram a

referida lei sem emenda ou contestação. Também, o prefeito tem a maioria! O povo é quem não deve ter. Não é?

A citada lei cria, em seu Art. 7º, o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. Esperamos que estes recursos sejam aplicados corretamente, e nas comunidades que não dispõe do aludido serviço, seja nelas providenciado para que seus moradores não fiquem apenas com a conta. Da mesma forma que se regularizem as contas e esse serviço nos prédios público, já que à maioria estão ligados por gambiarras há vários meses. Mesmo assim, não há quem reclame ou exija providências ao senhor prefeito. Lembrando que o pagamento desses serviços é de caráter primordial, essencial no atendimento público, e mesmo assim não são respeitados. Quem garantirá a correta aplicação dos recursos desse novo imposto?

Esperamos que através deste trabalho que procura resgatar nossos valores, renasça uma nova visão política em Jardim de Angicos. Visão estadista, focada na verdadeira democracia, em que o governante seja eleito para trabalhar e desenvolver essa terra, e não para servir-se do politiquismo estabelecendo cabrestos e escravizando o povo à sua pretensão, eximindo-se do dever a que lhe foi confiado. Não é através da autocracia como ainda relutam alguns senhores que este município crescerá. Entenda aqueles que crêem ser soberano a tudo, que, ninguém é superior a outro; ninguém vive só de esplendor, a decadência também é certa, faz parte de nossa evolução, e feliz é aquele que aprende antes de caí.

O grande é fruto do pequeno, não sobrevive sem ele. A Lei é intercambiável a ambos, é justo haver equilíbrio, consonância e muito respeito entre todos para que haja paz e progresso. Entendamos, pois, somos todos minúsculos passageiros daquilo que chamamos de tempo, pequenas criaturas incontroláveis e insaciáveis que deveríamos nos dá as mãos para crescer. Não no sentido de locupletar-se, crescer como irmãos filhos de um ser maior de que tudo que imaginamos. Saiba que neste ínterim chamado vida, a

nossa, a sua história é escrita, não para os outros, e sim para Deus. Edifique a sua permanência aqui com boas ações e respeito aos seus semelhantes, seja qual for à origem de cor, raça, religião, política ou posição social. Todos nós somos irmãos, frutos da Continuidade Divina. Aquele que nos enviou pra cá foi para que aprendamos conviver com paz, justiça, liberdade e desenvolvimento. Lute por isso.

ASPECTOS NATURAIS E PRÉ-HISTÓRIA JARDIM-ANGICANENSE

Os solos de Jardim de Angicos são basicamente formados por cristalino, destacando-se os solos argilosos podzólico vermelho amarelo, os pedregosos litólicos eutróficos, os salinos solonchak solonétzico, solonetz solodizado e os arenosos, areia quartzosa, latossolo vermelho e amarelo. São terrenos antigos formados por rochas resistentes de origem pré-cambrianos formados pelos granitos, os quartzitos, os gnaisses e os micaxistos, onde são encontrados os minerais como scheelita, ferro, berilo, cassiterita, tantalita, columbita e outros, além de algumas gemas como água marinha, turmalina e quartzo. O cristalino se estende por prolongamento da extensão dos solos do Planalto da Borborema, cobrindo quase todo território municipal, fazendo divisas ao norte com solos sedimentares do Arenito Açu e do Calcário Jandaíra. Estes de formação das eras Mesozóica e Cenozóica. Sua distribuição geológica se constitui num relevo suave, formado pelo prolongamento oriental da Depressão Sertaneja com altitude média de duzentos metros ao nível do mar. As maiores altitudes são formadas pelas rochas pré-cambrianas, como nos Serrotes Agudos e nos da Serra do Cadeado, que chegam perto dos trezentos metros de altura.

Na ordem: Turmalina e Magnetita, na pagina anterior, Gabro e Cristal de Quartzo. Alguns dos vários minerais existentes em Jardim de Angicos/RN.

A vegetação predominante é a caatinga, caracterizada pelas xerófilas, conseqüência do clima semi-árido e da má distribuição das chuvas. A caatinga apresenta arvores e arbustos associados às cactáceas e bromeliáceas, destacando-se entre as principais espécies: xiquexique, facheiro, cardeiro, macambira, marmeleiro, umburana, faveleiro, cumaru, jurema, juazeiro, velame, pinhão, jucá, sabiá, unha-de-gato, pereiro, quixabeira, angico, catingueira, feijão-brabo, aroeira, catanduva, umbuzeiro e outras.

Vegetação de caatinga e caprinos mestiços de anglo-nubiano.

A caatinga forma uma paisagem verde e densa na estação chuvosa. Na estiagem que é o maior período, que se estende por quase todo o ano caracterizando essa vegetação, deixando a paisagem seca, desfolhada, retorcida, desprovida de recursos para sobrevivências de outras espécies. Durante a seca só os caprinos sobrevivem com facilidade.

Uma espécie vegetal chama a atenção na paisagem seca deste sertão. É a *prosopis algarobila*, ou popularmente algaroba (vargem), espécie das leguminosas minosáceas que foi introduzida no território jardinense em fins dos anos 1950. As primeiras sementes desta árvore foram plantadas no pátio próximo ao Colégio Miguel Teixeira, aonde alguns ainda resistem. Originária do Pará foram trazidas em uma viagem que a ex-prefeita e então vereadora Alzira Soriano fez àquele Estado em visita a sua filha Sônia Soriano Mota e o seu neto, recém nascido, Marcos Antonio Soriano Mota.

A algaroba foi trazida para Jardim de Angicos com o objetivo de arborizar o arruado do então distrito, logo se alastrando pelas várzeas dos rios e riachos do município, sendo aproveitadas como

ração animal. Integra diretamente a vegetação da caatinga destacando-se pelo tamanho e o constante verde.

Na fauna jardinense se encontra pequenos animais adaptados ao clima regional. Quase todas essas espécies em fase de extinção, sendo apenas encontrados em alguns trechos preservados da caatinga. Os Cervídeos, os Cavídeos, os Dasipodídeos, os Teiídeos, os Mirmicofagideos são os que ainda resistem à devastação. Essas espécies são representadas, respectivamente, pelo veado-catingueiro, o preá, o Mocó, o tatu-peludo, o tatu-folha, o tijuaçú, o tamanduá-colete e outras como as raposas, os guaxinins, os sagüis, o gato-do-mato, as seriemas, o tetéu, as rolinhas, as nambus, os jurutis, os camaleões, os punarés, os furões, os gaviões, a tacaca ou cangambá, as cobras de veado, a coral, a cascavel, a surucucu, a jararaca, a saramanta e outras.

Destacam-se inúmeras espécies de pássaros como sabiá, sanhaçu, graúna, papa-sebo, azulão este quase extinto, periquitos, canários da terra, goliha, beija-for, encontro de ouro, e outros. Na invernada chegam às aves migratórias como os trinta-rés-das-rocas, os patos dágua, galinhas dágua, sericóia, maçaricos, carão, papa-lagarta, jaçanãs e entre outras, as aves de arribaçãs ou avoantes.

A hidrografia é formada principalmente pelo rio Ceará-Mirim e o Cururu, seu principal afluente, que se formam num só a partir da barra de deságua deste último. São tributários do rio Cururu, neste território, o riacho do Sapo, o rio do Vento, o rio Quintimproá e outros pequenos afluentes. Neste município, além do Cururu são tributários do rio Ceará-Mirim os riachos: Maniçoba, Nafuê, Umarí, Tanques, Jardim e Felix, todos pela margem direita. Pela esquerda estão os riachos da Malhadinha, do Pereiro, da Jurema, do Mufumbo, da Malacacheta, do Ligeiro que faz barra no da Malacacheta, Serrinha e Milhã e outros de pequena extensão. Todos temporários.

Enchente no rio Ceará-Mirim, fevereiro de 2005, visto do Balbino.

A pluviosidade média no município é de 600 mm/ano, com as maiores precipitações nos meses de fevereiro a maio. Em anos melhores, se prolongam até julho ou agosto, resultado das chuvas tardias do litoral que chegam nessas imediações fazendo molhar bem a terra. A temperatura média é de 28ºC.

No sertão "tempo bom" é aquele de chuva, diferente dos informadores de tempo de outras regiões que o trata como mau tempo. Pra o sertanejo é sinônimo de alegria e fartura.

Desprovido de bons reservatórios dágua, neste território se destaca apenas o Açude Público que se mantém com água por até quatro anos de seca, dependendo da tiragem. Os demais são de pequena capacidade, ficando a miaria em propriedades particulares, quase todos sem conservação adequada, entre eles estão o açude de Manoel Dias, nos massapês de Fazenda Nova; o da Jurema, no riacho de mesmo nome, no Umarí; o de Joaquim Amaro, no Balbinos; a Barragem do Triunfo da União, de Celso Barreto, no riacho da Malacacheta, nas proximidades da cidade; o açude de Pila, no sítio São Paulo; o da Ubaeira, na comunidade de mesmo nome; O açude da Milhã, no riacho do mesmo nome, havendo outros menores

naquela comunidade. No riacho da Malacacheta havia dois açudes: um na Fazenda Logradouro que as águas destruíram em 2004 e outro secular, na comunidade Malacacheta, que as águas destruíram há vários anos atrás. Em fevereiro de 2005 foi construído um novo açude naquela comunidade, este de caráter comunitário.

Na Serrinha de Baixo há um açude público e pequenos barreiros ou cacimbas, a mesma situação se encontram na Serrinha de Cima e Catolé. Além de outros pequenos barreiros espalhados por todo o município. Possui também pequenas lagoas que se mantém com água por curto período, destacando-se a lagoa da Macambira, a da Quixabeira, a dos Tanques, a da Boágua, a do Arisco, a do Cardeiro, a do Cardoso, a do Felix, a do Cadeado que é a mais bela e fica em cima de uma elevação pedregosa formando um grande tanque d´água, além de outros menores.

Caracterizados por solos cristalinos onde há grande presença de sais, esses reservatórios salinizam permanecendo a água de salobra a salgada. No lençol freático a água se mantém com alto teor de sais onde os poços, em geral, são pouco aproveitáveis. Os poços tubulares são distribuídos nas margens das estradas ou em propriedades de particulares, possuindo profundidade média de 60m e vazão média de até dois mil litros/hora, quase todos imprestáveis por falta de manutenção.

Dentro desse precário habitat há uma enorme fonte de riqueza inexplorada. São as belezas que a naturezas nos propicia, através de suas formações rochosas, ornamentadas por vestígios de povos primitivos. Neste xefitismo, entre as serras, rochas, rios e riachos, estão escondidos os vestígios enigmáticos de uma civilização que se formou a milhares de anos, quase toda dizimada, impiedosamente, em nome da “ocupação populacional”, em menos de duzentos anos.

Pesquisas realizadas no nordeste do Brasil indicam que a presença da espécie humana na região é superior a quarenta mil anos. Ainda não pesquisados, esses sinais primitivos estão presentes na região setentrional do território jardinense, em terrenos de rochas

pré-cambrianas, correndo pelo riacho Malacacheta e nas cabeceiras do Milhã, em pinturas, cavernas, “casas de pedras” com separações em pedras lascadas, além de utensílios achados, em pedra polida ou barro. Outros chamam a atenção. Contam os mais velhos que ali, num passado distante, foram encontrados ossos de animais gigantes e o destino foi queimar.

Consta no livro “Municípios do Rio Grande do Norte”, fascículo referente a historia de “Lajes”, o antigo Jardim de Angicos, escrito por Nestor Lima, que em 1894, na Lagoa do Cardeiro, em Jardim de Angicos, foram encontrados ossos daquele porte. Também, relatos de moradores como os da família Caetano que tem raízes antigas no local, dão conta de que durante escavações realizadas por eles nos baixios ali próximos, para fazerem tijolos e telhas artesanais, detectaram há poucos anos, ossos grandes e desconhecidos e que foram levados por pessoas que acolheram e os levaram, sem que ninguém daquela família soubesse o destino, nem quem foi. Por ser àquela terra provida de pequenas lagoas temporária e tanques que acumulam água das chuvas, se formando duradouros reservatórios naturais, atraía diversas espécies nos períodos de grande estiagem para o local, inclusive o homem primitivo que viveu naquelas cavernas onde não era necessária se construir moradia.

Primitivamente, no litoral do Rio Grande do Norte, viveu o índio de origem tupi. O Potiguar. Entre as tribos se destacavam os Guaraíra, Jundiá, Paiguá, em aldeias situadas nas várzeas dos rios da região de Baía Formosa até Touros. No sertão havia o Tapuia, o não tupi, também chamado de Cariri. Era um povo formado por indivíduos de baixa estatura, nariz grosso, rosto redondo, cabeça chata e de coloração pardo-claro, caracterizador do sertanejo nordestino. Bons caçadores, reservados, e como foram resistentes às invasões ficaram conhecidos como “os selvagens”. Suas aldeias se espalhavam pelas grandes várzeas, distribuídas entre os Panati, Caicó, Peba, Tarairiú, habitantes na região do Caicó e Currais Novos. Os Janduí, os Pataxó, Paiacu, Pajeú e Moxoró, viviam na Chapada do Apodí, serras de Patu e Mossoró. Na região Serrana havia os Icó, os Pacaju e os Panati. Essas nações não existem mais, todas

dizimadas pela sórdida guerra colonizadora, sobrando escondidos alguns daquele grande povo, sem identidade e sem lar. Aos poucos esse povo foi se misturando ao gene do “homem civilizado”.

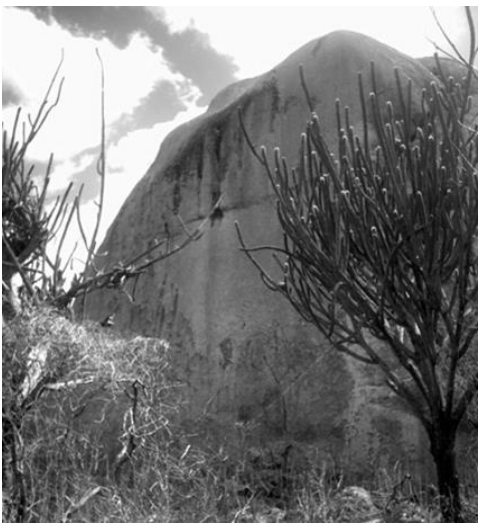
Como conhecedores dessa região, zona intermediaria entre o agreste e o sertão, diversos Tapuia procurando refúgio seguro, para se livrar das armas do branco, fez seus esconderijos nas serras territoriais do que mais tarde seria Jardim de Angicos. Pra cá vieram alguns que fugiam das Missões de Extremoz e formaram sua moradia junto a outros que aqui viviam, assim como alguns poucos negros que os acompanharam.

Dona Sebastiana Henrique, seus filhos Manoel e Francisco Henrique Soares, e a direita seu neto José Wilson. Remanescentes de indígena Tapuia Paicu-Açu.

Aquela extensão de terra onde habitavam foi concedida no ano de 1739, como data de sesmaria, ao Tenente Antonio Cardoso Batalha, que servia mais para solta de gados. Não distante havia a presença desse gentio, morando em choupanas distribuídas entre a data do Cardoso e terras devolutas da serra do Turreão, que em 1814 foi pedida como outra sesmaria, desta vez por Jacinto Lopes dos Reis. Mesmo assim permaneceu boa faixa de terras, entre uma e outra, sem o controle do homem branco, onde eles permaneceram.

Esquecidos e não catalogados como é o acervo primitivo e cultural de Jardim de Angicos, passaram a trabalhar a jornal, sempre em grupos, nas fazendas que se formaram nas cercanias. Ainda hoje seguem os mesmos costumes coletivos de outrora, sendo ainda bem característicos, genericamente conhecidos como “Os Mendonças”. São pessoas simpáticas, humildes, trabalhadoras, agradáveis, bons amigos.

Existe na mesma região, espalhadas pelos muitos rochedos dali, inúmeras inscrições rupestres, nelas estão expostos grandes painéis, provavelmente os maiores de tema único do Brasil, além de outros com inscrições abertas, bem mais primitivas. Na Pedra da Vela, da Forja e na Casa de Pedra da Mesa estão os principais registros desse homem primitivo que habitaram na região.



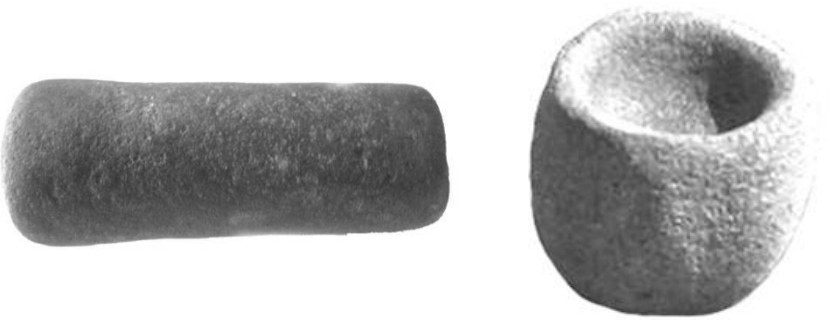
Pedra da Vela, no limite territorial de Jardim de Angicos com Pedra Preta/RN.

Arte rupestre na Pedra da Vela.

Arte rupestre na Casa de Pedra da Mesa.

Na terra jardinense, também é encontrada ferramentas e utensílios usados pelos primitivos habitantes deste sertão.

Ferramenta primitiva e resto de material solidificado utilizado em pinturas rupestres encontrados em Jardim de Angicos/RN.



Utensílios primitivos encontrados em Jardim de Angicos/RN.

Julho Gomes de Sena, em seu livro, "Ceará-Mirim, Exemplo Nacional", Pág. 337 e seguintes trás relatos relacionados a estudos realizados no Rio Grande do Norte e Paraíba, sobre arte rupestre e também da origem do povo nativo riograndense. Citando vários historiadores e publicações, anota que o professor Ludwig Schwennhagen, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Viena, Áustria, em suas andanças pelo nordeste brasileiro, publicou a Antiga Historia do Brasil, na Imprensa Oficial do Piauí, em 1928, trazendo relatos embasados na Historia Universal, exposta em 45 volumes do escritor grego Diodoro da Cicília, contemporâneo de Cícero e Julho Cezar. Diodoro nascera em Agrigento na Grécia e viveu em Roma, aonde em seu trabalho apresenta viagens de 1080 antes de Cristo, de Terrenos e Etruscos, e de Cartagineses em 700a.C. refere-se, também, a Sólon e a Platão sobre a posição da Atlântida e aos Árabes do período entre o século II e III, depôs de Cristo. Naqueles volumes da Historia Universal, relata Ludwig que há vastas informações sobre o Brasil, entre elas se conclui que o nosso índio Tupi e os fenícios seriam da mesma estirpe dos Cários, Fenícia.

Julho Gomes, anota ainda que num resumo escrito pelo professor Ludwig enviado ao então diretor da União - PB, Dr. Paulo de Magalhães, resultado de pesquisas daquele professor realizadas para esclarecimento das inscrições rupestres de Pedra Lavrada-PB,

apresentou uma tradução resumida do livro do historiador Diodoro da Cicília. Assim descrita:

1.100 anos antes de cristo os Fenícios partiram de Cartago, via Cabo Verde, para Dacar e daí atravessou o Oceano Atlântico e chegaram ao Brasil, desembarcaram sem embaraço dos Tupis, fundaram em seguida uma base marítima num lago chamado Extremoz, para onde subiram por canal construído por engenheiros egípcios que os acompanhavam. No decorrer da tradução existe uma referencia a Touros - RN, e em seguida o historiador se refere à colaboração dos índios Tupis na construção de caminhos para o norte e para o sul, ambos assinalados por uma serie de mais de 100 inscrições petrográficas.

Nos relatos sobre o Rio Grande do Norte, o professor esclarece que em suas andanças por este Estado em 1927, indo a Touros encontrou uma pedra encoberta pela praia que dizem conter inscrições simbólicas de origem Fenícias. Refere-se ainda que Touros seja topônimo de uma corrutela de Tur ou Tiro, Capital da Fenícia, atualmente situada no Líbano.

Há divergências em que período houve contatos entre os povos desse mundo "tão distantes" e de que forma nele chegaram. Contatos certamente houve. A verdade verdadeira é que, quando os portugueses aqui chegaram documentaram essa terra como se fosse propriedade deles, dominaram e a retaliaram entre si, em nome de sua Majestade, *"que Deus guarde"*, coisa que outras nações não o fizeram. Com caráter habitual da era medieval, como carniceiros, chegaram à terra brasileira destruindo os seus verdadeiros "donos", que de fato, não a tinha como propriedade particular, e sim como um lá para todos.

Na atualidade, poucas são as pessoas que se preocupam em preservar esses remanescentes e seus vestígios. O descaso com a preservação desse patrimônio faz com que esses ambientes fiquem desprotegidos, jogados à depredação, muitas vezes cometido por pessoas não esclarecidas do valor que isso representa para todos nós. Deveria haver nas escolas, sindicatos e associações comunitárias, projeto educativo formalizados por disciplinas especifica do gênero, incentivadas pelos poderes públicos, para integrar homem, cultura, natureza e economia. Especialmente quando se vive numa região

semi-árida, com poucas alternativas de sobrevivência, onde os eventos culturais e ecológicos podem acrescer, e muito, no desenvolvimento econômico desses municípios.

POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL

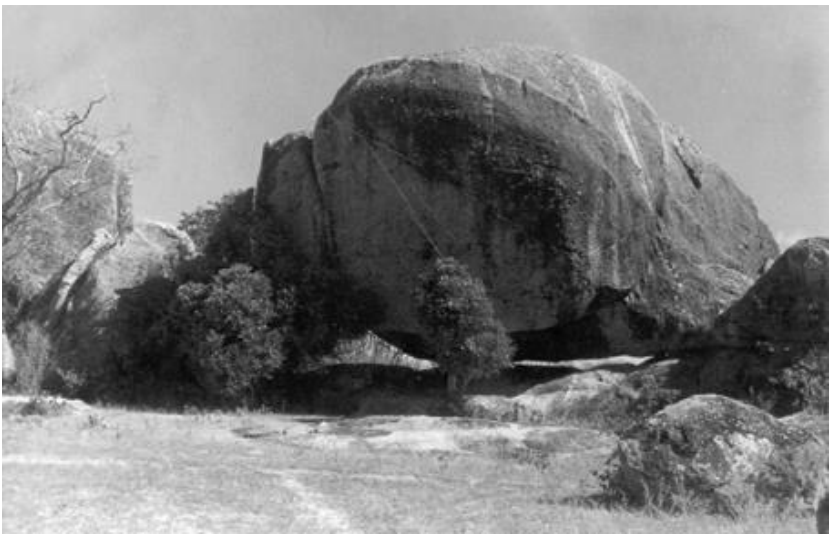
Jardim de Angicos é bastante privilegiado pela natureza, apesar da escassez de chuvas. Sua formação rochosa, com suas variações distintas e seus sítios rupestres compõem a beleza desta terra. Esse potencial se estende neste território chegando à Serra do Torreão ao leste, e a do Cabugí ao oeste, abrangendo os municípios de Lajes, Pedra Preta e João Câmara.

Toda essa área é recortada pela linha férrea que corre por entre essas formações em pleno semi-árido, nas caatingas deste sertão, despontando numa região de alto potencial turístico ecológico. Além de estar territorialmente no núcleo destas ocorrências, Jardim de Angicos desponta pela presença histórica na formação destes municípios e por vultos históricos como Alzira Soriano, 1ª mulher eleita prefeita na América Latina, terra onde ela nasceu e são preservados a casa e seu acervo.

Na área avaliada há também a vantagem de haver “casas de pedras” com áreas que podem acomodar diversas pessoas e abrigá-las do sol e das chuvas, sem ser preciso usar outros materiais convencionais, diminuindo para os amantes da natureza o incômodo de transportar barracas ou construir abrigos. A água a natureza oferece gratuitamente nos diversos tanques encravados nas fendas das rochas espalhados por ali.

Cabe a nós e àqueles que venham visitar essas maravilhas, não pichar ou despejar lixo. O turismo é a saída econômica para esses municípios carentes. No nosso, além do potencial disponível, há a abrangência aos circunvizinhos que facilitará numa integração regional através de seus organismos públicos, associativos, parcerias com universidades e estado, abrindo o caminho para o nosso travado desenvolvimento regional.

Casa aonde nasceu Alzira Soriano, em Jardim de Angicos/RN.



Casa de Pedra do Cardoso, em Jardim de Angicos/RN.

Lagoa do Cadeado, em Jardim de Angicos/RN.

Excursão à Casa das Três Pedras, uma das mais ampla e bela de Jardim de Angicos/RN. Participantes: sentado, Idésio Lima, seguido por George Igor, Teógenes Jefferson, José Ilton, Vanjo, Marcos e Armando Fonseca.

Estrada de ferro, implantada em 1912, em Jardim de Angicos/RN.

Essa rica e maravilhosa região deveria se envolver num projeto turístico, em que cada município restaurasse as estações ferroviárias, com parcerias, é claro, transformando-as em centros culturais, ponto de partida e de apoio aos visitantes. Transformar algumas antigas fazendas em hotéis e por convênios múltiplos entre municípios, estado e o próprio titular da estrada férrea, implantar locomotivas para as visitações turísticas, com saídas periódicas de Natal com paradas estratégicas e estimular a formação de associações de artesãos, de agentes de preservação ambiental e guias, de transportes rústicos e qualificar seus membros, integrando-os num elo econômico sustentável para o desenvolvimento do homem do campo que vegeta nessas terras estéril, sem alternativas para a sobrevivência.

O objetivo das organizações públicas, neste caso o município, é para representar o interesse coletivo e garantir os direitos essenciais, apoiando o que representa desenvolvimento na sua jurisdição. Muitos governantes ao se deparar com certas idéias, não a acolhem. Discorre logo do pouco valor de seus repasses, ou numa fórmula para controlar politicamente o empreendimento. Não

funciona. Acertado seria o município arrecadar o seu tributo e apoiar. A estatização não é o caminho para desenvolver estes pequenos municípios, carente financeiramente, caminho ainda insistido por muitos. Um dos caminhos para desenvolver um empreendimento deste, seria essencial criar uma APA (Área de Preservação Ambiental) administrada por uma ONG com metodologia administrativa própria, sustentável, de acordo com os preceitos ambientais e legais, com pessoas sérias, integrando entidades do ramo comercial e cooperativo, além área do projeto, aproveitando a arte e a cultura de cada município.

Em Jardim de Angicos há considerável potencial artístico cultural. Do passado são poucos os registros que ficaram de nossos artistas. Alfredo Guilherme de Sousa Caldas, funcionário público do Estado que chegou em 1892 em Jardim de Angicos, deixou um resumo biográfico de sua família e relatos locais do século XIX e do seguinte, escrito à mão, ainda hoje conservado com seus descendentes sem publicações. O Sr. Pedro Baracho que viveu no século XX, foi uma biblioteca viva enriquecendo seus contemporâneos com informações culturais, nunca escritas.

O Sr. João Batista de Lima "Pretinho" como era carinhosamente conhecido, foi o grande mestre da arte da construção jardinense; quando se construía com arte. Entre suas principais construções ergueu o prédio da Prefeitura Municipal. Artífices como Josefa Assioles, Sebastiana Benedito e Tereza Horacio confeccionadores de artefatos em barro e palha, hoje completamente esquecidos. Alguns sobreviveram de sua arte, sem apoio algum, principalmente os que produziam do barro ou da palha da carnaúba: bacias, panelas, potes, vassouras e chapeis vendidos nas feiras das vilas e cidades vizinhas.

Às festas populares sempre marcaram a vida dos moradores dessa terra, principalmente às juninas por ser o Senhor São João Batista o Padroeiro da vila, mantido como o da cidade. Novenas, forró "pé-de-serra", vaquejadas, boi de reis e João redondo, foram movimentações populares cotidianas dos jardinenses que se

perderam no tempo. Relutam nessa arte popular, o João Redondo ou Mamulengo do Sr. Antonio Bento da Silva "Cobrinha" como conhecemos; o Boi de Reis do Sr. Antonio Benedito; os sanfoneiros Chico de Augusto da Fazenda Nova e Jonas Ferreira da Serrinha; não esquecendo o nosso bom velhinho Matinho do Fole que poucos o lembram como artista. Este último nos deixou em princípio de 2005, indo morar com parte de sua família no Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2001, quando na Secretario de Agricultura deste município, procuramos realizar a I Mostra Municipal de Jardim de Angicos, que tinha por objetivo reunir e resgatar a cultura jardinense. Porém, infelizmente, por falta de interesse do poder executivo do município deixou de existir, quando pensávamos em realizar a III Mostra no ano de 2003. Deste pensamento cultural surgiu o livro **Além dos Jardins**, como forma de mostrar o que fomos impedidos e para que o mundo conheça o nosso potencial em todos os seus aspectos. Assim podemos nele viajar, conhecendo a nossa terra, a nossa gente, descobrindo coisas valorosas que muitas vezes nem sabemos dá importância ou se existe. Além dos Jardins aponta os fatos e suas conseqüências, avaliando com sugestões, procurando mostrar o melhor caminho para o nosso desenvolvimento ou como alerta para nossa ação.

A nossa força cultural ainda resiste em personagens anônimos desta terra que fazem história como o compositor Manoel Messias Romão, meu irmão mais velho, que tem mais de cinqüenta letras e músicas das quais algumas são executadas em Portugal pelo cantor João Marcelo, e outras sem a mínima divulgação; o poeta João de Souza, com publicação de várias obras entre elas "Poesias Nordestina", editada em 1986; o professor Maciel de Melo com sua arte de compor, possuindo trabalho local; Manoel Severiano ou "Pipí" como é conhecido por nós, com suas composições hilárias e seu horário certo de execução: 13h00 de todos os dias; Geraldo Alves de Souza com composições diversas, inclusive de caráter religioso. São eles que formam a riqueza da cultura popular e que pouquíssimos sabem.

E tantos outros que dependem de iniciativa e apoio para mostrar seus talentos. A arte jardinense está bem representada pelo escultor Ivanaldo Pedro Romão, também meu irmão, com trabalhos diversos em madeira, pedra e outros materiais; Paulo Cezar na arte plástica; o Clube de Mães Mãe Felipa no artesanato, também feitos por Tiquinho, Lourdes Ticó e tantos outros.

Alguns grupos culturais de jovens ou adultos se formaram e ainda relutam para caminhar. Uma das mais antigas organizações culturais foi a União Jardinense, associação com sede própria, formada por amplo número de pessoas da sociedade jardinense, com objetivo de desenvolver as festividades na cidade. A sede vizinha a Casa Alzira Soriano, na Praça de mesmo nome, desativada praticamente em abandono, foi cedida ao Clube de Mães "mãe Filipa", onde foi reformada e abriga seus trabalhos de caráter artesanal.

Outros grupos surgiram, principalmente objetivando a organização para apresentações eventuais: O Pastoril, O Boi Bumbar, Grupo Teatral União é Vida que se iniciaram na Escola Miguel Teixeira por incentivos de programas como o Projeto Alvorada, do Governo federal, sob a supervisão da professora e diretora Maria Consuelo de Vasconcelos e com o acompanhamento da professora Maria Assiole de Souza que é apaixonada pela cultura.

O Grupo Cultural Busca-pé, com iniciativa de Veraneide Aciole, composto por jovens que se apresentam em quadrilhas juninas estilizadas e matutas. Podemos afirmar que é o mais belo e organizado grupo da região Central Potiguar. O Grupo Infantil Deus é 10, idealizado e supervisionado pela ex-prefeita Carmelita Carmem. O Grupo de Capoeira Cordão de Ouro, sob a formação e responsabilidade do professor Wellington, que participa de campeonatos e apresentações diversas.

O GRAECA que tinha funções de escotismo sob a idealização e supervisão do Sargento PM Gilson de Souza, todos com o objetivo de crescer e mostrar a nossa cultura. A vontade existe, falta à valorização daqueles que o povo depositou a sua confiança.

Luana, Marcos, Anchieta e Eloísa, participantes do Grupo Cultural Busca-pé.

O Pastoril.

Um povo sem cultura só tende a regredir. A cultura é a essência, o seu valor maior.

INSÍGNIAS

Os símbolos oficiais do município são compostos pela Bandeira e o Brasão D´arma. Criados pela Lei Municipal Nº. 115/81, sancionado pelo então prefeito Paulo Amaro de Lima, regulamentando a criação da Bandeira e do Brasão do município de Jardim de Angicos.

Bandeira Municipal de Jardim de Angicos, conduzida por Francisco Canindé Guilherme Silva (Canindé de Paulo), em 03 de março de 2005, na solenidade comemorativa à emancipação do município. Geíza Bezerra conduz a Bandeira do Brasil e Pedro Henrique a do Estado do Rio Grande do Norte.

Descreve a citada Lei em seu Art. 1º, § 1º, 2º, 3º e 4º:

A forma da Bandeira será retangular com 1,50 x 1,00m(um metro e meio de largura e um metro de altura);

A Bandeira do município de Jardim de angicos é constituída de quartéis verdes e brancos separados por uma faixa creme de três módulos de largura e no sentido horizontal;

O Escudo ou brasão classifica a cidade como sede Municipal. Sua configuração apresenta formas geométricas retangulares sob uma circunferência verde, limitando uma esfera em campo claro na qual aplica-se um capulho de algodão, produto oriundo da terra, esteio da economia agrícola da região, e na circunferência creme fica escrito com letras pretas o topônimo da cidade;

§ 4º - Na bandeira, o verde, amarelo e branco, evoca cores nacionais e a origem da cidade à qual nasceu da existência de um Jardim de arvores floridas que margeavam o rio Ceará-Mirim e de Angicos. O amarelo representa o produto mineral, outra fonte de riqueza da terra, simboliza também ouro, glória, esplendor, grandeza, riqueza, soberania e luz. O verde traduz bonança e esperança. O branco é o símbolo da paz, amizade, tranqüilidade, trabalho e prosperidade. O círculo é um símbolo heráldico que caracteriza a eternidade e nos dá uma idéia de continuidade infinita.

Apesar de exceder seus quarenta anos de existência, Jardim de Angicos ainda não dispõe de um hino municipal, permanecendo sem essa representação em seus eventos e dias cívicos.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

As administrações no período da colonização do Brasil eram baseadas e subordinadas a Constituição Portuguesa, reguladas por Ordens Régias, atribuídas aos sargentos-mores nos aldeamentos indígenas, nas freguesias, redutos de domínio católico, e com centralização aos capitães-mores que governavam as capitanias. Esses governos eram subordinados a um poder central, administrado pelo governador geral, estabelecido na capitania mais desenvolvida. Com a expulsão dos padres Jesuítas, em 1760, os aldeamentos indígenas foram transformados em vilas, sedes municipais, iniciando as administrações laicas, em Câmaras e Ordenanças.

As Câmaras e Ordenanças eram reservas militares de 3ª linha, mantidas pelos senhores das terras, atribuindo-lhes poderes administrativos, judiciários e policiais. No início, essas Câmaras eram compostas por dois Juizes ordinários, três vereadores, um procurador, um tesoureiro e um escrivão, nomeados pelo Rei. Empossados por um ano, eles nomeavam os demais funcionários como juizes de vintena, almotacés, quadrilheiros e outros, recaindo o direito desses cargos público aos “homens bons”, que simplesmente seriam os senhores das terras ou seus familiares. Os ocupantes desses cargos se tornavam eleitores de primeiro grau, os mesmos indicavam duas pessoas, cada um, para compor o eleitorado de 2º grau, que os elegiam para o Senado da Câmara, como eram conhecidas as Câmaras de Vereadores.

Instituído a Câmara e empossados seus membros, no ano seguinte se realizava as eleições. Aqueles eleitores de 2º grau, por eles escolhidos, jurando escolher as pessoas "mais pertencentes" e que guardariam segredos sobre seus nomes, elegiam aqueles que iriam ocupar os cargos do Senado, com duração de um ano, sendo que eram eleitos, ao mesmo tempo, todos os que se sucediam nos próximos três anos, período das novas eleições. Estes "eleitos" eram revestidos de poderes policial e judiciário; simplesmente aqueles grandes latifundiários, dando início ao coronelismo.

O mesmo processo eletivo foi mantido na Constituição do Império, em 1824, e na lei eleitoral de 1828, seguidas de pequenas modificações ao longo daquele século. No seguinte, houve diversas modificações no sistema eleitoral, abolidas no período das revoluções de 30 e de 32, e recompostas com a redemocratização do país em 1947. Atualmente, ainda sofre ajustes de eleição, em eleição, tentando se adequar a esse desenvolvimento.

Após a proclamação da república, em 1889, foi implantado nos municípios conselhos de governo, mais conhecidos por Intendências, que antecedem às prefeituras atuais. No Rio Grande do Norte, esse conselho foi instituído pelo Decreto Nº 09 de 18 de janeiro de 1890, dissolvendo todas as Câmaras, passando o poder municipal ao conselho de intendentes, composto por cinco membros nas cidades e três nas vilas, sob a presidência de um deles. Cabia ao presidente do conselho a chefia do poder executivo e da polícia municipal. Chega o coronelismo ao seu apogeu.

A concepção política do povo brasileiro foi fundamentada nestes princípios. Princípios originários no domínio da terra e do homem, onde o colonizador edificava o seu povoado e nele ostentava a sua supremacia. Assim nasceu o "coronel": formando milícias, impondo fronteiras, dominando, escravizando. Insaciáveis por terra e poder, romperam fronteiras acumulando riquezas e prestígio. Apesar do desenvolvimento democrático brasileiro, o coronel de outrora, vez por outra, é encontrado em algumas das pequenas cidades do nordeste, principalmente. Aquele que controlava e ditava

em seu povoado, rompeu limites e hoje é encontrado em alguns dos pequenos núcleos municipalizado. É o coronel moderno: deixou de ser o senhor de terras para ser o senhor municipal.

Na sua povoação o coronel era o patrão, o fornecedor, o padrinho, o compadre, o braço forte, e muitas vezes o amigo. O municipalizado não é o patrão, nem o padrinho; é apenas um servidor do povo, a quem confiou a guarda do que é seu. Este, porém, se ver acima de tudo e de todos. Por ser a autoridade maior na sua jurisdição, se acha no direito de desrespeitar até os princípios constitucionais assegurado ao homem, extorquindo-o, coagindo-o para controlar a sua intenção de voto e se manter no poder a qualquer custo. Nestes pequenos municípios, que mais parecem fazendas, apoderá-se dos recursos que lhe são confiados, e não dele, para tirar proveitos e praticar as perseguições, as humilhações, a pilhagem. Se "esquece" que ele é apenas o gerente do que é de uma coletividade.

O que mais se diferem entre um e outro, é que, o coronel primitivo tudo que fazia era às suas custas, já o moderno, se faz, faz com o que não é dele e ainda é bem pago por isso. Há alguns que acham pouco o que ganham e aumentam seus subsidio, sem consulta ou previa autorização do órgão competente, ou se utilizam de autocontrato para aumentar os seus proventos. E ainda querem pôr na cabeça dos menos esclarecidos, que, se ele é atendido, é um favor que este está fazendo.

Isso é o resultado daquele que entra na política por ambição e poder, e não pela causa do povo. É àquele insensível às dificuldades dos humildes, que tem as pessoas como acessórios servindo apenas como peças para a sua ascensão. É o mesmo que contribui para a conservação do político leigo, de pouca instrução, para assim facilitar o seu domínio. É o que escraviza e humilha as pessoas com o empreguismo barato, só para tê-las sob o seu cabresto, fazendo as famílias se tornaram hereditariamente dependente de seu sistema, sob pena de exclusão total do que a elas pertencem.

Essa é a nossa evolução política: resultado do que somos obrigados ou iludidos a fazer. Resultado e culpa nossa. Culpa por

muitas vezes vender a nossa consciência; achando que uma migalha em vésperas de eleição resolveria nossos problemas, e com isso, perder a razão de cobrar os nossos direitos de cidadãos, e de então passar a ser vigiados por aqueles que parasitam pelo bem público e que são pagos para esse fim, exclusivamente, e não para trabalhar. É o sistema do controle eleitoreiro. São os "leva e traz"; informantes constantes que monitoram qual a posição ou a opinião das pessoas sobre política ou sobre o intocável senhor administrador, para assim facilitar a sua ação na privação de seus direitos. Assim, no lugar de paz há a opressão, a humilhação e a dependência imutável, frutos da politicagem imposta por aqueles que pensam em fazer nesses municípios o seu império.

Embora sendo um dos poderes aperfeiçoador da democracia, o que ocorrem nestes pequenos núcleos pouco interessam a mídia, que prefere as informações das maiores cidades e metrópoles. Quando agem, muitas vezes, é por puro eleitoralismo. Com isso, nestes "pequenos mundos", as pessoas ficam desprotegidas, enclausuradas à politicagem escravizadora, acuadas com medo de procurar os seus direitos, ao mercê destes senhoreais. Sorte do povo é que, neste país, embora tardia, ainda há justiça. Mesmo assim, esse povo só terá ou conhecerá a verdadeira democracia, necessariamente, quando escolher aqueles que ocuparão funções executivas e legislativas, nestes lugares, usando o critério do conhecimento, do voto por convicção, e não porque fulano pediu o voto primeiro, ou porque lhe deu alguma coisa. Há meios para neutralizar essa prática. O poder está em nós. Não o poder à força, se não o passaporte para a transformação ética e social deste país. O povo é o caminho, o soluto, basta educasse e conhecer a força que há numa democracia.

GENEALOGIA JARDINENSE

Explorando como feudo, engenho ou fazenda, o homem herdou da terra a sua identidade. Insaciáveis, abraçavam vastidões deste bem que sob o seu domínio transformou a humanidade, e nelas introduziam famílias que serviam, basicamente, como mão-de-obra

explorada, pouco lembrada como basilar na formação das riquezas e da origem do povo deste País. O escravo no agreste e o vaqueiro no sertão foi o "carro chefe" de tudo. Hoje a terra não representa tanto a notoriedade dessa gente. O estudo e o conhecimento os enaltece, seja qual for a sua origem.

A ascendência do homem dominante é facilmente localizada em antigos livros das paróquias. Nos registros de casamentos, batizados e óbitos são expressos com vasta informação de origem territorial e familiar. Já os escravos, sejam os originários da África ou o próprio nativo, essas informações são resumidas; registrados apenas como propriedade do homem branco, muitas vezes filhos naturais e não legítimos, diferenciados e rejeitados pela ocultação paterna, fruto do preconceito racial e muitas vezes pelo uso dessas mulheres como objetos sexual. No entanto, para alguns antigos redatores não interessavam historiar ou destacar a genealogia do "mestiço", do negro, dos pobres. Não daria retorno ou reconhecimento. Só as famílias tradicionais os interessavam. Esse obscurantismo esfacelou as raízes de grande parte desse povo que permanece ainda ignoto. Neste trabalho somos todos iguais.

Antes de atingirem o sertão, a porta de entrada do europeu ou africano era a cidade do Natal, centro maior do povoamento da Capitania, e dali para o interior. Centenária quando o homem branco "dominou" o nativo sertanejo e com pouco menos de cem domicílios, ali já abrigava boa parte dos que aqui requereram terras. Pediam quase sempre em grupo familiar, caracterização da formação de fazendas, sítios, vilas e ainda nas pequenas cidades atuais. Durante o século XVIII, morando naquela cidade e nos vales do Ceará-Mirim e Potengí, chegaram os pioneiros na formação do povo dessa região. Ocuparam as terras e entre eles se casavam permanecendo raízes aos dias atuais.

Daquele século podemos destacar algumas das principais famílias que chegaram a este sertão e aqui fincaram raízes que ainda são germinadas. Os Pinheiro Teixeira é exemplo disso. Portugueses do Bispado do Porto, região de Arrifana do Souza, Penafiel, vieram

para Natal no início do século XVIII, onde passaram a morar os irmãos Manoel, José e Francisco. Essa família de criadores de gado e agricultores no vale do Ceará-Mirim, já consorciada a outras, pediram terras correndo pelo rio acima, chegando ao território de Jardim de Angicos e, principalmente, no de Caiçara do Rio do Vento. Manoel Pinheiro Teixeira era padre. Francisco era casado com dona Maria da Conceição de Barros, filha de Manoel Rodrigues Coelho e de dona Izabel de Barros. Francisco e Maria são os pais de Manoel Pinheiro Teixeira, sobrinho do primeiro do nome, e de Bernardo Pinheiro Teixeira, possuidores de terras no Rio Novo e no do Vento que deságuam no Cururu.

Em 1734 possuíam aquele latifúndio com nove léguas de cumprido por uma de largura, meia para cada banda daqueles rios, pegando das testadas dos providos do rio Cururu e os do rio Ceará-Mirim, chegavam à Serra do Pica-pau acima, ribeira do Potengí. Um com o nome do pai, Francisco Pinheiro Teixeira, se casou com Bonifácia Antonia de Melo, filha de Estevão Velho de Melo, senhor da sesmaria da Maniçoba, terras que corria da atual cidade de Jardim de Angicos, pelo rio Ceará-Mirim acima, com três léguas, meia para cada lado do rio. O capitão Leonardo Pinheiro Teixeira, também seu irmão, se casou com Maria Borges da Rocha Bezerra, descendente do coronel Antonio da Rocha Bezerra que nos primeiros anos de 1700 mantinha um curral de gado nas terras que foram pedidas por Estevão de Melo. Manoel Gonçalves Branco, um dos filhos de José Pinheiro Teixeira, se casou com Rosa Maria do Nascimento, filha do tenente Antonio Cardoso Batalha que também possuía terras nesta região, a data do Cardoso, na cabeceira do riacho Milhã. Francisco, Leonardo, Manoel e Bernardo Pinheiro Teixeira eram natalenses, assim como Manoel Gonçalves.

Pelo rio Quintimproá, aonde chamam “Os Angicos” e acima, Baltazar da Rocha Bezerra (1686-1756) possuía uma data de terra. Paraibano, filho de outro de mesmo nome e de Maria Barbalho da Rocha Bezerra, filha de Theodósio da Rocha, também possuidor de terras na mesma ribeira, morava no Açu e seu sogro no Potengí. Além de Maria Barbalho, Theodósio da Rocha era pai do capitão-

mor Antonio Vaz Gondim e Damião da Rocha. Entre outros locais, eles tinham terras na ribeira do Açu e do Apodí, como o sítio Santa Luzia onde é hoje a cidade de Mossoró. O coronel Antonio da Rocha Bezerra, Miguel Barbalho Bezerra, Pedro da Rocha Bezerra, Joana da Rocha Bezerra, irmãos de Baltazar e grandes latifundiários do sertão de Angicos, espalharam ramificações por todo o sertão potiguar e no território jardinense deixaram fortíssimo domínio de suas descendência.

O coronel Francisco da Costa e Vasconcelos, casado com Maria Rosa Teixeira de Melo, e Manoel Machado de Azevedo, que na última década do século XVIII possuíam terras na Serra e Olho Dágua do Bom Fim, também deixaram forte descendência neste território. Naquele período, o coronel Francisco de Vasconcelos era membro do Senado da Câmara de Natal. Naquela cidade faleceu com mais de cem anos, em 1802. Sua ascendência vem de Lourenço de Góis de Vasconcelos, português da Vila de Viena, arcebispado de Braga, que casou na Paraíba com Maria de Araújo e Vasconcelos. Outra família que deixou grande influência genealógica nesta terra foi a de Manoel Soares da Câmara da Ilha de São Miguel dos Açores, casado com dona Antonia da Silva, moradores em Natal desde anterior a 1718.

Não somos compostos só de gene dos notórios, também do pernambucano Francisco e da angolana Maria, escravos de Estevão Vieira de Medeiros; Galdino e Francisca, nascidos no vale do Ceará-Mirim e moradores na fazenda Conceição, escravos de José Francisco Bezerra; José, nascido no Jardim, escravo de José Rebouças de Oliveira Câmara...

No sertão, no século XIX, às riquezas que surgiam das criações é largamente ampliada com o cultivo do algodão. Nesta região, em meados daquele século, cultivando o algodão, milho, feijão, beneficiando a cera e a palha da carnaúba, criando gado e minhunças, estava na fazenda Conceição Felipe Rodrigues da Costa casado com Maria Francisca da Conceição; na Fazenda Nova Pedro José de Melo e Maria Inácia da Conceição; Francisco Teixeira de

Vasconcelos e Florinda Maria de Oliveira no Umarí; José Rebouças de Oliveira Câmara e Joana Xavier da Costa na Pedra do Navio e Triunfo da União; Manoel Francisco Bezerra e Francisca Barbosa da Câmara no Umarí; Cipriano José de Lima e Rosa Maria da Conceição no Jardim de Cima (Balbinos); Manoel Vicente de Paiva Rocha e Ana Rosa dos Prazeres no Jardim (atual cidade Jardim de Angicos); José Francisco Soares (Bilro) e Joana Soares da Silva, e Francisco José Soares (Bilro) e Tereza Maria de Jesus na Boágua e Milhã; João Damasceno Bezerra e Luíza Francisca Bezerra na Boa Esperança e Pajeú, além de muitos outros, todos com fazendas ou sítios na ribeira sertaneja do Ceará-Mirim, na então freguesia de São José dos Angicos. Destes consórcios descendem à maioria das famílias jardinense.

Para este trabalho cataloguei 1.385 casamentos, realizados entre 1844 a 1898 nos sítios e fazendas do território da freguesia de São José dos Angicos, no município de Angicos/RN. Nele há também casamentos realizados na região do Açu, Macau, Santana do Matos, Extremoz e São Gonçalo. Os livros encontram-se arquivados na Cúria Metropolitana em Natal/RN, e em minha posse apenas xérox.

Neste arquivo encontrei vários casamentos dos filhos de João Damascena e dona Luiza Bezerra. Entre os quais, na fazenda Boa Esperança, onde moravam, atualmente no município de Pedra Preta, casaram-se: em 1859, Francisco José Bezerra com Joana Varela da Silva; em novembro de 1875, Felismina Francisca Bezerra e Boaventura Dias de Melo; em janeiro de 1881, Luíza Augusta Damasceno Bezerra com João da Mata Teixeira de Souza; em fevereiro de 1882, Amélia Rosa Damasceno Bezerra com Manoel Teixeira da Silva; Sancho Damasceno Bezerra com Maria Luíza da Conceição de Jesus, na mesma data; em setembro de 1883, Joana Damascena Bezerra com José Domingos de Melo.

No Jardim se casou José Damasceno Bezerra com Tereza Fausta de Jesus, em setembro de 1863; em setembro de 1873, Maria Francisca Bezerra com Vicente José de Melo; e em 17 de fevereiro

de 1886 se casou Jenesindo Xavier Pinheiro de Freitas e Francisca Damascena Bezerra. No sítio Mundo Novo, em janeiro de 1873, casou Manoel Damasceno Bezerra com Josefa Ferreira da Rocha; e em fevereiro de 1875, Luís Francisco Bezerra com Izabel Ferreira da Rocha, ambas irmães, filhas de Justino Pereira Campos e Rita Ferreira da Rocha. Em julho de 1875, no sítio Boca de Picada, se casou Valério Damascena Bezerra com Ana Maria Nunes; e na Matriz, na Vila de Angicos, em maio de 1866, havia casado Antonia Teixeira da Silva com Francisco Pedro de Vasconcelos. O coronel João Damasceno Bezerra nasceu em 1817 e faleceu em 1899.

José Domingos e Boaventura Dias eram filhos de Pedro José de Melo e Maria Inácia da Conceição. Entre outros, também encontrei os casamentos, no sítio São Sebastião, em setembro de 1871, de Joana Fernandes da Conceição com Genesindo Xavier Pinheiro de Freitas; na Fazenda Nova, em janeiro de 1875, Maria Emília da Conceição com João Gualberto de Melo. Pedro Melo nasceu em 1824 e faleceu em 1883.

Dos filhos de Felipe Rodrigues da Costa e dona Conceição, encontrei quatro casamentos: em julho de 1855, em Várzea de Bois, se casou Antonio Felipe da Costa com Vicência Brasiliana de Melo, já viúvo de Maria Barbalho da Costa; em agosto de 1857, no Jardim, casou José Evangelista da Costa e Maria Francisca da Conceição; em julho de 1855, Balbina Maria das Virgens com Manoel Cipriano de Lima; na fazenda Conceição, em agosto de 1861, Ana Joaquina da Conceição e o coronel José Francisco Bezerra. No início da década de 1840 havia casado João Evangelista da Costa com Ana Ferreira de Morais, que nos casamentos de seus filhos às vezes era escrito como Ana Ferreira de Souza. Felipe Rodrigues é encontrado como testemunhas nos livros de casamentos da freguesia de São José dos Angicos até por volta de 1864, possivelmente seu último ano de vida.

Manoel Cipriano de Lima e Maria Francisca da Conceição eram filhos de Cipriano José de Lima e Rosa Maria da Conceição, do Jardim de Cima. Também encontrei Cosma Maria dos Santos que

na fazenda Jaramataia, em outubro de 1865, se casou com José Gonçalo Bezerra; em julho de 1864, na mesma fazenda, havia casado Francisca Maria da Conceição com Vicente Francisco Bezerra; no Jardim, em 1871, se casou José Cipriano de Lima com Quitéria Maria de Paiva. Viúvo, em outubro do ano seguinte, no Marí, ele se casa com Rita Francisca Xavier; também naquele mesmo mês e ano, em Várzea de Bois, Maria Joaquina de Jesus se casava com Francisco Antonio de Araújo, natural de Santana do Matos; no Marí, em julho de 1864, se casava Francisco José das Chagas com Maria Francisca Bezerra. Cipriano já era falecido em 1871.

Dos filhos de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda encontrei o casamento de Maria Tertoliana de Vasconcelos com Antonio Francisco Soares (Bilro), em julho de 1871, no Umarí; em julho de 1877, no Jardim, se casava Manoel Teixeira de Vasconcelos e Tereza Maria Soares da Silva; em agosto de 1880, no Umarí, se casou Caetana Maria Teixeira de Vasconcelos com José Francisco Soares Junior (Coronel Zé Bilro); e na capela do Jardim, em julho de 1890, casou Victor Teixeira de Vasconcelos e Inácia Quitéria de Paiva. Antonio Bilro e José Bilro eram primos, sendo Antonio filho de Francisco José Soares e dona Tereza. Francisco Teixeira nasceu em 1811 e faleceu em 1893, José Francisco Soares nasceu 1824 e faleceu em 1902, e Francisco José Soares nasceu em 1806 e faleceu em 1876.

José Rebouças de Oliveira Câmara se casou com Joana Xavier da Costa em janeiro de em 1847, na igreja Matriz de Angicos. Em julho de 1875, na fazenda Logradouro, se casava Maria Rita de Oliveira Câmara e José Batista Xavier da Trindade; na Conceição, em 1873, se casou Manoel Rebouças de Oliveira Câmara com Francisco Brasiliana Bezerra. Na mesma fazenda, em junho de 1877, viúvo, Manoel se casa com Maria Cândida Bezerra; em julho de 1875, também na Conceição, Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara se casava com Inês Emidia Bezerra. Francisca, Inês e Cândida eram irmães, netas de Felipe Rodrigues e filhas do coronel José Francisco Bezerra. Manoel ainda se casa em junho de 1888, na capela do Jardim, com Felipa Floriza Pereira de Brito, e, na mesma capela, em

julho de 1887, viúvo, Joaquim se casa com Melchiades Miranda da Câmara.

No sítio São José, em setembro de 1880, se casava Josefa Maria de Oliveira Câmara com Francisco Xavier Barbosa; em junho de 1890, na fazenda Triunfo da União, José Rebouças de Oliveira Câmara Filho se casava pela 2º vez, esta com Izabel Maria Eulália Bezerra, e viúvo de Rita Amélia Bezerra; em 1887, na fazenda Logradouro, se casava Luis Rebouças de Oliveira Câmara com Izabel Xavier da Câmara. Izabel Eulália, que em 1890 se casou com José Câmara Filho, era filha de Manoel Francisco Bezerra e Francisca Barbosa, como também, Maria Francisca Bezerra que se casou com Francisco José das Chagas, filho de Cipriano de Lima. No Jardim, em novembro de 1875, casava Manoel Dionísio Bezerra, outro filho seu, com Júlia Maria Gervásia Bezerra, irmã do coronel José Francisco Bezerra. Manoel Francisco nasceu em 1816 e faleceu em 1893, e José Rebouças nasceu em 1836 e faleceu em 1902. O coronel José Francisco Bezerra nasceu em 1808 e faleceu em 1873.

Dos filhos do capitão Manoel Vicente e de dona Ana Rosa, além de Quitéria e Inácia havia Marcolino Soares de Paiva que se casou em julho de 1887, no Jardim, com Maria Epifânia Teixeira de Sousa. Dos irmãos Henrique, José, Francisco, Alexandre e João da Matha Paiva, os seus casamentos ainda não os encontrei, como também de alguns membros das outras famílias citadas.

BEZERRA E CÂMARA

A família Bezerra ingressa no território de Angicos nos primeiros anos de 1700, instalando-se na várzea do Ceará-Mirim, provavelmente na altura do Umarí. Antes de 1712 ali já havia um curral de gado do coronel Antonio da Rocha Bezerra. Na primeira metade daquele século, na região, além de Antonio Bezerra havia o sítio Angicos do coronel Miguel Barbalho Bezerra, o capitão-mor Baltazar da Rocha Bezerra e Theodósio da Rocha com terras no Quintimproá e Santa Rosa, e o coronel Pedro da Rocha Bezerra no Pataxó, entre outros que fincavam suas raízes na mesma região. Desta família, nos primeiros anos de 1800, o coronel Francisco José

Bezerra era o principal proprietário de terra no Umarí da Sombra, onde morava.

A família Câmara do Rio Grande do Norte, com fortíssima influência genealógica em Jardim de Angicos, descende da Ilha de São Miguel dos Açores. A origem do nome vem da Ilha da Madeira, quando em 1460 o Rei Afonso V deu armas e aquele sobrenome ao português João Gonçalves Zarco. Ele foi quem descobriu aquela ilha em 1419, ficando ali conhecida pela Câmara de Lopos. Em Natal, estava por volta de 1718 o fidalgo açoriano Manoel Soares Câmara casado com dona Antonia da Silva. No ano seguinte, Manoel Câmara era membro do Senado da Câmara daquela cidade. Faleceu em 1783 e dona Antonia em 25 de julho de 1785 com mais de cem anos de idade.

Sua prole se ramificou dominando terra por todo o Agreste Potiguar: São Gonçalo, Extremoz, São José de Mipibu e Ceará-Mirim, formando engenho, criando gado, participando ativamente da política na Colônia e no Império. Ocuparam os mais altos cargos públicos da época, em diversos municípios. Foram seus filhos, todos nascido em Natal/RN: Vitorino, Antonio, Manoel, Quitéria, Marcelina, Rosa, Josefa e Maria. Das mulheres só casou Marcelina do Espírito Santo, em 1759, com Ambrósio Manoel de Albuquerque Melo. As outras faleceram solteiras. Vitorino da Silva Câmara se casou com dona Joana de Jesus Monte, nascendo Gonçalo Soares Raposo da Câmara, conhecido, segundo Câmara Cascudo, por Gonçalo Morgado. Gonçalo contraiu núpcias por três vezes. Primeiramente com dona Ana Maria do Nascimento, nascendo Luís Soares Raposo da Câmara. Viúvo, ele se casou em 30 de junho de 1768, com Ana Maria Soares de Melo, filha do capitão-mor Dionísio da Costa Soares, português de Lisboa, provedor da Real Fazenda, e de dona Eugenia Oliveira e Melo.

Deste casal, em 1774, nasceu um filho que recebeu o nome do seu avô materno, já falecido desde 1759. Em 12 de setembro de 1808 falece dona Ana Soares e Gonçalo se casa com dona Inácia Tomásia de Melo, e em 19 de junho de 1819, quatro meses depois de

sua morte, Inácia dá a luz a Joaquim Soares Raposo da Câmara. Ela faleceu em 1846. Em sua trajetória política, Gonçalo governou como vereador a Capitania do Rio Grande do Norte em 1801. Para o território do antigo Jardim de Angicos se instalaram diversos descendentes seu; entre os quais, José Augusto Raposo da Câmara que chegou à década de 1890, permanecendo aqui a sua geração. Bem anterior àquele período, na freguesia de Angicos, principalmente na região de Jardim, já habitava várias gerações da mesma família, representada pelos Rebouças de Oliveira Câmara e Pinto da Câmara.

José Augusto Raposo da Câmara se casou na Fazenda Nova em 04 de janeiro de 1898, com dona Maria Francisca Bezerra de Melo, filha de Boaventura Dias de Melo e Felismina Francisca Bezerra, moradores ali, sendo testemunhas de seu casamento o major Ângelo Varela Santiago e Pedro Nobre de Almeida. Casado, José Augusto ocupou o cargo de Tabelião no Cartório de Jardim de Angicos, sendo ele o terceiro tabelião antes que o cartório fosse transferido para Lajes, onde funciona com outra denominação desde 1914. Por muitos anos, além de agricultor ele foi professor na Fazenda Nova, comunidade onde morava e criou seus filhos, ali deixando vasta descendência.

Dona Maria Francisca Bezerra de Melo, ao lado da casa em que morava com seu esposo José Augusto Raposo da Câmara, na comunidade de Fazenda Nova.

Dona Maria Francisca e José Augusto deixou: Hortência Iracema que se casou com Pedro Machado da Câmara, filho de Vicente Ferreira da Costa Machado e de Maria do Ó Xavier da Câmara; Maria Augusta que se casou com Júlio Teixeira de Vasconcelos, filho Júlio Augusto Teixeira de Vasconcelos e Rosa Amélia Damasceno Bezerra; Luís Augusto que se casou com Querubina Damasceno, filha de Joaquim Damasceno Bezerra e Maria Rosa Damasceno; João Augusto que se casou com Maria Ester Marques, filha de Cecílio Marques da Silva e Luíza Marques da Silva; Francisca Augusta que se casou com José de Freitas Bezerra, filho de Luiz de Freitas Bezerra, o Luís cacharamba, e Maria de Freitas Bezerra; Agenor Augusto que se casou com Luíza de França Câmara, filha de Manoel Dionísio da Silva e Josefa Marques da Silva; Valdemar que se casou com Helena Marques, irmã de Ester; Felismina que se casou com Otavio Teixeira de Carvalho, filho de Maria Augusta Teixeira de Carvalho e Francisco Lourenço de Carvalho; José Augusto Raposo da Câmara Filho não casou. Júlia se casou com Manoel de Freitas Bezerra, irmão de José de Freitas.

Manoel Bezerra, esposo de Julia, era filho de Luís de Freitas Bezerra, mais conhecido por Luís Cacharamba, e Maria de Freitas Bezerra. Maria de Freitas, conhecida por Vovó Lica era natural de Portalegre/RN. Já Luís Cacharamba era natural da Fazenda Nova, filho de Genesindo Xavier Pinheiro de Freitas e Francisca Damascena Bezerra, que se casou na capela do Jardim em 17 de fevereiro de 1886. Genesindo quando casou a sua profissão era artista, viúvo, e tinha 47 anos de idade. Francisca Damasceno tinha 21 anos, sendo filha de João Damasceno Bezerra e Luíza Francisca Bezerra. Na ocasião foi testemunha do casamento Manoel Pereira de Brito e Boaventura Dias de Melo, este último seu ex-cunhado.

A primeira esposa de Genesindo foi Joana Fernandes da Conceição, filha de Pedro José de Melo e Maria Inácia da Conceição. O casamento foi realizado em 01 de setembro de 1871, no sítio São Sebastião, ali vizinho a Fazenda Nova. Genesindo era natural da freguesia de Natal, filho de Francisco Xavier Pinheiro de Freitas, então falecido, e Mariana Xavier de Freitas. Na ocasião foram testemunhas o tenente coronel José Francisco Bezerra e José Rebouças de Oliveira Câmara.

Manoel e Júlia tiveram 11 filhos: Iva, Ilma, Ivo, Ivone, Ivomar, Iêdo, Ivan, Ivaneide, Ires, Ilzete e Ivanaldo. Iva Câmara Bezerra casou com Antonio Pedrosa dos Santos, natural de São Antonio do Salto da Onça, nascendo Kleber e Kleivam; Ilma Câmara Bezerra, falecida, com João Batista Pereira, deste município, filho de Francisco Inácio Pereira e Izabel Lino da Costa. Não tiveram filhos. Ele foi assinado em um assalto em Janeiro de 2003 no seu estabelecimento comercial no Jardim Lola, São Gonçalo/RN; Ivo Câmara Bezerra se casou com Maria das Graças, natural do Estado da Bahia, nascendo Karina e Allan; Ivone de Freitas Bezerra com Olavo Belchior dos Santos, natural de Santa Luzia de Touros/RN, filho de Antônio Belchior, nascendo Willineide, Willians, Wellington e Willianne; Ivomar Ilton Bezerra se casou com Alzira, natural da Bahia, nascendo Alex e Diego; Iêdo Santino Bezerra se casou em dezembro de 2005, na Fazenda Nova, com Adriana Alves Batista, natural de São José de Campestre, filha de José Alves Batista

e Maria Fernandes Batista. Nasceram Andréa Beatriz, Iêdo Filho e Ítalo Matheus; Ivan Tenório se casou com Ana Lúcia Bezerra, natural da comunidade Fazenda Nova, filha de Luís Antonio Bezerra e Francisca de Assis Bezerra, nascendo Ivânia e Iara; Ivaneide de Fátima se casou com Francisco Manoel Machado de Melo, filho de Augusto Pedro de Melo e Adila Machado Câmara. Nascendo Aline e Manoel de Freitas Bezerra Neto; Ires de Fátima é solteira; e Ilzete Agatângela se casou com Antonio Borges da Silva Filho, deste município, filho de dona Francisca e Antônio Borges. Nasceram Yuri e Yasmim; Ivanaldo da Câmara Bezerra faleceu de uma descarga elétrica, provocada por um raio, na comunidade de Caatinga de Areia, Pedra Preta/RN.

Júlia Augusta, Manoel de Freitas Bezerra e sua filha Iva, no colo. Seus sobrinhos Severina e Cícero, filhos de José de Freitas e Francisca Augusta, e sua sobrinha Maria Salete, ao centro, filha de Pedro Machado e dona Hortência Iracema.

Na companhia de Iêdo Santino, já maior de 90 anos, dona Júlia ainda residente na Fazenda Nova, na casa em que nasceram e criou seus filhos. Ela já tem um Tetraneto, Eduardo, nascido em 2005, filho de Vanessa que é filha de Wilineide, filha de Ivone e

Olavo Belchior. Tanto ela quanto sua prole, extensivo a descendência Augusto da Câmara, são pessoas atenciosas, acolhedoras, amigas.

Dona Júlia e seus netos Andréa Beatriz e Iêdo Filho.

Outro ramo Câmara em Jardim de Angicos vem dos Rebouças de Oliveira Câmara, descendente de Antônio da Câmara e Silva, segundo filho de Manoel Soares da Câmara e de Antônia da Silva. Antônio da Câmara e Silva nasceu na cidade do Natal/RN, em 1721, aonde faleceu em março de 1808. Casou-se no Aracati/CE com dona Ana Maria de Torres, natural de Russas, naquela província, filha do Capitão Manoel Frazam Caldeira Torres e de Francisca Gomes de Sá. Joaquim José da Câmara e Silva, um de seus filhos, casou-se com dona Maria Antônia de Oliveira, filha do capitão Francisco Xavier de Oliveira e de dona Ana Maria da Conceição. Joaquim morava em São Gonçalo/RN, quando em 09 de agosto de 1803 nasceu um filho seu e lhe deu o nome de Joaquim José da Câmara. Este se casou em maio de 1826, com dona Maria Inácia, filha do tenente José Rebouças de Oliveira e de dona Ana Joaquina. Em 03 de abril de 1808 José Rebouças recebia uma data de terra entre os rios Maxaranguape e Riachão, na jurisdição de Extremoz.

Casado, Joaquim José passou a morar e possuir terras no município de Angicos, onde ficou viúvo e se casou novamente. Nestas terras, em maio de 1885, ele faleceu deixando 11 filhos, 143 netos, 180 bisnetos e quatro tetranetos, muitos deles no território de Jardim de Angicos. Seu primeiro filho, José Rebouças de Oliveira Câmara, nascido no ano de seu casamento, foi um dos que mais se destacou nesta terra, sendo ele o primeiro presidente da intendência deste município. Em 1847 se casava com dona Joana Xavier da Costa deixando aqui sua descendência entrelaçadas entre várias famílias, entre elas na do coronel José Francisco Bezerra.

Na fazenda Conceição aos 02 de agosto de 1861 se casava José Francisco Bezerra e Ana Joaquina da Conceição, seus pais Francisco José Bezerra e Rita Maria da Conceição, já haviam falecidos. José Francisco Bezerra e seus irmãos eram herdeiros de terras no Umarí. Sua esposa Joaquina era filha de Felipe Rodrigues da Costa, dono das terras da fazenda Conceição, e de Maria Francisca da Conceição, também falecida. Serviram como testemunhas, naquele casamento, seu sogro e José Francisco Abreu de Souza.

O Tenente coronel José Francisco Bezerra, como se encontra grifado nos livros de casamentos da freguesia de São José dos Angicos, nasceu em 1808 e faleceu em 1873 morando na sua Fazenda Conceição. Possuía e autorizou se casar vários escravos, entre eles em 13 de outubro de 1863 Bruno e Luíza; Galdino e Francisca, casados em 1864, também na Conceição, Pedro e Jesuína, casados em 1870, na Várzea de Bois, Luís e Josefa, 1872, em Lajes, todos naturais de Extremoz. O coronel José Francisco tinha 53 anos quando casou e fez nascer três filhas: Francisca Brasilina, Inêz Emídia Bezerra e Maria Cândida Bezerra, todas se casaram naquela fazenda.

Francisca se casou em 28 de setembro de 1873, quando já havia falecido seu pai, com Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, morador na fazenda Triunfo da União. Manoel era filho José Rebouças de Oliveira Câmara e Joana Xavier da Costa. Foram

testemunhas seu tio João Florêncio de Oliveira Câmara e seu irmão Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara. Seu pai, quanto Manoel Câmara, eram senhores de escravos. Em janeiro de 1855, em Gaspar Lopes, hoje cidade de Pedro Avelino, José Rebouças autorizava casar seus escravos Agostinho e Luíza; e na capela do Jardim, em 1886, autorizava casar seu escravo José. Manoel ficou viúvo, e em 05 de junho de 1877 se casa com Maria Cândida, irmã casula de Francisca. Foi testemunha seu irmão Joaquim Câmara e Estevão Ernesto Bezerra. Cândida também faleceu.

Na Capela de Jardim em 24 de junho de 1888, Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, aos 40 anos de idade, se casa com Felipa Floriza Pereira de Brito, ela com 19 anos. Foram testemunhas Francisco Olinto Bezerra e João Florêncio de Oliveira Câmara. Da geração de Manoel parte vários ramos de famílias moradoras no município de Jardim de Angicos e região, das quais a família dos Guilherme Caldas que surgiu de Rita Ernestina Bezerra e Câmara casada com Alfredo Guilherme de Souza Caldas, a de Pedro Câmara (Pedro Quitéria) que vem de José Carlos Câmara, casado com Maria Petronila Barbosa, irmã de Maria Cecília Barbosa, a mãe de Joana Soares da Silva Romão, minha mãe.

Em 21 de julho de 1875, Inêz Emídia Bezerra, segunda filha do coronel José Francisco e dona Ana Joaquina Bezerra, se casou com Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara. Foram testemunhas seu irmão Manoel Rebouças de Oliveira Câmara e seu tio João Florêncio de Oliveira Câmara. Inêz muito jovem teve o mesmo destino de suas irmãs. Viúvo, em 24 de julho de 1887, na capela de Jardim, Joaquim Câmara se casa com Maria Melchiades Miranda da Câmara, quando contava 38 primaveras e ela natural de Touros, com 27 anos. Joaquim morava na povoação do Jardim, aonde era comerciante e permaneceu até meados da primeira década de 1900, quando ali já era municipalizado a mais de dez anos. Dali foi morar em Cauaçu, fazenda então pertencente ao território de Jardim de Angicos, pouco menos de 20 km da vila. Deste casamento descende Joaquim Câmara Filho, que de Cauaçu, atualmente no município de João Câmara, foi

se estabelecer em Goiana/GO, aonde formou família e implantou a Rede de Comunicações Anhangüera.

Joaquim Câmara Filho nasceu em 29 de dezembro de 1899 na vila de Jardim de Angicos/RN, filho de Joaquim Rebouças de Oliveira Câmara e Maria Melquíades de Miranda Câmara. Criança foi morar em Cauaçu, no mesmo município, com seus pais onde viviam da pequena criação e de plantar, comprar e beneficiar algodão, sendo a principal fonte de renda daquela família. Iniciou os estudos com sua mãe e logo foi estudar no Ceará-Mirim. Daquela cidade mudou-se para Natal/RN, passando a estudar no colégio Santo Antonio e no Atheneu. Dali foi para Recife/PE e ingressa na Escola Superior de Agricultura, não concluindo o curso. Viaja para Passa Quatro/MG, aonde na Escola de Agricultura e Pecuária é diplomado em engenharia agrônoma.

Câmara Filho, dona Hilda e uma de suas filhas.

Em 1930 entra na macha revolucionaria do coronel Quintino Vargas, comandante da Coluna Revolucionaria Mineira "Artur Bernardes", ingressando no Estado Maior daquela tropa. Em 20 de outubro daquele ano, Câmara Filho é promovido a major pelos serviços prestado a Coluna. Com o fim da revolução ele se casa com dona Hilda Sóter Gonzaga Câmara. Em 1932 retoma novamente a

luta revolucionaria. Agrônomo, jornalista, major, empresário, prefeito: Pires do Rio/GO, Paracatu/MG e Anápolis/GO, Secretário de Estado em Goiás, por duas vezes. No período revolucionário recusou o convite de ser interventor do Rio Grande do Norte.

Ele e seus irmãos Jaime e Vicente Rebouças de Oliveira Câmara construíram o maior complexo de comunicações social do Centro-Oeste: a Rede de Comunicações Anhangüera, destacando-se: Jornal O Popular em Goiânia; Jornal de Brasília; Rádio Anhangüera, em Goiás; TV Anhangüera afiliada à Rede Globo, nos estados de Goiás e Tocantins, com estações em Goiânia, Araguaiana e Gurupí; Radio Jornal de Brasília e FM Brasília; Gráfica o Popular, uma das maiores do País. Certamente há outros empreendimentos, estes dados são relativos ao ano de 1989, resultados de pesquisa no livro "Câmara Filho o Revoltoso que Promoveu Goiás", do Jornalista José Asmar, escrevendo a sua biografia. Câmara Filho faleceu em dezembro de 1955, deixando seu exemplo de luta e heroísmo.

José Rebouças de Oliveira Câmara, avô de Câmara Filho, foi o primeiro presidente da Intendência de Jardim de Angicos de 1890 para 1891, e, novamente, de 1892 para 1895. Faleceu em 1902 e deixou seu nome completo em um de seus filhos. Este se casou duas vezes. A primeira com Rita Amélia Bezerra da Câmara. Viúvo, José Rebouças de Oliveira Câmara Filho se casou com Izabel Eulália Bezerra, filha de Manoel Francisco Bezerra e Francisca Barbosa Bezerra; casamento ocorrido na fazenda Triunfo da União aos 25 dias de junho de 1890. Foi testemunhado por seu irmão Manoel Rebouças de Oliveira Câmara e Francisco Vitorino Ferreira Nobre. Francisca Barbosa Bezerra, mãe de Izabel Eulália, era irmã de José Rebouças de Oliveira Câmara, portanto, Izabel era prima legítima de seu esposo José Câmara Filho que para casar precisou de licença especial.

No Retiro em 31 de agosto de 1871 havia se casado Antonio Ananias Bezerra e Josefa Marcelina de Oliveira Câmara. Ele, filho de Joaquim José Bezerra e Maria Francisca Bezerra, já falecidos, e ela de João Francisco da Cunha Baracho e Francisca Maria de

Oliveira Câmara. Daquele casamento foram testemunhas José Rebouças de Oliveira Câmara e João Florêncio de Oliveira Câmara, tios de Josefa, e irmãos de Francisca Maria. Desses consórcios descende Guiomar Câmara Bezerra, filha de Firmino Ananias Bezerra e Sebastiana Câmara Bezerra.

José Câmara Filho e Izabel Bezerra, entre outros filhos, tiveram Luís Bezerra da Câmara que se casou com Rita Ferreira da Câmara, estes conhecidos por Bisil e dona Ritinha, e Sebastiana Câmara Bezerra que se casou com Firmino Ananias Bezerra, filho de Antonio Ananias Bezerra e de Josefa Câmara. Além de Firmino Ananias, Antonio e Josefa Câmara tiveram José, Francisco, Miguel, Joaquim, Luíza, Severa e Duca (?). As mulheres não casaram. Os homens, José e Francisco deixaram ampla descendência em Jardim de Angicos. José se casou com Júlia Ananias Bezerra, entre outros filhos nasceu dona Nazaré casada com Jorge Pinto da Câmara, moradores no Umarí, e Maria de Lourdes que casou com Manoel Dias de Melo, moradora na Favela.

Francisco se casou duas vezes, primeiro com Amélia Pinto, nascendo José Ananias casado com Maria do Céu, com descendentes no Catolé; Leonidas Câmara, casada com seu primo João Firmino; e João Ananias Bezerra que casou e viveu no Rio Grande do Sul. Do segundo casamento, este com Luíza Elita Bezerra, filha de Alexandre Pinto e Luíza Pinto de Lima, nascendo Luíza Elita que se casou com Luis Pinto, morador na cidade de Jardim de Angicos; Severina que se casou com Francisco Germano Bezerra, com descendência no Catolé; Júlia que casou com Chico Batalha (Francisco Ferreira Lopes) com descendência na Fazenda Nova; Francinete que casou com Manoel Cesário; Margarida que casou com Basto Bento (Sebastião Bento) com descendência na cidade de Jardim de Angicos; Floriano casado com Francisca das Chagas Bezerra, filha de José Militão de Souza, sobrinho de José Tertuliano de Souza, morador e com descendência nos Balbinos; Manoel que casou com Damiana, filha de Francisco Cazuza; e Francisco Ananias Bezerra (Chico do Pezinho) casado com Maria de Fátima (Tatá),

filha de Valdemar e Maria Gloria de Lima, com descendência nesta cidade.

Guiomar Firmino, ao centro, Francisco Ananias Bezerra (Chico do Pezinho), sua esposa Maria de Fátima, e Francisco Ananias Junior.

Sebastiana e Firmino tiveram quatro filhos: Francisco Canindé Bezerra, Bartolomeu Borneges Bezerra, João Câmara Bezerra e Guiomar Câmara Bezerra. Francisco se casou com Maria Luíza Pereira Bezerra, nascendo Francisco Canindé Bezerra Filho e Lucia Helena Bezerra; Bartolomeu se casou por procuração com Luíza, natural da cidade de João Câmara, onde ela casou; ocasião em que ele estava na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Lá nasceram José, Antonio, João e Francisco Carlos.

Guiomar Firmino e o seu irmão João permaneceram no Umarí. João de Firmino ou João Firmino, como era mais conhecido, se casou com Leonida Ananias Câmara Bezerra, filha de Francisco Ananias Bezerra e Luíza Elita Bezerra. Quando João Firmino faleceu, seus filhos Sebastião, João Maria e Maria Helena ficaram aos cuidados de dona Guiomar que não casou. Eles moram em Nata/RN.

Sebastião Francisco Câmara Bezerra se casou com Elza Cristina de Lima Bezerra, natural de Natal; João Maria Câmara Bezerra se casou com a natalense Gilmara Alves de Moura e já tem dois filhos: Jessika Paloma Alves de Moura Câmara Bezerra e João Paulo Alves de Moura Câmara Bezerra; e Maria Helena Câmara Bezerra é solteira, formada em economia pela UFRN.

Dona Guiomar foi à primeira jardinense a se formar em advocacia e ocupara um cargo de Promotor de Justiça. Nasceu em 28 de novembro de 1919 no Umarí. Em seus documentos registram haver nascida no ano de 1927. Naquela terra viveu e estudou o básico, ensinado em sua época de criança. Já adolescente foi para casa de seus parentes e padrinhos Manoel Câmara e Querubina, moradores na cidade de João Câmara, aonde continuou os seus estudos. Logo eles foram morar na cidade do Ceará-Mirim e ela os acompanha e ali conclui o primeiro grau, o atual ensino fundamental. Dali foi para Natal estudar no colégio Atheneu o “ensino 91”, como se chamava o supletivo de segundo grau, o ensino médio atual.

Com essa aprendizagem voltou para sua terra e passou a ensinar, gratuitamente, aos seus conterrâneos. Seu esforço lhe valeu uma vaga para que ela lecionasse pago na sua comunidade. Mesmo assim não se deixou acomodar. Passou no enxame de seleção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, aonde cursou advocacia e freqüentava as aulas por quinze dias alternados, enquanto passava os outros quinze na sua terra na função de professor. No intervalo que ela se ausentava do seu trabalho, João Firmino assumia o posto. Apesar das dificuldades da época, Guiomar é diplomada advogada em 1964. Com essa formação ela conseguiu ingressar na Promotoria Pública da cidade de Lajes, onde passou á trabalhar, enquanto seu cargo de docente ficou para o seu irmão continuar o seu primeiro sonho, na sua terra.

Dona Guiomar faleceu em Natal aos 16 dias de novembro de 2001, deixando seu exemplo de luta e vitórias. A vida é breve e única, até que se prove ao contrario, ou especial em cada fase. Há pessoas que a conduz por caminhos tortuosos, enquanto há outras

que se acham superiores a tudo e a todos e não aproveita essa "superioridade" para praticar o bem e a harmonia com as outras pessoas. Há também aquelas que vivem para amar e ajudar o próximo, como fez dona Guiomar em sua permanência entre nós. Embora pouco lembrada pelas autoridades constituídas de sua terra, ela é um exemplo de luta que deve ser notório a todos os jardinense, para que possamos preservar a sua memória como patrimônio deste município ao lado de Alzira Soriano.

Ali perto, do outro lado do rio, nasceu aos 31 dias de maio de 1917, Francisco Dionísio Bezerra, nosso amigo França Dionísio, filho de Luís de França Bezerra e Sebastiana de Paiva Bezerra.

Lucí, dona Luíza, França Dionísio, Luís Lucides e sua esposa Dilma Gomes, e seus filhos Lucas, ao colo, Lucides Filho e Luane.

Casou-se em 1941, com dona Luíza Gomes Teixeira, filha de Alexandre Gomes Teixeira e Maria Francisca Teixeira do Nascimento, nascida na fazenda Ponta de Serra, atualmente no município de Lajes/RN. Tiveram seis filhos: Lucí, Luciana, Luís Lucides, Luzinete, Luzimar e Lupécio Teixeira Bezerra, todos nascidos na mesma fazenda aonde mora e nasceu seu pai.

Dona Sebastiana, mãe de "Seu França", era filha de José Soares de Paiva, neta do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha e

Ana Rosa, antigos donos do sítio Jardim. Seu pai, Francisco Dionísio, nasceu em 26 de agosto de 1879, segundo filho de Manoel Dionísio Bezerra e Juliana Maria Gervásia Bezerra, casados no Jardim em novembro de 1875. Manoel Dionísio era filho do capitão Manoel Francisco Bezerra e Francisca Barbosa Bezerra (Câmara, quando solteira), e ela irmã do coronel José Francisco Bezerra, filhos de Francisco José Bezerra e Rita Maria Bezerra. No início daquele século, Francisco José Bezerra era o principal dono de terras no Umarí.

Manoel Dionísio e Juliana fizeram nascer: Maria, em 29 de setembro de 1876, que se casou com Luís Francisco Bezerra; Luís de França, em 26 de agosto de 1879, pai de "Seu França" e de João, Manoel, José, Maria de Paiva Bezerra e Geraldo Dionísio Bezerra; Francisca, em 11 de fevereiro de 1881, que permaneceu solteira; Antonio, em 05 de setembro de 1885, que se casou com Izabel Pinto Bezerra, filha de Teotônio Pinto da Câmara. Antonio Dionísio e Izabel são os pais de Jorge Pinto da Câmara que também nasceu e mora no Umarí. Jorge é casado com dona Nazaré Ananias, filha de José Ananias Bezerra e Júlia Ananias Bezerra, e neta de Antonio Ananias Bezerra e Josefa Marcelina de Oliveira Câmara; Maria do Carmo que nasceu em 14 de novembro de 1886 e se casou com Cícero Geraldo da Silva e foram eles os avós de dona Consuelo que é casada com Deusdete Teixeira de Vasconcelos (Detinho); Em 22 de março de 1891 nasceu Francisca, e em 24 de março de 1893 nasceu Josefa Dionísio Bezerra, mãe de Gelsa e Geralda, filhas de Manoel Teixeira de Vasconcelos (Nezinho Vitô), pais adotivo de Detinho, casado com dona Consuelo. Ainda nasceu Zacarias em 05 de novembro de 1894.

Ao nascer seus filhos, dona Juliana Gervásia anotava as datas em um caderno que ela denominou "assentamentos de meus filhos", fonte da qual transcrevi as datas de seus nascimentos, escritos por ela há mais de 130 anos e conservados por sua neta Gelsa. Dona Juliana foi professora na fazenda Umarí aonde nasceu e faleceu aos 48 anos de idade e 23 de casada. Já a data de seu falecimento foi anotada por Braz, um de seus irmãos.

Na Malhadinha, comunidade quase desabitada ao norte da Fazenda Nova, nasceu em 25 de março de 1927 Luís Anunciado Bezerra, filho de Manoel Augusto Bezerra e Antônia Florisa Bezerra.

Anunciado e dona Tereza.

Ele se casou em 1956 com dona Tereza Pinto Bezerra, nascida em 15 de outubro de 1935, no Pastorador, em terras da fazenda Primavera do coronel Miguel Teixeira, filha de Manoel Pinto da Câmara e Maria Epifânia da Câmara. Seu Anunciado e dona Tereza tiveram 09 filhos vivos: Francisco, Maria de Fátima, João Batista, Paulo Dailô, Francisca Lúcia, Maria da Conceição, Miguel Arcanjo, José Francisco e Rafael.

Francisco Canindé Bezerra se casou com Maria José, filha de Severino Flor e dona Damiana, também moradores no Pastorador. Eles lhes deram dois netos: Gleidson e Glécia; Maria de Fátima se casou com Francisco Canindé, seu primo legítimo, filho de Luís Gonzaga Bezerra, irmão de seu pai, e Severina Eudócia, nascendo Glauber e Rafaela; João Batista Bezerra se casou com Sônia Maria, filha de Olinto Machado Câmara e dona Nadege Ferreira Câmara, nascendo Olindege, Oliana e Oliomar; Paulo Dailô se casou com

Francisca Lúcia, filha de Napoleão Bezerra e dona Maria Francisca da Costa, nascendo Adcliudo, Ailton e Alison.

Ela é irmã de dona Ana, casada com o meu irmão Messias; Francisca Lúcia se casou com Raimundo Sergio da Silva, filho de Antonio Sergio da Silva e Ana Francisca dos Santos, nascendo Francisco das Chagas; Maria da Conceição se casou com Beto, e moram no Rio de Janeiro/RJ, onde nasceu Gláucio e Glasiane; Miguel Arcanjo se casou, também no rio de Janeiro, com dona Sônia; José Francisco Bezerra se casou com Maria de Fátima, filha de Nazareno Xavier e de dona Luzia, nascendo Marcos André; Rafael Oliveira Bezerra se casou com outra filha de Nazareno, a senhora Alexandra e tiveram um filho: Elias. Rafael e Paulo moram em Jardim de Angicos, cidade para onde seus pais vieram morar em 2005, deixando a comunidade de Fazenda Nova, onde nasceu e criaram seus filhos.

Manoel Ludugero, como fora conhecido Manoel Augusto, e Florisa constituíram sua família na região de Fazenda Nova e Malhadinha em Jardim de Angicos/RN, sendo seus filhos: Luís Gonzaga, Luís Epifânio, Luís de França, Luíza Pedrozina, Luíza Elena, Luís Antonio e Luís Anunciado Bezerra, em terras de seus pais Ludugero Felipe Bezerra e dona Francisca. "*Em terra pouca. Pobre não possui muita terra.*" Afirmava o senhor Anunciado em conversa que tive com ele em junho de 2005.

Os pais de dona Tereza, esposa de Anunciado, viveram por muito tempo na Fazenda Barra, referencia a barra do rio do Vento, divisas de Jardim de Angicos e Caiçara do Rio do Vento. Além de dona Teresa houvera entre outros: Manoel, João, Geralda, Marina, Maria e Luís Pinto. Sendo este último casado com Luíza, pais de Luís Pinto Filho que mora na cidade de Jardim de Angicos, casado com Luíza Ananias, já falecida, de quem nasceu Francisco Canindé Pinto. Viúvo, Luís Pinto casou com Filomena Maria Felipe de Lima. Este casal criou Lucicleide da Costa de Lima, que casou com Luís Eduardo de Morais (Beto de Luís de Basto), filho de Luís Ferreira

de Morais e Ivonilde, sendo ela filha de José Walfredo da Costa de Lima e Maria Luciene Costa de Lima.

Em Jardim de Angicos viveu e deixou ampla descendência Maria Laura Bezerra, nascida em 12 de fevereiro de 1915, no sítio Comboieiros em Açu/RN. Nesta cidade ela faleceu aos 11 dias do mês de outubro de 2005. Chegou a esta terra com 10 anos de idade, quando seu pai Felipe Ferreira da Fonseca, filho de Delerindo Ferreira da Fonseca e Maria da Fonseca, veio morar no arruado de Jardim de Angicos, onde passou a desempenhar a profissão de marchante. Delerindo era descendente de Vicente Ferreira da Fonseca e Josefa Joaquina de Jesus, que também deixou descendência no sítio Malheiros e Mulungú, então na freguesia de Angicos. Felipe se casou com dona Lucinda Maria da Conceição, filha de Manoel Silvestre, construindo numerosa família: Antonio Ferreira, Antonio Felipe, Minervino, Pedro, Felipe, Francisco, Zulmira, Maria de Lurdes, Maria Ferreira, Joana, Francisca, Aurora, Mocinha e Laura. Destes, quatro fincaram raízes nesta terra: Pedro, Antonio, Laura e Minervino. Pedro se casou com Elizabete Ferreira e Antonio com Antonia, mas só Minervino e Laura deixaram raízes estáveis em Jardim de Angicos.

Minervino casou-se com Alexandrina Bezerra, natural da fazenda Umarí, neste município, filha de Alexandre Francisco Bezerra e Luzia, e tiveram 12 filhos: Valquíria, Manoel, Rodrigues, Margarida, Maria da Conceição, Francisco de Assis, José, Francisco Canindé, Francisco Arnaldo, João Maria, João Batista e Francisco Ferreira. Casaram: Valquíria com seu primo Analcides Bezerra; Manoel (Badeco) com Maria de Fátima, filha adotiva de João Maria de Lima e Raimunda Nobre; Rodrigues com sua prima Erimar Bezerra; Margarida com Célio Marcelino de Lima, já separados; Assis casou com Domingas; José se casou com Iolanda; Canindé com Luíza de Sousa Gomes, filha de Francisco Soares Gomes e Josefa Ferreira de Souza, moradores na Malacacheta, em Jardim de Angicos; Francisco Arnaldo com Carminha, filha Martinho Belchior e Geracina; João Maria com Maria Eterna.

Dona Maria, Franciany, Antonio Romana, Francisca Mara e Nego.

Entre filhos deste último, Sheilho se casou com Dalvanira Neta, filha de Mônica de Sousa e Roberto; João Batista é casado com Élbia; Conceição e Francisca são solteiras. Francisco Ferreira da Fonseca (Nego) é o único que permaneceu em Jardim de Angicos. Nego casou-se com Maria da Conceição Felipe, filha de Antonio Felipe de Lima (Antonio Romana) e Damiana Ferreira de Lima. Tiveram três filhas: Francimar que se casou com Carlos Sodré, natural de Natal/RN, Franciany que se casou com Lourinaldo Luís da Silva Junior, e Francisca Mara que é solteira. Seu pai, Minervino, faleceu em 27 de dezembro de 1992, em Teresópolis/GO, aos 72 anos e sua mãe vive naquela cidade com seus filhos, netos e bisnetos. Uma vez por ano, seus descendentes vêm a sua terra natal. Nego, em março de 2006, foi embora para o estado de Goiás, morar na mesma cidade onde moram seus parentes.

Dona Laura se casou com Venâncio Bezerra, filho de José Inácio Bezerra e Teresa de Jesus Bezerra. Ele foi vereador em Lajes quando Jardim de Angicos pertencia aquele território. São seus filhos: Leodete, Lucimar, Francisco Canindé, Terezinha, João e Armando.

Dona Laura aos 90 anos e seus filhos, na ordem: João Dimas, Leodete, Terezinha, Lucimar, Armando e Chiquinho Venâncio.

Eles se casaram: Leodete com Miguel Teixeira Bilro, filho de Apolônio Soares Bilro e Letícia Teixeira Bilro, nascendo Tércio Ferreira Bilro; Lucimar com Manoel Câmara (Nazareno), filho de Pedro Machado da Câmara e Hortência Iracema, nascendo Lílian, Liana, Venâncio Neto e Gleidson; Francisco Canindé Bezerra (Chiquinho Venâncio) com Maria de Lourdes, filha de Severino Ferreira e Luíza Ferreira de Morais, nascendo Francisco Junior, Nádia, Geísa, Geane, Jaqueline e Severino Neto; Terezinha (Telinha) com Noel Eduardo, filho de Joaquim Eduardo da Silva e Júlia Medeiros Silva, nascendo Alisson e Ariana; João Dimas, que foi um atuante vereador nesta terra por vários mandatos, se casou com Terezinha Cavalcante, filha de José Bezerra Filho e Maria Nazaré Bezerra, nascendo João Maria, Emanuel e Cezar, este último já falecido. João e professora a Terezinha moram no seu sítio Serrinha, na comunidade de mesmo nome.

Armado Fonseca Bezerra, comerciante, servidor público e morador na cidade de Jardim de Angicos, se casou com a prima da esposa de Chiquinho Venâncio, dona Francisca Ferreira, filha de

Tertuliano de Sousa e Eudócia Ferreira de Morais, nascendo Suely que se casou com Francisco Dehon de Lima, Sidney com Gilderleide Bezerra, Sezimar com Maria Amália de Lima, e Simoni que é solteira. Armando tem prestado relevantes informações sobre a historia desta terra que ele tanto ama. Valeu Armando, você é um grande jardinense, como também seus filhos.

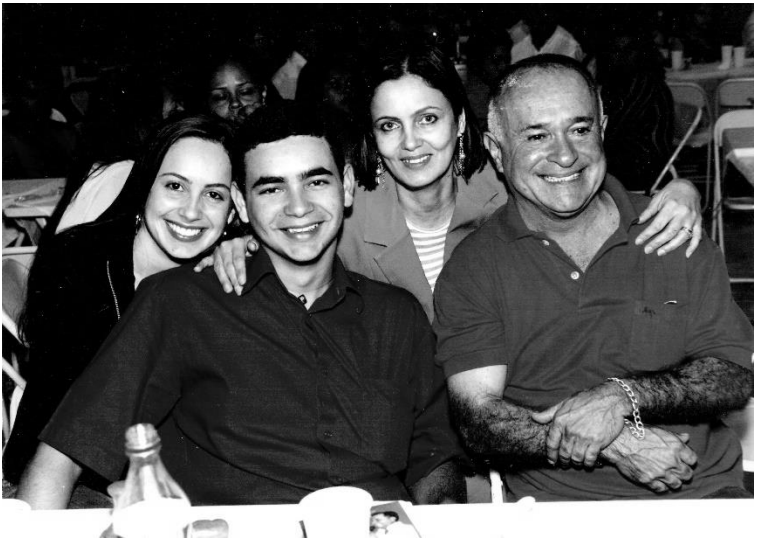
Em meados dos anos de 1940, chega e se instala como comerciante em Jardim de Angicos Ranulfo Fernandes de Macedo, nascido aos 27 dias de maio de 1912, no Riacho Fechado, em Taipu/RN, comunidade atualmente no município de Bento Fernandes/RN. Ali viveu seu avô, sem imaginar que mais tarde seu nome serviria de topônimo para aquele município. Bento Fernandes de Macedo nasceu em 1848. Ali construiu numerosa família contando 18 filhos, entre eles João Fernandes de Macedo, pai de Ranulfo. Bento Fernandes foi Delegado de polícia e faleceu assassinado em 1925 de uma facada que sofreu, ao tentar debelar uma briga, na terra que mais tarde lhe homenagearia com seu nome.

Ranulfo se casou em 24 de fevereiro de 1943 com dona Maria Nazaré de Macedo, filha de Cícero de Paiva Paula, natural do Ceará-Mirim, e de Luíza de França Paula, com ascendência radicada nos Bezerras do Umarí, filha do coronel José Inácio Bezerra e Tereza de Jesus Bezerra. José Inácio era filho do capitão Manoel Francisco Bezerra (1816 – 1893) e Francisca Barbosa da Câmara. José Inácio Bezerra é homenageado neste município com o nome da rua acima da igreja. Ele formou numerosa família, além de Luíza teve Sebastião Francisco Bezerra (Sebastião Inácio) que se casou com Maria da Conceição; Venâncio Bezerra com Laura Fonseca; Francisco Inácio Bezerra com Teonila Sales; José Inácio Bezerra se casou por duas vezes, a primeira com Domingas e depois com Nalva; Izabel Jerônima Bezerra se casou com Teodósio Ernesto da Costa, de Pedro Avelino; Maria Nazaré Antunes se casou com Raimundo Antunes de Oliveira, dos Antunes do Ceará-Mirim. Nesta terra Ranulfo foi agricultor, comerciante, vereador por dois mandatos em Lajes/RN e prefeito em Jardim de Angicos/RN, no período de 1969 para 1973. Faleceu em 06 de fevereiro de 1988, deixando dois filhos:

José e Francisco. José se casou com Maria Aurí Nogueira, natural de Fortaleza/CE, nascendo Taísy e Tuany.

Dona Nazaré, Taísy aos 10 anos, e Ranulfo Fernandes de Macedo. Novembro de 1982.

Francisco Fernandes de Macedo nasceu em 28 de fevereiro de 1948, formou-se em medicina no ano de 1977, e se casou em 1982 com Maria do Socorro Medeiros Fernandes de Macedo, natural de Lagoa Nova/RN, filha de Maria Alice de Medeiros e João Pelógio de Medeiros. Tiveram 03 filhos: Gustavo, Bárbara e Cezar. Dr. Macedo foi prefeito em sua terra natal, com mandato de 1993 até 1996, e a sua esposa, Socorro, foi vereadora no mesmo município de 2001 para 2004. Dona Socorro é uma mulher exemplar.



Bárbara, César, Socorro e Dr. Macedo.

Dona Nazaré Paula, como é conhecida à esposa de Ranulfo, foi parteira curiosa iniciando como auxiliar de Mãe Felipa. Perdeu o medo de pegar menino em uma eventualidade em que a sua mestra estava doente, ao pegar José Leonardo em 08 de novembro de 1964, filho de sua comadre Noêmia Nalva Barreto e Manoel Nobre Barreto.

Permaneceu como parteira até fins da década de oitenta. Aos 82 anos, ela tem sete netos e dois bisnetos. Mora nesta cidade, na rua que leva o nome do seu avô, em companhia de sua neta Tayza.

Era um domingo de 2004. O crepúsculo caia. Notícia se espalha pela cidade: João Pastor foi ferido gravemente por seu touro de carroça, em frente ao seu curral. Vizinhos e amigos ladeiam a sua residência a procura de informações:

-- E dona Maria? Perguntavam.

Cardiopata ela podia não suportar tamanha aflição. Naquele ínterim, Gilson Teixeira Bezerra havia passado ali em frente procurando socorrê-lo. Não mais pisava no solo onde viveu por mais de 86 anos. Em seus braços sussurrava:

-- Ponha-me no chão, ponha-me no chão, dessa vez eu não escapo. Outras vezes havia sido advertido pelo destino. Ele falece na noite 23 daquele primeiro dia da quarta semana de maio, entre a cidade de João Câmara e Ceará-Mirim, a caminho de socorro na capital deste Estado. Choraram adultos e crianças. É sepultado no dia seguinte acompanhado de uma grande multidão. Quem seria este homem que o povo tanto sentiu?

Seu João, em frente a sua casa na Rua Capitão Manoel Vicente.

Não tinha renome político, nem poderio econômico. Apenas era um aposentado por serviços prestados a "Os Correios", que se completava na luta agrícola, nela tendo seu último dia. Ele tinha a simpatia por ser um homem simples e trabalhador, um bom vizinho, um grande amigo que deixou saudades aos que o conheceu. A notoriedade de João Batista Guilherme foi fruto da sua simplicidade e generosidade, herança maior que deixou para seus filhos: Laércio, Arimatéia, Batista, Conceição, Maria das Dores, Antônio, Dadai e Paulo. O mesmo que se perpetua em seus netos e bisnetos.

João Pastor foi meu vizinho "de parede", como são construídas as residências do velho Jardim. Certa vez, comentando

sobre desavença entre vizinhos, ele me disse: "*Vivi minha vida gostando dos meus vizinhos, fazendo amigos, nunca tive inimigos. Não é no fim da minha vida que irei desgostar de ninguém."* Dias depois acontecia aquela tragédia, deixando entre nós o seu exemplo de um grande jardinense.

Sua descendência vem do deputado provincial Joaquim Guilherme de Sousa Caldas, nascido em Natal/RN, aos 26 de julho de 1836, filho do capitão José Antonio de Souza Caldas, comandante do destacamento do Corpo de Polícia da Vila Nova da Princesa, atual Açu. Joaquim Guilherme, o bisavô de João Pastor, entrou na política pelo Partido Conservador em 1870, quando se elege deputado provincial do Rio Grande do Norte. Em sua trajetória política obteve mais quatro mandatos e em 1891 participou do Primeiro Congresso Constituinte, dissolvido pela Junta Governativa. Joaquim Guilherme manteve alternância na direção do Tesouro Provincial e com a transição republicana transformando a Província em Estado, manteve-se como inspetor do Tesouro do Estado.

Em julho de 1888 foi condecorado com a fita e placa da Imperial Ordem de Rosa, passando o então deputado a ser conhecido, também, por Comendador Joaquim Guilherme. A sua influência política e pelo cargo que exercia no Tesouro do Estado, fez alguns de seus filhos chefe de tributação em municípios deste Estado. Um deles foi Alfredo Guilherme de Sousa Caldas que veio ocupar a função na Coletoria Estadual no município de Jardim de Angicos em 1892. Alfredo Guilherme exercia no 34^0 Batalhão de Infantaria, em Natal, a função de 2^0 Sargento. Dá baixa e ao chegar neste município, conhece Rita Ernestina Bezerra e Câmara, filha do capitão Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, fruto de seu primeiro casamento, em 1873, com Francisca Brasilina Bezerra, filha do coronel José Francisco Bezerra e Ana Joaquina da Conceição.

Dona Rita era neta paterna de Francisco José Bezerra e Rita Maria da Conceição, donos de terras no Umarí, e materno de Felipe Rodrigues da Costa e Maria Francisca da Conceição, donos da fazenda Conceição. Manoel Câmara era filho de José Rebouças de

Oliveira Câmara e Joana Xavier da Costa. Viúvo, ele contrai novas núpcias com sua cunhada Maria Cândida Bezerra, irmã de Francisca. Alfredo se casou em 21 de novembro de 1893 quando tinha 23 anos e ela 18, no sítio Triunfo da União, propriedade de seu sogro, quando já era casado pela terceira vez, desta com Felipa Floriza Pereira Brito.

Dona Rita Câmara de Sousa Caldas; nome de casada, e Alfredo tiveram 16 filhos, sendo João Pastor Guilherme Caldas o primeiro que nasceu, em 23 de agosto de 1894, no mesmo sítio aonde eles se casaram. Os demais foram:

Cremilde Guilherme Caldas, nascida em 26 de Agosto de 1895 e que se casou em 1914 com Francisco Ataliba de Paula; Francisco Gracito Guilherme Caldas que nasceu 28 de fevereiro de 1897 e faleceu em novembro do mesmo ano; Cleonice Guilherme Caldas nascida a 21 de março de 1898 e que se casou com Miguel Ataliba; Joaquim Guilherme Caldas nascido em 07 de julho de 1899 e falecido em 23 de outubro de 1900; Sebastiana Guilherme Caldas nascida a 04 de dezembro de 1900 e que se casou com Aristóteles Lima; Waldeck Guilherme Caldas nascido em 20 de abril de 1902 e falecido a 03 de outubro do mesmo ano; Maria Izabel Guilherme Caldas nascida em 17 de novembro de 1904 e que se casou com Francisco Lourenço de Carvalho;

Eulina Guilherme Caldas nascida em 13 de abril de 1906 e falecida em 26 de dezembro do mesmo ano; Odemar e Dominga Guilherme Caldas nasceram em 17 de fevereiro de 1908; Izidora Guilherme Caldas nascida em 10 de abril de 1908; o 12º filho foi um aborto; Diomar Guilherme Caldas nascido em 22 de maio de 1912 e faleceu em 19 de setembro de 1996. Ele foi vice-prefeito de Lajes e se casou com sua sobrinha Ulda Guilherme Caldas, filha do seu irmão João Pastor; Calvino Guilherme Caldas nascido em 1º de agosto de 1913, faleceu 14 dias depois; Joaquim Guilherme de Sousa Caldas nascido em 16 de novembro de 1914 e falecido em 29 de novembro de 2002;

e Gutenberg Guilherme Caldas que nasceu em 21 de abril de 1918. Todos naturais de Jardim de Angicos. João, o mais velho, se casou com Maria das Dores, filha de Luíza Vieira, ex-escrava de Manoel Câmara, seu avô. Daquele casal nasceu João em 11 de fevereiro de 1918, na povoação de Jardim de Angicos/RN. João Batista como foi batizado herdou o sobrenome de seu pai, como ficou conhecido.

João Pastor se casou em 1948 com Maria do Carmo Guilherme, filha de Francisco Nobre Barreto e Luíza de França Nobre. Com o seu falecimento, dona Maria passou a viver na cidade de João Câmara, onde mora a maioria de seus filhos. Eles se casaram: Laércio Nobre Guilherme com Salete Câmara Guilherme, filha de José Pinheiro e de Elvira Edila da Câmara, natural de João Câmara/RN. Têm dois filhos e três netos.

José de Arimatéia Guilherme se casou com Joseleneide de Melo Martins, filha de Francisco Martins Ribeiro e de Cacilda de Melo Martins, natural de Paraú/RN. Têm três filhos e um neto. João Batista Guilherme se casou com Edna Maria Silva, filha de Severino Inácio da Silva e de Neide Inácio. Têm três filhos.

Maria Conceição Guilherme se casou com Francisco Carlos da Silva, filho de Cosme Joaquim da Silva e de Maria Francisca da Silva. Também tem três filhos. Maria das Dores se casou com José Aldo Monteiro, filho de Manoel Monteiro e Luíza de França Monteiro, natural de João Câmara/RN. Têm três filhos. Antônio Telmo Guilherme se casou com Anailde Alves de Souza Guilherme, filha de José Zacarias Sobrinho e de dona Cleonice Alves da Cruz, natural de Pedra Preta/RN. Têm três filhos.

Dona Maria comemorando seus 80 anos de vida, em 05 de dezembro de 2005, ao lado de Conceição, Dadai, Batista e Antonio, sua nora Ana, seu bisneto Mateus e sua mãe Ana Eliza, filha de Conceição.

Dona Maria e João Pastor, seus filhos Arimatéia e Paulo com suas filhas Paola e Poliana.

Francisco Canindé Guilherme (Dadai) se casou com Franciléa Xavier Guilherme, filha de Francisco Estevam Xavier e de dona Célia de Aguiar Nobre Xavier, natural de João Câmara/RN.

Têm duas filhas. Dadai e Tonho são comerciantes naquela cidade no ramo de drogarias. Paulo Cezar Guilherme, o caçula, se casou com Sandra Maria Pinheiro, filha de Antonio Daniel Pinheiro e dona Raimunda de Souza, de Bento Fernandes/RN. Têm três filhas.

Fábio, um dos netos de João Pastor e dona Maria, filho de Arimatéia e Joseleneide, é casado com Mirelle, filha de Joselí Araújo da Costa, comerciante na cidade de João Câmara, e dona Maria de Lourdes. Ela é neta de José Procópio da Costa, mais conhecido por Berré, que morou no Cardoso. Berré chegou ali na década de 1950, vindo de Caicó/RN para trabalhar como gerente da fazenda Cardoso, quando pertencia a Cloves Lamartine. Ali ele comprou mais de mil hectares daquelas terras, aonde criou seus filhos, que entre eles, além de Joselí, estão Josafá Araújo um dos maiores comerciantes da cidade de João Câmara, com filias em outras cidades da região, e Francisco, ou Chico de Berré, como é conhecido, também comerciante. Luís de Berré, outro irmão, enveredou pela política e é vereador na mesma cidade, com vários mandatos.

Ali, na cidade de João Câmara, mora dona Nila, Petronila Ferreira da Câmara, nascida em 1º de julho de 1926, filha de Manoel Luís Ferreira Campos e Maria Lica Fonseca Câmara. No século XIX, seus ascendentes "Campos e Câmara" estavam radicados na freguesia de São José dos Angicos, desde a fazenda Triunfo da União, Jardim, Mundo Novo, Vereda do Meio, Várzea de Bois, Vila de Angicos, Fernando Pedroza, Pelo Sinal, Pedra Branca, Mulungú, Lajes e em diversos outros sítios e fazenda além desta região.

Ela descende de Luís Rebouças de Oliveira Câmara, seu avô materno, filho de José Rebouças de Oliveira Câmara. Luís Rebouças se casou com Izabel Xavier da Câmara, em 1887, na fazenda Logradouro, e morou por vários anos em Gaspar Lopes, atual sede do município de Pedro Avelino/RN. Seu avô paterno, Francisco Ferreira Campos era casado com Cândida Ferreira Campos, moradores na "Beira do Rio" (denominação genérica dos sítios e fazendas próximas ao rio Ceará-Mirim) nos arredores do Riacho

Fundo, Pé Quebrado, Jacaré, Pitombeira, no município de Taipu, atualmente no território de Bento Fernandes/RN.

Dona Nila Câmara. Ao fundo um quadro com a foto de seu filho Zé Guedes.

Conheci dona Nila em meados de 2005. Tinha ela um filho que não o conheci. Funcionário do Banco do Brasil e comerciante naquela cidade, José Guedes da Câmara Filho havia falecido em um acidente automobilístico. Em novembro do mesmo ano visitei-a novamente. Conversamos muito, mas, ela não esconde a amargura e o vazio que seu único filho deixou.

Em Jardim de Angicos há os Machados da Câmara, descendentes de Manoel Xavier da Câmara e Maria Conceição Xavier da Costa. Sua filha Maria do Ó Xavier da Câmara se casou em 18 de fevereiro de 1882, na vila de Angicos, com Vicente Ferreira da Costa Machado, filho de Francisco Machado de Azevedo Costa e de Joana Cardolina Xavier Bezerra. Além de Vicente Machado havia Rita da Natividade Xavier da Costa que casou no sítio São Paulo, em 1861, com Francisco Xavier de Oliveira Belo; Francisco Eulidónio da Costa Machado, casada na Igreja Matriz de Angicos, em 1862, com Maria Francisca Lourinda da Conceição; Joaquim Francisco da

Costa Machado, casado em 1863, no sítio Gaspar Lopes, atual cidade de Pedro Avelino, com Maria Avelina Xavier da Costa, filha de Joaquim José da Câmara e Ana Joaquina Xavier da Costa; Vicência Francisca Bezerra, casada 1868, no sítio Gaspar Lopes, com Francisco Januário de Meneses; Antonio Francisco da Costa Machado, casado em 1872, no sítio Logradouro, com Ana Avelina Xavier da Silva. Casado, Vicente Machado passou a morar na fazenda Conceição, em Jardim de Angicos, quando ela já pertencia a Manoel Rebouças de Oliveira Câmara.

Ali ele morou 18 anos e se casou mais duas vezes. Do primeiro casamento nasceram: Pedro Machado da Câmara que se casou com Hortência Iracema da Câmara, filha de Jose Augusto Raposo da Câmara e Maria Francisca da Câmara; Joaquim que se casou com Maria, natural de Santa Cruz/RN; José que faleceu solteiro; Luíza que se casou com Manoel Augusto de Lima, natural do estado do Rio de Janeiro; Francisca que se casou com Alexandre Pereira; Ana que se casou com João Pereira, filho de Antônio Pereira e dona Francisca da Costa; e Maria Machado que se casou com Luiz Eugênio da Costa (Luiz Bispo) filho de Feliciano Evangelista da Costa e Maria Quitéria.

Em seu segundo matrimônio, Vicente Machado casou com uma irmã da mãe de Zé Bebé, filha de José Alexandre da Trindade nascendo Etelvino Machado que se casou com Maria, filha de Francisco Pereira e Santina Pereira; e Olinto Machado que casou com Izabel Miranda. Por último Vicente casou com dona Maria, natural de Poço Branco/RN, nascendo Maria e Vicência. De Vicente e dona Maria do Ó descende Olinto Machado da Câmara, filho de Pedro Machado e de Hortência Iracema.

Olinto nasceu em 26 de Julho de 1924 na fazenda Conceição, onde mora. Casou-se em 29 de Janeiro de 1956 com Nadege Ferreira Mendes. Dona Nadege nasceu na fazenda Pedra Vermelha de Cima, ao norte da cidade de Lajes, filhas de Antonio Ferreira Mendes e de Genésia Ferreira de Souza. Além dela houve mais sete irmãs: Tamires, Alvanir, Oscarina, Esmerina, Abirlamil, Benônia e Nívea.

Sua mãe era filha de Francisca Bezerra da Conceição, irmã de Manoel José de Melo Formiga, membro da Intendência de Jardim de Angicos em 1890, filhos de José de Melo Formiga, dono da fazenda onde ela nasceu. Sua avó Francisca se casou na Pedra Vermelha, em fevereiro de 1888, com Antonio Secundo da Rocha. Dona Nadege veio para Fazenda Nova em 1951 para assumir o cargo de Professora do Estado, na Escola Isolada daquela comunidade, função que lhe garantia Cr$ 400,00 por mês. Ali foi professora do homem com quem escolheu para viver.

Dona Nadege e Olinto Machado, em sua casa na Conceição. Novembro de 2005.

Dona Nadege e seu Olinto Machado tiveram nove filhos: Maria de Fátima que se casou com José Nazareno de Lima, filho de Pedro Segundo Balbino e de dona Justina; Francisca Magdália que é solteira; Maria Sônia que se casou com João Batista Bezerra, filho de Luiz Anunciado Bezerra e Tereza Pinto da Câmara; Mara Aparecida que se casou com João Batista Fernandes, filho de Cícero Fernandes e Irene Machado Câmara; Tânia Maria que se casou com Francisco Edílson, filho de José Silva e Maria do Céu Silva; Maria da Conceição que se casou com Oliveira Damasceno, filho de Severina Damasceno e Valter Damasceno Bezerra; Maria de Jesus

que se casou com Francisco de Assis Costa, filho de José Costa e Joana Costa; Francisco Canindé que se casou com Jailma de Moura, filha de Dulce Moura; e Maria Gorete que faleceu solteira. Na cidade de Jardim de Angicos mora Júlio Machado da Câmara, um dos irmãos de seu Olinto, casado com dona Salete. Seu Júlio é fotografo a muitos anos em Jardim de Angicos.

BEZERRA E MELO

Na várzea do rio Ceará-Mirim, pouco mais de uma légua da barra do Milhã e sede da antiga data da Boágua, há as fazendas Jacaré e Pitombeira. Vizinhas, a primeira com sede no município de João Câmara e a outra no de Bento Fernandes, ambas com extensão territorial em ambos os municípios. Faziam parte das terras que em 1709 pertenciam a Manoel Rodrigues Coelho e ao seu irmão Francisco Rodrigues Coelho. Por volta de 1840 pertenciam a Antonio Bezerra de Melo.

Antonio Bezerra é da mesma ascendência Bezerra que ocupou a região de Angicos, no século XVIII. Ele morava em meio às duas propriedades, à margem esquerda daquele rio, aonde faz uma curva bem acentuada para o norte e retoma bruscamente para o leste o seu destino normal. Ali, Antonio Bezerra criou seus filhos, resultado de dois casamentos. O primeiro com Maria Rosa, nascendo Manoel Rosa Bezerra, Joana Maria da Conceição e Inácia Bezerra de Melo. Do segundo com Ângela Bezerra fez nascer Manoel, João Batista, Sinfrônio, Luíza, Ana, e outros. Antonio Bezerra faleceu em Carapebas, atual Afonso Bezerra. Escreverei sobre Inácia Bezerra de Melo e Joana Maria da Conceição, minhas bisavós.

Inácia nasceu em 1848 e se casou com Manoel Pedro Romão, natural do Inhandu então na freguesia de Extremoz, na região do Taipu/RN. Pouco descobri da ascendência de Manoel Pedro Romão. Sua cunhada Joana se casou com José Luís Gomes, filho do capitão José Luís Gomes, natural de Bananeiras/PB. José Luís, o filho, nasceu de uma índia Tapuia, “pega a casco de cavalo” que viveu na região da Ubaia e Serra da Cruz, hoje no município de Bento Fernandes/RN. Aquela índia foi “domésticada” na Pitombeira e só

teve esse filho. Na maioria dos seus, ele acresceu o sobrenome Luís, resultando no topônimo de "Pitombeira dos Luís". Entre os muitos filhos de Zé Luís e Joana, nasceu em 19 de maio de 1901 Maria Sebastiana da Conceição que se casou em 1927, com seu primo legítimo João Pedro Romão, um dos filhos de Manoel Pedro Romão e Inácia. Do casal João Pedro e Sebastiana, que também a chamavam de Celestina, ou Mãe Tina, nasceu Domingos Pedro Romão que se casou com Joana Soares da Silva Romão, que são meus pais.

Manoel Preto e Mãe Jandira, sua neta Andréia, e suas bisnetas Aline, filha de Luís Erivan e Cristina de Lima, com Fernanda no colo, filha de Gilberto e Clemilda, filha de Francisco Nô de Oliveira e dona Francisca.

Os filhos de Manoel Pedro Romão, além de João Pedro foram: Pedro Maurício Romão que se casou com sua cunhada e prima Luzia, nascendo Manoel Pedro Maurício (Manezinho), Luís, José, Maria e Sebastiana; Francisco Pedro Romão que se casou com Eliza, a outra irmã de Celestina nascendo José Francisco, Manoel Pedro Maurício (Mané Preto), Maurício Pedro, Manoel Lô, Mariquinha, Anísia, Joana, do Carmo, Izabel e Luzia. Deste casal, em Jardim de Angicos mora Mané Preto que se casou com Maria Pedro Maurício, conhecida por Jandira, parteira curiosa, a qual "me

pegou" quando do meu nascimento. Ela é filha de José Luis e Joana Luzia, naturais de Ceará-Mirim/RN e teve 24 filhos, sobrevivendo apenas seis.

São seus filhos: Luzia que casou com Célio Marcelino de Lima, filho de João Pequeno e Amália Ferreira, nascendo Lucélia e Andréia; Creuza que se casou com Jorge Luís Bezerra, filho Floriano Ananias Bezerra e Francisca das Chagas Bezerra, nascendo Jorge Luís Bezerra Junior e Jarley Maurício Bezerra. Antes, Creuza teve Janaína filha de Silvio Teixeira de Sena, filho de Francisco Teixeira de Sena e Helena Correia de Sena; Ariane se casou com Cosme de Sousa (Ivamar) e nasceu Luís Fernando; Geraldo, já falecido, casou com Francisca de Fátima de Lima, nascendo Antonio e Alex; Jorge se casou com Maria das Graças, carioca, e mora no estado do Rio de Janeiro; Francisco Pedro Mauricio (Chicó) se casou com Maria de Lourdes, filha de Manoel Leão e Maria Joaquina, nascendo Luís Erivan Mauricio de Sousa, Francisco Gilberto, Everaldo Maurício e Francisco Pedro Mauricio Junior.

Da prole de Manoel Pedro e Inácia, também nasceu Cícero Pedro Romão que se casou com Luíza Marinho, natural de São Romão, atual Fernando Pedrosa/RN, e em segundo casamento com a paraibana de Brejo de Areia Maria Petronila. Entre seus filhos nasceu Adauto, Francisco, Matias Marinho de Macedo; José Pedro Sobrinho que se casou com Maria Martulina, nascendo Geromiltom, Milton, Jeová, Miguel, Anoque e Guiomar. Ele casou-se pela segunda vez com Ana Ventura; José Pedro Irmão que se casou com Maria da Cruz, nascendo Belchior, José, Maria e Terezinha; Maria Pedro Romão se casou com um irmão da esposa de Cícero Pedro, "Marinho Macedo", e foi morar em São Romão, hoje Fernando Pedrosa/RN.

Não disponho de informações sobre o nome de seus filhos; Maria Pedro Romão, conhecida por Maria Jinela, se casou com José, mais conhecido por José Vermelho, e foi morar em Caiçara do Norte/RN. Entre seus filhos há Antonia e Jocelina. Maria Jinela é porque ela costumava ficar sentada à frente da janela da casa de seus

pais, assim herdando este apelido em referência àquela atitude. Meu bisavô Manoel Pedro faleceu em 1947 aos 90 anos de idade. A herança que Manoel Bezerra tinha deixado para sua filha Inácia foram 400 braças de largura de terra, por uma légua de comprimento, meia para cada banda do rio. Com o falecimento de Manoel Pedro aquelas terras ficaram para seus herdeiros.

Os filhos de José Luís Gomes, além de Celestina, Luzia e Eliza foram: Luís Gomes da Silva que se casou com Maria Madalena que só teve Pedro Luís. Ele foi criado pela sua tia Celestina, minha avó; Antonia Luís Gomes que faleceu solteira; Manoel Bento, Antonio Bento e João Bento deixaram à casa de seu pai logo que sua mãe faleceu e foram para os seringais do Acre e nunca mandaram notícia. Do segundo casamento de José Luís, este com Josefa Maria da Conceição nasceram Manoel Antonio Gomes, conhecido por Bilé. Bilé se casou com Francisca Fernandes e nasceu Leonor, Luís, Salete, Maria de Lurdes e Maria Luís Gomes; João Luís Gomes, meu padrinho, se casou com Maria Belo tendo Luíza Luiz Gomes, minha madrinha.

Viúvo se casou com Maria Lagarta nascida em Estribarias, então pertencente ao município de Jardim de Angicos. Ele também teve uma filha adotiva, Nilza Luís Gomes, filha de Maria Amélia. Esta casou com o Dr. Juiz Manoel Sergio de Sousa, pais do zootécnico Aldemir Lopes de Sousa, morador no município de João Câmara/RN; Maria José que se casou com João Romualdo, natural de Boa Vista, Ielmo Marinho/RN, nascendo Manoel, Creuza, Geralda, Antonia, Mariquinha e Maria Nazaré. Esta última também conhecida por Naza morou em Natal/RN, e se casou com seu parente Floriano Henrique Pereira, nascendo Nirson, Francisco (Chiquinho), Leide, Clemilde e Francisdalva. Morei por mais de três anos na residência de tia Naza e tio Floriano, quando fui para o Exercito Brasileiro.

Da prole de José Luís ainda nasceu Manoel Luís Gomes que se casou com Francisca Lopes, nascendo José Luís, Paulino, Maria, Cotinha, Maura; Josino que se casou com Maria Ciríaco e teve José

Gomes que é solteiro e mora no Valentim, no município de João Câmara. Minha bisavó Joana faleceu em 1903 e meu bisavô José Luís em 1931, deixando para seus descendentes 400 braças de terras com meia légua para o sul, estendendo-se até a Serra da Cruz. Com vida ele doou uma parte de terra da Pitombeira, acima na margem esquerda do rio, onde chama Os Torrões, para uma família carente e fez um pedido a seus filhos, para nunca mexer com a terra "dos cabocos".

Meu pai, que não chegou a conhecer seu avô Zé Luís, conta que ele era baixinho, fanhoso e bravo. Dele, ele conheceu um paletó que cobria um oratório de sua mãe Celestina, e por ele teve a idéia de sua estatura. A outra parte de terra, com mais 400 braças, ao norte da Pitombeira e ao oeste do Jacaré, onde morava Antonio Bezerra, ficou para Manoel Rosa. A casa grande com uma boa "casa de farinha" ao lado, foi desmanchada no início de 2005. Na Pitombeira, além de outros parentes, mora Joana Varela Romão, filha de João Pedro Romão e Celestina.

João Pedro e Celestina, meus avós, além de seu Domingos tiveram mais dois filhos: José Pedro Sobrinho que se casou com Maria de Lourdes Câmara, natural de Bento Fernandes/RN, filha de Antonio Dionísio da Câmara e Geraldina Câmara; e Joana Varela Romão que se casou com José Varela, natural de Ielmo Marinho/RN, filho de Adão Varela. Joana e Zeca tiveram Roberto (José Varela), Nivalda, João Neto e Francisco (Tico) e criaram: Euflaudício, meu irmão por parte de pai, e filho de Maria Soares da Câmara, Núbia e Nailda.

Joana Varela Romão, na década de 1950.

Tia Joana continua na Pitombeira, morando na sua casa grande de uma só água apontada para o nascente, edificada no elevado à esquerda do rio, ponto mais alto do início da curva. Dali contempla as grandes enchentes e sente o cheiro da água barrenta que vem do sertão. Do mesmo estilo era a casa de Domingos, desmanchada no final da década de 1970. As casas antigas não existem mais.

João Pedro e Celestina, ainda criaram dois parentes seus como filhos adotivos: José Pedro e Maria Aparecida, todos já falecidos. José construiu família no Estado de Goiás onde moram seus descendentes, e Aparecida em Pitombeira, e seus descendentes em Natal/RN. Mãe Tina foi parteira curiosa, resadeira, caçava de espingarda, pescava. Também era neta de índia! Faleceu em 1985 e Pai João em 2000 aos 93 anos.

Domingos nasceu em 31 de janeiro de 1939, na mesma fazenda. Ali casou com Maria Luís Gomes, quando ele tinha 18 anos, filha de Luís Silva e Joana Luís Gomes. Joana Luís era filha de seu tio Josino, irmão de sua mãe. No ano seguinte estavam separados. Tiveram uma filha, a qual pôs o nome de Creuza. Ela se casou e já

tem netos e ainda não a conheci. Dona Maria faleceu em 10 de outubro de 2005.

Domingos Pedro Romão, na década de 1950.

Como tinha casado só na igreja, Domingos se casou novamente, desta vez no civil, em 23 de setembro de 1961, com Joana Soares da Silva Romão, mais conhecida por dona Nova. Ela nasceu em 10 de maio de 1940, filha de João Julião Soares da Silva e Cicília Felix Barbosa da Silva. João Julião era filho de Manoel Julião Soares e Ana Soares, moradores no sítio Pedra Branca, região de São Paulo do Potengí/RN. Pouco sei dos ascendentes de meu bisavô Manoel Julião. Ali, além de João, nasceram seus filhos Apolônio, Pedro, Luís e José.

Cicília era filha de Alexandre Felix Barbosa que casou duas vezes. Não sei o nome da primeira, a 2ª foi Semiana Barbosa, chamavam-na de Sinhar. Morava na fazenda Barra do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, em Jardim de Angicos.

Em conversa que tive com dona Maria Teixeira, já aos 90 anos de vida, filha do coronel Miguel Teixeira, ela me contou lembrar do Sr. Alexandre Barbosa. Quando criança, ele já era velho

de cabelos brancos: alto, alvo e barba fechada. Tinha seis filhos, cinco mulheres e um homem, este por nome Anísio, muito jovem faleceu de tétano. Das mulheres lembra mais de Amélia e Petronila. Petronila casou com José Carlos Câmara, mais conhecido por José Quitera, pais de Pedro Quitera, Ilda, Zulmira e outros. Cicília, a minha avó, da Barra foi morar no Riacho Fechado, em Bento Fernandes/RN, e dali foi para Boa Vista, Ielmo Marinho/RN. Ela teve quatro filhos: Joanita, João Batista, Joana e João Bosco. Joanita faleceu aos 12 anos. João Batista Julião mora no Riacho de Fora, São Tomé/RN, casado com Rita Lindalva de Andrade, filha de Manoel Zuca de Andrade e de Maria Lindalva de Lima, ele natural do sítio Trangola, Parelhas/RN, e ela de Santo Antonio do Salto da Onça/RN.

Tio Batista tem duas filhas: Francisca de Fátima Julião e Maria de Lourdes Julião, solteiras. João Bosco mora em Natal, e se casou com Ivanete Pio Ribeiro que tiveram também, duas filhas: Ivânia e Edvânia. Ele separou-se e passou a conviver com Eunice e já têm mais de dez filhos. Além de Alexandre havia José, Manoel, João Felix Barbosa, entre outros, descendentes de José Felix Barbosa que em 04 de julho de 1787 recebera a data da Cachoeira da Roça, a de Nº 555, na ribeira do Potengí. Manoel era o pai de Antonio Felix, pai de dona Maria Felix que se casou com Luís Tertuliano de Sousa, pais de dona Sebastiana de Souza. João Felix era pai de outro de mesmo nome, pai de Manoel Felix Barbosa, casado com dona Geralda Machado Câmara, filha de Pedro Machado e Hortência Iracema. Estes moram no Riacho Seco, Pureza/RN.

Da Pitombeira dos Luís, no início de 1966, Domingos e dona Nova foram morar na cidade de Jardim de Angicos/RN. Lá residiam à Rua em que atualmente chamam “Largo das Pedras” trazendo dois filhos: Manoel Messias Romão e Ana Maria Romão. Grávida, no final daquele ano eles voltam para a Pitombeira. Lá, aos 14 dias do mês de fevereiro de 1967, nasceu João Evangelista Romão, o quinto filho daquele casal, mais conhecido por Vanjo. O quinto porque já haviam nascidos e falecidos Miguel Arcanjo e Francisco das Chagas, todos com menos de um ano de idade. Ali também nasceram Herculano Pedro Romão e Ivanaldo Pedro Romão, este último é

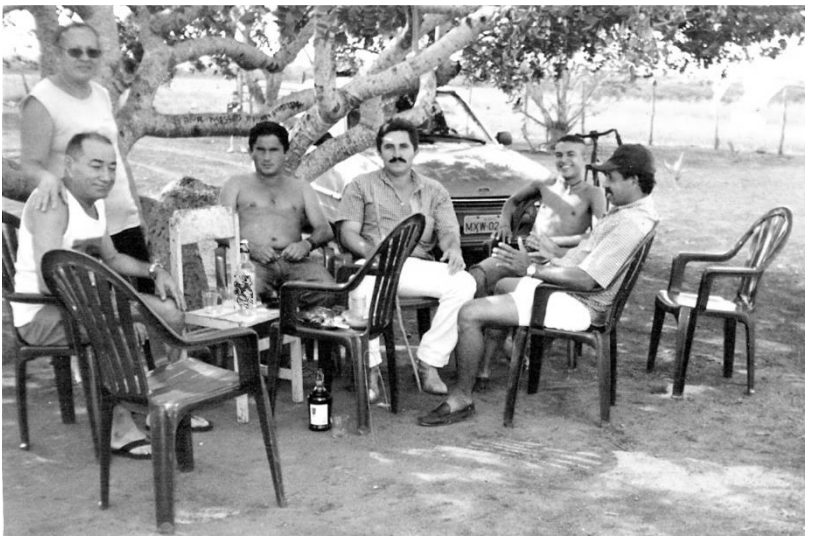
carinhosamente conhecido por Nego. Em 1971, Nego com menos de um ano, foram morar no estado de Goiás onde passaram pouco mais de um ano, voltando a Pitombeira.

Domingos Romão, Jânio e dona Nova, em seu sítio na Malacacheta.

Em meados de 1974, ao Sr. João Gabriel e Irene Pereira da Silva, Domingos comprou duas partes de terras da data da Malacacheta, em Jardim de Angicos, por três mil cruzeiros, cada uma com 28 braças (61,6 metros) de frente por 1200 braças (4.840 metros) de fundos. Em outubro daquele ano ele veio residir naquelas terras aonde permanece. Quando chegou lá, já havia Cícera. Ali nasceram: Josélia, Ozana, Josiane e Jânio Soares Romão.

Manoel Messias Romão, o mais velho, se casou com Ana Maria da Silva, filha de Napoleão Bezerra da Silva e Maria Francisca da Costa Silva, então moradores no Arraial dos Balbinos aonde nasceram seus filhos. Messias e Ana tiveram dois: Renata Henrriqueta da Silva Romão e Roniérisson Ebert da Silva Romão; Ana Maria Romão, o segundo fruto de Domingos e de dona Nova, ainda está solteira; Herculano Pedro Romão ainda não casou, mas tem Clara Ellen Romão, sua filha com Edinete, filha de José Paulino

e Francisca Nascimento; Ivanaldo Pedro Romão também ainda não casou;



Francisdalva, filha de Naza e Floriano, com seu esposo Francisco Maranhão, e Roberto, de boné, filho de tia Joana e José Varela, em visita a residência de Domingos, na Malacacheta. Os demais são: Vanjo, Zezinho à direita, e Gilmar.

Cícera Soares Romão teve João Victor Romão de Sousa, filho de Gilson Galdino de Sousa; Josélia Soares Romão teve Marlon Sérgio Romão Batista, filho de André Luís Batista de Araújo, filho do Dr. Francisco Batista da Silva e de dona Letícia Alves de Araújo. Dr. Batista é advogado e natural de João Pessoa/PB, e sua esposa de Cerro Corrá/RN. Em 2004, Josélia teve Karoline Beatriz Romão da Silva Amaro, filha de Yuri Franklin da Silva Amaro, filho de Manoel Amaro Sobrinho e Maria das Dores da Silva, naturais de Tangará/RN; Ozana Soares Romão convive com Emmanoel Alcântara de Moura Filho, filho de Emmanoel Alcântara de Moura e de dona Josélia Felix de Medeiros. Ohana Mosaniele Romão de Moura e Cáio Vinícius Romão de Moura são seus filhos; Josiane Soares Romão e Jânio Soares Romão são solteiros.

João Evangelista Romão se casou em 13 de abril de 1989 com dona Ana Cleide da Silva Romão, natural de Santo Antonio do

Salto da Onça/RN. Dona Ana é filha de Severino Bento da Silva e Josefa Marcelino da Silva. Seu Severino nasceu em 1931, filho de Francisco Bento da Silva e Severina Cândida de Silva. Seus avós paternos eram Targino Bento da Silva e Francisca Maria da Conceição, naturais de Caiçara/PB, e os maternos eram Antonio Candido da Silva e Rosa Cândido da Silva. Dona Josefa, mãe de Ana, é filha de Cícero Marcelino da Silva e Maria José da Silva, naturais de Santo Antonio/RN.

Seus avós paternos foram José Dantas da Silva e Maria José da Silva, os maternos Jorge Mandú da Silva e Maria José da Conceição. Todos da região de Nova Cruz/RN. Além de Ana, seu Severino e dona Josefa tiveram mais cinco filhos: Maria José Bento da Silva que se casou com João Antonio de Oliveira, nascendo João Antonio de Oliveira Junior. Ele faleceu eletrocutado quando havia apenas 08 meses de gestação de seu filho. Viúva, Maria passou a conviver com Marinaldo Ribeiro de Oliveira, filho de seu Manoel e dona Severina, nascendo Jéssica, Geremias, Maria da Conceição, Felipe e Rute nascida em outubro de 2005;

Lucineide convive com Luís Antonio dos Santos (Alexandre) filho de Antonio Hermínio da Silva e Maria do Carmo da Silva, nascendo Raquel Silva dos Santos; Damiana convive com Luís Pereira da Silva Junior, filho de Luís Pereira da Silva e Maria Simplício da Silva. Ainda não tem filhos. Branca (Damiana) teve Artur, filho de Anselmo; Laércio se casou com Maria de Lourdes, filha de Raimundo Rafael da Silva e Francisca das Chagas da Silva, nascendo Lívia Beatriz da Silva; e Josilene Bento da Silva que casou com Flavio da Silva Alves, nascendo Joice e Fernando.

Vanjo e Ana tiveram duas filhas: Kamila Raelle da Silva Romão, nascida em 20 de outubro de 1989, e Kayonara Ranielle da Silva Romão, nascida em 22 de abril de 1992.

Dona Ana, suas filhas Kayonara e Kamila em seus 15 anos, e sua mãe dona Joséfa.

Renan Victor Feliciano Romão

Renan Victor Feliciano Romão, nascido em 25 de outubro de 1988, é filho de Vanjo e Carla Costa Feliciano. Carla é filha de Elisa Costa Feliciano. Elisa é natural de Uberlândia/MG, filha de Ana

Barbosa da Costa e Edward Fabiano da Costa, natural de Catalão/GO. Ela, Elisa, foi criada por sua avó Georgina de Camargo Costa, mãe de seu pai. Casou se com José Feliciano, natural de Fernando Pedrosa/RN, então pertencente a Angicos/RN, sendo ele filho de José Feliciano e Francisca Duda da Rocha. Renan mora com Carla e Eliza no bairro Lagoa Nova, em Natal/RN. Eliza tem outra filha: Cristina, casada com Ewerton Paulino de Oliveira, natural de Natal, onde moram e nasceu Ewerton Filho e Eduardo.

João Evangelista Romão (Vanjo).

Vanjo teve uma infância pobre. Estudou na Escola Isolada Zé de Araújo, na comunidade de mesmo nome, e na Escola Coronel Miguel Teixeira, na sede do município de Jardim de Angicos. Em 1984 abandonou os estudos por motivos de doença, indo para Natal/RN a procura de cura, levado por seu pai. Morou na Rua Alvorada no bairro Igapó, na casa de seus parentes Floriano Henrique e Nazaré, ela filha de Maria José irmã de sua avó, ali permanecendo até 1986 quando foi servir ao Exercito Brasileiro.

No dia 03 de fevereiro de 1986 incorporou como conscrito sob RA 240812280891, na 1ª Companhia de Fuzileiros do 16ª Batalhão de Infantaria Motorizada, 7ª RM/DE, 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Natal/RN, tendo “Romão” como nome de guerra. Ali permaneceu por quatro anos. No mesmo ano destacou-se e recebeu diplomação de Praça Mais Distinta de sua Companhia, referente ao mês de maio. Fazia parte do Pelotão de Apoio como

municiador da Peça de Metralhadora MAG, e depois ingressou no 1º Pelotão de Operações Especiais (PELOPES) da 1ª Companhia de Operações Especiais da 7ª Brigada, com sede no 16º BIMtz.

Cabo Romão, no campo de futebol do 16º Bimtz, em junho de 1988, rumo a uma missão noturna para treinamento de guerrilha, em Jiquí, Parnamirim/RN e Betúlia, em Macaíba/RN.

Em 1987 ele foi transferido a serviço para o NPOR – Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva, mesmo assim continuou participando das ações do Pelotão e da Companhia de Operações Especiais, período em que apenas com a 6ª serie incompleta, entre pouco mais de 200 candidatos, passou em 6º lugar num exame seletivo para o C.F.C. - Curso de Formação de Cabos - e concluiu o curso entre os 84 candidatos, com nota media de 9,5, em primeiro lugar. Em dezembro daquele ano foi promovido a Cabo pela QM 07/01 (Infantaria). Licenciado em 02 de fevereiro de 1990, com quatro anos completos, foi para reserva promovido à função de 3º sargento, em caso de mobilização. Recebeu no ato da dispensa a diplomação de Atestado de Boa Conduta e Honra ao Mérito.

Na sua vida civil passou a trabalhar em Natal/RN, como vigilante e às vezes de servente. Já sua esposa trabalhava no Centro

Clínico Igapó. Sempre sonhou em ajudar seus pais que permaneceram morando na Malacacheta, às escuras e a falta dágua. Em 1992, filiou-se em Jardim de Angicos ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Morando em Natal por causa de seu emprego, foi candidato a vereador e só obteve 27 votos. Permaneceu na lutar objetivando levar água e luz para sua comunidade. Com a ajuda do presidente municipal do partido, o professor João Eudes Paiva dos Santos, conseguiu fazer ali um pequeno açude e reformar outro. Não resolveu. Na eleição seguinte foi novamente candidato e obteve 79 votos, disputando a última vaga, perdeu-a por apenas dois votos.

Seus objetivos era buscados com esforço. Na comunidade passou a presidir a Associação Comunitária João Fernandes de Morais e em 1998 conseguiu levar água para lá, por uma adução de pouco mais de 07 km. Hoje todas as residências da comunidade são abastecidas com água encanada. Resolvido o problema dágua faltava a eletrificação. Na eleição seguinte, em 2000, candidatou-se novamente a vereador pelo PPS, Partido Socialista Brasileiro, e obteve 84 votos, permanecendo na suplência como da outra vez, já morando na cidade de Jardim de Angicos. Continuou na luta pela "energia". Em 2001 assumiu a Secretária de Agricultura do município, e no cargo conseguiu realizar a 1ª e 2ª Mostra Municipal de Jardim de Angicos.

Aquela mostra tinha por objetivos organizar as comunidades em suas associações e expor a cultura e a produção local, ao mesmo tempo em que procurava incentivá-las a organizarem-se para gerar emprego e renda, sendo a mostra o caminho para divulgar e buscar parceiros para o desenvolvimento destes comunitários. Por falta de apoio e interesse por parte do executivo municipal deixou de existir. Em meados do terceiro ano ele entregou o cargo de secretario, por falta de apoio e não poder galgar seus objetivos.

Em 2004, na oposição, filiado desta vez ao PSB – Partido Socialista Brasileiro – procurou resolver o caso da eletrificação de sua comunidade, firmando um acordo com as lideranças do partido

e os vereadores de oposição, além da participação e o apoio do vice-prefeito Paulo Amaro de Lima e do professor João Eudes Paiva dos Santos, apoiados pelo Deputado Estadual Iberê Ferreira de Sousa. Na ocasião do acordo foi dirigido um ofício a governadora Vilma Maria de Faria, em nome da Câmara Municipal, que através do Programa Luz no Campo, do Governo Federal, foi garantido o pleito.

Ano eleitoral, não deu para ser realizada a implantação a tempo, sendo iniciado em fevereiro do ano seguinte e concluída em abril daquele ano. A batalha não parou ali. Pela mesma Associação, desta vez sob a presidência de Francisco Canindé Bezerra Junior, conseguimos construir um açude comunitário no riacho da Malacacheta. Hoje a comunidade dispõe de um açude, água encanada e luz em todas as residências. Nada caiu como a chuva. Para acontecer dependeu de muita luta. Mas valeu. Ali mingúem mais carrega água às léguas em barís furados, nem tropeça pela escuridão! Mesmo que haja quem não reconheça.

Na eleição de 2004 ele candidatou-se novamente ao cargo de vereador. Morando naquela comunidade só havia seus pais do seu sangue. Os demais são quase todos de uma só família: os Fernandes de Morais. Naquela eleição, o então prefeito lança ali um candidato daquela família, só para atrapalhar a sua candidatura. Como o sentimento familiar fala mais alto, abertas as urnas Vanjo obteve 69 votos e o outro 07 a mais. Todos perderam inclusive aquele prefeito. Na mesma eleição, o grupo político que ele faz parte apoiou o candidato a prefeito que ganhou. Em janeiro de 2005 alguns dos seus membros passaram a integrar a equipe de secretários dele, e entre eles, Vanjo ocupou novamente o cargo de Secretário de Agricultura. Porem, em agosto do mesmo ano, o senhor prefeito exonerou covardemente todos aqueles que lhe apoiaram e que não faziam parte do seu partido, inclusive ele.

Vanjo não nasceu para passar a vida em “brancas nuvens” ou correr atrás de riquezas e poder. Dela procura deixar boas sementes, apesar de haver sempre quem queira destruir o plantio. Com dificuldades concluiu o ensino fundamental e médio, e pretende

continuar os estudos. Mas tudo isso foi e será com seus esforços, sem querer pisar ninguém. Espera a vontade de Deus, sabendo que ele é leal e não lhe falhará.

Casado com dona Maria Inácia da Conceição, na Fazenda Nova em meados do século XIX, morava Pedro José de Melo. Natural da Freguesia do Extremoz (Ceará-Mirim), ali possuía terras onde criou e casou quase todos seus filhos. Aqui apresento apenas alguns, os principais, que estão representados hoje na maioria das famílias daquela comunidade.

No sítio São Sebastião, ali vizinho, em primeiro de setembro de 1871 se casou Joana Fernandes da Conceição, uma das filhas de Pedro Melo e Maria Inácia. O seu pretendente foi Genesindo Xavier Pinheiro de Freitas, natural da freguesia de Natal, filho de Francisco Xavier Pinheiro de Freitas, já falecido, e de Mariana Xavier de Freitas. No casamento foram testemunhas José Francisco Bezerra e José Rebouças de Oliveira Câmara. Tempos depois dona Joana falece. Na capela do Jardim, em 17 de fevereiro de 1886, Genesindo se casa com Francisca Damascena Bezerra, com 21 anos de idade, filha de João Damasceno Bezerra e Luíza Francisca Bezerra.

Naquele ano ele estava com 47 primaveras e era artista por profissão. No ato matrimonial foi testemunhado por Manoel Pereira de Brito e seu ex-cunhado Boaventura Dias de Melo. Deste último casamento nasceu Luís de Freitas Bezerra, o popular Luís Cacharamba que se casou com Maria de Freitas Bezerra, mais conhecida por vovó Lica, natural de Portalegre/RN, sogros de dona Júlia Augusta.

No sítio Fazenda Nova, em 11 de janeiro de 1875, se casou Maria Emilia da Conceição, outra filha de Pedro José de Melo e Maria Inácia, com João Gualberto de Melo. Ele era filho de Gonçalo José de Melo e Matildes de Freitas Amorim, também da região do Ceará-Mirim. Na ocasião do casamento foram testemunhas Joaquim da Costa Alecrim e José Venâncio da Costa Alecrim. A descendência de Gualberto está espalhada por diversos estados brasileiro. Pouco descobri sobre sua prole. Apenas que em 21 de julho de 1878, no

sítio São Sebastião, nasceu Custódia, batizada ali mesmo 10 dias depois. Seus padrinhos foram Boaventura e Felismina.

No Sítio Boa Esperança, em 30 de outubro de 1875, se casava Boaventura Dias de Melo e Felismina Francisca Bezerra, ele filho de Pedro José de Melo e Maria Inácia, e ela filha de João Damasceno Bezerra e Luíza Francisca Bezerra. Boaventura foi um dos filhos de Pedro Melo que mais deixou descendência na Fazenda Nova. Deste casamento nasceram João, Maria, Pedro e Manoel Dias de Melo que foram morar na região norte do Brasil. Com o falecimento de dona Felismina, ele se casou com Quitéria Matias, filha de Matias Teixeira da Silva e Francisca Xavier da Cruz. Desta última nasceu Maria de Lourdes e Boaventura.

Quitéria Mathias, em 1932.

As irmãs: Margarida, esposa do coronel Miguel Teixeira, Matildes, esposa de Paulino da Rocha Bezerra, e Quitéria Matias, 2ª esposa de Boaventura Dias de Melo.

Do primeiro casamento de Boaventura permaneceram em Jardim de Angicos: Luiz Olegário Carneiro de Melo que se casou com Catarina Evangelista de Melo, filha de Feliciano e Maria Quitéria; Salvador Dias de Melo que se casou com Quitéria (Quiterinha), também filha de Feliciano, e Maria Francisca Bezerra de Melo que casou com José Augusto Raposo da Câmara. Todos com vasta descendência na fazenda Nova e região.

Ainda no sítio Boa Esperança, em 16 de setembro de 1883, se casou José Domingos de Melo e Joana Damasceno Bezerra, outro filho de Pedro José de Melo e de Inácia. Ela como Felismina e Francisca eram filhas de João Damasceno Bezerra e Luíza Francisca Bezerra. No casamento de José Domingos foi testemunha o seu irmão Boaventura Dias de Melo e Alexandre Lazaro Barbosa.

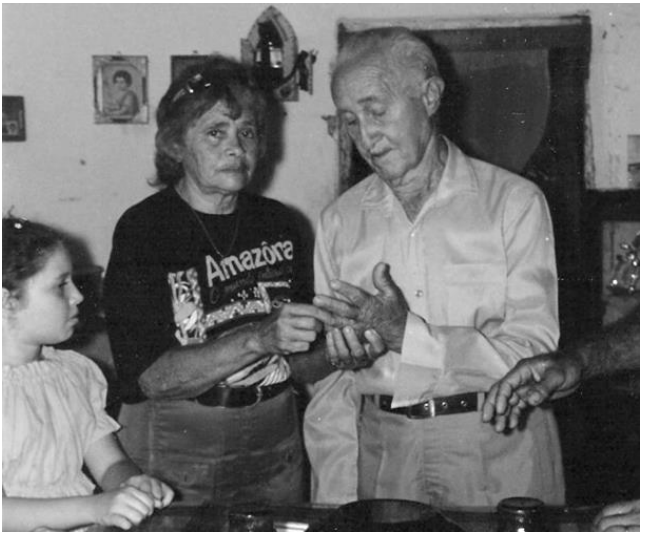
Luís Cacharamba e dona Lica tiveram 20 filhos. Deles tiveram sorte de sobreviver: João Domingos Bezerra que casou com Francisca Costa Bezerra; Luiz de Freitas Bezerra que casou com Júlia Teixeira de Vasconcelos, viúva de Manoel Evangelista da

Costa, depois com Felismina de Melo; José de Freitas Bezerra que casou com Francisca Augusta; Manoel de Freitas Bezerra que casou com Júlia Augusta; Basílio de Freitas Bezerra que casou com Alzira e enviuvado com Julieta, ambas, filhas de Manoel Feliciano da Costa e Júlia Teixeira de Vasconcelos.

Vovó Lica, em 1956, aos 84 anos de vida, e sua neta Maria de Vasconcelos Bezerra, filha de Luis de Freitas Bezerra (Seu Cabra) e Júlia Teixeira de Vasconcelos, casada com Cícero Carlos. Cícero e dona Mariquinha são os pais de Margarida casada com Neguinho de Manoel Dias de Melo.

Genesindo de Freitas Bezerra que casou com Ilda Marques; Cecília de Freitas Bezerra que casou com Joaquim Machado; Maria de Freitas Bezerra que casou com Alfredo Teixeira de Souza; e Francisca de Freitas Bezerra que não casou.

Genesindo de Freitas Bezerra, casado com dona Ilda Marques Bezerra, filha de Cecílio Marques da Silva e Luíza Marques, tiveram 10 filhos, um faleceu ainda jovem, e os outras são: Maria Olga que se casou com o mineiro Sidney Farias; Genivaldo com Marlene de Lima Bezerra; Margarida com Juarez Farias; irmão de Sidney; Paulo Davi que se casou com a carioca Lina; Suzana com Rogério; Francisco Eduardo com Oziete;

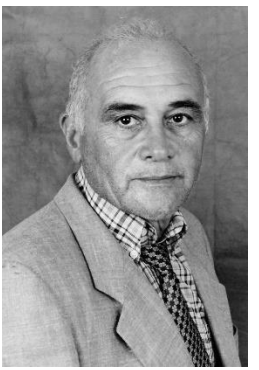


Bodas de Ouro de Genesindo e dona Ilda, em 28 de dezembro de 1992.

Genesindo (1) e dona Ilda (2) em 1973: Luiza Marques (3), Suzana (4), Paulo Davi (5), Oto (6), Margarida (7), Francisco Eduardo (8), Gislene (9) e Kleber (10), filha de Genivaldo.

Kerginaldo Kleber com Sonia; Reginaldo Hugo com Geisa; João Batista de Freitas Bezerra se casou com Maria do Socorro;

Manoel Oto de Freitas Bezerra com Zélia Câmara Bezerra. Os dois últimos moram na Fazenda Nova. Zélia é filha de Valdemar Augusto da Câmara e Maria Helena Marques Câmara. Deles nasceu Eder Fábio e Dayana Carla. Dona Zélia foi vereadora do município de Jardim de Angicos. Maria do Socorro Bezerra, esposa de João, é filha de João Bezerra e dona Joana Bezerra, e tiveram 03 filhos: Emerson, Érick e Everton. Viúvo passou a conviver com Edinalva Salviano dos Santos, filha de Aluísio Salviano e Francisca Otaviano. Desta união nasceram 02 filhos: Érica e Genesindo Neto.



João Batista de Freitas Bezerra

Joana Pereira de Oliveira, nome de solteira e Joana Bezerra, mais conhecida por Dona Branca, e sogra de João Batista de Freitas, nasceu na fazenda Primavera do coronel Miguel Teixeira, em 13 de maio de 1917. Quando criança passou a morar na fazenda Conceição, com seus pais Antonio Pereira de Oliveira, natural de Santa Cruz/PB, e Maria Izabel da Conceição, natural de Bananeiras, também cidade paraibana. Seus avôs paternos era José Pereira de Oliveira e dona Luíza, e maternos, João Lopo da Silva e Izabel. Segundo ela, Lopo de descendência libanesa.

Dona Branca mora no Marí aonde viveu com João Bezerra, este com descendência centenária naquelas terras, filho de Alexandre Francisco Bezerra e Maria Luíza Bezerra. Ali nasceu Maria do Socorro Bezerra, esposa de João, e também: Maria da Salete Bezerra que se casou com Luís Militão de Souza; Maria de

Lourdes com Geraldo Xavier; Rita casada com Valter Dias de Melo; Alexandre Francisco e José Bezerra são solteiros e moram no Umarí, como também, Antonio Anchieta Bezerra (Xia) que se casou com Francisca Diva dos Santos, filha de Luís Pereira dos Santos e dona Francisca Necí de Oliveira. Em frente à casa de Xia mora seu filho Edson de Tarso Bezerra, já com descendentes.

João Domingos de Freitas Bezerra, filho de Cacharamba e dona Lica, casado com Francisca Costa Bezerra, faleceu jovem deixando Maria Bezerra de Melo, seu único fruto. Sua esposa era filha de Feliciano Evangelista da Costa e Quitéria. Feliciano era filho de João Evangelista da Costa e Ana Francisca de Souza, filha de Rivaldo Pereira de Souza e Joana Francisca de Souza, e neto de Felipe Rodrigues da Costa. Dona Mariquinha, a filha de Zé de Domingos e dona Francisca, se casou com Carlos Dias de Melo, filho de Salvador Dias de Melo e Quitéria de Melo, Quiterinha filha de Feliciano, e Salvador de Boaventura e Felismina.

Dona Mariquinha e Carlos Dias com suas filhas, Maria Alba, à direita, e Auxiliadora.

Já falecido, Carlos Dias foi um dos grandes compradores de algodão e criador de gado bovinos e caprinos, além de vereador deste

município. Aos 85 anos de vida, dona Mariquinha ainda mora na comunidade de Fazenda Nova, terra ocupada a mais de duzentos anos pelos seus antepassados. São seus filhos: Francisca Auxiliadora de Melo que se casou com Deusdete Silva, nascendo Cláudia Melo da Silva; e Maria Alba Melo de Morais que se casou com Edivam Lopes de Morais, nascendo Edmístocles Melo de Morais e Edimóstenes Melo de Morais.

Edimístocles se casou com Dilvânia, filha de Paulo Ferreira da Silva e de Maria Amália de Melo Silva; e Edimóstenes, vereador de 2º mandato em Jardim de Angicos, se casou com Silvana Salomé de Melo, filha do professor "Preto" e dona Francisca.

Dona Mariquinha e Marialba (Maria Alba), na Fazenda Nova, em novembro de 2005.

Os outros filhos de Salvador Dias e Quiterinha foram: Tito Dias de Melo que se casou com Aurora Machado de Melo, filha de Pedro Machado da Câmara e Hortência Iracema. Deste casal nasceram Lucia Maria de Melo, Francisco Dias de Melo, Manoel Dias Sobrinho e Maria Conceição de Melo; Manoel Dias de Melo que foi prefeito deste município com dois mandatos, casou-se com dona Maria de Lourdes, filha de José Ananias Bezerra e Júlia

Ananias Bezerra, e tiveram: Walter Dias de Melo, Valdete Dias de Melo, Francisco Canindé Dias de Melo, Luzia Dias de Melo, Manoel Dias de Melo Junior, João Batista Melo, que foi presidente da Câmara e vereador deste município, e Maria de Fátima Dias de Melo;

Boa Dias de Melo que se casou com Terezinha Machado de Melo, filha de Pedro Machado e dona Iracema. Tiveram: Maria Margarida Machado de Melo e Francisca Margaret Machado de Melo; João Dias de Melo que se casou com Severina Bezerra de Melo, filha de José de Freitas Bezerra e Francisca Câmara Bezerra, e tiveram Salvador Dias de Melo Neto. João casou novamente, desta com Eunice Dias de Melo, e tiveram três filhas: Fátima Maria Dias de Melo, Marta Maria Dias de Melo e Márcia Maria Dias de Melo; Felismina de Melo Bezerra que se casou com Luís de Freitas Bezerra, conhecido por "Seu Cabra", filho de Luís Cacharamba e Vovó Lica.

Deste casal nasceram José Floriano Bezerra, Mércia de Melo Bezerra, Maria Luíza de Melo Bezerra e Marly de Melo Bezerra; Rosália de Melo Bezerra que se casou com Francisca de Vasconcelos, filha de Seu Cabra e Júlia Teixeira de Vasconcelos. Nasceu Luís de Freitas Bezerra Neto, Efigênia de Melo Bezerra, Francisca das Chagas de Melo Bezerra e Maria das Graças de Melo Bezerra; Isabel Dias de Melo que se casou com Macrínio da Silva. Tiveram Diana Melo da Silva; Maria das Dores de Melo Salviano que se casou com Cícero Salviano, filho de Miguel Salviano e Dona Margarida (Guida), e tiveram Ângela Maria de Melo Salviano, Manoel de Melo Salviano, Marcelo de Melo Salviano, Leonor de Melo Salviano, Pio de Melo Salviano e Sebastiana de Melo Salviano; Joana Dias de Melo, não casou.

Na fazenda Conceição, em primeiro de novembro de 1872, se casava José Pedro de Melo Junior e Izabel Maria da Conceição, filho de José Pedro de Melo, morador em Várzea de Bois, e Luzia Maria da Conceição. Izabel era filha de Alexandre Francisco de Souza Pinto e Luíza Maria da Conceição. Testemunhara o casamento

João Damasceno Bezerra e Manoel Pinto da Câmara. Alexandre casou 07 filhas, a partir de 1856: três em Várzea de Bois, onde ele morava, duas na Conceição, ali vizinho, uma no Mulungú e uma no Mundo Novo. José Pedro casou mais dois filhos e duas filhas, todos em Várzea de Bois. Do casal José Pedro Junior e Izabel descendem "os Bebé", dentre os quais Zé Bebé.

José Bebé, Hidayana, Luana, ao centro, e dona Maria com Muriellen.

José Francisco de Melo (Zé Bebé) nasceu na fazenda São João, hoje no município de Pedra Preta/RN, em 17 de dezembro de 1929, filho de João Francisco de Melo e Maria Rosa de Melo. Dona Rosa nasceu na fazenda Trapeá, no mesmo município de origem de seu esposo, filha de José Alexandre da Trindade e Maria Rosa da Conceição, sua 2º esposa. José Alexandre casou em novembro de 1874, no sítio Pajeú, com Francisca Maria da Anunciação, sendo filho de Alexandre Francisco de Azevedo e Ana Francisca da Trindade, e sua esposa filha de Luís Francisco Xavier de Melo, então falecido, e Rosa Francisca Xavier da Costa.

Viúvo e com 41 anos, em janeiro de 1887, na igreja Matriz em Angicos, ele se casa com Maria Rosa da Conceição, ela com 23 anos de idade. Seu sogro Luís Francisco Xavier de Melo havia

casado, em abril de 1845, na fazenda Poço Salgado, da freguesia de Angicos. João Francisco era filho de José Pedro de Melo Junior e Izabel Maria da Conceição. João e dona Rosa construíram a maioria de sua família na fazenda São João, divisas de Lajes e Pedra Preta, de onde migraram para a região da Fazenda Nova e Conceição, lugares onde mora parte de seus descendentes. Entre eles Francisco Felisberto de Melo, casado com Edite Alves da Cruz, filha de Maximiano Alves da Cruz e Dona Rosa. Dona Rosa era irmã de José Avelino de Souza, o pai do nosso ex-vereador Severino Avelino de Souza.

Também mora dona Maria da Cruz de Melo que se casou com Francisco Pinto (Chico de Cândido), criado por Cândido Pinto; Francisco Batista de Melo que se casou com Iracilda da Trindade, filha de João Alexandre da Trindade e Francisca da Trindade. João Alexandre era irmão de dona Rosa, mãe de José Bebé. Francisco Batista se casou outra vez, esta com Francisca Soares de Melo, filha de Francisca Pereira; Francisco Sales de Melo que se casou com Francisca Salomé de Melo, filha de José Joaquim da Silva e dona Francisca Sabino. Ainda há Francisco das Chagas de Melo que mora em Natal/RN, e se casou com Francisca Pereira Melo, filha de Francisco Pereira da Costa (Chico Matulão) e Dona Maria (conhecida por Maria Matulão).

Na cidade de Jardim de Angicos mora Zé Bebé onde também residiu seu irmão Damião. Este último faleceu deixando sua esposa Maria José de Melo, filha de José Teófilo e dona Luzia Teófilo, e três filhos: João Maria de Melo (Bidu), solteiro; Maria da Conceição que se casou com Francisco Junior Bezerra, filho de Francisco Canindé Bezerra (Chiquinho Venâncio) e de Maria de Lourdes Ferreira; e o professor José Maciel de Melo que foi casado com Marcela Barreto, filha de Raimundo de Lima e Maria da Conceição Barreto.

A origem do apelido “Bebé”, segundo seu Zé Bebé, vem de dona Izabel, sua avó paterna, conhecida por Bebé. As pessoas acostumaram acrescer “de Bebé” ao nome de seus filhos, como em seu filho João de Bebé, pai de Zé Bebé. Já em alguns de seus netos

há o apelido sem a preposição, como João Batista Bebé, Chico Bebé e Zé Bebé.

José Bebé se casou em 1956 com Maria Pereira de Melo, nascida na fazenda Conceição, em 28 de dezembro de 1937, filha de Francisco Inácio Pereira e Izabel Lino da Costa. Isabel Lino é filha de João Lino da Costa, descendentes de Felipe Rodrigues da Costa, dono da fazenda Conceição. Francisco Inácio e dona Izabel tiveram 11 filhos: Francisco que se casou com Marizete Augusto Câmara, filha de dona Maria Augusta e Júlio Teixeira de Vasconcelos; Argemiro que se casou com Cleide de Lima Pereira, filha de João Pequeno de Lima e Maria Amália Ferreira de Lima; João Evangelista que casou com Maria da Paz Bezerra, filha de José Demétrio Bezerra e Marta Ivonete Bezerra; João Batista que se casou com Hilma Câmara Pereira, filha de Manoel Bezerra e dona Júlia Augusta; Manoel e José são solteiros e residem em São Paulo/SP; Maria que se casou com José Bebé; Cícera que se casou com Manoel Nascimento da Rocha; Francisca que se casou com Cabo PM Luiz, natural de Pedra Preta/RN; Lúcia que casou com Gilvam Alves da Cruz, filho Clóvis Alves da Cruz e Francisca Alves da Cruz; e Margarida, solteira.

Francisco Inácio Pereira faleceu em 1997 aos 84 anos e era filho de Manoel Inácio Pereira e Joana Lourenço Pereira. Dona Izabel, ainda lúcida aos seus 91 anos de idade, mora na cidade de João Câmara, com sua filha Margarida. Dona Izabel estar negociando uma casa de Luis Pinto, em Jardim de Angicos, para onde deseja vir morar no segundo semestre de 2006. A sua filha Maria, casada com Zé Bebé, comerciante na cidade de Jardim de Angicos, teve 11 filhos, sobrevivendo apenas 05: José Roberto, Verônica, Maria de Fátima, Mônica e Francisca Maria.

José Roberto de Melo se casou com Raimunda, filha de Pedro Segundo de Lima e Justina, nascendo Emanuel Renato, Isabela e José Roberto Filho; Verônica Pereira casou com Luís Gomes da Silva, filho de Elias e dona Francisca, nascendo Luana, Luan e Luiz Júnior; Maria de Fátima Melo se casou com Luís Ataliba Filho, filho

de Luís Ataliba de Lima e Alta Lima. Depois com Paulo Amaro de Lima, filho de Joaquim Amaro de Lima e Maria Xavier de Lima, de ambos não havendo filho. Como filha tem Paloma que é biologicamente de Izabel Pereira da Rocha, filha de Cícera, irmã de dona Maria esposa de Zé Bebé; Mônica Pereira Xavier casou com José Rosa Xavier, filho de Bernadete Xavier e dona Zilda, nasceu Roberta e Hidayana; Francisca Maria de Melo se casou com Múcio Luís de Sousa Bezerra, filho de Sebastiana de Sousa Bezerra e Francisco Canindé Bezerra, nascendo Muriellen e Marina. Moram quase todos na cidade de Jardim de Angicos.

Antes do casamento com dona Maria, Zé Bebé havia casado com Amália Osmídia da Costa, filha de Manoel Firmino da Costa e Rita Bastos da Costa. Dona Rita era filha de Antonio Bastos Xavier da Silva, que no sítio Fazenda Nova, em 10 de janeiro de 1875, se casou com Tereza Maria de Jesus, filha de Francisco José Bezerra e Joaquina Maria da Conceição, e ele, filho de João da Silva Bastos e Florinda Maria da Conceição. Daquele matrimônio foram testemunhas Manoel Rebouças de Oliveira Câmara e Antonio Braz de Lima. Na fazenda Conceição, em agosto de 1864, se casava Rita Xavier da Trindade, também filha de João da Silva Basto, e na Matriz de Angicos, em fevereiro de 1876, Rosa Maria de Jesus. Já Manoel Firmino era filho de Leonardo Francisco da Costa. Dona Amália Osmídia faleceu ao nascer o seu primeiro fruto: Maria Amália. Viúvo José se casou com dona Maria Pereira.

Maria Amália é casada com Paulo Ferreira da Silva, “Paulo Ticó”, filho de Manoel Francisco Ferreira e Omerinda Soares Cabral, naturais de Eloi de Souza/RN. Ela e Paulo tiveram três maravilhosas filhas: Dilvânia que se casou com o vereador Edimístocles de Melo, Dianarí e Deziane Késsia, até então solteiras. Aos 16 anos, Deziane estuda o 2º ano do ensino médio, no Colégio Miguel Teixeira, na cidade de Jardim de Angicos, na turma de minha filha Kamila. Sempre que é possível ela nos visita, assim como o seu pai, que do qual tenho grande apreço.

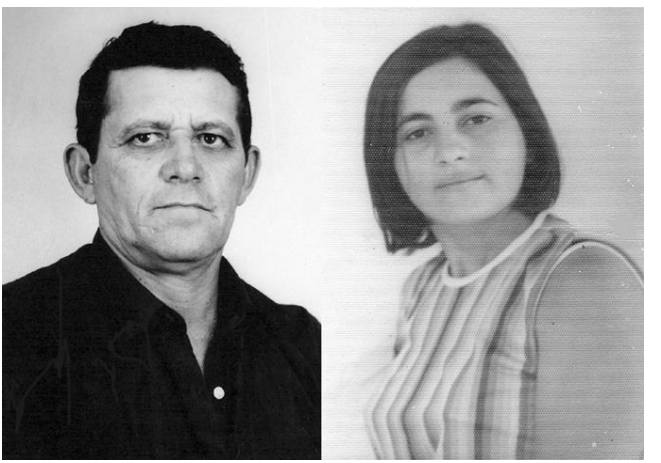
Maria Amália, Paulo Ticó e suas filhas Deziane, aos seus dez aninhos, Dianarí e Dilvânia.

Francisco Sales de Melo, ex-vice-prefeito e também secretário de Educação em Jardim de Angicos, o nosso professor Preto, formado em letras, morador na Fazenda Nova, grande amante da musica de raiz, e dona Francisca Salomé tiveram seis filhos: Humberto, Henrique, Herbert, Sandra, Sônia e Silvânia. Humberto casou com Rejane Lisboa Lima de Melo, filha de Severino Ribeiro de Lima e de dona Maria da Soledade Lisboa de Lima; Henrique casou com Maria Lucineide, filha de Manoel Pereira da Silva e de dona Francisca Alves da Silva; Sandra casou com Celso Dehon de Lima, filho de João Maria de Lima e Raimunda Nobre Barreto; Sônia casou com Kleber de Freitas, filho de Genesindo de Freitas Bezerra e Ilda Marques; Silvânia casou com o vereador Edimóstenes Melo de Morais, filho de Maria Alba de Melo e Edivam Lopes de Morais; Herbert é solteiro e formou-se em advocacia em 2005.

Apesar do pouco tempo de formado, Dr. Herbert já se destaca em sua profissão prestando relevantes serviços aos seus conterrâneos. É gente boa, daquela que Jardim precisa.

Professor Preto e sua esposa Francisca, seu filho Herbert, e a senhorita Ciloneide.

Dona Francisca Salomé é irmã do ex-vereador Geraldo Xavier da Silva, filhos de José Joaquim da Silva e dona Francisca Sabino. Segundo Geraldo, seu pai criou seus filhos trabalhando na terra dos outros, “trabalho de meia”.



Geraldo Xavier e Dona Lourdes Bezerra.

Seus principais patrões foram Manoel Antunes de Souza (Baé), na Pedra Preta, Gratulino Augusto de Lima, na Conceição, e Manoel Dias de Melo, na Favela. Tempos sofridos, não havia socorro. Seu pai era filho de Joaquim Lagarta da Silva, morador na fazenda Poço de Pedra do coronel Zé Bilro, atualmente no município de João Câmara, no divisor sul com Bento Fernandes, e de Águida Maria da Silva. Já sua mãe Francisca era filha de Sabino Brito da Silva e de Antonia Maria da Silva, e irmã de Manoel Sabino que se casou com dona Amália. Seu Manoel Sabino era meu vizinho em Jardim de Angicos, aonde faleceu em 2005. Além de Geraldo e dona Francisca havia Nazareno Xavier da Silva que faleceu em novembro de 2005.

Era casado com Luzia Pereira; Maria que se casou com Francisco de Assis; Josías que casou com Dalvací Bonifácio, faleceu 07 dias após seu irmão Nazareno; Cícera se casou com Raimundo, natural de Angicos/RN; Creuza é solteira; Francisco se casou com Maria, natural de Lajes/RN, onde mora. Geraldo Xavier foi vereador por três mandatos seguidos: 1976/1982, 1983/1988 e 1989/1992 e também presidiu a Câmara Municipal de Jardim de Angicos. Casou-se com dona Maria de Lourdes Bezerra da Silva, filha de João Bezerra e Joana Bezerra (Dona Branca). Tiveram dois filhos: Fábio Jean Bezerra da Silva que se casou com Cilene Fernandes, filha de Antonio Fernandes (Antonio Tiago) e Maria do Socorro Fernandes, e Fabiana Bezerra da Silva.

Dessa família mora na Fazenda Nova Maria da Conceição de Melo Ferreira, vereadora, casada com o ex-vereador José Roberto Ferreira (Zé Pequeno), irmão de Pulo e José Ticó. Eles são filhos de Manoel Francisco Ferreira e Omerinda Soares Cabral, naturais de Eloi de Souza/RN. E ela filha de Francisco Felisberto de Melo e Edite Alves de Sousa Melo. Dona Edite é filha de Maximiano Alves da Cruz e de Rosa Alves da Cruz, donos de um pedaço de terra que fazia parte da fazenda Conceição, atualmente pertencente aos seus herdeiros. José e Conceição tiveram 02 filhos: Katianara e Karlúcio Tairone. Katianara se casou com Érike de Freitas Bezerra, filho João Batista de Fretas Bezerra e de dona Maria do Socorro Bezerra.

LIMA E NOBRE

A família Lima de Jardim de Angicos chegou a essa terra por volta da primeira metade do século XIX, originária da Serra do Pereiro, Freguesia do Icó, então província do Ceará, situada no limite oeste do então município de Portalegre/RN. Hoje Pereiros é um município cearense, fronteiriço com o de Doutor Severiano/RN desmembrado de São Miguel/RN e que fazia parte do de Pau dos Ferros/RN. Pau dos Ferros foi desmembrado de Portalegre em novembro de 1856. Naquele período Cipriano José de Lima, pioneiro da família neste município, já havia se instalado a mais de uma década no sítio Jardim, então do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha.

Casado com dona Rosa Maria da Conceição, trouxe numerosa família e passou a morar nas terras ao oeste da sede do sítio, aonde permaneceu e se casaram quase todos seus filhos, entre eles Manoel Cipriano de Lima e Balbina Maria das Virgens, ocorrido aos 25 de julho de 1855, na fazenda Conceição; em 1857, no Jardim, casou Maria Francisca da Conceição com José Evangelista da Costa, irmão de Balbina, filhos de Felipe Rodrigues da Costa e Maria Francisca da Conceição, donos e moradores na Fazenda Conceição; Cosma Maria dos Santos, na fazenda Jaramataia, em outubro de 1865, se casou com José Gonçalo Bezerra; em julho de 1864, na mesma fazenda, havia casado Francisca Maria da Conceição com Vicente Francisco Bezerra; no Jardim, em 1871, se casou José Cipriano de Lima com Quitéria Maria de Paiva.

Viúvo, em outubro do ano seguinte, no Marí, ele se casa com Rita Francisca Xavier; também naquele mesmo e ano, em Várzea de Bois, Maria Joaquina de Jesus se casava com Francisco Antonio de Araújo, ele natural de Santana do Matos. No Marí, em julho de 1864, se casava Francisco José das Chagas com Maria Francisca Bezerra. Cipriano já era falecido em 1871.

Manoel Cipriano de Lima e Balbina Maria das Virgens foram quem mais contribuíram com o crescimento e permanência desta família no Jardim. Em 22 de setembro de 1873, dezoito anos depois

de casado, no Jardim, se casava Maria Rosa de Lima, a primeira filha de Manoel Cipriano de Lima e Balbina. Seu consorte, Manoel Ferreira da Silva, filho de Gonçalo José da Silva e Ana Maria de Jesus. Gonçalo era viúvo de Vicência Maria da Paixão, de quem casou Idestrude Floresta Brasileira, no Jardim, em setembro de 1863, com Ismael Batista de Lima, natural da freguesia de Extremoz, e Maria Francisca da Paixão com Ismael Barbosa de Souza, de Santana do Matos.

No mesmo sítio, em outubro de 1865, casava Antonia Leopoldina da Silva, com Antonio Pedro Saguim. No sítio Jaramataia, em agosto de 1871, casava Rufina Maria Teixeira de Vasconcelos, já filha de dona Ana, com Paulino da Rocha Bezerra, filho de Joaquim José Bezerra. Paulino ficou viúvo e em novembro de 1875, se casava com Matildes Matias, irmã de Quitéria, 2º esposa de Boaventura Dias, e de Margarida, esposa do coronel Miguel Teixeira. Em 1891 se casou Francisco Balbino de Lima, outro filho de Manoel de Lima e Balbina, com sua prima Maria Francisca de Lima, filha de Vicente Francisco Bezerra e Francisca Maria de Jesus. Vicente casou em julho de 1864, com Francisca Maria da Conceição, filha de Cipriano de Lima e dona Rosa. Ele, filho de Gonçalo Francisco Bezerra e Antonia Maria da Conceição, moradores na fazenda Jaramataia.

Além de Vicente, Gonçalo e Antonia casaram dois filhos no sítio Lajes, em 1852 e 59, um na Conceição em 1874, um no Jardim em 1896, e mais três na Jaramataia em 1865, 75 e 78. Em fins do século XIX essa família já se espalhava por toda área municipal de Jardim de Angicos e região. No Jardim de Cima, três filhos de Manoel e Balbina formaram numerosa família, transformando ali no Arraial dos Balbinos, topônimo herdado do nome de dona Balbina, o qual acrescido a sua geração: Maria Rosa de Lima que casou com Manoel Ferreira da Silva, originando os Ferreira de Lima; Amaro Francisco de Lima com Águida Maria de Lima, originando os Amaro de Lima, e Francisco Balbino de Lima com Maria Francisca de Lima, originando os Balbino de Lima. Francisco Balbino havia casado outra vez, nascendo Luís Balbino que casou com Maria

Francisca, e Manoel Boa Ventura que casou com sua prima Izabel Amaro.

Do segundo nasceram Maria e Rufina Balbina, ambas conviveram maritalmente com Antonio Matulão; Joana Balbino casou com o seu primo Manoel Amaro; Pedro Balbino com Ana Pinto; Pedro Segundo com Justina Fernandes de Morais; João Batista (Pretinho) com Luíza Ferreira de Lima; João Pastor com Maria Laura; Júlia com José Matulão; Luíza com o seu primo Antonio Amaro; Tiburcio com Maria das Dores; José viajou com seu cunhado Antonio Matulão para Solânia/PB e nunca mandou notícia; Francisca casou com Manoel Zumba Bezerra; João Pequeno com Amália; Marcos com Helena Felipe; e Sergio, nascido em 1914, é solteiro, o caçula desta prole, e o único vivo em seus 92 anos.

Pretinho nos anos 30 e seu irmão Sergio, atualmente.

De Amaro Francisco de Lima e Águida Maria de Lima nasceu Joaquim Amaro que se casou com Maria Xavier; Antonio Amaro que casou com Ana e depois com Luíza; Manoel Amaro com Joana Balbino; Luís Amaro com Inês Balbino; Lídio Amaro com Luíza Braz; Maria Amaro e Luíza Amaro eram mudas e não

casaram; João Amaro se casou com Maria do Carmo Pereira; Balbina Amaro ficou solteira e Izabel se casou com Manoel Boa Ventura. Dos Ferreira de Lima, Apolinário (Punum) casado com Rosa Emília, e José (Zeco) casado com Francisca Xavier, netos de Cipriano José de Lima, foi quem mais deixaram descendência em Jardim de Angicos, entrelaçados aos seus primos Amaros e Balbinos.

Maria Xavier de Lima, seu esposo Joaquim Amaro de Lima, e ao centro Michico (Francisco José de Lima), na comunidade dos Balbinos.

Dessa consanguinidade nasceu Paulo Amaro de Lima, no sítio Balbinos, vizinho a Jardim de Angicos, aos 04 de janeiro de 1939, filho de Joaquim Amaro de Lima, filho de Amaro Francisco e Águida, e Maria Xavier de Lima, filha de José Ferreira de Lima e Francisca Xavier de Lima. Além de Paulo nasceu Joaquim Amaro Filho que se casou com Maria das Dores de Lima, José Amaro de Lima que se casou com Francisca Francinete de Lima, e Maria dos Anjos que faleceu muito jovem. Ele e José (Zequinha) moram na cidade de Jardim de Angicos, como a maioria de seus filhos. Joaquim (Lima) permanece morando no Balbino, onde eles são herdeiros de terras deixadas pelos seus ascendentes. Ali morava seu Joaquim e

dona Maria, aonde faleceram. Ele em 30/05/2004 e ela em 07/03/2003.

Rosa Emília de Lima, esposa de Apolinário Ferreira de Lima (Punum) e Maria Luíza de Lima, casada com Joaquim Cipriano de Lima, irmão de Rosa Emilia.

Nomeado por decreto de 1º de abril de 1963, da prefeita Hulda Guilherme, como o primeiro servidor público jardinense, Paulo Amaro começa sua vida pública. No ano seguinte ele passa a assessor do prefeito João Mendes, continuando no mandato de Ranulfo Fernandes, Francisco Barbosa e finalizando no de Manoel Dias de Melo, quando é candidato e eleito prefeito de Jardim de Angicos.

Assume o cargo em 31 de dezembro de 1977 e concluiu em 31 de janeiro de 1983. Manoel Dias de Melo o substitui e ele volta no mandato seguinte, no período de 31 de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 1992. Em 2000 é eleito vice-prefeito de Moacir Alves Guimarães e no fim de seus quatro anos se reelege na mesma função, no mandato de Manoel Agnelo Lima. A vida pública de Paulo Amaro tem sido um grande presente para o município de Jardim de Angicos. Homem honesto, trabalhador, humilde e atencioso. Um grande líder e amigo do povo jardinense. Morador nesta cidade, os que se acham

"donos do poder" passam e ele, com humildade, permanece respeitado e querido pelo povo.

Posse de Paulo Amaro em 1989, ao centro com Ramiro Pereira. Pela esquerda os vereadores Anchieta Nobre, Deusdete (Detinho), vice-prefeito Arnaldo Câmara, Paulo Teixeira, à direita Noêmia Nalva, Francisco de Assis Braz, João Dimas e José Roberto.

Casou pela primeira vez com Carmelita Carmem de Lima, nascida na mesma comunidade, em 03 de maio de 1943, filha de João Pequeno de Lima e Amália Ferreira de Lima. Ela foi à primeira prefeita constitucional de Jardim de Angicos, no quadriênio 1997/2000. É professora de religião no mesmo município, onde mora e também desenvolve ações com um grupo da 3ª idade. São seus irmãos: Célio Marcelino que casou com Luzia Maurício, minha prima, nascendo Lucélia e Andréia Maurício de Lima. Antes, com Margarida Fonseca nasceu André; Clodoaldo que casou com Antonia Ferreira de Lima, cria Simony que é filha de sua irmã Cristina Cristiana que casou Francisco Doca e teve, também: Mariângela, Gustavo, Aline e Rafael. Aline é filha de meu primo Luís Erivan.

Cristina convive atualmente com Paulo Roberto, filho de Francisco Paula Sousa e Maria Aciole de Sousa; Francisco Luciano que casou com Maria de Fátima Ataliba e tem Felipe; Antonio de Pádua com Joana Ferreira Lopes nascendo Perla; Cleide que casou com Argemiro Pereira nascendo Francisco Pereira de Sousa Neto, Amália e João Paulo; Francisco Cristiano de Lima que é casado com Maria do Rosário e são os pais de George Igor de Lima, Maria de Lourdes de Lima Neta e Lana Talytta de Lima. Jovem, reservado, Igor se destaca como um hábil jardinense. Insigne, afável, bom amigo. Ele contribuiu extraordinariamente para que "Além dos Jardins" se tornasse realidade.

Na seqüência, João Pequeno de Lima e sua esposa Amália Ferreira de Lima, Balbina Ferreira de Lima e seu esposo Manoel Pequeno de Lima, irmão de Amália. Balbina era irmã de Maria Xavier, casada com Joaquim Amaro de Lima.

Paulo Amaro e Carmelita tiveram 06 Filhos: Antonio Lisboa, Maria Filomena, Maria Bernadete, Francisco Dehon, Paulo Amaro de Lima Junior e Maria das Vitórias. Ainda criaram, desde os cinco anos, José Roberto Costa de Lima, filho de José Alfredo da Costa Lima e Maria Luciene da Costa Lima. Casaram-se: Antonio Lisboa de Lima, pela primeira vez, com Helena Bandeira, filha de Gratulino Augusto e Lecí Bandeira de Lima nascendo Antoniellen e Caroline Carmem, e depois com Maria da Conceição da Silva, filha de José

Ramos da Silva e Maria de Lourdes, nascendo Maria Antonia. Ele foi vereador deste município e é professor.

Carmelita com sua neta Luana, os genros Jarbas (1) e Evilásio (2), as noras Helena (3) e Suely (4) e seus filhos: Antonio (5), Dehon (6), Filomena (7), Bernadete (8) e Vitória (9).

Maria Filomena de Lima com Evilásio Lima Teixeira, filho de João Bosco Teixeira e Adalva Lima Teixeira, nascendo Afonso Iago. João Bosco era filho de José Teixeira Filho e dona Maria do Carmo Câmara Teixeira, sendo Maria do Carmo filha de Manoel Júlio da Câmara e Tereza Aurora da Câmara. Adalva é filha de Pretinho.

Maria Bernadete se casou com José Jarbas Barreto, filho de Manoel Nobre Barreto e Noêmia Nalva, nascendo Luana e Pedro Paulo; Francisco Dehon casou com Suely Fonseca, filha de Armando Fonseca Bezerra e Francisca Ferreira, não houve filho biológico. Jonathan Dehon é adotivo; Paulo Amaro de Lima Junior casou em 02 de julho de 2005, com Francisca Vital Neta Lima, filha de Francisca Bilro da Silva e Cassiano Guilherme Caldas. Antes do casamento, Paulinho teve Patrik Luís, filho de Tereza Cristina de Morais, filha de Luís Ferreira de Morais e Ivanilde; Em janeiro de

2005 foi à vez de Maria das Vitórias que se casou com Paulo Moreira. Roberto convive com Jordiney Cristina da Silva, filha de Gerôncio Anselmo e Sebastiana Nair, moradores em Mangabeira, Macaíba/RN.

Grande parte do povo jardinense tem raízes entrelaçadas aos Lima: Francisco Nobre Barreto foi um deles. Natural de Assú/RN veio para Jardim de Angicos na primeira década do século XX, por intermédio de seu tio Pedro Nobre de Almeida, tabelião do Cartório Único de Jardim de Angicos, como também professor nesta vila. São eles descendentes do tenente Manoel Ferreira Nobre e Inácia Joaquina de Almeida Nobre. Manoel era filho do capitão Vicente Ferreira Nobre e Ana Rosa da Apresentação, e Inácia Joaquina era filha do capitão José do Rego Bezerra, de São Lourenço da Mata/PE, e Antonia Ursula da Costa.

Dois irmãos de Francisco Nobre Barreto chegaram a Jardim depois dele: Francisco, vindo de Pendência/RN, e Marieta do Açu. Quando Marieta chegou nesta terra era casada com Severiano de Morais e aqui tiveram um filho chamado Januário Severiano de Morais. Este se casou com a também jardinense Maria da Paz Dionísio, com quem teve apenas um filho: Manoel Severiano de Morais, o nosso conhecido Pipi.

O segundo Francisco permaneceu Solteiro. Francisco Nobre se casou com Luíza de França Lima, filha de Manoel Cipriano de Lima (Manoel Balbino) e Filomena Teixeira de Souza. Manoel Balbino era filho de Manoel Cipriano de Lima e Balbina Maria das Virgens. Filomena era irmão de Maria Epifânia Teixeira de Souza, esposa de Marcolino Soares de Paiva. Francisco Nobre e Luíza tiveram 10 filhos: Manoel, João, Edgar, Miguel, Maria, Geralda, Maria do Carmo, Raimundo, Raimunda e Elza. A maioria deles se entrelaçou na mesma família Lima:

Manoel Nobre Barreto se casou com Noêmia Nalva de Lima, vereadora por dois mandatos neste município, filha de José de Lima Filho e Maria Ferreira de Lima nascendo oito filhos: José de Lima Barreto (Zé Nobre) que é vereador deste município, já com dois

mandatos, casou com Liana, filha de Manoel Câmara e Lucimar Bezerra; Joana D'arc se casou com Moacir Alves Guimarães, natural de Macau/RN, filho de Abelardo Alves Guimarães e Dona Anestalda Guimarães.

Posse de vereadores em 1989, assinando a Ata José de Lima Barreto, filho de Noêmia (1) e Manoel Nobre (2). Na composição da mesa, aparecem os vereadores Chico Bico (Francisco de Assis Braz) (3), João Dimas Bezerra (4), José Pequeno (José Roberto Ferreira) (5), Luis de Basto (Luis Ferreira de Morais) (8), o prefeito Manoel Dias de Melo (7) e sua esposa Maria de Lourdes Bezerra de Melo (6).

Moacir foi prefeito deste município no quadriênio 2000/2004, e vice no período anterior; Maria das Graças casou com Ramilson Silva, filho de Lídio e Raimunda; Maria Inézia se casou com José Avelino de Souza, filho de Severino de Souza e Aldagiza Lima; Maria Rosária casou com Francisco Canindé de Medeiros, filho de Moacir de Medeiros e Terezinha Pereira de Medeiros; José Jarbas se casou com Bernadete, filha de Paulo Amaro de Lima e Carmelita Carmem de Lima; José Leonardo se casou com Regina Stela, filha de João Xavier da Silva e Maria das Flores; e Maria Luíza que é solteira. Seu Manoel Nobre e Dona Noêmia têm 14 Netos e

um Bisneto: Lucas, filho de Priscilla Barreto Guimarães e de Edney, filha de Joana D'arc e Moacir.

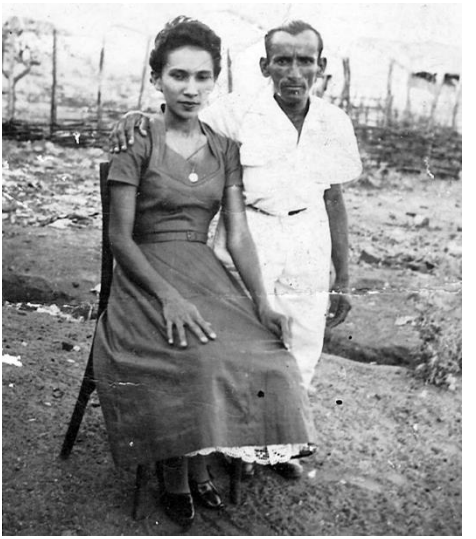
Miguel Nobre Barreto se casou com Francisca de Melo nascendo Valmir, Venilson, Vera Lúcia e Verônica, mais tarde viriam a adotar uma outra menina chamada de Valéria; Maria Nobre Barreto se casou com Gilberto Belarmino Nunes, natural de Canguaretama/RN nascendo Olga que casou com Aderbal Soares Costa, Maria Margarida que casou com Iêdo Almeida de Oliveira, José Nazareno Nunes que casou com dona Eunice, natural de Natal/RN, Maria das Neves Nunes que casou com Manoel Marques (conhecido por Nôzinho), José Anchieta Nobre, solteiro, ex-vereador em Jardim de Angicos/RN por dois mandatos, Maria de Fátima, solteira, e Isolda Nobre Nunes Bezerra que se casou com Manoel Paulino Bezerra, filho de Luiz Paulino Bezerra e dona Nuta;

Geralda Nobre Barreto da Silva se casou com o paraibano Josias Marcelino da Silva, nascendo João, Terezinha, Maria da Conceição, e Maria do Socorro; Maria do Carmo Guilherme se casou com João Batista Guilherme, João Pastor, anotado neste capítulo; Raimundo Nobre Barreto, mais conhecido como Pila, ex-vereador e ex-vice-prefeito deste município, se casou com Terezinha de Jesus, filha de Manoel Boaventura de Lima e Izabel Amaro de Lima, todos dos Balbinos. São seus filhos: José que se casou com Luciene filha de Paulo e Antonia de Lima, Manoel Marconi com Paula, filha de Francisco Paula Sousa e Maria Assiole, Marcelo com Francisca, filha de Luíza Leite e João Pereira, Francisco Nobre Neto, vereador eleito para a legislatura 2005/2008, casou com Edna Câmara, filha de Pedro Câmara e Maria do Céu, Maria da Conceição com Raimundo Ferreira de Lima, filho de João Batista de Lima e Luíza Ferreira de Lima, Luíza de França Neta, vereadora à legislatura 2005/2008, casou com João Batista Melo, filho de Manoel Dias e de Maria de Lourdes.

Pila e dona Terezinha, João Batista, Luíza e sua filha Izabela, Francisco Canindé de Melo (Neguinho), Margarida e seu filho Maxon, Manoel Dias de Melo e dona Maria de Lourdes, Manoel Dias de Melo Junior (Pepê) e Patrícia.

Raimunda Nobre Barreto se casou com João Lima, irmão de Noêmia, nascendo Alzira que faleceu solteira, Marcomirio que se casou com Gorete, filha adotiva de José Amaro de Lima e dona Titica, Celso que se casou com Sandra Mércia de Melo, filha de Francisco Sales de Melo e dona Francisca Salomé de Melo, Maria Augusta que se casou com o vereador, deste município, Francisco Gerson de Paiva, filho de José Francisco de Paiva e Marli Campelo de Paiva, e Maria de Fátima Lourenço, filha adotiva, que se casou com Francisco Ferreira da Fonseca, filho de Minervino Ferreira da Fonseca e Alexandrina Bezerra; Elza, já falecida, não se casou.

Edgar Nobre Barreto se casou com Francisca de Assis Bezerra, filha de João Bezerra e dona Leônidas, nascendo Maria da Conceição que é solteira, Edimilson que se casou com Liliam, irmã de Liana, esposa do vereador Zé Nobre, e José Albano que mora em Natal/RN. João Nobre Barreto se casou primeiramente com Creuza Vitorino de Andrade, filha de Joaquim Vitorino de Andrade e Marieta Bilro nascendo Jeucimar, Margarida e José Andrade. Este último foi vereador por duas legislaturas em Jardim de Angicos. Casou-se com Verônica Bezerra, filha de Cledenor Ataliba Bezerra e Maria do Carmo Bezerra de Melo.



Edgar Nobre e dona Francisca, em 1958. Ele tinha um desvio na colona vertebral.

José e Verônica tiveram duas filhas: Magalí e Margarida, esta última é vereadora neste município, eleita para a legislatura 2005/2008, onde eles residem. João Nobre se casou a segunda vez em Brasília/DF, onde nasceram outros filhos.

Todos nós, mesmo os que não queiram, somos frutos da combinação de etnias diversas, principalmente das raízes negra africana e indígena brasileiro. Portanto, não é desonra ser negro, mulato ou caboclo. Devemos nos orgulhar de nossos antepassados que sofreram e deixaram seu exemplo de luta e glória, mesmo àqueles que foram sujeitos ou obrigados a viver de forma humilhante. Não é abjeto ser descendente de um escravo. É abjeto se deixar escravizar nos dias de hoje pela politicagem; forma moderna do escravismo. Destarte apresento José, escravo de José Rebouças de Oliveira Câmara antigo dono da fazenda Triunfo da União.

José se casou no Jardim aos 24 de outubro de 1886, quando tinha 30 anos, com Águida Carolina Bezerra. Dona Águida era livre e contava 20 anos de vida. O seu casamento foi testemunhado por José Domingos de Melo e Manoel Rebouças de Oliveira Câmara.

Aquele casal teve oito filhos: Joaquim, Maria, Maria Santa, João, Maria da Cruz, Francisco, Rosa e José Avelino de Sousa.

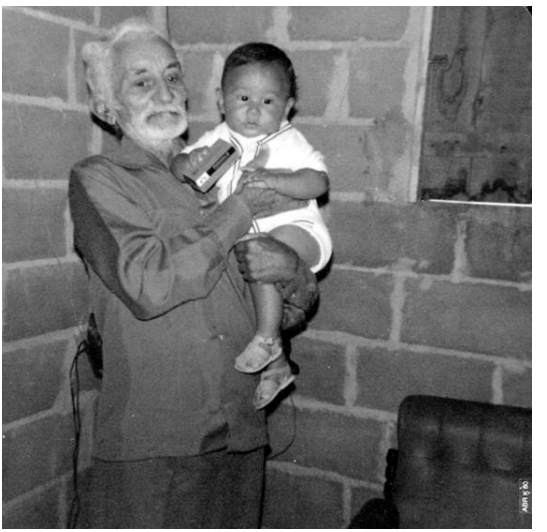
José Avelino de Souza.

Joaquim Avelino de Sousa se casou com dona Izabel e morava no Cardoso; Maria, Maria Santa e João não casaram; Maria da Cruz casou com o Sr. Bevenuto e também morava no Cardoso; Francisco se casou com dona Margarida e morava na Milhã; dona Rosa se casou com Maximiano Alves da Cruz e moravam e possuíam um pequeno pedaço de terra na comunidade da Conceição.

Ali, a sua descendência continua por dona Edite Alves da Cruz, que se casou com Francisco Felisberto de Melo, irmão de José Bebé; José Avelino de Souza se casou com Maria da Paz, irmã de sua cunhada Izabel. Em 1924 nascia Severino.

José Avelino morou por muitos anos na comunidade Zé de Araújo, aonde possuía uma parte de terra. Joaquim Câmara Filho, o fundador da Rede de Comunicações Anhangüera, era o padrinho de seu filho Severino e mesmo morando em Goiás mandava-lhe recordações, entre as quais um postal com a foto de sua família, oferecido à dona Maria da Paz. Seu filho Severino Avelino de Sousa

foi vereador em Jardim de Angicos e um dos bons funcionários que esse município já teve. Trabalhava por amor e dedicação ao que fazia. Não tinha hora escolhida para trabalhar. A qualquer momento estava disposto a ajudar. Aposentado, mora nesta cidade aonde se casou e criou seus filhos. Casou-se com dona Adalgisa de Lima, filha de Pedro Balbino de Lima e Ana Pinto de Lima. Seu Severino e dona Adalgisa tiveram quatro filhos: Francisco, Rita, Maria do Socorro e José.



Pedro Balbino, aos 80 anos em 1982, e seu bisneto Ricardo, filho de Socorro e Unishi.

Francisco faleceu aos 18 anos afogado num cacimbão no Ligeiro, sítio próximo à comunidade Zé de Araújo, onde seu Severino morava e possuiu uma parte de terra, deixada por herança de seu pai; Rita se casou com Miguel de Souza, filho de Nilo de Souza e Lourdes Miranda, proprietários das terras aonde Francisco faleceu; Socorro se casou com o japonês Wosvaldo Onishi; e José Avelino de Souza com Inézia, filha de Manoel Nobre Barreto e Noêmia.

Dona Aldagiza, Severino Avelino e seus filhos: Rita, ao centro, com sua filha Sandra, José Avelino, sua esposa Inézia e sua filha Vanessa.

José é comerciante em Jardim de Angicos aonde mora. Vanessa é seu único fruto.

PAIVA E OUTRAS FAMÍLIAS

Em meados do século XIX, as terras em que está situada a cidade de Jardim de Angicos e cercanias estavam sob o controle de dois senhores: José Rebouças de Oliveira Câmara, com a fazenda Triunfo da União, e Manoel Vicente de Paiva Rocha com o sítio Jardim. Nelas já havia outras famílias agregadas; sejam às que aqui procuravam terra para trabalhar e morar ou aquelas que serviam simplesmente como escravas. Conforme informações extraídas dos livros de casamentos da freguesia de São José dos Angicos, de pessoas que naquele período casaram no Jardim e na União, nestas terras já moravam:

Cipriano José de Lima, natural do Icó/CE, Antonio Francisco de Oliveira Brasil, de Santa Cruz do Trairí/RN, Francisco José Bezerra, de São José de Mipibu/RN, Manoel Bandeira de Melo, Bernardo da Rocha Bezerra, João Damasceno Bezerra, Manoel

Francisco Pereira Campos, Francisco Pereira Campos, Gonçalo José da Silva, Francisco José dos Santos, Sebastião Xavier da Silva, João Vicente Leão, todos com raízes no vale do Ceará-Mirim e nesta região de Angicos. Essas famílias se desenvolviam quase que exclusivamente originadas da mesma raiz. Casavam parentes com parentes, muitas vezes até tios com sobrinhas e vice-versa. A maioria era parentes, alguns estavam aqui unidos por laços seculares. Quase todos os jardinenses são ramificações dessas famílias que habitaram nessa região no século XVIII e XIX. Somos, portanto, a continuação dessa ascendência.

Na segunda metade do século XIX, Jardim teve um bom aumento populacional, não só na área do sítio como também em toda região. Esse impulso apressou à construção de um cemitério, 1869, e uma igreja em 1873, em cem braças de terras, em quadra, doado pelo capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha, para patrimônio de São João Batista. Dezessete anos depois da construção da Igreja, com aproximadamente 40 residências, Jardim foi transformado em vila e sede do município de mesmo nome.

Casado com Ana Rosa dos Prazeres, Manoel Vicente foi o principal articulador para o desenvolvimento de Jardim de Angicos. No seu sítio, em 04 de julho de 1871, se casava a sua filha Quitéria Maria de Paiva, com José Cipriano de Lima. José tinha vindo com seus pais, Cipriano José de Lima e Rosa Maria da Conceição, da cidade do Icó, então na província do Ceará.

Na ocasião do casamento foi testemunha o tenente coronel Francisco Guedes da Fonseca e José Rebouças de Oliveira Câmara. Em meados do ano seguinte Quitéria havia falecido. Além de Quitéria havia João da Matha Paiva que casou com Ana Teixeira de Souza. Por viuvez, João casou com Maria Soares Bilro. Também havia José Soares de Paiva Rocha; Alexandre Soares de Paiva; Francisco Soares de Paiva que casou com Joana Soares da Silva, filha de José Francisco Soares Bilro, irmã de Maria e do coronel Zé Bilro; Marcolino Soares de Paiva que casou na capela do Jardim, em 25 de julho de 1887, com Maria Epifânia Teixeira de Souza, quando ele

tinha 25 anos e ela 37; e Henrique Soares de Paiva. Epifânia era irmã da primeira esposa de João da Mata Paiva.

João da Matha Paiva e Maria Soares Bilro.

No município de Jardim de Angicos permanece poucas famílias da descendência Paiva. Salvo as que descendem de Henrique Soares de Paiva que se estabeleceu na Milhã na segunda metade do século XIX, onde atualmente está representada por José Francisco de Paiva (Zé Gonzaga) e Manoel Paiva (Nezinho Gonzaga), filhos de Luis Gonzaga de Paiva e Maria Soledade de Paiva. Maria Soledade era filha de Sebastião de Souza, natural de Santana do Matos, e Luis era filho de Henrique Soares de Paiva, natural de Jardim de Angicos e filho do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha. Além de Luís Gonzaga, eram filhos de Henrique Paiva: Francisco Soares de Paiva que se casou três vezes, Doca Paiva que se casou com Luíza Teixeira de Paiva, e Francisca Paiva que se casou com o prefeito Francisco Barbosa da Câmara.

José Gonzaga se casou com Marli Campelo de Paiva, filha de José Francisco Campelo, natural de Jucurutu/RN, e dona Maria Macedo de Campelo, natural de Mossoró/RN. José e dona Marli tiveram 04 filhos: José Gilson, Gilcélio Carlos, Francisco Gerson e

Carla Janaina. Francisco Gerson de Paiva se casou com Maria Augusta, filha de João Maria de Lima e Raimunda Nobre; Jucélio com Diva Ataliba Bilro, filha de Grimaldi Ataliba Bilro e Zimar Ataliba Bilro; José Gilson casou com Iolanda, natural do Ceará-Mirim/RN, e moram no São Paulo/SP; e Janaina com Carlos, natural de João Câmara/RN.

Nezinho Gonzaga se casou com dona Francisca Rodrigues de Almeida Paiva, filha de João Rodrigues de Almeida e dona Maria de Lourdes de Almeida. Dona Maria era filha de Francisco Rodrigues de Almeida e de Maria Amélia, filha de Sebastião Xavier da Silva e Ana Nascimento, moradores na Baixa da Inêz, neste município. Daquele casal nasceu Juscelino e Luís Carlos. Jucelino Paiva se casou com Marta Gerusa Barbosa de Paiva, filha de Sebastião Bento e dona Cícera. Luís Carlos de Paiva se casou com a baiana Elizânia Eugênia dos Santos. Da família Paiva descende o ilustre Monsenhor João da Matha.

João da Matha Paiva, apesar de ter casado duas vezes, só teve um filho e a este lhe pôs o seu próprio nome. Ele nasceu aos 19 de fevereiro de 1897, na vila e município de Jardim de Angicos/RN, filho de João da Matha Paiva e Ana Teixeira de Paiva, e como padrinho teve seus avós por parte de pai, o capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha e dona Ana Rosa de Paiva. João da Matha Paiva, o filho, começou a aprender as primeiras letras na vila do Jardim e em 1909 foi estudar em Natal/RN, no Colégio Diocesano Santo Antonio, de onde em 1912 foi para Paraíba cursar filosofia e teologia. Naquele estado, o bispo Dom Adauto lhe fez Clérigo João da Matha. Foi minorista pela recepção das Ordens Primeiras em 1917 e em 1919 volta para Natal/RN. No seu Estado, o bispo diocesano Dom Antonio Cabral lhe fez Subdiácono em 1920, e no ano seguinte, a 13 de fevereiro, Diácono e Presbítero a 03 de abril. As Ordenações Últimas foram na Catedral de Nossa Senhora da Apresentação e a sua primeira missa na Igreja do Nosso Senhor do Bom Jesus das Dores, a 10 de abril do mesmo ano, no Altar de Nossa Senhora de Lourdes. De menino simples de Jardim de Angicos se torna monsenhor, deputado e governador.

Monsenhor João da Matha desempenhou com muito amor e dedicação, grandioso trabalho para o estado do Rio Grande do Norte. Dividido entre o sacerdócio e a política partidária ocupou diversos cargos eclesiástico e os mais altos na política estadual. De sua vasta biografia destacarei alguns dos principais cargos que exerceu: Deputado Constituinte do Estado do Rio Grande do Norte por duas legislaturas: na décima sexta de 1936 a 1939 e na décima sétima de 1947 a 1950. Na primeira foi presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 1936 para 1937.

Monsenhor João da Matha Paiva.

Em conformidade com o Art. 34, s 6º da Constituição Estadual de 1936, que assegurava ao presidente da Assembléia Legislativa a vice-presidência do Governo do Estado, ele foi Governador Interino por quatro vezes, no governo de Rafael Fernandes Gurjão, entre junho de 1936 e setembro de 1937. Como pároco foi diretor do colégio Atheneu, vice-diretor e diretor do Colégio Diocesano Santo Antonio, diretor do Colégio Estadual Feminino, professor das Escolas de Comercio Feminino e Masculino de Natal, vigário da Igreja São Pedro do bairro do Alecrim/Natal-RN, reitor do Seminário São Pedro, vigário em Acari/RN, vigário interino da Paróquia da Apresentação, Vigário-Geral, Monsenhor Camareiro do Papa Pio XI, Monsenhor Prelado Doméstico do Papa João XXIII, entre outras.

Suas atividades não param por ai. Como pro - vigário Geral, sua última função, adoeceu deixando-o inativo. Atacado por esclerose veio para Jardim de Angicos. Piorando cada vez mais, volta para Natal, sendo internado na Casa de Saúde dos Psicopatas, aonde faleceu em 04 de junho de 1965. Seu Corpo ficou em Câmara Ardente no Palácio do Governo, homenagem do Estado no governo de Aluízio Alves. Foi sepultado no Cemitério do Alecrim/Natal-RN e, posteriormente, seus restos mortais trazidos e se encontra na Capela de São João Batista, na cidade de Jardim de Angicos, próximo à porta principal, aonde numa placa com dizeres indica o local.

Apesar do que representou para este Estado, e principalmente para Jardim de Angicos, monsenhor Matha não tem na terra em que nasceu uma única homenagem dedicada a sua memória. Até a casa aonde ele nasceu está praticamente em ruínas, não havendo preocupação na preservação de sua memória, assim como também pela a de seu avô que tanto contribuiu para o desenvolvimento da povoação do Jardim.

Região deficitária por escassez d´água, porção norte do território de Jardim de Angicos, só a partir no século XX a Serrinha passou a ser habitada. Vários de seus habitantes tiveram ascendência em antigos moradores que habitaram na várzea do rio Ceará-Mirim, principalmente do Umarí acima. Algumas famílias passaram a habitar aquelas terras por medo de seus filhos serem convocados para guerras, como a do Paraguai, ou para plantar roça (mandioca) para fazer farinha. Ali, moram descendentes de Paulino da Rocha Bezerra que casou em 1875 com Matildes Teixeira da Silva, então viúvo, filho de Joaquim José Bezerra e Maria Francisca Bezerra, e ela de Matias Teixeira da Silva e Francisca Xavier da Cruz. Alguns dos de Luiz Caetano da Silva e Izabela Maria do Espírito Santo, casados no Jardim em 07 de janeiro de 1883, filho de Manoel Caetano do Nascimento e Inácia Maria da Conceição, e ela de Antonio Felipe da Costa e Vicência Brasiliana de Melo.

Antonio Felipe da Costa era filho de Felipe Rodrigues da Costa, proprietário da fazenda Conceição, na primeira metade do século XIX. Também há descendentes de Antonio Ananias Bezerra casado no Retiro, em 31 de agosto de 1871, com Josefa Marcelina de Oliveira Câmara, filho de Joaquim José Bezerra e Maria Francisca Bezerra e ela de João Francisco da Cunha Baracho e Francisca Maria de Oliveira Câmara. Quando ele casou foram testemunhas José Rebouças de Oliveira Câmara e João Florêncio de Oliveira Câmara, tios de sua esposa e irmãos de sua sogra Francisca Maria de Oliveira Câmara. No Catolé mora João Batista Bezerra e Maria das Graças Bezerra, casados, ambos descendente de Antonio Ananias. João é filho de Francisco Germano Bezerra e dona Severina Ananias Bezerra, seu pai filho de Germano Francisco Bezerra e dona Maria, e sua mãe filha de Francisco Ananias Bezerra e dona Luíza Elita.

Viúvo, Francisco Ananias casou com Maria Amélia Bezerra, nascendo José Ananias Bezerra que se casou com Maria do Céu Bezerra, pais de Maria das Graças que se casou com João. Ali também mora o ex-vereador Francisco Balbino de Lima, filho de Pedro Balbino de Lima, que casou com dona Flávia, filha de Antonio Dionísio Bezerra e Izabel Pinto Câmara. Depois com dona Maria, havendo descendentes de ambos os casamentos.

Na mesma região mora Oscar André de Aguiar, nascido aos 18 dias de julho de 1926, no Arisco, atual Serrinha de Cima. É filho de Manoel André de Aguiar e Maria Ferreira de Lima, ela nascida na Serrinha, atual Serrinha de Baixo. Manoel André de Aguiar, seu bisavô, casou-se em março de 1865, na fazenda Flores, com Joana Maria de Jesus, filha de Julião Marques de Lima e de Maria Antonia dos Prazeres, donos da fazenda Juazeiro, na Serra do Feiticeiro, e Boa Vista, e ele filho de André Nunes dos Santos e Joaquina Maria da Conceição. Francisco das Chagas, Porcínio e Francisco André de Aguiar, este último avô de Oscar, se instalaram nesta região no final do século XIX, em pequenas porções de terras ali devolutas onde passaram a viver da pequena agricultura e deixaram descendência. Manoel, o filho de Francisco, e dona Maria Ferreira, além de Oscar tiveram: Osmar, Osman, Olavo e Francisco. Dona Maria era filha de

Valério Ferreira de Lima e Maria Sabino Pinto. Além dela, na serrinha nasceram: Salustino, Francisco, José e Izabel Ferreira de Lima.

Oscar se casou em 1947 com dona Cícera André de Aguiar, filha de José Francisco do Nascimento e Maria Nazaré da Conceição. Ela é neta, por parte de pai, de Diocleciano; um senhor que veio de Campina Grande e trabalhava na estrada de ferro que corria de Natal a Lajes, e na Serrinha se instalou por volta de 1912. Já por parte de mãe é neta de Francisco Simão e Maria Francisca, e sobrinha de João e Pedro Simão. Oscar e dona Cícera tiveram 15 filhos sobrevivendo 12, quase todos moradores no mesmo torrão. São eles: Agrício, Maria das Graças, José, Francisco, Jaime, Aluízio, Madalena, Raimundo, Maurício, Valmir, Manoel e Josiel. Vivem praticamente como viveram seus antepassados.

Agrício se casou com Maria Auxiliadora Braz, filha de Sebastião Braz da Silva e Luíza Braz; Maria das Graças se casou com José Trajano de Araújo, filho de Aurélio Trajano e Maria do Rosário; José se casou com Maria da Conceição Pereira, filha de Francisco Canindé Pereira e Maria dos Prazeres; Francisco se casou com Francisca de Moura Barbosa, filha de Pedro Cipriano de Moura e Jovelina Maria de Moura. Chico André ou Chico Placa, como é conhecido, foi candidato a vereador em 2004; Jaime se casou com Francisca Margarida Braz, filha de José Braz da Silva e Maria das Neves; Aluísio se casou com Lúcia Braz da Silva, filha de Sebastião Braz da Silva e Maria Cícera Alves; Madalena se casou com Djalma Alves da Silva, filho de Sebastião Braz da Silva e Maria Cícera Alves; Raimundo se casou com Regina Lopes, filha de Antonio da Luz e dona Ivete; Maurício se casou com Ana Lúcia Monteiro, filha de Manoel Monteiro e Margarida Monteiro; Valmir se casou com Maria Nice, natural de Angicos/RN, filha do Sr. Eduardo; Manoel se casou com Francisca, e Josuel é solteiro.

Com sua família, em 1971, veio morar na Serrinha o Sr. Manoel Leopoldo de Oliveira. Em 29 de dezembro de 1934, aos 40 anos de idade, havia casado com dona Maria Judith de Oliveira, com

17, natural de Santana do Matos/RN, filha de Antonio Leutério de Oliveira e Maria Leutério de Oliveira, donos das fazendas Riacho do Prato e Riacho da Sombra. Manoel Caldeirão como era conhecido em Angicos, sua terra natal, e Manoel dos Tanques em Jardim de Angicos, aonde faleceu em 11 de junho de 1991, aos 97 anos de idade. Nesta terra deixou suas raízes em: Luís, Francisco, Bianor e Pedro Leopoldo de Oliveira. Luís se casou com Maria da Luz, segundo ela, filha de uma índia que habitou a região de Pau dos Ferros e que foi pega a "casco de cavalo" quando era recém nascida, juntamente com sua mãe.

Pela esquerda: Gracinha, esposa de Moisés, filho de Chico na outra extremidade, dona Creuza e dona Judite, ao centro, Pedro dos Tanques e seus filhos Magna e Magno.

Apanhada por vaqueiros, sua mãe foi aprisionada e sem querer comer nem beber, morrera de fome e raiva, no terceiro dia do acontecido. Da luz foi criada por Manoel Bezerra e Maria Maximiana; Francisco, mais conhecido por Chico da Carroça, casou-se com dona Creuza Nunes de Oliveira, filha de Manoel Torquato e Maria Torquato, da Fazenda Pixoré em Angicos/RN; Bianor se casou com Ozana, filha de João Leandro e Maria, também naturais de

Angicos/RN; Pedro se casou com Rosilene Malaquias da Silva, filha de José Giron e Maria Malaquias Giron, da Serra de Santa Inêz/PB. Pedro separou-se e convive com Maria da Conceição Teteo, natural de Macau/RN. Pedro dos Tanques, Pedro Rico ou "Bolinha de Ouro" como é conhecido foi candidato a vereador em Jardim de Angicos em 2000.

Na Serrinha, Manoel Francisco de Lima e Olinto Alves da Cruz também deixaram grande descendência. Manoel foi casado com dona Maria Hermínia dos Santos e Olinto com dona Luíza Ferreira de Paiva. Entre os vários filhos de Manoel e Hermínia, ali nasceu Cícero de Hermínia que se casou com dona Nazaré, e dona Rosilda Lúcia de Lima que se casou com o paraibano Antonio João de Sousa, pais do vereador Francisco de Assis Sousa que se casou com Elione Ferreira de Lima Souza, filha de Geraldo Ferreira. Diassis, como é conhecido, mora no arruado da Serrinha de Baixo, vizinho a sua mãe Rosilda, aonde à maioria dos moradores são seus parentes próximos, entre eles a sua irmã Maria da Graças que se casou com João Batista da Câmara, filho de Valdemar Câmara e dona Salete Braz.

Já Olinto e Luíza, que também moravam na Serrinha de Baixo, mais para o leste, perto da divisa com o município de João Câmara, deixaram ali seu filho Francisco Alves da Cruz que se casou com dona Maria de Lourdes da Cruz. Francisco Alves, que é mudo, e dona Maria tiveram 06 filhos: Luciano, José, Maria do Céu, Luciene, Maria José e Carlos Antonio Alves da Cruz. Este último é vereador deste município, eleito para a legislatura 2005/2008. Naquela mesma comunidade mora a ex-vereadora Dulce Bandeira de Melo, casada com João Bandeira de Melo, Dioleto Paulino dos Santos casado com dona Vilma. Entre outras, também mora Dione Paulino dos Santos, filha de Dioleto e dona Vilma, que convive com meu primo Everaldo, filho de Chicó e Lourdes.

Na serra da Cauã, alcance territorial do distrito do Bom Fim e Jardim, atualmente no município de São Tomé/RN, nasceu José Moura, mais conhecido por José Cipriano, em 10 de junho de 1920.

Seus pais, Cipriano Moura Barbosa e Maria Moura chegaram e se instalaram em 1946 na Serrinha de Cima. Sua família cresceu e se estendeu pelos ariscos dali até o do Catolé, derivadas de João, Pedro, Francisco e José. João se casou com Francisca Bonifácio, filha de Bonifácio Braz e dona Tereza, Pedro se casou com Jovelina Tavares, filha de Justina e Joaquim Tavares, Francisco se casou com Maria, filha de Olinto Alves da Cruz e dona Luíza.

José Cipriano se casou em 29 de setembro de 1939 com Amélia Moura, natural da fazenda "dos Angicos" em Jardim de Angicos, filha de Antonio Alves da Silva, morador e proprietário de terras naquela comunidade. Sua mãe, dona Francisca Maria da Conceição, tinha origens na Serra da Cauã de onde viera seu esposo, sendo ambos da descendência de Inácio Tavares, seu bisavô.

José Cipriano e dona Amélia.

José Cipriano e Amélia tiveram 13 filhos: Francisco de Assis, Maria, Francisca, Anunciada, Margarida, Elena, Dolores, Cícera, Aparecida, Laura, Maria Lucia, Manoel e João Moura. Dos que permaneceram na Serrinha, ao lado sul da casa de seu pai, mora João que casou com dona Elena Batista de Moura. Ela faleceu subitamente em 2005. Também ali vizinho, já pelo norte da

residência de José Cipriano, seu avô, mora Elisângela, filha de seu João e dona Helena, casada com Francisco Canindé Soares da Silva, que morava no sítio Malacacheta, em terras dos seus pais Francisco Damião da Silva e Maria de Lourdes Soares da Silva, vizinho aos meus.

Em 1719, Gervásio Pereira de Morais recebia uma sesmaria com terras pela serra do Quinquê, riacho do Olho D´água das Pedras e riacho das Milharadas do Gentio, região de São Vicente e Florânia/RN. Deste pioneiro descendeu Atanásio Fernandes de Morais. No final daquele século havia outro Atanásio Fernandes de Morais, nascido em 1790, provavelmente neto do primeiro. Os "Atanásios" fundaram a povoação de "Roça do Urubu", que em 1865 se chamava Flores do Vossurubu, depois Povoação de Flores, dando lugar à atual sede do município Florânia/RN.

Ao falecer em 1860, Atanásio deixou 22 filhos e 482 netos e bisnetos, espalhados por aquela serrania. Na segunda década do século XX se instala na fazenda Ramada, e depois a sua descendência na Malacacheta, João Fernandes de Morais. João fugiu dali em 1919 para escapar de uma grande seca, indo trabalhar e morar no engenho Trigueiro de propriedade do major Oliveira, no município de Ceará-Mirim/RN.Ali sua família contraiu o "paludismo" e como forma de fugir daquela área infectada, refugiou-se na fazenda Ramada do Dr. Milcíades Bandeira, então área territorial de Lajes/RN, hoje limítrofes de Jardim de Angicos e Pedra Preta.

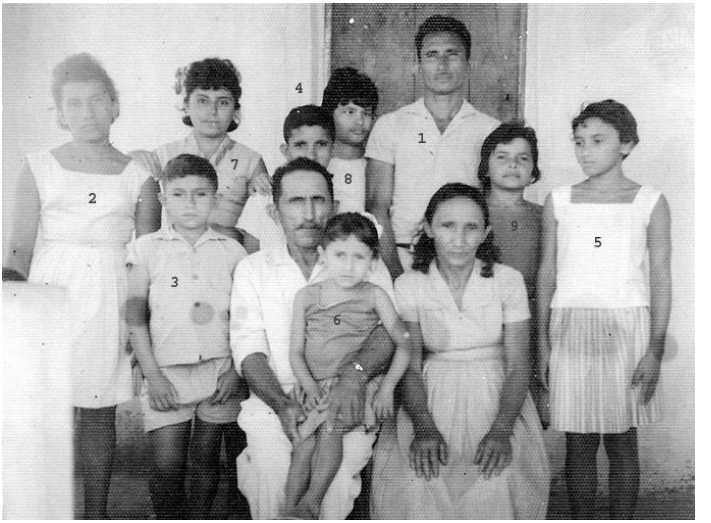
Ele passou a morar com sua família ali perto, num sítio que chamavam "Os Tanques", ponto mais isolado daquela fazenda, aonde faleceu em 1926. João Canário, como ali ficou conhecido por preferir usar ternos amarelo, era filho de Alexandre Fernandes de Morais e de Justina Libânia da Conceição, e neto de Atanásio. Casou-se em sua terra natal com Antonia Ferreira de Morais, filha de José Clementino de Sousa e Guilhermina Maria da Conceição. Em 1925, João comprou o sítio Malacacheta ao coronel Pedro Teixeira de Vasconcelos, do Ceará-Mirim. Faleceu sem desfrutar de

suas terras que ficou aos cuidados da viúva “Totonha” aonde criou seus doze filhos: Brígido (Briso), Sebastião (Basto), Francisco (Chiquinho), Francisco (Caboco), Alberto, Maria, Tereza, Justina, Eudócia, Luíza, Zilda e Ida.

Antonia Ferreira de Morais (Totonha).

Totonha foi à senhora da Malacacheta por mais de 30 anos. Viveu até início da década de 1960, deixando as terras aos seus herdeiros. Briso se casou com Vicência, sua prima legítima, filha de Antonio Fernandes de Morais, irmão de João, e Justina. São seus filhos: Ileda, Filomena, Vicente, Daylô, Rosa, Veridiano, Maria, Arlindo e Josefa. Alguns morando na cidade de João Câmara/RN.

Basto Canário se casou com Francisca Edite de Morais, conhecida por Tiúte, filha de Luíza Rufino. Este casal teve sete filhos: Luís, José, Inês, Maria, Francisco (Morais), Francisco (Corrote) e Gabriel. Luís de Basto foi vereador em Jardim de Angicos, aonde mora, e Maria é médica nutricionista; Chiquinho com Dorotéia Braz, relatada neste capítulo; Caboco com Maria Rodrigues de Almeida, filha de Francisco Rodrigues de Almeida e Maria Amélia nascendo Francisco (Coró), Maria da Paz, Dilce e Josefa; Maria com seu parente Alexandre Pereira com quem teve Edson; Tereza com Raimundo Galvão, filho de Rafael Galvão e Francisca.



Basto Canário, Tiúte e seus filhos Luis (1), Inêz (2), Corrote (3), Gabriel (4), sua neta do Céu (6) filha de Luis, Maria (5) casada com Irineu. Sua sobrinha Chiquinha (7) filha de Luíza e Severino, Rita (8) e Socorro (9), filhas de Severino de Souza e dona Adalgisa.

Nasceram Antônio, Luís, Maria e Vivinha. Viúva, ela casou com Luís de Melo; Justina com Pedro Segundo Balbino de Lima, filho de Francisco Balbino de Lima e Maria Francisca de Lima, nascendo 14 filhos: Ivonilde casou com Luís de Basto. Ela faleceu em 17/05/2006, Mário, João, Maria, Douglas, Hildebrando, José Nazareno (Cazuza), Ivanosca (Bina), Carmelita (Lica), Margarida, Raimunda, Leônidas, Francisca (Bilega) e José de Arimatéia (Zé Duda); Eudócia com Tertuliano de Sousa, filho de José Tertuliano de Sousa e Regina Leite de Oliveira, nasceram 13 filhos:

Maria, Eliete, José (Zé Pelado), Alcides, Otávio, Manoel (Buga), Joana, Orlanda, Antonia, Maria das Graças (Nega), Josefa, Francisca, João (Galego). Também criou Cosme de Sousa (Ivamar) filho de Maria de Lourdes e Galdino. Ivamar se casou com minha prima Ariane, filha de Manoel Preto e Jandira; Luíza com Severino Ferreira, filho de Pedro Ferreira de Sousa e Josefa Bernardes de França, nascendo 12 filhos: Agatângelo, Francisca, Maria de Lourdes, Maria da Conceição, Luís, João, Severino Ramos, José,

Pedro, Francisco das Chagas, Maria de Fátima e Terezinha; Zilda se casou com Cícero Clementino, natural de Florânia/RN, nasceram Amadeu, José, Cícero e outros; Ida se casou Manoel Jerônimo, filho de Jerônimo e Maria Antonia, nasceram 21 filhos e criaram-se 18: Maria, Aroldo, Maria Luíza, Aidê, Auderica, José, João, Raimundo, Luís, Amadeu, Amarildo, Elena, Fernando, Carlos, (Geroca), Sebastião, Francisca e Francisco Canindé, este último faleceu aos 18 anos em um acidente automobilístico; e Alberto casou com Augusta.

Alberto Fernandes de Morais nasceu em 21 de novembro de 1919 no Ceará-Mirim/RN. Ele casou-se com Augusta Teixeira Nunes, filha de Manoel Teixeira Nunes e Maria Alves da Cruz, moradores de Baixa do Angico, ali vizinho a Ramada, ficando atualmente no município de Pedra Preta. Na Malacacheta nasceram 07 filhos: Raimundo, Fernando, Pedro, José, João Maria, Maria e Carlos Alberto. Raimundo se casou com Maria Conceição Ferreira, sua prima legítima, filha de Luíza e Severino. Nascendo Adriana, Gerry Adriano, Damião Magno, Magna, Maria das Graças, Eliane e Micarla; José se casou com Lúcia Maria de Melo, filha de Tito Dias de Melo e Aurora Machado Câmara, nasceram Kênia, Kenismar, Kelisson e Kalisson; João Maria se casou com Zuleide Pereira, natural de Afonso Bezerra, já falecida. Nasceu Michele.

Viúvo João casou com Maria Lucia, nascendo Lucas e Raquel; Maria, com quem seu Alberto mora na cidade de Jardim de Angicos, se casou com Severino Ramos, seu primo legítimo, filho de Luíza e Severino. São seus filhos: Maria Augusta e Angélica. Maria teve também Francimário, filho Francisco das Chagas Pereira, filho de Raimundo Pereira e Maria de Lourdes Pereira; Carlos Alberto se casou com Marlene Ataliba Bezerra, filha de Cledenor Ataliba Bezerra e Maria do Carmo Bezerra. Só tem um Filho: Rodrigo.

Família Fernandes de Morais: Luíza (1) e Severino (2). Seus filhos, Lourdinha (3), Pedro (4), Chiquinha (5) e Severino Ramos (6). Alberto Fernandes (7) e sua filha Maria (8). Netos de Alberto, Severino e Luíza: Angélica (9), Maria Augusta (10), Adriana (11), Damião Magno (12), Gracinha (13). Jéssica (14) só de Luíza e Severino, e bisnetos: Sara (15) e Cássia (16). Bisnetos de Alberto, Severino, Luíza e Eudócia: Elaine (17), Andriele (18), Rafael (19) e Ranieri (20). Kátia Câmara (21), esposa de Damião.

Dos filhos de Seu Alberto e dona Augusta mora no estado de São Paulo Fernando e Pedro onde casaram: Fernando com Maria de Lourdes, com quem tive duas filhas: Claudia e Claudete. E Pedro se casou com Eudócia, nasceram dois homens: Belchior e Diego.

Chiquinho, Francisco Fernandes de Morais, irmão de Alberto, nasceu em Florânia em 1912 e se casou com a jardim-angicanense Dorotéia em 1934. Dorotéia Braz da Silva nasceu em 06 de fevereiro de 1910, na fazenda Logradouro, filha de Francisco Braz da Silva e Zulima Carolina da Silva. Seu pai nasceu em 1860, no Ceará-Mirim, filho de Giller Braz da Silva e Margarida. E Zulima nasceu em Goianinha/RN. Daquele casamento nasceu Maria das Dores de Morais e João Fernandes de Morais. Aos seus 96 anos, dona Dorotéia é lúcida e goza de uma saúde de ferro. Quando eu a vejo, ela me atende com um sorriso largo, aperta a minha mão e diz:

Evangelista?! Não adianta conversar que ela não ouve. Em 18 de janeiro 2006, visitei dona Dorotéia e a encontrei acamada e sem fala. Resistiu. Esta como antes.

Dona Dorotéia Braz.

Sua filha Maria das Dores se casou com João Sabino de Sousa, filho de Sabino Julião de Sousa e Maria Silviano de Sousa. Deles nasceram José, Maria e Ana. E João Fernandes de Morais, com quem dona Dorotéia mora, ainda na Malacacheta, se casou com Terezinha Batista Pereira, filha de Severino Batista Pereira e Maria Francisca Pereira, naturais de Florânia/RN. Deles nasceram Maria da Paz, Luzineide, Leodete, Francisco Fernandes de Morais Neto e Maria Erivanda de Morais.

Os filhos de Dorotéia e de seus descendentes não herdam o sobrenome Braz, apenas encontrado em alguns descendentes de seus tios. Dos filhos de Giller Braz e Zulima, além de Francisco Braz, nasceram: José Braz, Maria Izabel e Manoel Braz da Silva. Este último era o mais velho e construiu numerosa família na Serrinha aonde mora boa parte de sua descendência. Raimundo Braz da Silva, filho de Manoel, nasceu em 07 de março de 1920, atualmente morando em Parnamirim/RN, se casou com Maria Conceição da Silva, filha de José Lopes Pereira e Maria Lopes Pereira. Este casal teve 14 filhos e entre eles Maria Lucia de Melo, moradora no sítio Catolé, neste município, e é casada com Fernando Bezerra de Melo

(Fernando Batista). Já Francisco Braz fez nascer Dorotéia, Sancho Braz, Luís Braz, Maria Braz e Luíza Braz.

Em junho de 1914, em Belém/PA, nasceu Luís Tertuliano de Sousa. Seus pais, José Tertuliano de Sousa, natural de Ceará-Mirim/RN, e Regina Leite de Oliveira, do Brejo do Santo/CE, em 1916 voltaram para Capela, engenho vizinho à cidade de Ceará-Mirim. Logo vieram para o Ligeiro, sítio no extremo norte da Malacacheta, Jardim de Angicos, aonde permaneceram e criaram seus filhos: Tertuliano, Nilo, Luís, João, Manoel, José, Benedito, Maria e Miguel. Alguns deles ali se casaram e formaram suas famílias, entre eles: Tertuliano que se casou com Eudócia Fernandes de Morais, Nilo com Maria de Lourdes Miranda, e Luís Tertuliano de Sousa que casou com Maria Felix de Souza.

Maria Felix Barbosa, nome de solteira, nasceu em 25 de novembro de 1922, na fazenda São Vicente, filha de Antonio Felix Barbosa e Luíza Felix Barbosa. Seus avôs paternos foram Manoel Felix Barbosa e Maria Clara que moraram na fazenda São Pedro do major Ângelo Varela Santiago, aonde ele foi vaqueiro. Atualmente São Vicente e São Pedro são assentamentos agrários no município de Pedra Preta. Com o falecimento de Maria Clara, Manoel passou a conviver com Sancha Maria da Conceição, com quem criou seus filhos e alguns netos. Sancha era da família Salviano, irmã de Francisca e Manoel Salviano, e ele, da dos Barbosa, irmão de João, José e Alexandre Felix Barbosa, este último avó de minha Mãe. Luíza era filha de Cândido Marcolino de Oliveira e Sebastiana de Oliveira, que tinham mais dois filhos: Antonio e Ana.

Ana se casou com Antonio Leutério de Oliveira que tiveram também dois filhos: José e Maria que foram criados pelos seus avós. Este José Cândido de Oliveira, filho adotivo e neto de Cândido, se casou com Maria Bezerra de Oliveira, nascendo Maria de Lourdes de Oliveira (Lulu), moradora na Serrinha de Cima, casada com Gabriel Fernandes de Morais, filho de Sebastião Fernandes de Morais (Basto Canário). Lulu e Gabriel são os pais de Leandro e Leitoson de Oliveira Morais. Viúvo, Antonio Leutério se casou com

Maria Leutério de Oliveira e viveram em suas terras no riacho do Prato, Angicos/RN. São eles os pais de dona Maria Judith de Oliveira que casou com Manoel Leopoldo de Oliveira: "Manoel dos Tanques" pai de Pedro dos Tanques.

Candido e Sebastiana moraram na fazenda Triunfo da União de Manoel Rebouças de Oliveira Câmara, cercanias de Jardim de Angicos, período em que Antonio Felix conheceu e casou com Luíza. Sancha tinha vindo da fazenda São Pedro e se instalado na Malhadinha, aonde adquiriu terras e construiu casa e roçado junto com Antonio. Casado, Antonio Felix passou a morar na milhã e no Ligeiro por onde criou seus filhos. Em dezembro de 1963, atendendo pedido de sua esposa Luíza, ele se casou no religioso, ocorrido na comunidade Zé de Araújo aonde foi realizada a missa pelo padre Vicente. "*Papai tonho estava acamado quando casou e ali faleceu no mesmo mês".* Conforme esclarece sua neta Sebastiana.

Morando no sítio Ligeiro, Luís de Sousa conhece Maria e se casa em 21 de setembro de 1941, passando a morar na comunidade Zé de Araújo, aonde nasceram seus filhos: Sebastiana, Francisca, José, Severino, João Clímaco, Maria das Graças, João Maria e Francisco Ronaldo. Dona Sebastiana de Sousa, minha primeira professora, filha mais velha, com quem dona Maria mora, se casou em 24 de abril de 1964 com Francisco Canindé Bezerra, herdando o sobrenome da genealogia Bezerra que fincara raízes nesta região nos primeiros anos do século XVIII, pelo coronel Antonio da Rocha Bezerra e o capitão-mor Baltazar da Rocha Bezerra, vencendo aquele século pelo coronel Francisco José Bezerra, dono de todas as terras do Umarí e cercanias.

Sendo ele, Canindé, filho de Luís Ataliba Bezerra nascido no Umarí, e de Maria da Conceição Bezerra, filha de Manoel Sebastião e Maria Amélia, radicados em Zé de Araújo e Baixa da Inês desde fins do século XIX. São filhos de Canindé de Bebeu, como é conhecido, e dona Sebastiana: Maria de Lourdes que se casou com José Edvaldo, pais de Lariça e Lucas; Múcio Luís que se casou com Francisca Maria, pais de Muriellen e Marina; Francisco Canindé

Bezerra Junior que se casou com Ana Carla, pais de Kirya e Kewim; Maria Auxiliadora e Ana Cláudia são solteiras.

Bodas de Ouro de Luís de Souza e Maria Felix, em 21 de setembro de 1991, no Clube União Jardinense. Seu irmão Manoel de Souza (1) e Seus filhos: Sebastiana (2), Maria das Graças (3), Francisca (4), José Neto (5), João Maria (Souza) (6), Severino (7), João Clímaco (8) e Ronaldo (9).

Os demais se casaram: Francisca com José Eriberto Ribeiro, natural de Barcelona/RN, filho de Luís Gonzaga Ribeiro e Laurita Sotero Ribeiro. Deste casal nasceu Henrique, Márcio, Claudiana, Francisca e Mariza; José de Sousa Neto se casou com Maria Julieta Teixeira de Sousa, filha de Luís Teixeira de Sousa e Luíza Teixeira de Sousa, nascendo José de Sousa Junior, Neuma Lucia de Sousa, Luís Dimas de Sousa, Francisco Canindé de Sousa, Neurací Teixeira de Sousa e Francisco Edson de Sousa; Severino se casou com a baiana Raimunda, nascendo Alex, Aline, Rogério e Adriane; João Clímaco se casou com Maria das Graças, filha de João Xavier da Silva e Maria das Flores, nascendo Luís, Laís;

Maria das Graças se casou com Francisco Canindé Guilherme Silva, filho de Francisco de Paula e Silva e Francisca Guilherme Silva, nascendo Francisco Canindé Junior, Sílvia Maria

da Silva, Silda Maria da Silva, José Bruno da Silva e Luís Paulo Sousa da Silva; João Maria se casou com Zeneide Fernandes, filha de José Maria Bezerra, José Bebeu, irmão de Canindé Bebeu, não houve filhos; Ronaldo se casou com Celina, outra baiana, nascendo Raul e Sandy. Seu Luís de Sousa faleceu em 16 de janeiro de 2004, em Jardim de Angicos/RN, terra aonde permanece dona Maria.

No Arisco, comunidade próxima e ao oeste do Catolé, no município de Pedra Preta, mora José de Sousa Neto, filho de Luís de Sousa e dona Maria, casado com dona Maria Julieta Teixeira de Sousa. Ela nasceu em 03 de maio de 1947 na fazenda São José do Seridó, ali vizinho, divisas oeste de Jardim de Angicos. Filha de Luís Teixeira de Sousa e Luíza Teixeira de Sousa, ele da fazenda São José do Seridó e ela de Canto Cumprido, então em Jardim de Angicos e atualmente todas em Pedra Preta. Dona Luíza era filha de Manoel Bandeira e dona Joaquina Fernandes Bandeira, possuidores de terra ali próxima à fazenda São José. Além de dona Luíza havia os irmãos Severino, Manoel, Francisco, José, Angelita, Terezinha, Neuza, Maria, Évora, Nair, Nazaré, Euclides, Antonio e Raimundo Bandeira, este último morador no Catolé, neste município.

Os Bandeira são descendentes de Manoel Bandeira de Melo e Eugenia Maria da Conceição, moradores na povoação do Jardim e que nesta região casou seus filhos: João Bandeira de Lucena, na fazenda Pelo Sinal, em 1857, com Ana Patrícia do Espírito Santo, filha de Alexandre Nunes de Abreu e Maria Inácia do Espírito Santo; no Jardim, no mesmo ano, Maria Francisca de Jesus com Alexandre Teixeira de Vasconcelos, filho de Luis Teixeira de Vasconcelos e Tereza de Jesus de Vasconcelos; em 1859, no sítio Farias, Manoel Bandeira de Paiva com Francisca Raimunda da Conceição, irmã de Ana Patrícia.

Os irmãos de dona Julieta são Cícero, José, Divaldo, Cloves, Manoel, Luzia, Francisca, Maria Judite, Leônidas, Juliana, João Maria, Felismina, Luzia, Assunção e Severina.

Luís Teixeira de Souza era filho de Joaquim Teixeira de Sousa e Josefa Gomes de Souza. Joaquim e Josefa tiveram 12 filhos:

Felismina, Maria Rita, Assunção, Severina, Luíza, Francisca (Dina), Maria Paiva, Luís, Pedro, Ângelo, Alfredo e Cícero. Em meados do século XIX essa família havia se instalado como proprietários de parte das terras que em 1785 foi data recebida por José Teixeira da Silva, no São José do Seridó. Em 05 de dezembro de 2005, Cícero Teixeira de Souza, filho de Joaquim e Josefa Gomes, completou 100 anos de vida.

Cícero Teixeira de Souza, aos 99 anos, na residência de Helio Teixeira (1) e dona Margarida (2), com seus netos, filhos de Hélio, Cleitson (3) e a esposa Josilene (4), Clemilson (5), Cleide (6), seu filho João Carlos (7), e Clebson (8).

Casou com Maria Madalena Teixeira de Souza, antes já era pai de seis filhos com dona Joaquina. Deste segundo consorcio teve 09 filhos e entre eles, Hélio Teixeira de Souza que mora no Catolé em Jardim de Angicos/RN. Hélio se casou com dona Margarida Bezerra, filha de João Batista Bezerra e dona Tereza Pinto Bezerra. Ela é neta por parte de pai de Antonio Dionísio Bezerra e Tereza Pinto da Câmara, e de Luís Pinto da Câmara e Luíza Pinto da Câmara, pela mãe.

Alfredo Teixeira de Sousa, irmão de Cícero, permaneceu com o domínio da maioria das terras deixadas por seu pai e outras

fazendas que adquiriu na região. Alfredo era casado com Maria de Freitas Bezerra, filha de Luis de Freitas Bezerra, o Luis Cacharamba, e Maria de Freitas Bezerra, Vovó Lica, da Fazenda Nova. Entre seus filhos nasceu Francisca Teixeira de Sousa, conhecida por Maninha, que se casou com Francisco Paulino de Almeida, conhecido por Chico da Bomba, ex-prefeito do município de João Câmara, que são os pais de Edna Maria de Almeida. Maninha é a proprietária da fazenda Ramada que pertenceu ao seu pai.

Dona Julieta, filha e Luca Teixeira e dona Luíza, e José de Souza se casaram em 1968. Ele nasceu no Ligeiro, em 14 de janeiro de 1947, sítio dos seus avós José Tertuliano de Sousa e Regina Leite de Sousa. Tiveram seis filhos: José de Sousa Junior, Neuma Lucia de Sousa, Luís Dimas de Sousa, Francisco Canindé de Sousa, Neurací Teixeira de Sousa e Francisco Edson de Sousa. A sua prole já lhes deu quinze netos.

No último quartel do século XIX, no Poço de Pedra, hoje nas divisas de Jardim de Angicos e João Câmara, morava Manoel Leutério e Maria Venceslau. Enquanto que para a vila do Jardim chega para morar o casal Ernesto Cassiano e Maria das Virgens da Conceição, vindos da região de Jardim de Piranhas/RN. Casados, Manoel e Maria passaram a morar na Viração, numa parte de terra por eles adquirida, vizinho a fazenda Caiçara do Rio do Vento, atualmente sede do município de mesmo nome. Daquele consórcio nasceu José Eleutério que se casou com Ernestina, filha de Ernesto e Maria.

Ernestina Maria da Conceição.

Ali permaneceram morando e em 17 de julho de 1925 nasceu Júlia Eleutério de Sousa. Dona Júlia se casou em 1945 com Adolfo Teixeira de Sousa, filho de Firmino Belo e Marcionila Teixeira. Adolfo nasceu em Cachoeira do Sapo, fazenda ao leste da Viração, atualmente no município de Riachuelo/RN. Manoel Belo, seu avô por parte de pai, morava na fazenda Ubaia, na mesma região.

Sua mãe nasceu em Jardim de Angicos, filha de Antonio Teixeira da Silva e Clara Francisca Bezerra, ele vindo do Riacho da Forquilha, atualmente em Bento Fernandes/RN, e ela com ascendência no Jardim, irmã de Águida Carolina Bezerra, casada com José, avó de seu Severino Avelino. Na capela do Jardim, Antonio se casou em outubro de 1886.

Adolfo se casou pela primeira vez com Maria Braz, filha de Pedro Braz. Teve uma filha de nome Francisca que foi criada pela a tia Maria da Conceição Braz e hoje mora no Estado de Goiás. Com Júlia tiveram 16 filhos, 09 sobreviveram: Francisco de Paula, Francisca Francinete, Francisca Geuda, Francisco Canindé, João Maria, Francisco Luciano, Ana Maria, Maria Eliana, Francisca Eunice.

Dona Julia, Adolfo e seus filhos: Eunice, ao centro, e Canindé e sua esposa Núbia e seus filhos Márcia, Madalena e Alexandre, ao centro, Vando e Gilson, filhos de Ana.

Francisco de Paula Sousa se casou com Maria Assiole de Souza, filha do Sr. Antonio Benedito e Francisca Firme. Nasceu Patrícia, Paulo e Paula. Criou Tatiane, filha de sua irmã Conceição; Francinete se casou com Manoel Targino Filho (Manoel do Violão), natural da Serra do Doutor, Campo Redondo/RN, filho de Manoel Targino e Maria da Conceição. Nasceram Maria das Dores, João Maria, Gerusa, Júlia, José Maria, Marijara, Manuela e Manoel Junior; Geuda se casou com Manoel Belchior, filho de Martinho Belchior, natural da fazenda Pelo Sinal em Angicos/RN, e de Geracina Nogueira, nascendo Wilde, Francisco, Maria e Sebastião;

Rolinha (Francisco Canindé de Sousa) se casou com Maria Núbia, filha de Pedro Câmara e Maria do Céu, nasceram Alexandre, Madalena, Alexandro e Márcia; Liana se casou à primeira vez com Francisco José Bezerra, nascendo Gilson Teixeira de Sousa. Posteriormente com Francisco Canindé Bezerra, viúvo de Maria de Fátima Câmara, filha de José Cícero da Câmara e dona Nancí Severiano. Chicão, como é conhecido, é filho de Cledenor Ataliba

Bezerra e Maria do Carmo Bezerra, com sua primeira esposa teve dois filhos: Carlos e Vitória. E cindo da segunda: Flávio, Francielison, Maria, Adolfo Neto e Rita de Kássia; João Maria se casou com Maria de Fátima Varela, filha de Antonio Varela e Francisca Varela, moradores na comunidade Milhã, Jardim de Angicos, e eles na cidade de João Câmara. Nasceram Vitória e Rafael;

Luciano se casou com Maria Conceição Benedito, irmã de Maria de Chico (Maria Assiole de Sousa), nasceu Kamila; Francisca Eunice de Sousa (Nanou) se casou com José Pedro de Sousa, nascendo Rafaela e Fernanda. Zé Padeiro, como é conhecido, nasceu na fazenda Pedra Preta, atual município de mesmo nome, filho de Manoel Pedro e dona Marina. Ele é viúvo de Dalvanira Fernandes de Sousa, filha de Francisca Eleutério (Bila), irmã de dona Júlia, e Geraldo Fernandes de Sousa.

Dalvanira faleceu em 19 de março de 1985 em um acidente automobilístico em Maçaranduba, Ceará-Mirim, deixando 06 filhos: Geraldo, Mônica, Antonio, Magnólia, Marcos e Lazaro. Em Jardim de Angicos só permaneceu Mônica Gerlânia Alves. Geraldo, Marcos e Lazaro moram atualmente no estado do Rio de Janeiro. Magnólia em Natal e Toinho voltou de Touros/RN, em março de 2006; Ana Teixeira de Sousa não casou. Tem três filhos: Valtercio, Vânia e Vando; Aos seus 80 anos, dona Júlia tem 54 netos e bisneto, sendo 33 netos. Adolfo faleceu em 1994 quando ia completar 74 anos.

Nos Balbinos, na década de 1960, passou a morar Francisco Teixeira de Sena. Chico Bilro, como é conhecido, nasceu na fazenda São Luís, atualmente no município Caiçara do Rio do Vento, filho biológico de Severino Ferreira da Silva e Francisca Bento da Silva. Sua mãe era irmã da esposa de Severino, naturais de Riachuelo/RN, e ele da Serra do Coité/PB. Foi criado e registrado como filho de João Teixeira de Sena e Joaquina Maria da Conceição, então residentes na mesma fazenda aonde ele nasceu. Os filhos de João e Joaquina são: Januário, José André, José Pequeno, Francisco Simão, Ana, Inácio, Etelvina e Manoel Teixeira de Sena. João Teixeira era

filho de José Paulino de Sena e Paulina Maria da Conceição. Os irmãos de Chico Bilro por parte de mãe são: Francisco Anchieta, José Bento, Aluísio Bento, Juvenira Bento, Nircinha Bento Galvão, Maria das Graças e Marileide Bento da Silva, sendo João Bento da Silva o pai deles. Por parte de pai são: Manoel Ferreira e Kleginaldo Ferreira.

Em 1960, Chico Bilro se casou com Helena Correia de Sena nascida em 16 de outubro de 1944, na fazenda Jaramataia, vizinha a que ele nasceu, filha de Manoel Correia da Silva e Francisca Ferreira da Silva. Nos Balbinos possui um terreno com 72 hectares, comprado em 1985.

Magno e Adriana Marinho, em seu casamento, juntamente com seu pai Chico Bilro e dona Helena, seus irmãos Mário (1) e sua esposa Jucileide (2), José (3), Maria (Eliane) (4), Conceição (5), Graça (6) e Silvio (7).

Chico e dona Helena tiveram nove filhos: José, Maria das Graças, Mário, Maria Eliane, Maria Inês, Maria da Conceição, Margarida, Maria Teixeira e Magno. Casaram: José Teixeira de Sena com Rosângela de Araújo, filha de Pedro Francisco de Araújo e Maria Augusta de Araújo Silva, nascendo Juscier, Judson, Jucielle e Rosielle; Maria das Graças com Wilson Teixeira de Pula, filho Abel

Garcia de Paula e Nair Teixeira de Paula. Seu Abel é descendente de índios Potiguar da Aldeia Velha, hoje Igapó. Graça e Wilson tiveram: Jaqueline e Jéssica. Graça convive atualmente com Fernando Gregório; Mário com Jucileide Honorina da Silva, filha de Esmeraldina Honorina da Silva e José Delmiro Dantas da Silva, não tem filhos; Magno se casou com Adriana Marinho Targino Sena, filha de João Marinho e de dona Eliada Targino, nascendo Weisla Vitória Marinho de Sena;

Maria Eliene com Heriberto Cirilo, nascendo Gutenberg e Lindenberg; Maria Inês com João Maria Clementino, filho de João Clementino da Silva e dona Maria Clementino, nascendo Fábio Junior, Janicléa e Juciflavio Clementino da Silva; Maria da Conceição se casou com Francisco de Assis e não tiveram filhos; Margarida com Manoel Agnelo da Silva, filho de Luís de Bié e tiveram Uslânia, Ingrid e Agnelo Filho. Separada, ela conviveu com Ivan Paulino da Silva, já falecido; Sílvio teve uma filha, Janaina, filha de minha prima Creusa Maurício e se casou com Maria de Fátima; Maria Teixeira de Sena é solteira.

Instala-se no arruado de Jardim de Angicos, em 1936, João Benedito e Josefa Aciole vindos do sítio Valentim, no município de Baixa Verde/RN, João Câmara, atualmente. Ali nasceu Antonio Benedito em 24 de outubro de 1929. Naquele ano, o sítio Valentim ainda fazia parte do município de Taipu/RN, emancipado em março de 1891. Cinco dias após o nascimento de seu Antonio, Baixa Verde é emancipado. Seu João Benedito era natural do estado da Paraíba e dona Josefa de Igreja Nova, Ielmo Marinho/RN. Eles tiveram 05 filhos: Antonio, José, Sebastiana, Maria e Juvenal. Juvenal aos 18 anos foi embora para o estado de Goiás e nunca mandou notícia. Os outros se casaram: Maria com Luís Batista, filho de José Batista e Zalina nascendo Francisca e José;

José Benedito com Maria Aparecida, filha de Eduardo Daniel da Costa e Severina da Costa, nascendo Severino, João, José Junior, Edivaldo, Maria da Conceição, Maria das Graças, Celma Maria e Rosineide; Sebastiana com José Messias, filho de João Messias e

Luíza. Não tiveram filhos. Da descendência de José Benedito, muitos permaneceram em Jardim de Angicos. Antonio Benedito foi um grande folclorista neste município. Tinha um grupo de Boi de Reis que por muitos anos participou de festividades em toda região. Casou com Francisca Firme da Costa Benedito, em 09 de novembro de 1954, filha de Antonio Torquato da Costa e Maria Firmina, naturais de Jardim de Angicos.

Antonio Benedito, em frente à sua casa em Jardim de Angicos/RN.

Antonio e dona Francisca tiveram 21 filhos e sobreviveram 11: Maria das Graças, José, Maria da Conceição, João Batista, Maria das Dores, Francisca Francinete, Vera Lúcia, João Maria, Ana Lúcia, Francisco Canindé e Tereza Cristina. Casaram-se: Maria das Graças com Francisco Paula Sousa, filho de Júlia e Adolfo Teixeira de Sousa, nascendo Paula Cristina, Paulo Roberto, Patrícia de Souza. Deles têm 04 netos: Vinícius, Hudson, Tereza Neta e Hursula; José Benedito Sobrinho se casou com Maria Conceição Fernandes, filha de Antonio Fernandes e Maria do Socorro, nascendo José Antônio e Francisca Kalliane. Deles têm 02 netos: Karen e Judson; Maria da Conceição casou com Luciano Teixeira de Sousa, filho de Júlia e Adolfo Teixeira de Sousa, nascendo Camila. Conceição teve outra

filha, Tatiane Keyla nascida em 18 de dezembro 1987, filha de Francisco, conhecido por Lelo, morador em Contenda, Extremoz/RN.

Com 15 dias de vida ela passou a morar com sua tia Maria, a quem reconhece como mãe; João Batista com Maria das Graças Faustino, filha de Pedro Faustino e Maria Faustino, nascendo Henrique e Flaviano; Maria das Dores com José Maria de Lima (Zé Irene), filho de João Batista de Lima (Pretinho) e Luíza Ferreira de Lima, nascendo Moisés e Matheus; Francisca Francinete com Luciano Veras, filho de Luís Ferreira de Morais e Ivonilde, nascendo Luciana Mickaelle; Vera Lúcia casou com Francisco Ladislau de Sousa, filho de Antonio Ladislau de Sousa e Maria Alice de Macedo, nascendo Francisco Valério;

Ana Lucia com José Aires Bezerra, filho de José Demétrio e Marta, nascendo Pedro Rafael; Teresa Cristina com João Batista Bilro, filho de Noel Bilro da Silva e Francisca Vital da Silva, nasceu Thaís; João Maria casou com Ana Zélia de Melo, filha de João Carlos de Melo e Severina da Conceição; e Francisco Canindé é solteiro. Sendo que Francisco tem um filho com Francisca Maria Melo, filha de João Batista de Melo. Seu Antonio Benedito e a maioria de seus filhos moram na cidade de Jardim de Angicos.

Ainda meu parente da descendência Bezerra, por parte de Antonio Catraro e Aninha, em Jardim de Angicos mora Luís Francisco da Silva. Nasceu em Estribarias, atualmente no município Pedra Preta/RN, em 30 de maio de 1934, filho de Francisco Jorge de Oliveira e de Francisca Jorge da Silva. Luís de Bié, como é popular, em 1957 se casou com dona Beatriz Teixeira da Silva, nascida na mesma comunidade, filha de Francisco Teixeira da Silva e Maria Teixeira da Silva.

Luís e dona Beatriz tiveram treze filhos e sobreviveram 07: José Rubens, Rosélia, Erivan, Manoel Agnelo, Marlécia, Carlos Teixeira e Francisco Jorge Neto. Eles se casaram:

Luís de Bié.

José Rubens com Maria do Céu, filha de Miguel Arcanjo da Silva (Miguel Sebastião) e Maria de Lourdes da Silva, nascendo Rubens Junior; Rosélia com Francisco Luís (Chico Bedô), filho de Cícero Bedô e dona Francisca, nascendo Cleiton, Cleivan e Cleidir; Erivan com Rosa, nascendo Geciane, e com Alzenir nasceu um filho; Manoel Agnelo com Maria Margarida, filha de Francisco Teixeira de Sena e dona Helena, nascendo Uslânia, Keilha, Ingrid e Agnelo Junior.

Depois passou a conviver com Ivanize Costa da Silva, filha de Celestina Costa da Silva e Severino Salviano da Silva, nascendo Emily Caroline da Silva, enquanto ela já tinha Ebert Silva de Andrade; Marlécia se casou com Francisco Cosme Câmara, filho de Antonio Lisboa Câmara e dona Geralda, nascendo Bruna e Vanderléia; Carlos com Francisca Edna Ferreira, filha de Manoel Ferreira Lopes e dona Natividade, nascendo José Willy. Depois passou a conviver com Bruna Macia de Morais, filha de Francisco das Chagas de Morais e dona Tereza Pedro; Francisco Neto se casou com Cristina, natural de Pureza/RN, com quem tem um filho.

Em meados do século XIX, na Baixa da Inês, Jardim de Angicos, morava Sebastião Xavier da Silva, casado com Ana Maria do Nascimento, naturais do Ceará-Mirim/RN. Ali, ele e seus descendentes possuíram terras que se entendia até o sítio Zé de Araújo, mais ao norte, onde ainda moram e possuem terras alguns

deles. Ali, em 14 de novembro 1918, nascia seu neto Francisco de Paula e Silva, filho de Manoel Sebastião da Silva e de Luíza Amélia da Silva. Manoel e dona Luíza tiveram 08 filhos, quase todos conhecidos pelo acrescento do sobrenome Sebastião. Foram eles: Paulo Sebastião (Francisco de Paula e Silva) Luís, João, Geraldo, Miguel, Maria da Conceição, Maria Rosa e Maria de Lourdes. Casaram-se: Luís de França e Silva (Major) com a jardim-angicanense Zulmira, filha de Maria Petronila, irmã de minha avó Cecília, e José Carlos Câmara. Deste casal nasceram Lúcia, Francisco de Assis e Melícia. Hoje moram em Natal/RN.

João Xavier da Silva casou com Maria das Flores Silva, natural de Caiçara do Rio do Vento, filha de Manoel Ferreira Pires (Neto) e Laura Bertoldo da Câmara. Manoel Pires era filho de João Pires de Araújo e dona Rosa de Lima Pires, e dona Laura de Manoel Bertoldo da Câmara e Maria das Flores Fernandes. Manoel Ferreira Pires, o avô de Manoel, por volta de 1850 já aparecia como padrinho de casamentos no sítio Caiçara do Rio do Vento.

Era casado com Francisca Maria da Conceição e em setembro de 1869, em seu sítio Caiçara, casava três filhos: Francisca Ferreira Pires com Joaquim Felix de Cantalice, José Ambrosio de Araújo Pires com Josefa Gomes de Oliveira, e Justina Ferreira Pires com José Aciole de Oliveira. Na Matriz de Angicos, em setembro de 1890, se casava Olímpia Maria dos Anjos com Luis de França Ferreira Pires, filho de Luis Ferreira Pires e Inês Maria de Jesus. Manoel Bertoldo, avô de dona Maria, era filho de Alexandre Dionísio da Câmara e Ana Francisca da Conceição, casados em Lajes em 1865.

Alexandre era filho José Dionísio da Câmara e Maria Ciríaca, já falecida naquela data. E dona Ana era filha de Manoel Teixeira de Souza e Francisca Maria da Conceição. Um século depois do casamento desse bisavô de dona Maria das Flores, nasciam na Comunidade Zé de Araújo seus primeiros frutos: Francisco, José, João, Luís, Lúcia, Regina, Régia e Ricardo.

João Sebastião e dona Maria das Flores, suas irmãs Maria Conceição Bezerra (Liquinha), ao centro, e Maria de Lourdes Bandeira, e seu filho, o professor Luis Eduardo.

Rosa Pires e seu neto Francisco das chagas Pires, filho de José Fagundes Pires e Joana Câmara Pires.

Luíza Amélia e Manoel Sebastião, com Geraldo e seu filho Geraldo Junior.

Geraldo Margela da Silva se casou com Alaíde, natural de Uruguaiana/RS; Miguel Arcanjo da Silva se casou com Maria de Lourdes, natural do Ceará-Mirim, filha de Abílio Apolinário e dona Belinha, não tiveram filhos; Maria Conceição Bezerra com o jardinense Luís Ataliba Bezerra, conhecido por Bebeu, nascendo

João, José, Francisco Canindé, Francisca e Maria Auxiliadora; Maria Rosa Soares da Silva com Iolando Soares, natural de Lajes/RN, filho de Miguel Soares, nascendo Dailô, Neto, Cácia; Maria de Lourdes Bandeira da Silva é solteira. Paulo Sebastião se casou com Francisca Guilherme Silva, nascida em 21 de fevereiro de 1921, filha de João Pastor Guilherme Caldas e Maria das Dores Guilherme Caldas. Tiveram 04 filhos: Francisca, Maria das Dores, Maria Conceição e Francisco Canindé. Casaram:

Francisca Guilherme e Silva com Severino Antonio, natural de Ielmo Marinho/RN, filho do Sr. Abelardo nascendo Rodrigo; Maria das Dores da Silva com Carlos Alberto Costa, natural de Natal, filho do Sr. Casemiro nascendo Carla, Catarina e Ana Claudia; Maria Conceição Guilherme Silva com José Humberto de Lima, natural de Nova Cruz/RN, filho de Antonio Lima e dona Rita, nascendo Flávia Lidyane, Bruno e José Humberto Junior; Francisco Canindé Guilherme e Silva (Canindé de Paulo) se casou com Maria das Graças da Silva, filha de Luís Tertuliano de Sousa e Maria Felix de Sousa. Este último é o único que permaneceu nas terras de sua família. É pai de Francisco Canindé Junior, Sílvia Maria da Silva, Silda Maria da Silva, José Bruno da Silva, todos moradores em Salvador/BA, e Luís Paulo Sousa da Silva que permanece com seus pais na mesma fazenda, conservando a origem de vaqueiro de seus ascendentes.

Morava no sítio São Tomé, Jardim de Angicos, e faleceu em 03 de agosto de 2005, Francisco Gomes Barbosa, o nosso conhecido Chico Velho. Ele nasceu em Lajes/RN, em 20 de março de 1937, filho de Manoel Gomes Barbosa e Severina Gomes Barbosa. Casou-se em 31 de dezembro de 1971, com Hilda Nunes Barbosa, nascida em 03 de novembro de 1947, neste município, filha de José Pereira da Silva e Rosa Nunes de Sousa. Os avós maternos de dona Hilda eram José Nunes de Sousa e Josefa Nunes de Sousa. Lá na fazenda Lajes, atual sede do município de mesmo nome, viveram José Gomes Barbosa e Maria Victor, avós paternos de Chico Velho, que, além de Manoel, havia José, João e Antonio Gomes Barbosa. Por parte de mãe era Francisco Targino Araújo e Maria Umbilina Araújo.

No São Tomé ainda residem alguns dos seus irmãos, que são: José, Terezinha, Francisca e Maria. José se casou com Luíza Pedro, filha de Lucas Pedro e Maria; Terezinha se casou com Geraldo Macedo, nascendo Francisca. Depois com Francisco Joaquim do Nascimento, nascendo Valdemir, Antonio, José e Gilberto. Por último, convive com Luís Teixeira da Silva, nascendo Sônia Maria; Francisca se casou com Francisco Raimundo da Conceição e Maria com Otávio.

Dona Terezinha, mãe de Paulo Sergio, Chico Velho e Ana, filha de Damião e Salete Nascimento. Dona Ilda sentada ao lado de seus filhos Célia e Célio.

Ali, Chico Velho e dona Hilda tiveram 05 filhos: Maria Célia, Francisco Célio, Edisandra Maria, José Ernades e Clécia Nunes Barbosa. Célia se casou com Paulo Sergio, filho de José Clementino da Silva e Terezinha Jales da Silva; Clécia se casou em 09 de julho de 2005, com Josivan Oliveira da Silva, filho de Rivaldo Oliveira e dona Maria; Edisandra, José Hernandes e Célio são solteiros.

Em Jardim morava o casal João Pedro e Maria Izabel da Costa. João Pedro nasceu em 1916, filho de José Pedro de Maria e Antonia Maria da Conceição, e dona Maria Izabel, filha de Júlia

Targino da Costa e Francisco Torquato da Costa, este conhecido por Chico Gaita. Os filhos de José Pedro e Júlia foram: João, Manoel, Maria, Rita e Luís Pedro. Já os de Júlia e Chico Gaita foram: Izabel, Laura, Antonia, Irene, Luís, Francisco e João. Chico Gaita era irmão de Antonio Gaita que se casou com Firmina, Firmina era irmã de Júlia esposa de Chico.

Todos com descendência antiga no Jardim. João Pedro e Maria Júlia como era conhecida, tiveram 21 filhos e escaparam 11: Francisco, João Batista, José, José Irmão, Francisco de Assis, Maria do Rosário, Maria da Conceição, Ana Maria, Tereza, Ana Lúcia e Miguel.

Pela esquerda: Dona Maria Júlia, Maria do Rosário (Fátima Pedro), seu filho Idésio, José Arimatéia de Lima (Zé Duda), e dona Justina, sentados ao chão: Kelle e Igor.

Chico Pedro casou com Maria, filha de Pedro Segundo de Lima e Justina Fernandes de Morais; João Batista com Carmelita (Lica), irmã de Maria; Zé Tijolo com Ana Pinheiro, filha de Manoel Pinheiro e Adelita; Francisco de Assis (Chico Dunga) com Cícera da Trindade, filha de Luis Amâncio, filho de Amélia e Francisco Amâncio. Amélia era irmã da minha avó Cecília; Maria do Rosário

com José Arimatéia de Lima, irmão de Maria e Lica; Tereza casou com Francisco das Chagas de Morais, filho de Luís Ferreira de Morais e Ivonilde de Lima. Ivanilde é irmã de Zé Duda;

Ana Lucia casou com Carlos Antonio de Sousa, filho de José Pedro de Sousa e Dalvanira Fernandes de Sousa; Maria da Conceição, Ana Maria e José Pedro Irmão (Bisouro) não casaram; Miguel casou em 1964 com Maria Dulce do Nascimento Arcanjo, natural de Caiçara do Rio do Vento, filha de Benedito Barbosa e Maria Eliza. Tiveram dois filhos: Iremar Arcanjo do Nascimento e José Mairton do Nascimento Arcanjo.

Divisa com Fazenda, na comunidade Conceição, mora Francisco Ferreira Lopes descendente de dona Firmina e Antonio Gaita. Chico Batalha, como é conhecido, nasceu em 31 de maio de 1944, na Fazenda Nova, filho de João Ferreira Lopes e Adélia Targino Lopes.

Chico Batalha, dona Julia Ananias, e sua neta Perla, filha Joana e do professor Pádua.

Seu pai era natural de Angicos, filho de Vicente Ferreira Lopes e Ana Ferreira Lopes, e sua mãe de Jardim de Angicos, filha

de Antônio Torquato da Costa (Antonio Gaita) e Firmina Targino da Costa. A ascendência de Vicente Ferreira vem do tenente Antônio Cardoso Batalha que em 1739 recebia uma data de terra nas cabeceiras do Milhã, a data do Cardoso, em Jardim de Angicos. Dos Batalha Chico só traz o apelido. Casou-se com Júlia Ananias, filha de Francisco Ananias Bezerra e Luíza Elita Bezerra, naturais da fazenda Umarí, em Jardim de Angicos.

João Ferreira e Adélia Targino tiveram também Manoel, José, Francisco, Sebastião, João, Maria, Maria das Neves, Zita, Vera Lucia e Francisca. Manoel se casou com Maria da Natividade, filha de José Brito e Maria Brito, nascendo Edna, Manoel Junior, Ednalva, Marcio, Marcelo, Lucimar, Marcianara, Marcela, Valdilene, Aldilene e Marcilene; José se casou com Maria de Lourdes, filha de Francisco Pedro da Silva e Inácia Petrolina Bezerra, não houve filhos. Casou pela segunda vez com Amara e mora em Recife/PE, lá formou numerosa família; João casou com Raimunda, natural de Pureza/RN, nasceu Romildo, Romilda e Ronaldo;

Sebastião casou com Ana, natural de Campo Redondo/RN, tem três filhos; Maria das Neves casou com Damião Carlos da Silva, filho de Manoel Carlos da Silva e Joaquina Laurentino Pereira, nascendo Maria de Fátima, João Batista, Francisco, Marco Cícero, José, Manoel, Socorro, Margarida, Vera e Verônica; Zita casou com Paulo e depois com Joaquim, este já falecido, e mora em Recife/PE; Vera com Ronaldo e nasceram dois filhos; Francisca e Maria são solteiras. Chico Batalha e dona Júlia Ananias Lopes tiveram nove filhos: Márcia, José Roberto, Francisco Junior, Geane, Ana Cláudia e Flávio que são solteiros, e João, Janeide e Joana que são casados: João com Maria Betânia da Silva, filha de Raimundo Porfírio da Silva e Geralda Pereira da Silva, do sítio Caatinga de Areia, Pedra Preta/RN. Nasceu Ruan e Renan; Janeide com Lucivan Felipe, filho de Irã Felipe e Maria Lúcia, do sítio São Tomé, Jardim de Angicos, nasceu Gerson; Joana com Antonio de Pádua Lima, do Arraial dos Balbinos, Jardim de Angicos, filho de João Batista de Lima (João Pequeno) e Amália Ferreira Lima, nasceu Perla.

Na fazenda Góis, Jardim de Angicos, em 1899 nasceu Maria da Conceição Felipe, filha de Maria Francisca da Conceição e Manoel Felipe. Ali nasceram também Luís e José, seus irmãos que moraram na fazenda Barra do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, por vários anos aonde permaneceu parte de suas descendência. Luís Felipe se casou com Guilhermina, descendente de indígena da nação Paicu-açu, dos que chamam de “Mendonças”. Seus filhos foram Raimundo, João, Maria e Primitiva. Raimundo Felipe se casou com Júlia, João Felipe com Rita, Maria Felipe com Júlio Caetano e Primitiva Felipe com Severino Flor;

José Felipe se casou com Antonia, irmã de Guilhermina, nascendo Julho Felipe que se casou com Maria Garcia, Geraldo Felipe não sei, Severino Felipe com Terta, Cícero Felipe com Antonia, Raimunda permaneceu solteira e Francisco Felipe casou com Vanda Baracho e mora no Umarí, juntamente com dona Maria, sua filha, casada com Pedro Fabrício, numa área de terra que pertence ao professor João Eudes Paiva dos Santos.

Mãe Felipa.

Mãe Felipa, como era conhecida, casou aos 14 anos de idade na mesma fazenda onde ela nasceu com Pedro Faustino Pereira, filho de Antonio Faustino Pereira. Foram seus Filhos: Luís, Pedro, Maria Floriza, Joana e Manoel.

Luís Faustino Pereira se casou com Maria Adelaide, filha de Manoel Costa (Manoel Gaita, filho de Antonio Gaita) e Júlia; Pedro Faustino Filho se casou com Maria Cezino, filha de José Cezino e Rita Cezino; Maria Floriza Pereira com João, conhecido por João Maneiro, do Ceará-Mirim; Joana Faustino não se casou, faleceu aos quinze anos e Manoel Faustino aos doze. Mãe Felipa ficou viúva aos 18 anos de idade, daí por diante nunca mais quis casar e nem se aproximar a homem algum. Criou seus filhos trabalhando na cozinha dos fazendeiros da região, às vezes, a troco de um litro de feijão ou farinha para alimentar seus filhos ou, em outros momentos, valia-se das caatingas a procura de xiquexique e preás para poder amenizar a fome de seus filhos. Viveu com humildade e honra na luta pela sobrevivência.

Esteve sempre a socorrer as mães desta região, pegando meninos desde os dezessete anos de idade, quando inicia a sua jornada de parteira curiosa que perdurou por mais de meio século. Solicitada a qualquer hora, partia a pé ou no lombo de um jumento, chovendo ou fazendo sol. Pegava, cortava o umbigo, benzia, medicava, aconselhava, tudo gratuitamente em nome de Deus e como recompensa recebia o título de Mãe, empregado ao seu nome. Faleceu em 28 de dezembro de 1991 deixando saudade aos seus milhares de filhos e comadres.

Sua neta Maria de Lourdes, nascida em 19 de outubro de 1932, filha de Luís e Maria Adelaide, mora em Jardim de Angicos com dois filhos netos: Carlos que é solteiro, e Guilherme casado. Ela se casou três vezes. Primeiro com Severino Inácio de Lima, filho de Felismina Inácio de Lima. E teve Antonio, Francisco (Nouzinho), José, Francisco, Lucí e Francisca. Do segundo com José Cândido, filho de Antonio Cândido e de dona Maria, ela teve Maria de Fátima, Rosa e Liberací. Liberací é casada com José Sales Soares, filho de José da Penha Soares e Cicília Pereira da Silva. Sales é meu parente por parte de meu pai. São seus filhos Soraya, José Filho, Solange, Sulamita, Sunamita e Salatiel. Dona Lourdes há vinte anos convive com Antonio Fernandes, Antonio Tiago como é conhecido.

Dona Lourdes e Antonio Tiago.

Seu Antonio é filho de Tiago da Trindade Fernandes de Souza e dona Otília Maria da Conceição, e neto paterno de João Fernandes de Souza e Maria Quitéria da Trindade, família com vasta ramificação na região de Angicos/RN, desde o século XIX, e materno de Antonio Liberato Alves de Caxias e dona Brígida Maria da Conceição, naturais de Mamamguape/PB. Em Jardim de Angicos, terra em que moravam seus pais, Antonio Tiago se casou com Maria do Socorro Fernandes, filha de Manoel Pedro do Nascimento e Maria Costa do Nascimento (Maria Gaita). Com dona Maria de Lourdes, ele não deixou descendente. Ela chora pelo desaparecimento de dois: Francisco Inácio de Lima e José Francisco de Lima. Francisco nasceu em 03 de maio de 1950.

Ele aos 16 anos, e José aos 13, foram levados por desconhecidos para trabalhar não se sabe aonde, nem por quem. Contou dona Maria que naquele período ela morando na fazenda Portela, Touros/RN, quando apareceram uns homens para levar gente para trabalhar, mas só levaram pessoas de menor. Ou melhor, crianças, sem permissão ou conhecimento dos pais. Roga a Deus que os encontre.

Dona Vanda, casada com Chico Felipe, era irmã de Pedro Baracho que se casou com Francisca Brito Baracho, irmã de Manoel Brito. Francisca e Manoel Brito eram filhos de José Brito e Maria Brito. Pedro nasceu em 29 de junho de 1912, na fazenda São Pedro em Jardim de Angicos. Além dele e Vanda havia Francisco e José Baracho, filhos de Luis Baracho e Maria Baracho.

Pedro Baracho e seu neto Girlano, na Praça Aristóteles Lima, próximo a sua residência.

Moreno, corcundo, prosista, Pedro Baracho costumava deixar a sua calça descer além da linha da cintura, desprezando-a a ponto que andava nela pisando. Adorava pescar, cantava coco, era poeta, hilário. Como dizem os mais velhos: “Pedro Baracho era presepeiro”. No sentido melhor da palavra, é claro. Conhecia muito bem a história e as anedotas sobre sua terra. Construiu a sua casinha, em taipa, sobre os escombros da antiga Igreja do Jardim. Ali assistia as enchentes no rio, a passagem dos “matutos” e acolhia muito bem os seus amigos, como o meu pai que saía da fazenda Pitombeira para com ele pescar e apreciar suas conversas.

Deixou sua descendência em Maria, Manoel, José e João Batista Baracho. Maria Baracho é mãe Girlano, de Francisca que se

casou com Guilherme, filho neto de dona Maria de Lourdes, neta de mãe Felipa, além de João Batista (Tiozão) que casou com Maria das Dores, filha de Francinete e Manoel do Violão, Gilmar que se casou com sua prima Maria de Fátima, filha de Maria da Conceição (Conhã), Cristina que se casou com Alexandre Nunes Bezerra, e de Anchieta que é solteiro, assim como Girlano. João Batista Baracho (João Baracho) se casou com Maria Luíza, filha de Helena Felipe e Marcos de Lima. Dona Elena é filha de dona Vanda e Francisco Felipe. Manoel se casou com Maria, e José Baracho com Eliza Felipe. Dona Eliza é filha de Luis Felipe e Luíza Mariana. Viúva mora na cidade de Jardim de Angicos, vizinho a casa que morava seu sogro Pedro Baracho.

Amante da cultura nordestina, Dr. Junior Amorim é para nós jardinenses uma figura importante, não só pelo trabalho que exerce por quase vinte anos nesta terra, como também pela pessoa cordata, honesta e amiga. Ele prestou brilhante apoio de material para minhas pesquisas e incentivo para que "Além dos Jardins" se tornasse público, por achar um bem imprescindível para o nosso município e as futuras gerações.

José Carlos de Amorim Júnior, cirurgião dentista, é natural de Campina Grande/PB, nascido em 03 de janeiro de 1955. Doutor Júnior como é mais conhecido em Jardim de Angicos, formou-se em odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte na turma de 1980. Filho de José Carlos de Amorim e Cristina Carlos Maia, de tradicionais famílias do oeste potiguar, com ascendência no município de Almino Afonso, neste estado do Rio Grande do Norte e sertão da Paraíba, dos Maias de Catolé do Rocha/PB. São seus avôs paternos o Sr. Francisco Carlos da Silva e dona Maria Nunes de Amorim, e maternos o Sr. Mário Benício Maia e Fausta Carlos Maia. Além do Dr. Junior houve 07 irmãos: três homens e quatro mulheres. É casado com a professora Elem Dores Barros Carlos de Amorim, natural de Pelotas/RS. Tiveram três filhos: Raoní, Rudá e Anita Barros Carlos de Amorim. Completa sua felicidade em sua querida neta Raira Jordão, já com seus quatro anos de vida, filha de Raoní e Marina Jordão.

Prefeito Manoel Dias de Melo (1), Dr. Junior Amorim (2), vereador Geraldo Xavier da Silva (3), vereador do município Maxaranguape/RN, Luis Wellington (4), Raimundo Nobre Barreto (5), Algemiro Pereiro (6), prefeito Francisco Fernandes de Macedo (7), Marcelo Nobre Barreto (8).

Funcionário público estadual, após exercer a profissão na cidade de Pedro Avelino/RN, transferiu-se para a cidade de João Câmara/RN, para assumir o cargo de supervisor de odontologia da III Diretoria Regional de Saúde (III DIRES). Simultaneamente ao cargo de supervisor, exerceu o de vice-diretor por três anos, com área de atuação em 22 municípios do litoral e central deste Estado.

Em visita a trabalho ao município de Jardim de Angicos, foi convidado pelo Senhor prefeito Paulo Amaro de Lima, para aqui prestar atendimento odontológico em uma vez por semana. Após o mandato de Paulo Amaro de Lima, continuou no do prefeito Francisco Fernandes de Macedo, e quando no de Carmelita Carmem de Lima prestou concurso público para o cargo de dentista da Prefeitura de Jardim de Angicos, conseguindo passar em 1º lugar. A partir daí, tornou-se efetivo.

Durante a sua atuação profissional no Rio Grande do Norte, trabalhou em diversos municípios: Bento Fernandes, Afonso

Bezerra, João Câmara, Taipu. Todos em sindicatos de trabalhadores rurais daqueles municípios. Também trabalhou na prefeitura municipal de Jandaíra, nos mandatos dos prefeitos Manoel Martins e Silvano Câmara. Na de Pedro Avelino, nos mandatos de José Adécio Costa, atual Deputado Estadual e José Alves Câmara Neto. Na de Maxaranguape, nos mandatos dos prefeitos Pedro Enéas, José Lucas Régis, Núbia Costa e Amaro Saturnino;

Na de Guamaré, por dois mandatos do prefeito João Pedro Filho e na de Pedra Preta, no segundo mandato do prefeito José Mendes (Dedé Mendes). Atualmente integra a equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), juntamente com o doutor Dirceu Miranda da Fonseca e o enfermeiro Ednaldo Fernandes Queiroz, sendo ele o coordenador de saúde bucal, desenvolvendo atividades na Unidade Integrada de Saúde de Jardim de Angicos e no Posto de Saúde da comunidade de Serrinha de Cima. Na Serrinha de Baixo, em meados de 2005, Dr. Junior comprou um sítio a Joselí Araújo, com pouco mais de 100 hectares.

TEIXEIRA DE VASCONCELOS E BILRO

Do Jardim ao Umarí, na várzea do rio Ceará-Mirim, em medos do século XIX estavam dois filhos de Luís Teixeira de Vasconcelos e Maria de Jesus de Vasconcelos, donos de terras na região. Um era Francisco Teixeira de Vasconcelos, casado como dona Florinda Maria de Oliveira, e o outro, Alexandre Teixeira de Vasconcelos casado com Maria Francisca de Jesus. Alexandre se casou no Jardim aos 24 dias de novembro de 1857.

Sua esposa Maria Francisca era filha de Manoel Bandeira de Melo e Eugênia Maria da Conceição, então já falecida. Na ocasião foram testemunhas Alexandre Agapito da Cunha e Manoel Vicente de Paiva Rocha. Francisco Teixeira de Vasconcelos nascera em 1811 e faleceu em 1893. Ele Instalou-se com terras na fazenda Umarí, por volta da década de 1840. Ele e Florinda permaneceram nesta terra aonde casaram seus filhos.

No Mari da Sombra, em 04 de julho de 1871, casou a sua filha Maria Tertoliana de Vasconcelos com Antonio Francisco Soares, filho de Francisco José Soares e Tereza Maria da Cunha, ela já falecida. Na ocasião foram testemunhas Pedro José de Vasconcelos e Joaquim Vitorino de Andrade. Francisco José Soares Bilro, viúvo, morava e possuía terras na Boágua, aonde em 07 de janeiro de 1873, testemunhado por Manoel Vicente de Paiva e Gonçalo Teixeira da Silva, casou com Tereza Maria de Jesus, viúva de Raimundo José de Oliveira. Do seu primeiro casamento nasceu o Padre João Soares Bilro.

O padre João Bilro nasceu na fazenda Boágua em 1868 e faleceu aos 11 dias do mês de fevereiro de 1926, numa quinta-feira, na cidade de Currais Novos/RN, com 26 anos de sacerdócio. Ele foi vigário em Angicos, Jardim de Angicos e Acari, cidades do Rio Grande do Norte, estando sepultado nesta última.

Francisco Bilro ou Chico Bilro como era mais conhecido, era natural de Goiana, província do Pernambuco, veio para a Boágua junto com seu irmão José Francisco Soares Bilro. José era casado com Joana Soares da Silva. Do casal José Bilro e Joana Soares descende a maioria dos Bilro que ainda residem neste município e região.

Entre eles, na Boágua, nasceu Paulino Soares Bilro que casou com Maria Romero; Antonio Bilro com Antonia de Albuquerque; Joana com Francisco Soares de Paiva; Maria Soares com João da Matha Paiva em 2º casamento, ele irmão de Francisco e filhos do capitão Manoel Vicente da Paiva Rocha; João, Maria Amélia e Tereza não casaram, e Luíza casou com um integrante da família Paiva do Ceará-Mirim.

O coronel Zé Bilro, ou José Francisco Soares Junior, se casou em 14 de agosto de 1880, no Umarí, com Caetana Maria Teixeira de Vasconcelos, filha de Francisco Teixeira e Florida. Na ocasião foi testemunha João Tertuliano Correia de Magalhães e José Soares de Paiva Rocha.

Coronel Zé Bilro

10/08/1855 – 08/08/1942

Coronel Zé Bilro e Caetana teve 05 filhos: Apolônio Soares Bilro que se casou com sua prima Letícia Teixeira Bilro, filha de Pedro Teixeira de Vasconcelos e Otilia Odília da Costa; João Soares Bilro com Luíza de Paiva (Lula Bilro), filha de Marcolino Soares de Paiva e Maria Epifânia Teixeira de Souza;

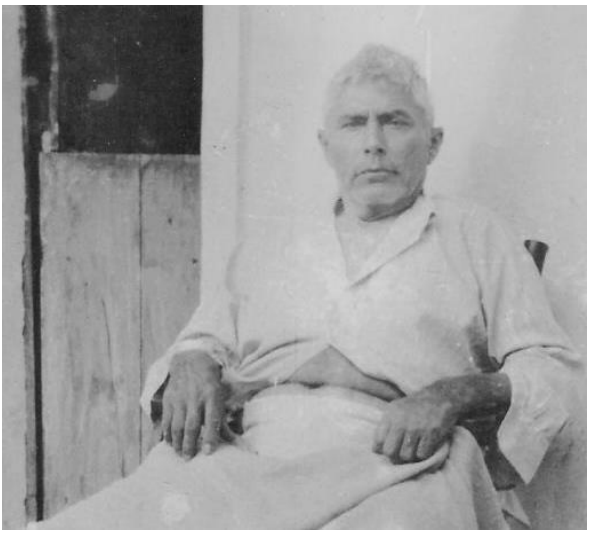
Maria da Conceição com Diomedes Ataliba de Paula (Nô Ataliba) filho de Antonio Ataliba de Paula e Francisca Teixeira de Vasconcelos, esta filha de Francisco Teixeira e Florinda; e Nélia Soares Bilro que se casou com Tomaz da Costa.

O coronel Zé Bilro foi presidente da intendência de Jardim de Angicos de 1905 para 1907. Foi também proprietário de quase todas as terras da Boágua, Milhã, e São José do Seridó, no município vizinho Pedra Preta. Dele descende os Bilros que ainda reside neste território.

Residência de Joãozinho Bilro (1) e dona Déia (2), na São Pedro: Paulo Teixeira de Vasconcelos (3), Tercio (4) e seu pai Miguel Bilro (5) irmão de Joãozinho, Deinha (6) e Agrício (7). Alice, no colo de Joãozinho, é filha de José Felipe de Lima e Terezinha do Nascimento. José é filho de Tiquinho (Francisco Andrade de Lima), morador de Joãozinho.

João Teixeira Bilro é neto do coronel Zé Bilro e filho de Apolônio e dona Letícia. Joãozinho Bilro foi vereador deste município e é proprietário de terras da fazenda São Pedro. Casou-se com sua prima Déia Ataliba Bilro, filha de Diomedes Ataliba de Paula e Maria da Conceição Ataliba Bilro, filha do coronel Zé Bilro. A fazenda São Pedro foi herança do seu avô Zé Bilro, deixado para Diomedes e Conceição.

Joãozinho Bilro e dona Déia tiveram 05 filhos: Agrício, solteiro, mora com seus pais na São Pedro; Maria Ataliba Bilro casada com Max Morais, filho de Misael Morais; Fernando Antonio Ataliba Bilro casado com Rosa Maria Marques de Oliveira Bilro, filha de José Marques de Oliveira e Elita Gomes de Oliveira; Ana Lúcia Ataliba Bilro casada com Jeová França de Oliveira; e Maria Conceição Ataliba Bilro que é solteira.



Diomedes Ataliba de Paula (Nô Ataliba), pai de dona Déia.

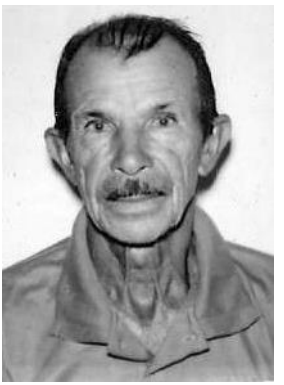
Outro que se destacou na política foi Manoel Romero Bilro (Mané Bilro) nascido em 09 de maio de 1914 na fazenda Boágua em Jardim de Angicos/RN, e que casou em 1949 com Geralda Nalva Gomes Bilro, filha do comerciante Pedro Gomes e Maria do Carmo Gomes. Reside na cidade de João Câmara/RN aonde em 1979 foi eleito vice-prefeito no mandato do então prefeito José Ribamar Leite, permanecendo por seis anos.

Como suplente de vereador assumiu o cargo por dezoito meses. Em seus 92 anos conservar-se lúcido e atencioso. Manoel Bilro é filho de Paulino Soares Bilro que nasceu na Boágua em 03 de junho de 1871, e de Maria Romero Bilro, nascida na Jacoca, Ceará-Mirim/RN, em 02 de agosto de 1879. Maria era filha de João Romero e Maximínia Romero e ele de José Francisco Soares e Joana Soares da Silva. Paulino casou em 14 de setembro de 1904 e faleceu em 30 de março de 1962 e sua esposa em 12 de julho de 1965, deixando na mesma fazenda, além de Manoel Bilro, Amélia, Clotilde, Maria, Julieta e Djanira. Parte de seus descendentes mora na cidade de João Câmara.

Paulino Soares Bilro.

Na fazenda Umburanas, vizinho a Boágua, mora alguns dos descendentes de Manoel Teixeira de Vasconcelos. Manoel se casou na Capela do Jardim, em 30 de julho de 1878, com Tereza Maria Soares da Silva, filho de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda Maria de Oliveira, e ela de Dionísio José da Silva e Inácia Maria da Conceição. Um de seus filhos foi Pedro Teixeira de Vasconcelos que se casou com Otília Odília da Costa, filha de Luís de França da Costa e dona Rita. Pedro e dona Odília tiveram 06 filhos:

Geralda, Paulo, Francisca, Maria do Céu, Terezinha e José Teixeira de Vasconcelos.



José Teixeira de Vasconcelos.

Nas Umburanas permanecem Paulo Teixeira de Vasconcelos, Francisca e a descendência de José. Paulo é solteiro, maior de 80 anos, foi vereador deste município, proprietário e criador de gado vacum ali naquela várzea do rio Ceará-Mirim. Dona Francisca, carinhosamente conhecida por Tia Chita, também solteira, mora ao lado de seu irmão Paulo. José Teixeira de Vasconcelos se casou com Milícia Machado da Câmara, filha de Hortência Iracema da Câmara e de Pedro Machado da Câmara. Viúva, dona Milícia mora nas Umburanas com a maioria de seus filhos: Eduardo, Leonardo, Marilúcia e Luciano.

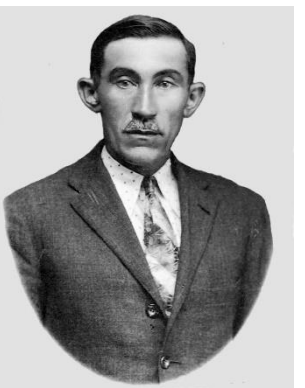
Residência de Dona Milícia (1), na Umburana, e seus filhos: Leonardo (2), Eduardo (3), Marilúcia (4), seu esposo José Mário (5) e Célia (6), criada por dona Milícia. Paulo Teixeira de Vasconcelos (7), Maria do Céu de Vasconcelos (8), Tia Chita (9), dona Otília Odília (10) e sua parenta Joana Darque (11).

Eduardo Teixeira de Vasconcelos, professor, casou com Andréia Herculano nascendo três filhas e em 26 de setembro de 2005 nasceu Pedro, mesmo nome do avô de Eduardo e do de Andréia; Leonardo casou com Marcela de Lima, filha de Francisco Teixeira de Lima e dona Lucineide. Chico e Lucineide moravam ali nas Umburanas e hoje na comunidade Pereiros em Jandaíra/RN; Marilúcia, professora, casou com José Mário da Rocha Rodrigues,

filho de José Moisés e Maria dos Impossíveis Rocha; Luciano mora na cidade de João Câmara e é casado com Jucilene.

Na capela do Jardim em 25 de junho de 1890 se casou outro filho de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda. Foi Victor Teixeira de Vasconcelos com Inácia Quitéria de Paiva, filha do capitão Manoel Vicente de Paiva Rocha e Ana Rosa dos Prazeres. Este casal teve dois filhos: Maria Augusta e Manoel Teixeira de Vasconcelos. Seu filho Nezinho Vitô, como ficou conhecido, nasceu no Umarí em 1892, e tinha apenas dois anos quando houve a grande enchente no rio Ceará-Mirim, na noite de 06 de abril. Junto com seus pais sobreviveu trepado num pé de quixabeira (sapotáceas *Bumelia sartorum*), na várzea do rio, no umarí.

A casa deles foi completamente destruída e soterrada. Alguns objetos foram recuperados em 1974, 80 anos depois, e destes tenho guardado uma colher de bronze e uma xícara de louça, todos cedidos por Gelsa, filha de Nezinho Vitô. Naquele ano, o coronel Victor Teixeira construiu outra casa em suas terras em local mais alto. Nela viveu Nezinho.



Nezinho Vitô.

Nezinho se casou em 1916 com Marfisa Ataliba de Paula, sua prima, filha de Francisca Teixeira de Vasconcelos e Antonio Ataliba de Paula. Marfisa era irmã de Florinda que se casou com Manoel Joaquim Bezerra, avó de Canindé de Bebeu; Francisco Ataliba que

se casou com Cremilde Guilherme Caldas, filha de Alfredo Guilherme; Diomedes Ataliba de Paula que se casou com sua prima Maria Conceição Soares, filha do coronel Zé Bilro; Agostinho Ataliba que se casou com Sebastiana de Lima, natural dos Balbinos; Miguel Ataliba que se casou com Cleonice Guilherme, irmã de Cremilde. Nezinho separou-se de Marfisa em 1919 e não deixaram herdeiros. Em 1924 Nezinho passou a conviver com Josefa Dionísio Bezerra, nascida a 24 de março de 1893, filha de Manoel Dionísio Bezerra e Juliana Gervásia, casados em 1975. Nezinho e Josefa tiveram duas filhas: Gelsa e Geralda. Também adotou Deusdete Teixeira de Vasconcelos, mais conhecido por Detinho, filho de Rosa Feliciano da Silva.

Geralda se casou com Sebastião Celso de França nascendo Ana Maria Teixeira de França, Sebastião Celso França Filho e Pedro Emídio de França. Ana se casou com Fernando Ferreira da Soledade, comerciante na cidade de João Câmara. Sebastião se casou com Maria Gorete Souto, e Pedro Emídio de França Neto se casou com Joelma Pinheiro. Pedro foi secretário no município de João Câmara, no governo de Ariosvaldo Targino (Vavá) e no de Gorete Leite, e pela sua desenvoltura e capacidade certamente será um dos futuros prefeitos daquela cidade. Gelsa não casou e mora na cidade de João Câmara/RN, onde ela conserva documentos e objetos de seus ascendentes.

Ela tem me fornecido preciosas informações para este livro, inclusive escrituras centenária de terras. Detinho foi presidente da Câmara de Jardim de Angicos e vereador por várias legislaturas. Foi de sua autoria o projeto que resultou na arborização da cidade Jardim de Angicos. Ele se casou com Maria Consuelo de Vasconcelos, professora, por vários anos diretora do Colégio Miguel Teixeira. Dona Consuelo é filha de Izabel Vitória da Silva, filha de Pio José de Melo e Maria Domingas de Melo, e de Manoel Geraldo da Silva, filho de Maria do Carmo, nascida em 14 de novembro de 1886, e de Cícero Geraldo da Silva. Dona Maria do Carmo era irmã de Josefa Dionísio que se casou com Nezinho Vitô.

Detinho e dona Consuelo moram nesta cidade aonde tiveram três filhos: Victor Teixeira de Vasconcelos, Francisco Wober Teixeira de Vasconcelos e Deusdete Teixeira de Vasconcelos. Saíram eles desta terra a procura de melhorias de vida. Deusdete é técnico agrícola e trabalha numa empresa produtora e exportadora de frutas; Wober é gerente de vendas numa renomada empresa alimentícia, e Dr. Victor, com formatura em agronomia e advocacia, exerce a profissão de advogado em seu escritório na cidade de Ceará-Mirim.

Como profissional e pessoa, ele tem prestado relevantes serviços ao povo jardinense. Dr. Victor é um dos grandes homens de Jardim de Angicos. Pessoa cordata, firme em seus ideais, não veio à vida para vegetar a sombra de poder e dinheiro, e sim para lutar e vencer honestamente. É o exemplo de seu pai.

Detinho, dona Consuelo, e seus filhos: Wober à sua direita, Dr. Victor e Deusdete.

Maria Augusta, a filha do coronel Victor Teixeira casou com Francisco Lourenço de Carvalho, nascido a 13 de setembro de 1885. Ali, no Mari da Sobra, nasceram seus filhos: João Teixeira de Carvalho, Vilson, Maria, Creuza, Elita, Otavio e Leônidas Teixeira de Carvalho. Os dois últimos moravam ali e deixaram descendência

em Jardim de Angicos. Leônidas se casou com Maria do Socorro Câmara, filha de Luís Augusto Câmara e Querubina Damasceno. Nesta terra mora seu filho Paulo Roberto Câmara. Otavio Teixeira de Carvalho foi presidente da Câmara de Jardim de Angicos e vice-prefeito no mesmo município.

Casou-se com Felismina Augusta Câmara, filha de José Augusto Raposo da Câmara e Maria Francisca. Francisco Lourenço de Carvalho faleceu em 30 de julho de 1932, ficando seu nome num de seus netos. Francisco Lourenço de Carvalho Neto mora nesta cidade, casado com Alba, filha de João Batista de Lima (Pretinho) nascendo 03 filhos: Weuder, Elder e Francisco Lourenço de Carvalho Filho. Weuder se casou com Veraneide Assiole da Silva e têm João Gabriel.

Outro filho de Francisco Teixeira de Vasconcelos e Florinda, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, foi o mais famoso político dessa região em sua contemporaneidade.

Coronel Miguel Teixeira e dona Margarida.

Miguel Teixeira foi membro do Conselho da Intendência de Jardim de Angicos em 1890, continuou como presidente nos biênios 1899/1900, 1902/1903, 1915/1916 e 1923/1924. Casou-se no início

na década de 1890, com Margarida Mathias Teixeira, sua prima, filha de Matias Teixeira da Silva e Francisca Xavier da Cruz.

Dos filhos de Matias Teixeira, também se casaram: Quitéria, 2ª esposa de Boaventura Dias de Melo; Matildes, 2ª esposa de Paulino da Rocha Bezerra; Joana Xavier da Cruz com Manoel Antonio da Silva; Antonio Matias com Francisca Clara Lopes Viegas, casado em janeiro de 1888, no Jardim, como os demais. Clara Viegas era descendente de Antonio Lopes Viegas, fundador da Vila de Angicos. Antonio Viegas, em 1760, se casou com Ana Barbosa da Costa, filha do português João Barbosa da Costa, residente no Açu. Antonio e Ana tiveram 11 filhos, sendo sete mulheres, e uma delas beata. Teixeira de Souza, Teixeira de Vasconcelos, Raposo da Câmara, Machado de Azevedo, Cunha, Bezerra, entre outras, faz parte de sua vasta descendência. Ainda no Jardim, em junho de 1888, se casava Manoel Matias Teixeira da Silva com Dionísia de Souza.

Miguel Teixeira e Margarida tiveram 21 filhos e sobreviveram oito: Alzira, Paulo Osmídia, Otacília, Inêz, Hilda, Eliza e Maria do Carmo. Osmídia Teixeira de Vasconcelos casou com João Batista Fernandes, filho de Adelino Fernandes e dona Maria; Eliza com Antônio da Fonseca Cabral, natural de Açu/RN, filho de Manoel Januário Cabral e dona Maria Fonseca Cabral; Hilda casou com Francisco Cabral de Macedo, natural de São Rafael/RN; Inêz casou com o deputado estadual Pedro de Alcântara Matos, que faleceu em 05 de janeiro de 1937 por um tiro acidental, na residência do prefeito de Angicos/RN Baltazar Pereira.

Ele era filho de Pelino de Alcântara Matos e dona Joana Cordeiro; Otacília casou com Jerônimo Gomes da Costa (Loló), natural de Taipu/RN, filho de João Gomes da Costa e dona Enedina, que eram também sogros de João Severiano da Câmara, aquele que deu nome ao município e cidade João Câmara/RN.

Os filhos de Miguel Teixeira e Margarida Matias. Sentados: Alzira Soriano, Paulo Teixeira e Osmídia, e em pé, Otacília, Inêz, Hilda, Eliza e Maria do Carmo.

Maria do Carmo Teixeira se casou com João Mendes da Fonseca, contador, fazendeiro, e primeiro prefeito constitucional do município de Jardim de Angicos.

Maria do Carmo Teixeira e João Mendes da Fonseca.

João Mendes era natural do Assú/RN, filho de Eufrásio Henrique da Fonseca e Silva e dona Maria dos Anjos Mendes da

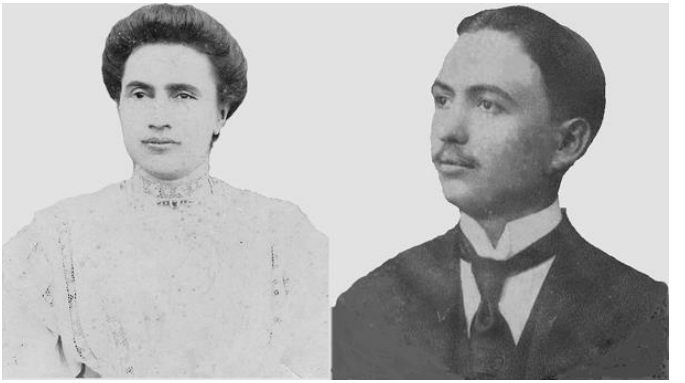
Fonseca. Mesmo com pouco recurso público, foi um dos grandes prefeitos de Jardim de Angicos. Organizadíssimo, abriu estradas, construiu o prédio da Prefeitura Municipal, reconstruiu o Mercado Público e ainda deixou dinheiro no cofre, como dizem seus contemporâneos.

Paulo Teixeira de Vasconcelos casou com Guiomar Matos, irmã do deputado Pedro Matos, e depois com Izabel Matias (dona Belinha), filha de João Matias e dona Enesina. Paulo foi prefeito do município de Lajes/RN de 1948/1953. O prédio do Colégio Coronel Miguel Teixeira, na cidade de Jardim de Angicos foi por ele doado.

Paulo Teixeira, dona Belinha e seus filhos: Flavio, Paulo Junior, Joãozinho e Eduardo.

Luíza Alzira Teixeira de Vasconcelos se casou com o Dr. Thomaz Soriano de Souza Filho, natural de Alagoas, filho de Thomaz Soriano de Souza e Francisca Malta Soriano de Souza.

Luíza **Alzira** Teixeira **Soriano,** nome de casada, foi à primeira mulher eleita prefeita da América Latina, cargo ocupado de 1929 a 1930 no município de Lajes/RN. Nasceu em Jardim de Angicos/RN, em 29 de abril de 1896 e casou-se em abril de 1914.



Francisca Malta Soriano de Souza e seu filho Dr. Thomaz Soriano de Souza Filho.

Tiveram quatro filhas: Sônia, Ismênia, Maria do Céu que faleceu antes de completar um mês, e Ivonilde que reside na casa que sua mãe nasceu. Seu esposo, Dr. Soriano, bacharelou-se em direito em 1908, no Recife/PE, e em 1912 era promotor na comarca de Ceará-Mirim. No período Jardim de Angicos era Termo daquela Comarca, sendo ele destacado para este município. No ano seguinte estava de volta à sede da Comarca. Faleceu em janeiro de 1919, deixando Alzira com suas filhas que as criou com seu próprio suor.

Ismênia e Rui Lago.

Elas se casaram: Sônia Soriano com Antônio Mota, natural do estado de Alagoas, nasceram Ricardo Antônio e Marco Antônio

Mota; Ismênia se casou com Rui Lago e nasceu José Lago que foi jornalista, Thomaz Soriano Neto e Rui Lago Filho.

Dona Ivonilde Soriano, a casula, moradora na casa em que sua mãe nasceu, na cidade de Jardim de Angicos, se casou com Itamar Varela de Souza. Itamar era filho de Manoel Antunes de Souza, o conhecido Baé, casado com Guimar Varela de Souza, e neto de Miguel Antunes de Souza. Baé foi dono de diversas propriedades no antigo Jardim de Angicos. Dona Ivonilde e Itamar teve três filhos: João Batista Soriano de Souza que se casou com Ana Maria Cavalcanti, filha de Milanês Cavalcanti e Lurdes Pimentel; Manoel Antunes de Souza Neto que casou com Marta Cortez, natural de Natal/RN, filha de Manoel Genésio e da poetisa Natividade Gomes Cortez; e Frederico Soriano de Souza que casou com Maria Helena Câmara de Souza, neta de Francisco Barbosa da Câmara, ex-prefeito de Jardim de Angicos, filha de Luiz Barbosa da Câmara e Tereza Colares de Souza, do estado de Minas Gerais.

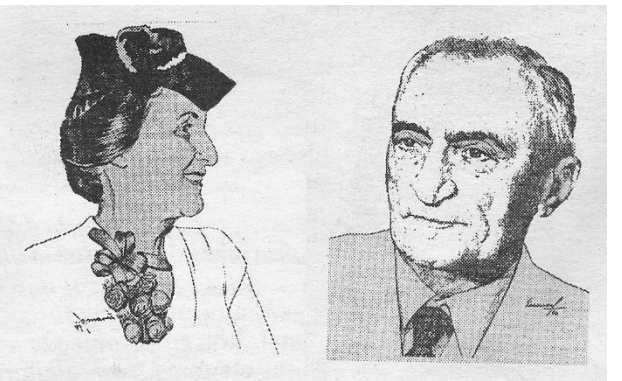
As filhas de Alzira Soriano: Ivonilde, Sonia e Ismênia.

Dona Ivonilde criou Lúcia de Fátima Soriano de Souza que casou com Túlio Rosado, filho de Tibério Rosado. Separou-se, e

atualmente convive com Aldemir Lopes de Souza, filho de Dr. Manoel Sergio de Souza e Nilza Luís Gomes. Nilza é filha adotiva de João Luís Gomes, meu padrinho e tio avô, irmão de Celestina mãe de Domingos Pedro, meu pai.

A história política de dona Alzira Soriano nasce da herança de seu pai, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, prestigioso político do velho Jardim. As principais reuniões política regional se realizavam na sua fazenda Primavera, em Jardim de Angicos. Numa delas ocorrida no início de 1928, onde estava presente, além de lideranças, o governador do Estado Juvenal Lamartine e a líder feminista brasileira Bertha Lutz, a qual ficou impressionada com a desenvoltura de Alzira Soriano.

Bióloga, diplomada em Paris, pela Sorbonne, nascida em 1894, no estado de São Paulo, Bertha lutz foi pioneira na luta pelos direitos da mulher. Em 1922 fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigiu o I Congresso Feminino do Brasil. Foi eleita Deputada Federal em 1936, Delegada Titular do Brasil na Comissão Internacional de Mulheres e em 1956 recebeu o título de Mulher das Américas. Faleceu em 16 de setembro de 1976.



Berta Lutz e Juvenal Lamartine. “O Galo”, jornal da Fundação José Augusto, Natal/RN.

No Rio Grande do Norte teve um grande parceiro em defesa da mulher, o Governador Juvenal Lamartine de Faria. Ele nasceu na

Serra Negra/RN, em agosto de 1874, filho do coronel Clementino Monteiro de Faria e de dona Paulina Umbelino dos Passos Monteiro. Bacharelou-se em direito, no Recife/PE, em 1897 e no ano seguinte era Juiz de Direito em Acari/RN. Em 1903 foi vice-governador do Estado e em 1906 se elegeu Deputado Federal, seguido por mais sete legislaturas. Em 1927 era Senador. Naquele ano renunciou ao cargo para presidir este estado, empossado em 1º de janeiro do ano seguinte.

Em meados de 1928, Berta Lutz volta ao Rio Grande do Norte para discutir ele a questão da inclusão da mulher na política do Estado. Na ocasião lembra-se de Alzira e fala ao governador Juvenal Lamartine: *"É certamente Alzira, a mulher a que procuramos. Convide-a para disputar a prefeitura de Lajes e teremos a primeira mulher empossada num cargo eletivo no Brasil".*

O convite foi feito e aceito. A campanha foi de muito preconceito por ser ela uma mulher, e sem marido, essa descriminação agravava-se mais ainda. Ela vence as eleições com quase 60% dos votos e o seu adversário, se sentindo humilhado por perder para uma mulher, mudou-se daquela cidade para outro Estado. Alzira Soriano é empossada em 1º de janeiro de 1929, sendo noticiada em todo o mundo. No ato de sua posse se fizeram presentes as seguintes autoridades: Dr. Anphilóquio Câmara representante do Presidente do Estado, Dr. Juvenal Lamartine, os intendentes eleitos, Rodolfo Rodopiano da Rocha, Antonio Telmo Filho, Sinfrônio Moura do Vale, Joaquim Silvério Cabral, Honório Antunes de Souza, Joaquim Soares Bilro, Benedito Machado de Azevedo Costa, Ulisses Vale, e Francisco Ataliba de Paula, como secretario da intendência. Também assinaram a Ata de Posse:

Pedro de Alcântara Matos, Antonio Pereira de Souza, Antonio Augusto F. Morais, Aderbal França, Antonio B. dos Reis, Sônia Soriano de Souza, Ismênia Soriano de Souza, Ivonilde Soriano de Souza, Adauto Leitão, Targino José Soares, Raimundo Nonato da Silva, Pedro Bezerra, Germano Firmino de Oliveira, Manoel Severiano da Fonseca, Francisco Lourenço de Carvalho, Anésio de

Azevedo, Manoel Procópio de Moura, João Batista, Júlio Ovídio Vale, Augusto Ovídio Vale, Joaquim José Fernandes, Francisco Procópio, Antonio Miranda, José Ovídio, Semião Leitão de Almeida, Odemar Reis, Aureliano Procópio, José Gurgel de Azevedo, Severino Moura do Vale, João Miranda, Genésio Nunes, Miguel Pedro de Melo, João Adonias, Francisco Antonio e algumas assinaturas ilegíveis.

Em 25 de dezembro de 1930 Alzira Soriano foi deposta do cargo de prefeito pela revolução daquele ano, quando em 03 de outubro Getúlio Vargas por decreto dissolve as Câmaras Municipais e é nomeado novo administrador para cada município. Com a redemocratização, em 1947 ela volta à política, desta como vereadora por duas legislaturas.

Alzira Soriano e Margarida Cabral, filha de Eliza, no Rio de Janeiro/RJ.

O que mais é admirável não é Alzira Soriano ter conseguido se eleger como a primeira mulher prefeita da América Latina: isso dependeu da vontade do povo. Foi, sim, a coragem, a luta, a determinação para vencer os preconceitos de sua época, rompendo uma barreira quase intransponível entre o poder do homem e da mulher. Vivia ela em um período em que a mulher era privada de todos os seus direitos e entre os quais o de votar e ser votada. Essa

corajosa e admirável mulher foi uma das precursoras no desenvolvimento isonômico do direito da mulher.

Inês Teixeira Matos e Alzira Soriano, em Brasília/DF.

Dia de São João de 1952, em Jardim de Angicos/RN, na residência de Alzira Soriano. Ela, seus filhos, netos, sua mãe, suas irmães, sobrinhos, cunhados, e outros parentes.

Em sua terra deixou o seu exemplo de lutas e vitórias. Faleceu em 28 de maio de 1963 deixando um grande legado para Jardim de Angicos. Sua maior influência política está ligada à cidade de Lajes, saldo da transferência da sede administrativa do antigo município em que ela nasceu.

Na casa em que Alzira Soriano nasceu há boa parte de seus objetos, mantidos aos cuidados de sua filha Ivonilde Soriano de Sousa. Dona Ivonilde tem sido um grande exemplo para nós jardinenses, na luta e preservação de um patrimônio que os poderes constituídos de Jardim de Angicos pouco ou nada fazem para preservar. É sonho dela, transformar aquela casa em um memorial, como meio de preservar aquele patrimônio e promover o desenvolvimento cultural de Jardim de Angicos. Tem lutado muito, pedido muito e só teve promessas. Em 08 de março de 2001, aquela casa foi tombada através da portaria Nº. 302/2001 – GS/SECD, como Patrimônio Cultural do Estado, por ela doado. Mesmo assim nada ainda foi feito.

Deste município, no entanto, não há apoio algum, nem se quer em ceder um servidor público para zelar aquela casa ou atender as pessoas que venham a esta cidade visitar o que ainda restam da memória de dona Alzira Soriano.

Acredito que novas mentalidades surgirão e darão novos rumos ao maravilhoso Jardim de Angicos. É essencial e urgente um novo norte para esta terra que tem tudo para crescer.

BIBLIOGRAFIA

Municípios do Rio Grande do Norte: Angicos, Ceará-Mirim e Lajes. Nestor Lima - Edição Fac – Similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - Volume 29/31 – 1ª edição 1938, Coleção Mossoroense, série C - Volume DXCVIII;

Nomes da Terra: História, Geografia e Topônimo do Rio Grande do Norte. Luís da Câmara Cascudo - Fundação José Augusto, 1968, Coleção Cultura;

Sesmarias do Rio Grande do Norte, do primeiro ao quinto volume, Fundação Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense – Série "C". Gráfica Tercio Rosado, ESAN, março de 2000;

História das Bandeiras Paulistas – Affonso de E. Taunay, Edições Melhoramentos – MEC, São Paulo 1975 – 3ª Edição;

História da Cidade do Natal – Luís da Câmara Cascudo, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., INL Natal, universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980;

Movimento da Independência do Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo, Fundação José Augusto, Natal-RN, 1973;

Coronelismo, enxada e voto – O município e o Regime Representativo do Brasil. Victor Nunes Leal, editora Nova Fronteira – 3ª Edição;

Câmara Filho, o revoltoso que promoveu Goiás – José Asmar. Edição comemorativa do cinqüentenário de O Popular/1938-1988, 1ª edição 1989;

Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte – Luís da Câmara Cascudo, Fundação José Augusto, Natal/RN – 1972;

Ceará-Mirim – Exemplo Nacional – Júlio Gomes de Sena. Vol. I – 1974, Editora Pongetti;

Atlas Escolar do Rio Grande do Norte - José Lacerda Alves Felipe e Edílson Alves de Carvalho. Editora Grafset 2001;

Angicos – Aluísio Alves, Fundação José Augusto, Natal/RN, 1997, 2ª edição;

Aconteceu na Capitania do Rio Grande – Olavo de Medeiros Filho. Impresso no Departamento Estadual de Imprensa – Natal/RN, 1997;

História de um Homem – João Severiano da Câmara. Luís da Câmara Cascudo, Departamento de Imprensa, Natal/RN 1954;

O Livro das Velhas Figuras, Pesquisas e Lembranças na História do Rio Grande do Norte, Volumes VI, VII e VIII, Luís da Câmara Cascudo. Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1989.

IBGE-RN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio Grande do Norte;

Cúria Metropolitana de Natal/RN – Livros de Casamentos de 1844 até 1898 da Freguesia de São José dos Angicos/RN;

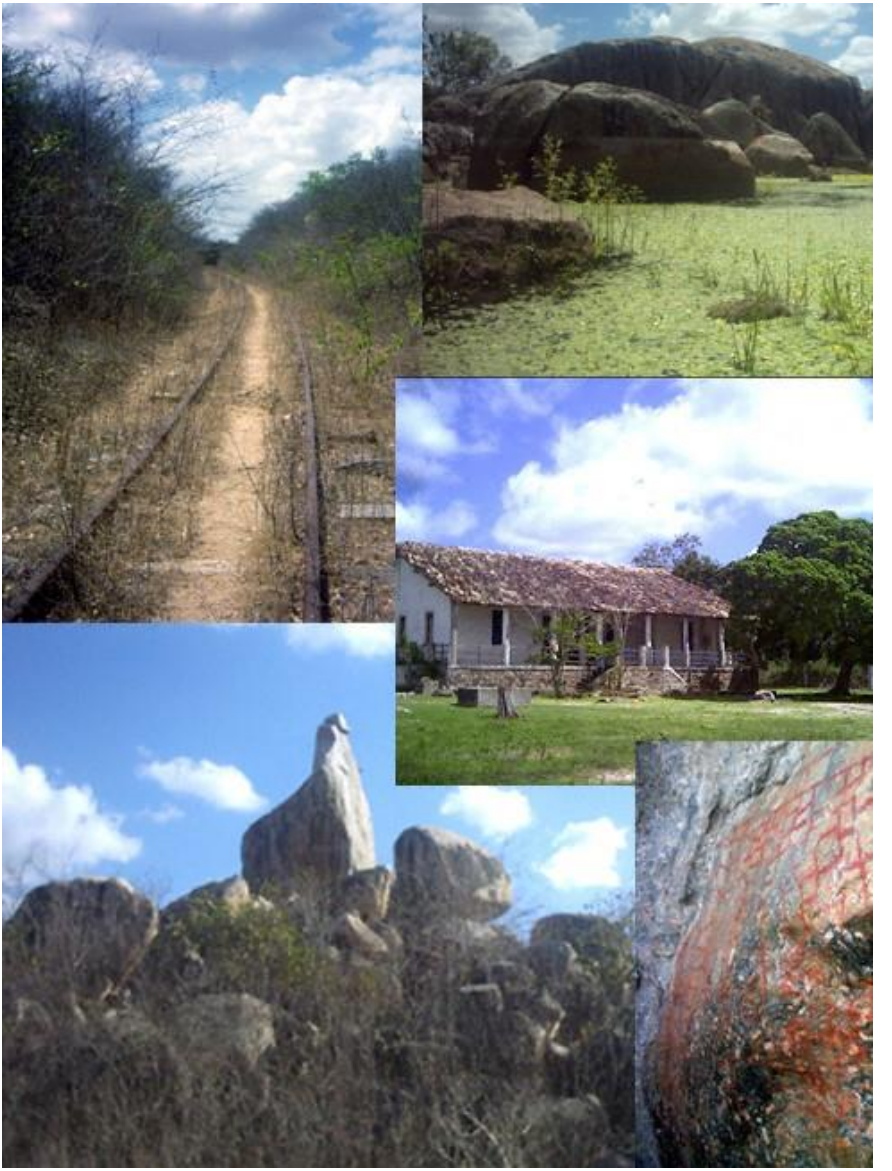
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte;

Arquivo Paroquial de Angicos;

Arquivo Paroquial de Lajes;

Arquivo da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN;

Arquivo da Câmara Municipal de Jardim de Angicos/RN;

Arquivo da Prefeitura Municipal de Lajes/RN;

Escrituras de terras das fazendas Malacacheta, Triunfo da União, Umarí, Jurema, Fazenda Nova, Conceição e Salgadinho.